



resenha

de política exterior do brasil

número 40. janeiro, fevereiro e março de 1984

1. presidente joão figueiredo visita a bolívia
2. em Brasília, o presidente do uruguai, gregório álvarez
3. a presença do presidente do México, miguel de la madrid, no Brasil
4. saraiva guerreiro representa o Brasil na conferência econômica latino-americana
5. a visita do secretário de estado norte-americano, george shultz
6. no Brasil, o ministro dos negócios estrangeiros do Senegal, moustapha niasse
7. chanceler em Islamabad: potencial de cooperação Brasil-Paquistão é promissor
8. impulso renovado nas relações Brasil-Índia, diz Saraiva Guerreiro, em Nova Délhi

ministério das relações exteriores



resenha

de política exterior do brasil

ministério das relações exteriores

presidente joão figueiredo visita a bolívia

Discurso do Presidente João Figueiredo, em Santa Cruz de La Sierra, em 7 de fevereiro de 1984, por ocasião de sua chegada à Bolívia e ao ser recebido como hóspede de honra da Municipalidade.

Excelentíssimo Senhor
Presidente Hernán SilesSuazo,

Em nome de todos os brasileiros, saúdo cordialmente Vossa Excelência, a Excelentíssima Senhora de Siles e o povo irmão da Bolívia.

Ainda sob a emoção de minha chegada a esta terra amiga, recebo, com viva satisfação, o significativo título de Hóspede de Honra da Municipalidade de Santa Cruz de La Sierra. Registro esse gesto de generosidade como testemunho do carinho e da amizade do povo boliviano ao povo brasileiro. A vizinhança nos tem permitido, ao longo do tempo, estreitar, em benefício mútuo, os vínculos de fraterno entendimento entre os nossos dois países.

Santa Cruz de La Sierra sempre desempenhou papel de relevo na história da Bolívia. No período colonial, foi centro de projeção das atividades econômicas e importante ponto de interconexão entre as diversas regiões do país. Com o correr dos anos, sua importância não decresceu. Ao contrário, graças ao esforço permanente de seus filhos, Santa Cruz de La Sierra pôde acompanhar as transformações do país e associar-se

intimamente, sempre em caráter pioneiro, ao processo de modernização da Bolívia. Hoje, destaca-se pelo dinamismo de sua moderna agricultura, pela contribuição de seus produtos agrícolas e agroindustriais à pauta de exportação e pelo êxito com que desenvolve a exploração de suas reservas de hidrocarbonetos.

Brasileiros e bolivianos muito se têm beneficiado com a contribuição positiva de Santa Cruz de La Sierra à região fronteiriça. Na semelhança da paisagem física, na identidade de aspectos humanos e na comunhão de valores culturais e espirituais, reflete-se a interpenetração de influências recíprocas, de efeitos tão salutareos para ambos os povos.

Senhor Presidente,

Sob a liderança de Vossa Excelência, os bolivianos nos têm procurado superar as dificuldades presentes, aprimorar as suas estruturas econômicas, propiciar justiça social mais ampla, em atmosfera de respeito aos direitos do homem e de fortalecimento das instituições nacionais. Posso assegurar-lhe que o povo brasileiro empenha seus melhores esforços nesses mesmos objetivos.

exemplo, o ideário e as realizações do General Sucre, prócer da independência boliviana, crescem aos olhos de todos.

País de múltiplas vertentes — andina, amazônica e platina — a Bolívia tem um grande papel a desempenhar na realização das aspirações e dos ideais latino-americanos de paz, progresso e solidariedade. Suas variadas projeções sub-regionais a incentivam à produtiva convivência com todo o continente.

Senhor Presidente,

Empenhados em superar problemas concretos e prementes, os países em desenvolvimento estão conscientes do agravamento da situação internacional. O recrudescimento de tensões seja em escala global, seja em áreas localizadas, não pode deixar de frustrar países e povos cuja preocupação primeira é garantir a paz e a estabilidade.

A América Central nos dá hoje exemplo doloroso e concreto dessa realidade. Vemos povos irmãos, que participaram da construção de um ideário de boa convivência e de solidariedade, envolvidos em perigosas confrontações. Em lugar do progresso e da prosperidade, criam-se situações capazes de levar parte do Continente a um conflito de graves proporções.

O Brasil tem reafirmado que os conflitos devem ser solucionados por via pacífica, mediante negociações lastreadas na vontade política de superar diferenças, negociações que sejam um diálogo efetivo e assegurem condições para acordos substantivos, aceitáveis para as partes envolvidas e merecedores do reconhecimento da comunidade internacional.

O fortalecimento da cooperação política na América Latina muito pode contribuir para essa finalidade. O esforço que os países de Contadora desenvolvem, em prol da paz e da estabilidade no istmo centro-americano, possui conteúdo ético e sentido autenticamente latino-americano, cujo valor vem

sendo reconhecido por todas as Nações. São esses esforços, destinados a promover o diálogo e o entendimento onde há tensões e conflitos, que nos trazem a certeza de que será possível substituir o medo pela esperança, a confrontação pela cooperação, a guerra e a miséria pela paz e o progresso.

A América Latina tem dado provas de que não lhe falta determinação para trilhar esse caminho. No âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica e do Tratado de Bacia do Prata, Brasil e Bolívia demonstram exemplarmente a capacidade de nossos países de se reunirem em torno de projetos concretos de cooperação, em regiões específicas ou em setores determinados da atividade humana.

Senhor Presidente,

Afetados de forma aguda e desproporcional pela crise econômico-financeira que assola o mundo atual, os países em desenvolvimento continuam a ver ignorados seus apelos em favor de um aperfeiçoamento do sistema econômico internacional. Esses apelos, feitos a partir da análise realista das estruturas vigentes do comércio e das finanças internacionais, levam em conta interesses permanentes de toda a comunidade das Nações.

Ao mesmo tempo em que prevalecem práticas de curto prazo, nossos países vêem agravar-se seu quadro interno e perderem-se conquistas duramente alcançadas. Não se ignora a necessidade de sérios ajustes que levem em conta a conjuntura internacional; não é possível, contudo, sem que se corram graves riscos, transferir aos países em desenvolvimento a maior parte do ônus do reajuste da economia internacional. Se a interdependência é real entre as nações do mundo, deve ela estender-se a todos os campos, a fim de que seja fator de progresso global e não de mera transferência de custos da crise presente. Além de outras conseqüências, o próprio comércio entre países em desenvolvimento estancou e regrediu. Reduziu-se,

assim, importante fator de dinamização e integração de nossas economias.

A América Latina tem plena consciência de suas dificuldades, assim como de suas necessidades e potencialidades. A feliz iniciativa do Presidente do Equador, de convocar uma reunião em que nossos países pudessem examinar bases para uma resposta comum à crise que nos afeta, congregou o Continente e levou a Quito, em janeiro último, grande número de propostas equilibradas. Procuramos, naquele encontro, não uma estratégia de confrontação, que a nada pode conduzir, mas uma análise política que colocasse em sua verdadeira dimensão os problemas econômicos, financeiros e comerciais em que se debatem os países latino-americanos.

As fórmulas então propostas — entre as quais ressalto o aprofundamento da cooperação intra-regional, a adoção de medidas concretas tendentes a deter e superar a inusitada queda dos níveis do comércio entre os países latino-americanos e o impulso à integração regional — são medidas que nos permitiriam retomar os níveis do intercâmbio e o crescimento regional como passos importantes para enfrentar a crise presente.

Senhor Presidente,

Numerosas são, para nossos países, as áreas de coincidências de posições e interesses recíprocos. Nossa idêntica vocação de países platinos e amazônicos revela um conjunto de aspirações comuns; nossa condição de países em desenvolvimento, que muito têm a ganhar com o intercâmbio tecnológico e científico e com uma cooperação adaptada a nossas reais condições de vida, aponta outro conjunto de potencialidades; a proximidade geográfica, a complementaridade de nossas economias e a fronteira comum, de viva e intensa atividade humana, configuram também um conjunto de interesses comuns.

Ademais, o Brasil não poderia deixar de estar atento às circunstâncias especiais da si-

tuação geográfica da Bolívia. Nesse sentido, temos sempre buscado contribuir para a superação das dificuldades que essa situação possa trazer ao intercâmbio do país irmão com os mercados externos de seu interesse. E é com esse objetivo que lhe concedemos facilidades em nossos portos e mantemos entendimentos operacionais no campo dos transportes, que asseguram à Bolívia trânsito fluído pelo território brasileiro de parcela relevante de seu comércio exterior. Incentivamos e apoiamos, também, os estudos de projetos e planos de interconexão viária entre os dois países.

Apesar da riqueza e complexidade que caracterizam o relacionamento bilateral, grande é o potencial de sua expansão. Não ignoramos que as dificuldades do momento atual podem obrigar-nos a estender prazos e a efetuar uma escolha acurada dentre a multiplicidade de temas que nos cabe desenvolver. No anterior Governo de Vossa Excelência, importantes acordos de cooperação econômica foram firmados entre nossos países. Deste nosso encontro resultarão outros instrumentos, que manterão a cooperação tradicional, adaptada à presente conjuntura.

Senhor Presidente,

Ressalta, por sua importância para o progresso de ambos os países, a cooperação agrícola, a agroindustrial em diversos campos, como a pesquisa agrícola, o desenvolvimento de sistemas de cooperativas agrícolas e o escoamento da produção. São setores de grande sensibilidade social e econômica, da maior importância em países com vocação agrícola como os nossos. A cooperação técnica, científica e tecnológica e o intercâmbio cultural e acadêmico completam essa vasta área em que nossos países podem oferecer-se mutuamente experiências e soluções apropriadas para seus problemas.

Estamos abertos a iniciativas relativas a transportes e infra-estrutura viária e medidas tendentes a aumentar os fluxos do co-

mércio bilateral, seja através do incremento de vendas diretas, seja pela promoção de projetos conjuntos. O equacionamento dos vínculos financeiros entre os nossos países poderá favorecer o incremento do intercâmbio bilateral e a própria dinamização de setores importantes de nossas respectivas economias.

A troca de informações e as consultas sobre temas bilaterais, regionais e mundiais, exercidas com a franqueza e a fluidez próprias de relacionamento estreito e maduro, completam esse quadro promissor e confirmam, no plano político-diplomático, as coincidências e os interesses comuns que aproximam o Brasil e a Bolívia.

a assinatura de atos entre o brasil e a bolívia

Senhor Presidente,

Em reconhecimento à valiosa contribuição pessoal de Vossa Excelência ao aprimoramento das relações entre nossos dois países, o Governo brasileiro, que já lhe havia demonstrado seu especial apreço ao outorgar-lhe o Grande Colar da Ordem do Cruzeiro do Sul, decidi, conferir-lhe a Ordem de Rio Branco, em sua mais alta graduação, cuja insígnia tenho neste momento a especial satisfação de impor-lhe.

Convido todos os presentes a me acompanharem num brinde à prosperidade da Nação boliviana, ao crescente estreitamento dos laços de fraterna amizade que unem nossos povos e à saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de Siles.

Discurso do Presidente João Figueiredo, em Santa Cruz de La Sierra, em 9 de fevereiro de 1984, por ocasião da assinatura de atos entre o Brasil e a Bolívia.

Senhor Presidente,

Ao manifestar minha satisfação pelos resultados extremamente positivos desta visita, desejo reiterar meu particular apreço pela calorosa hospitalidade do Governo e povo bolivianos.

As qualidades de estadista de Vossa Excelência contribuíram decisivamente para nosso diálogo e para o êxito de minha visita à Bolívia.

Senhor Presidente,

Os atos ora firmados somar-se-ão ao elenco de acordos já existentes entre nossos países, integrando o arcabouço indispensável à efetiva implementação da cooperação bilateral. A par dessa cooperação, a convergência das posições brasileira e boliviana em tantos aspectos da conjuntura regional e mundial configuram base sólida para o estreitamento de nossos vínculos.

Siderurgia, transportes, agricultura e agro-indústria, ciência e tecnologia, para citar apenas algumas, são áreas particularmente promissoras para o desenvolvimento da cooperação bilateral, em bases mutuamente vantajosas. O realismo que tem caracterizado os diversos contatos de alto nível entre nossos países dá-nos razões para confiar no futuro.

Senhor Presidente,

Levo comigo grata lembrança da atmosfera de cordialidade reinante em nossos encontros nestes dois dias. Essa atmosfera reflete não apenas o espírito das relações entre os Governos, se não também, e especialmente, a simpatia natural entre bolivianos e brasileiros.

Parto, assim, com a convicção de que avançamos, de forma significativa, na intensificação de nossas relações, o que reverterá em benefício de nossos povos e de toda a América Latina.

ao deixar santa cruz de la sierra, presidente figueiredo saúda a imprensa boliviana

Saudação do Presidente João Figueiredo à imprensa boliviana, em 9 de fevereiro de 1984, por ocasião do encerramento de sua visita oficial à Bolívia.

Desejo inicialmente ressaltar o significado deste encontro com a imprensa boliviana e a oportunidade que me foi concedida de me dirigir aos meios de comunicação social, e, por seu intermédio, à opinião pública.

A imprensa vem desempenhando papel de relevo no processo de evolução histórica deste país. Graças ao seu caráter pioneiro e dinâmico e à sua identificação com as grandes causas, pôde interpretar os anseios da coletividade e acompanhar, assim, as transformações mais significativas da vida nacional.

Nesta feliz ocasião, quero referir-me, em primeiro lugar, à atmosfera francamente positiva e amistosa que encontrei em Santa Cruz de La Sierra e que muito contribuiu para o êxito das conversações que mantive com o Presidente Siles Suazo e com as mais altas autoridades bolivianas.

Esses encontros serviram para reforçar o sentido de continuidade que caracteriza o nosso relacionamento e o propósito comum

de intensificar e ampliar, em benefício mútuo, a cooperação entre os dois países.

Encontrei no Presidente Siles Suazo um interlocutor perfeitamente sintonizado com as exigências de seu tempo e com a causa da aproximação crescente entre o Brasil e a Bolívia.

Estou persuadido de que esses entendimentos abrem perspectivas novas e promissoras para o relacionamento bilateral e para o trabalho a ser empreendido no objetivo de superar as dificuldades da hora presente e reafirmar a vocação construtiva da colaboração brasileiro-boliviana.

Ao deixar Santa Cruz de La Sierra, agradeço penhorado a hospitalidade e a calorosa acolhida que o Governo e o povo da Bolívia dispensaram a minha mulher, a minha comitiva e a mim próprio. Esse gesto reflete a fraterna amizade que nos une e que a vizinhança de nossos territórios tem permitido aprofundar ainda mais, em benefício de nossos povos.

declaração conjunta brasil-bolívia

Declaração Conjunta Brasil—Bolívia, divulgada em Santa Cruz de La Sierra, em 9 de fevereiro de 1984, ao final da visita do Presidente João Figueiredo àquele País.

Atendendo a convite do Senhor Presidente da República da Bolívia, Hernán Siles Suazo, o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, acompanhado de sua esposa,

Senhora Dulce Maria de Castro Figueiredo, realizou visita oficial à Bolívia (Departamento de Santa Cruz), entre os dias 7 e 9 de fevereiro de 1984.

O Presidente da República Federativa do

Brasil esteve acompanhado da seguinte comitiva:

— Sua Excelência o Senhor Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

— Sua Excelência o Senhor Cloraldino Soares Severo, Ministro de Estado dos Transportes;

— Sua Excelência o Senhor Amaury Stábi-le, Ministro de Estado da Agricultura;

— Sua Excelência o Senhor General-de-Brigada Rubem Carlos Ludwig, Ministro-Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República;

— Sua Excelência o Senhor Professor João Leitão de Abreu, Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República;

— Sua Excelência o Senhor General-de-Divisão Octávio Aguiar de Medeiros, Ministro-Chefe do Serviço Nacional de Informações;

— Sua Excelência o Senhor General-de-Divisão Danilo Venturini, Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários;

— Sua Excelência o Senhor Senador Octávio Cardoso;

— Sua Excelência o Senhor Deputado Federal José Carlos Martinez;

— Sua Excelência o Senhor João Tabajara de Oliveira, Embaixador do Brasil em La Paz.

Integraram também a Comitiva:

— Sua Excelência o Senhor Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Chefe do Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores;

— Sua Excelência o Senhor Embaixador João Carlos Pessoa Fragoso, Subchefe Espe-

cial do Gabinete Civil da Presidência da República;

— Sua Excelência o Senhor Embaixador Sérgio Martins Thompson-Flôres, Chefe do Gabinete do Ministério das Relações Exteriores;

— Sua Excelência o Senhor Embaixador Rubens Ricupero, Chefe do Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores;

— Sua Excelência o Senhor Embaixador Paulo Pires do Rio, Chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores;

— Sua Excelência o Senhor Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Chefe da Secretaria Especial de Assuntos Políticos e Econômicos da Área Internacional Bilateral do Ministério das Relações Exteriores;

— Sua Excelência o Senhor Embaixador Roberto Abdenur, Coordenador de Assuntos Econômicos e Comerciais do Ministério das Relações Exteriores.

Na qualidade de Convidados Especiais, acompanharam igualmente o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil:

— Sua Excelência o Senhor Júlio José de Campos, Governador do Estado de Mato Grosso;

— Sua Excelência o Senhor Nabor Teles da Rocha Júnior, Governador do Estado do Acre;

— Sua Excelência o Senhor Wilson Barbosa Martins, Governador do Estado do Mato Grosso do Sul;

— Sua Excelência o Senhor Jorge Teixeira de Oliveira, Governador do Estado de Rondônia;

— Sua Excelência o Senhor Senador Albano

do Prado Franco, Presidente da Confederação Nacional da Indústria;

— Sua Excelência o Senhor Shigeaki Ueki, Presidente da PETROBRÁS;

— Sua Excelência o Senhor Henrique Brandão Cavalcanti, Presidente da SIDERBRÁS;

— Sua Excelência o Senhor Antônio de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio;

— Sua Excelência o Senhor Flávio da Costa Brito, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura; e

— Senhor Hugo Miguel Etchenique.

A visita do Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo à Bolívia reflete o caráter franco e positivo das relações brasileiro-bolivianas.

Ambos os Presidentes mantiveram, na oportunidade, diversas entrevistas que constituíram ocasião especial para renovar os propósitos de seus respectivos Governos de continuar a fortalecer o entendimento e a concórdia que tradicionalmente prevalecem nas relações entre o Brasil e a Bolívia.

Os Presidentes expressaram sua satisfação pelo excelente nível das relações bilaterais, tanto no plano político e diplomático quanto no econômico, e pelas perspectivas alentadoras e promissoras de uma crescente cooperação e complementação econômica e de um amplo e fraternal diálogo político.

Destacaram, em especial, a consolidação crescente dos processos democráticos de ambos os países, que, ainda que ajustados às suas próprias tradições e características, sublinham uma coincidência plena quanto ao propósito de estabelecer sólidas democracias representativas, com garantias do exercício dos direitos humanos e políticos, que propiciem uma ativa participação de toda a comunidade na discussão e solução dos problemas nacionais.

À luz desse relacionamento bilateral, dinâmico e em franca expansão, os dois Presidentes examinaram a presente conjuntura mundial e latino-americana e verificaram com satisfação a existência de substanciais coincidências em seus pontos de vista.

Os Ministros e altos funcionários bolivianos e brasileiros, ademais, efetuaram frutíferas reuniões de trabalho a fim de avaliar o desenvolvimento da cooperação bilateral nas diversas áreas.

Ao final das conversações os dois Chefes de Estado acordaram subscrever a presente.

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Ressaltaram o direito de todos os Estados à sua plena realização na comunidade mundial de acordo com os princípios básicos do Direito Internacional, assim como a determinação do Brasil e da Bolívia de conduzir suas relações exteriores em clima de paz, confiança e respeito com vistas a atingir as metas prioritárias do bem-estar de suas populações e do desenvolvimento integral, independente e soberano.

Reiteraram a convicção de que a observância dos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas constitui base indispensável para alcançar a boa convivência internacional, e ratificaram sua confiança na Organização das Nações Unidas como promotora dos objetivos maiores da manutenção da paz, do fortalecimento da segurança internacional e do desenvolvimento econômico e social dos povos.

De conformidade com tais princípios, reconheceram o direito soberano de todos os Estados à livre determinação, rejeitaram toda forma de intervenção e colonialismo, e reafirmaram que o respeito aos princípios acima mencionados é condição básica para o desenvolvimento pacífico e harmônico das relações entre os Estados.

Manifestaram sua profunda preocupação com o agravamento contínuo das tensões

internacionais, que ameaça seriamente a paz mundial, e resolveram insistir em seu apelo para pôr fim à corrida armamentista, eliminando definitivamente o recurso à ameaça ou ao emprego da força para resolver os conflitos internacionais.

Acentuaram que o desarmamento geral e completo, sobretudo nuclear, sob efetivo controle internacional é fundamental para garantir-se uma paz duradoura entre as nações, e renovaram seu apoio aos esforços internacionais tendentes a alcançá-lo.

Manifestaram a importância que atribuem à participação ampla e representativa dos Estados no processo decisório internacional relativo aos problemas de seu interesse e da comunidade internacional.

Afirmaram, ainda, que os procedimentos de diálogo e de negociação devem ser a única base para que se alcancem níveis de estabilidade necessários para enfrentar os graves problemas mundiais como a fome, o subdesenvolvimento, o armamentismo e as tensões internacionais.

No que diz respeito à situação africana, reiteraram a firme convicção de seus Governos de que é essencial fazer valer os direitos do povo da Namíbia à autodeterminação, independência e dignidade humana, de acordo com as Resoluções pertinentes das Nações Unidas. Reiteraram sua rejeição a todas as formas de discriminação racial, em particular o apartheid.

Os dois Presidentes expressaram sua especial preocupação com a situação no Líbano, onde a destruição de vidas e propriedades continua. Foram de opinião de que devem ser dadas as condições para que o povo do Líbano, amante da paz, se dedique às tarefas de reconstrução de seu país. Concordaram que, para esse fim, seria essencial que todas as tropas estrangeiras fossem retiradas do território libanês.

Os dois Presidentes examinaram a situação do Oriente Médio e expressaram sua convic-

ção de que uma paz justa e duradoura poderia ser alcançada na região através da retirada de Israel das terras árabes ocupadas.

Os dois Chefes de Estado confirmaram seu reconhecimento dos direitos do povo palestino à autodeterminação e ao estabelecimento de seu próprio país e dos direitos de todos os Estados da região de viverem em paz dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas.

Acordaram em que, dado o papel relevante dos países em desenvolvimento na economia internacional, é urgente encaminhar adequadamente as questões relativas ao diálogo Norte—Sul, como etapa importante dos esforços para superar as presentes dificuldades económicas globais, em benefício de todos os países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento.

Ressaltaram sua preocupação com a persistência de acentuados e sérios desequilíbrios entre as nações desenvolvidas e os países em desenvolvimento, assim como com a estagnação das negociações com vistas à efetiva implantação de uma nova e mais justa Ordem Económica Internacional, para o que é indispensável contar com a franca e decidida vontade dos países desenvolvidos.

Nesse sentido, assinalaram a importância de que os países industrializados adotem políticas que ajudem a resolver os sérios desequilíbrios nos campos do intercâmbio comercial, transferência de tecnologia e financiamento para o desenvolvimento, bem como medidas tendentes a eliminar as políticas protecionistas lesivas aos interesses dos países em desenvolvimento. Assim, destacaram a sua preocupação com a atual situação em que se desenvolvem os sistemas monetário e financeiro internacionais e as elevadas taxas de juros que constituem sérios entraves ao esforço de progresso dos países em desenvolvimento. Manifestaram a necessidade de serem tomadas medidas urgentes no plano internacional, que removam esses graves obstáculos.

Ressaltaram, ademais, que a comunidade internacional deve realizar esforços para a utilização racional dos recursos energéticos não-renováveis, desenvolver ao máximo fontes alternativas de energia, e promover o intercâmbio de suas experiências nesse setor.

Os dois Presidentes passaram em revista a conjuntura latino-americana e coincidiram em que as necessidades e aspirações da América Latina representam aspecto prioritário da ação diplomática. Concordaram em que os países latino-americanos deveriam ter uma participação crescente na tomada de decisões sobre questões de interesse global.

Julgaram benéfico e importante o desenvolvimento de meios flexíveis e eficazes de consulta e coordenação entre os países da região, em regime de igualdade, dentro do espírito de contribuir positivamente para assegurar bases justas e igualitárias nas relações entre os Estados, em harmonia com as tradições e a perspectiva universalista que caracterizam a atuação diplomática da América Latina.

Expressaram sua oposição a todas as formas de hegemonia, blocos ou eixos na América Latina, indicando que tais padrões de comportamento são contrários à tradição de independência e autonomia da região. Assinalaram, com satisfação, a existência de renovados esforços de cooperação e de integração, assim como a intensificação do diálogo político na América Latina.

Sublinharam sua profunda preocupação com a gravidade da crise econômica da América Latina e com a situação da economia mundial que provocou séria deterioração dos níveis de vida da população latino-americana, afetando a estabilidade social e o desenvolvimento econômico da região.

Assinalaram, com ênfase especial, a carga desproporcional da dívida externa como fator limitante da recuperação econômica da região e a necessidade imperiosa de aplicar

critérios flexíveis e realistas para sua renegociação, incluindo taxas de juros, períodos de carência e prazos compatíveis com os objetivos de reativação econômica, bem como a urgência de facilitar o acesso das exportações latino-americanas aos mercados mundiais, como uma forma efetiva de aumentar sua capacidade de pagamento.

Coincidiram na importância de fortalecer os mecanismos de cooperação e integração sub-regionais e regionais e os instrumentos de complementação bilateral, como meio para resistir e superar a crise econômica.

Nessa ordem de ideias, reiteraram seu apoio às conclusões da recente Conferência Econômica Latino-Americana, contidas na Declaração e no Plano de Ação de Quito, de 13 de janeiro de 1984.

Ressaltaram que o Tratado de Montevideu de 1980, que instituiu a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) é um dos instrumentos adequados para promover a integração regional. Assinalaram, outrossim, a importância da intensificação da cooperação no Sistema Econômico Latino-Americano e em outros foros.

Reiteraram sua adesão ao princípio da solução pacífica das controvérsias, cuja observância por parte dos países latino-americanos tem sido linha permanente de conduta que caracteriza a ação diplomática da região. Com esse espírito, assinalaram a existência de numerosos instrumentos que, no âmbito regional, contemplam tais procedimentos e constituem elemento importante do patrimônio político da América Latina.

Os dois Mandatários manifestaram o permanente apoio de seus Governos à Carta da Organização dos Estados Americanos e ressaltaram a necessidade de prosseguir os esforços conjuntos para o aperfeiçoamento dos mecanismos da OEA.

Os dois Presidentes examinaram as condições que prevalecem na América Central e concordaram quanto à complexidade e am-

plitude da crise política, econômica e social existente na região. Nesse quadro, expressaram o propósito de colaborar no sentido de evitar que os problemas centro-americanos sejam utilizados como instrumento de confrontações alheias à área. Reafirmaram, ademais, a convicção de que o processo de negociação conduzido pelo Grupo de Contadora representa o melhor caminho para a superação da crise centro-americana, tendo reiterado a disposição de seus Governos de apoiá-lo nos esforços que envida com vistas a propiciar condições favoráveis ao diálogo e à conciliação e propor fórmulas tendentes a restabelecer a paz e a concórdia naquela região, de acordo com os princípios de autodeterminação e não-intervenção.

Sublinharam, ainda, que um dos ideais latino-americanos é o aperfeiçoamento das instituições democráticas e coincidiram em que, no assunto, os dois Governos têm firmes compromissos. Nesse contexto, reiteraram a importância de que sejam respeitados os direitos fundamentais da pessoa humana, os quais incluem, além dos direitos políticos, os direitos sociais e econômicos, e reafirmaram que a vigência desses direitos em cada um dos países em desenvolvimento seria significativamente facilitada por uma atitude mais positiva por parte das nações industrializadas, no quadro dos esforços mundiais para a remoção dos obstáculos ao desenvolvimento.

O Presidente Figueiredo, ao evocar o bicentenário do nascimento de Simón Bolívar, destacou o alto apreço existente no Brasil pela figura do Libertador. Ambos os Mandatários recordaram que o valor perene da epopeia bolivariana faz que permaneçam tão vivas como quando de sua formulação as exortações de Bolívar à unidade e solidariedade latino-americanas, condições de validade permanente e de grande atualidade na crítica conjuntura política e econômica de nossos dias. Reafirmaram a convicção de que os ideais continentais de união, fraternidade e justiça, que inspiraram Simón Bolívar, constituem, hoje como ontem, o fun-

damento constante da concórdia e do desenvolvimento na América Latina.

Os dois Presidentes registraram o êxito da XIV Reunião de Chanceleres da Bacia do Prata, realizada em Assunção, em 1º e 2 de dezembro de 1983, e da II Reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos Países-membros do Tratado de Cooperação Amazônica, realizada em Santiago de Cali, em 7 e 8 de dezembro de 1983. Renovaram seu apoio à "Declaração de Belém" de 24 de outubro de 1980 e às mais recentes decisões adotadas como linhas-mestras da cooperação regional amazônica, consubstanciadas na "Declaração de Cali", de 8 de dezembro de 1983. Determinaram que se mantenha a melhor coordenação na preparação da reunião do Conselho de Cooperação Amazônica, a realizar-se na Bolívia, no ano em curso.

Os Presidentes coincidiram na necessidade de prosseguir com os esforços comuns para o aperfeiçoamento dos mecanismos de integração e cooperação sub-regionais, em especial no âmbito dos sistemas amazônico e do Prata, dos quais ambos os países fazem parte.

A esse propósito, os dois Presidentes destacaram o papel da Bolívia como terra de contatos e gravitações múltiplas ao formar parte dos sistemas amazônico, do Prata e andino, e expressaram sua determinação de contribuir ainda mais à articulação e integração continentais.

Os dois Presidentes ressaltaram o significado do Memorando de Entendimento entre o Brasil e o Grupo Andino e a importância de diversificar e aprofundar os contatos e o intercâmbio de informações entre ambos.

Os dois Presidentes examinaram detidamente o estado das relações entre ambos os países e suas perspectivas futuras. Manifestaram, a respeito, sua satisfação pelo caráter dinâmico e operacional com que estão sendo levadas a cabo iniciativas concretas de cooperação em campos prioritários para o

desenvolvimento dos dois países. Expressaram sua disposição de prosseguir os esforços tendentes a diversificar e ampliar a cooperação bilateral.

Os dois Presidentes ressaltaram a importância da existência de uma vontade política, da parte de ambos os Governos, no sentido da cooperação mutuamente vantajosa, em benefício dos povos brasileiro e boliviano. Nesse sentido, expressaram o desejo de, não obstante as limitações impostas pela conjuntura adversa, diversificar e intensificar a cooperação bilateral de forma a potencializar ao máximo os escassos recursos em prol dos ideais comuns de prosperidade e desenvolvimento.

Manifestaram sua satisfação pelo nível de contatos mantidos entre os Governos de ambos os países durante o ano de 1983, em particular com as visitas ao Brasil dos Ministros das Relações Exteriores, Planejamento, Transportes e Finanças da Bolívia e as reuniões dos grupos técnicos bilaterais, aos quais foi encomendada a tarefa de examinar as possibilidades de cooperação agropecuária, siderúrgica e de transportes. Destacaram com satisfação a renegociação da dívida externa pública da Bolívia com o Brasil, nos termos definidos no Memorando de Entendimento de 18 de outubro de 1983, subscrito pelo Ministro da Fazenda do Brasil e o Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, e pelo Acordo dos Bancos Centrais de 8 de fevereiro de 1984.

Registraram sua satisfação pelos seguintes aspectos favoráveis no âmbito das relações financeiras bilaterais:

- a) as conversações entre os Bancos Centrais dos dois países para exame da possibilidade de incrementar o limite de crédito técnico existente no Convênio de Créditos Recíprocos;
- b) a disposição boliviana de emitir normas legais que incluam a solução do problema da dívida externa privada tramitada e registrada pelo Sistema Bancário do Brasil e da

Bolívia. Neste sentido, os dois países acordaram em constituir um grupo misto para inventariar, conciliar e qualificar este tipo de dívidas em prazo não superior a 90 dias;

c) o compromisso do Banco Central da Bolívia de regularizar as obrigações pendentes do setor público da Bolívia com o Banco do Brasil - CACEX;

d) o acordo entre os Bancos Centrais para tomar as medidas necessárias com vistas a incluir no Convênio de Créditos Recíprocos o pagamento de operações comerciais futuras.

Os Presidentes manifestaram sua decisão de reativar as relações comerciais entre os dois países pelo incremento e diversificação do intercâmbio bilateral. Neste sentido, salientaram a assinatura pelas autoridades financeiras de ambos os países dos instrumentos que põem em execução os mecanismos operativos referentes à utilização dos financiamentos da CACEX de até cem milhões de dólares acordados pelos Chanceleres do Brasil e da Bolívia, em outubro de 1983, para a exportação de bens e serviços brasileiros, para projetos declarados prioritários pelo Governo boliviano. Os Presidentes concordaram em que os projetos para equipamentos de reposição no parque ferroviário boliviano, para a construção de diversos trechos rodoviários na Bolívia, para a fábrica de álcool em La Paz, o matadouro frigorífico em Santa Cruz, o aeroporto de Cobija, insumos e equipamentos para pesquisa agropecuária, silos e centros de abastecimento em vários pontos do país, sejam implementados com brevidade possível. Ambos os Mandatários instruíram as autoridades de ambos os países no sentido de dar consideração prioritária a esses projetos. Outrossim, manifestaram satisfação pela assinatura do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Económica e Técnica entre o Brasil e a Bolívia, no qual se estabelecem mecanismos operativos, prioridades básicas e responsabilidades para a implementação de vários projetos específicos de interesse comum.

Com respeito à ligação viária entre ambos os países, os presidentes acordaram em apoiar conjuntamente as solicitações de financiamento ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) relativamente a projetos de interesse mútuo, tais como as rodovias La Paz — Guayaramerin e La Paz — Cobija em território boliviano e Porto Velho — Rio Branco, inclusive sua vinculação com as localidades de Guajará-Mirim e Brasília, em território brasileiro.

Outrossim, quanto ao projeto de interconexão ferroviária entre Aiquile e Santa Cruz de La Sierra, ambos os Presidentes acordaram em que técnicos em assuntos ferroviários dos dois países se reunam na segunda quinzena de março de 1984 na cidade de Cochabamba, Bolívia, para estabelecer os termos de factibilidade da retomada dos estudos assim como da contribuição que ambas as partes possam oferecer para esse fim, considerando acordos anteriores vigentes.

Com relação à construção de Puerto Quijarro e à dragagem do canal de Tamengo acordaram, no espírito do Acordo assinado em 19 de julho de 1978, encomendarão Grupo de Trabalho respectivo, a definição, em uma reunião que se realizará em abril em Corumbá e Puerto Suárez, do alcance dos estudos complementares que sejam necessários para o dimensionamento em detalhe dos aspectos hidrográficos, técnicos, econômicos e financeiros das obras.

Reiteraram seu interesse em aprofundar a cooperação no campo da siderurgia, e, atendendo a uma solicitação do Governo da Bolívia, o Governo do Brasil expressou sua vontade e boa disposição de buscar, no prazo de 90 dias, formas especiais de cooperação técnica, financeira e outras, para a implementação do projeto siderúrgico boliviano.

Os Presidentes manifestaram sua satisfação pela conclusão do Ajuste Complementar que viabilizará, no âmbito dos mencionados

financiamentos CACEX, a realização dos trabalhos de consultoria, viabilidade, projeto final e supervisão das obras da Central Hidroelétrica de Cachuela Esperanza, que foi declarada prioritária pelo Congresso e pelo Governo bolivianos.

Determinaram que os órgãos competentes dos dois países realizem estudos das alternativas de obtenção de créditos de instituições financeiras multilaterais, como por exemplo o BIRD, o BID e o FONPLATA, para a execução de projetos relevantes de interesse comum. Com esse objetivo, os dois países realizarão gestões conjuntas.

O Presidente do Brasil manifestou satisfação pelo fato de que a construção da importante rodovia Chimoré—Yapacaní, que conta com financiamento do BID e que melhorará substancialmente as comunicações entre as partes oriental e ocidental da Bolívia, tenha sido adjudicada a uma empresa brasileira através de concorrência pública internacional.

Expressaram seu interesse no incremento das exportações bolivianas para o Brasil, com o objetivo de favorecer o equilíbrio da balança comercial entre ambos os países e facilitar as operações de interesse recíproco com compensação de pagamentos que elevem os níveis de intercâmbio e reduzam a utilização de divisas conversíveis nas transações recíprocas. Para tanto, instruíram a Comissão Geral de Coordenação Brasileiro—Boliviana no sentido de adotar medidas visando a esse objetivo no ano em curso. De sua parte, o Governo do Brasil organizará programas de visitas de empresários e exportadores com o objetivo de incentivar o fluxo comercial, inclusive mediante projetos de formação de pessoal e intercâmbio de mercado.

Anunciaram a firme vontade de reativar, por parte dos organismos técnicos e financeiros de ambos os países, os trabalhos do Fundo de Desenvolvimento da zona de influência da ferrovia Corumbá—Santa Cruz.

Os Presidentes do Brasil e da Bolívia ressaltaram os acordos alcançados dentro do espírito da cooperação técnica e intercâmbio obtidos através dos seguintes acordos e entendimentos:

a) a assinatura do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica referente à Cooperação e Assistência Técnica para o melhoramento da produção, processamento e comercialização da borracha que estabelece as bases de um maior intercâmbio de experiência, pessoal, tecnologia, informação e equipamento', organizando seminários, cursos, bolsas e alocando recursos para ações específicas;

b) a assinatura do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica de Cooperação no campo agropecuário e agroindustriais, que cria um Grupo de Trabalho para desenvolver programas nas áreas de irrigação e drenagem, formação de cooperativas, capacitação em diferentes níveis e modalidades e assistência e equipamento para estações experimentais;

c) a assinatura de um Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica no campo da Saúde, tendo como entidades executoras o Ministério da Saúde do Brasil — Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), e o Ministério da Previdência Social e Saúde Pública da Bolívia, com ênfase em um programa de cooperação horizontal, visando à pesquisa, o aperfeiçoamento de recursos humanos e ao estabelecimento de um centro de documentação na área de saúde;

d) a assinatura do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia que prevê a intensificação da cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e a Bolívia, bem como a organização de intercâmbio entre os dois países nesse campo com base no Artigo I do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Cientí-

fica celebrado entre os dois Governos, em 10 de julho de 1973;

e) a assinatura do Acordo Geral de Cooperação em matéria de siderurgia entre a SIDERSA (Empresa Siderúrgica Boliviana S.A.) e a SIDERBRÁS (Siderurgia Brasileira S.A.) que estabelece meios, mecanismos e procedimentos em relação ao referido assunto, com vistas a canalizar interesses convergentes e a estimular intercâmbio de tipo tecnológico, científico, comercial, de serviços ou de recursos humanos entre as partes;

f) a assinatura do Convênio mediante o qual a Universidade de São Paulo e a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FDTE), dependente da mesma, comprometem seus serviços a entidades bolivianas, autorizando o Governo da Bolívia a contratar diretamente com a FDTE projetos e assessorias de conteúdo tecnológico;

g) a intenção de manter, por intermédio dos organismos e entidades competentes dos dois países, um intercâmbio de critérios, informações e assessorias sobre os temas atuais da economia, particularmente, inflação, indexação, dívida e aspectos monetários;

h) a intenção de analisar conjuntamente, através de seus respectivos Ministérios das Minas, a assinatura de um Convênio de Cooperação e Assistência Técnica em áreas específicas que, entre outras, compreenderia a prospecção, exploração, produção, beneficiamento, metalurgia e comercialização dos minerais e metais produzidos nos dois países, particularmente do estanho, ouro e pedras preciosas, para o qual, no prazo de 90 dias, ambos os Governos iniciarão conversações a nível técnico;

i) a intenção de promover o intercâmbio de experiência e informações com relação à administração e operação de Aeroportos, particularmente tendentes à ativação do Aeroporto de Viru-Viru.

Acordaram constituir um Grupo de Trabalho sobre Cooperação regional-fronteiriça, com a finalidade de fomentar o intercâmbio econômico, cultural e social, recomendar ações específicas de cooperação regional-fronteiriça de interesse mútuo e assessorar ambos os Governos, na execução de uma política ativa de colaboração de interesse recíproco, em âmbito regional e fronteiro. O mencionado grupo contará também com a participação de autoridades estaduais e departamentais e de representantes de organismos oficiais e entidades, tanto regionais como locais.

O Presidente da Bolívia manifestou a decisão de seu Governo de impulsionar uma política integral no campo energético, buscando a transformação e a substituição dos recursos naturais não-renováveis por renováveis.

Nesse contexto, os dois Presidentes reafirmaram a vontade política de ambos os Governos de executar o Acordo de Cooperação e Complementação Industrial de maio de 1974 e o Acordo Complementar de agosto de 1977, com as adequações necessárias às circunstâncias atuais.

Salientaram igualmente o progresso dos trabalhos técnicos realizados para a pesquisa e desenvolvimento dos campos de gás da Bolívia, o estudo econômico e de engenharia do gasoduto Santa Cruz — São Paulo e a certificação das reservas de gás natural, assim como os avanços no exame técnico-econômico do programa siderúrgico boliviano, da planta de fertilizantes e de cimento, assim como os projetos petroquímicos.

Nesse contexto, acordaram que comissões dos dois países continuem as negociações, incluindo ademais as seguintes diretrizes:

Gás: iniciar a exportação de gás natural para o Brasil com o volume estipulado em 1974, incrementando-se de comum acordo até o volume estabelecido em 1978.

Hidreletricidade: com vistas a incrementar

os fluxos de comércio recíproco resultantes do suplemento do gás e materializar a política energética boliviana, o Brasil participará, com condições competitivas a nível internacional, na construção de centrais hidrelétricas e projetos de aproveitamento múltiplo na Bolívia, de acordo com o cronograma do Plano Integral de Desenvolvimento Energético boliviano, que inclui os projetos de Cachuela Esperanza, Sakhuaya, Misicuni, Icla-Villamontes — Sachapera e Rositas.

A Bolívia criará um fundo de desenvolvimento hidrelétrico com mecanismos específicos que garantam uma utilização eficiente destes recursos.

Finalmente, os Presidentes instruíram os órgãos competentes de ambos os países para que, com a possível brevidade, se realizem as negociações que permitam dispor dos instrumentos para implementar o gasoduto Santa Cruz — São Paulo e os outros projetos, de forma coordenada e gradual.

Registraram sua satisfação pelo incremento das relações comerciais entre PETROBRÁS e YPFB, que se traduzirá, inclusive, pelo aumento das exportações bolivianas de GLP para o Brasil, do montante de 40.000 toneladas/ano em 1984 a 100.000 toneladas/ano em 1985, bem como pelo início das negociações para a compra pela PETROBRÁS de gasolina de aviação produzida pela YPFB.

O Presidente da Bolívia expôs ao Presidente do Brasil os princípios que orientam sua política para encontrar soluções amistosas e eficazes para o enclausuramento geográfico que afeta seu país. O Presidente Figueiredo ratificou, com respeito ao que lhe disse o Primeiro Mandatário boliviano, a posição do Brasil de confiar em que se encontre uma solução pacífica, amistosa e satisfatória para a questão.

Nesse sentido, o Presidente do Brasil mencionou a simpatia com que seu país aprovou, juntamente com os demais membros

da OEA, a última resolução sobre o assunto na XIII Assembleia Geral da Organização.

O Presidente do Brasil reafirmou o propósito de seu Governo no sentido de colaborar efetivamente com a Bolívia, com vistas a facilitar seu acesso a portos brasileiros no Atlântico, inclusive através da implementação do oferecimento de livre trânsito pelo território brasileiro, do aperfeiçoamento da infra-estrutura de conexão das redes viárias, e das facilidades concedidas à saída dos produtos bolivianos de exportação.

Os dois Presidentes concordaram em que as respectivas Chancelarias manterão consultas regulares sobre temas de atualidade, tanto no plano bilateral, quanto no regional e mundial.

Os Presidentes do Brasil e da Bolívia, em especial, manifestaram sua satisfação com a realização da presente visita, na medida em que, através do diálogo franco e construtivo, possibilitou um estreitamento ainda

maior de vínculos já existentes entre os dois países, abrindo também novas perspectivas para o desenvolvimento de iniciativas e ações de interesse recíproco.

Ao término de sua visita, o Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo destacou a importância das conversações mantidas com o Presidente Hernán Siles Suazo e sua satisfação pela atmosfera fraterna e cordial em que se desenvolveram. Agradeceu vivamente ao Chefe de Estado, ao Governo e ao povo bolivianos a generosa hospitalidade que lhe foi dispensada e que é a expressão da inalterada amizade que une o Brasil e a Bolívia.

O Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo formulou ao Presidente Hernán Siles Suazo convite para visitar oficialmente o Brasil em data a ser acordada mutuamente, convite que o Mandatário boliviano aceitou com grande satisfação.

Santa Cruz de La Sierra, em 9 de fevereiro de 1984.*

Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 135, os textos dos Atos Bilaterais entre Brasil e Bolívia, assinados por ocasião da visita do Presidente Figueiredo àquele País; na seção **Mensagens**, página 155, o texto da mensagem do Presidente Figueiredo ao Presidente Hernán Siles Suazo, logo após deixar o espaço aéreo boliviano.

em Brasília, o presidente do uruguai gregório álvarez

Discursos dos Presidentes do Brasil, João Figueiredo,
e do Uruguai, Gregório C. Álvarez, no Palácio do
Itamaraty, em Brasília, em 27 de fevereiro
de 1984, por ocasião de banquete oferecido pelo
Presidente brasileiro ao Presidente Uruguiaio.

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Senhor Presidente,

É com especial satisfação que recebemos Vossa Excelência e seus ilustres acompanhantes. Sua presença entre nós realça os sentimentos fraternos de estima e admiração que o Brasil dedica à República Oriental do Uruguai.

Seu país sempre deu importantes contribuições ao diálogo e à compreensão entre as nações. Como o povo brasileiro, o uruguiaio acredita que o aprofundamento do conhecimento mútuo é o caminho para a harmonia e o progresso da comunidade internacional. Na pessoa de Vossa Excelência, acolhemos o Chefe de Estado cuja vida pessoal e profissional, assim como as altas funções que tem desempenhado, refletem capacidade e experiência que asseguram o proveito das nossas conversações.

Senhor Presidente,

Vossa Excelência nos visita quando a aguda crise mundial põe em evidência o acerto do constante processo de aproximação brasilei-

ro-uruguiaio. Este encontro possibilita não apenas dialogar no mais alto nível sobre temas de interesse bilateral, continental e mundial, como também, e sobretudo, trabalhar na busca de ações comuns entre os dois países, que possam concorrer para mitigar as dificuldades por que passam nossas economias.

Fatores negativos dominam o panorama atual. É verdade que começa a esboçar-se movimento de reativação da economia dos países industrializados. Essa tendência, porém, é ameaçada pela persistência de desequilíbrios nas finanças públicas, no comércio e no câmbio, que alimentam dúvidas sobre a durabilidade da recuperação.

Enquanto isso, o mundo em desenvolvimento suporta o peso da crise, sofre a perda de expectativas e a ameaça de destruição de estrutura produtiva construída com sacrifício ao longo dos anos. Nas sociedades menos desenvolvidas o custo social é ainda exacerbado pela pobreza tradicional e pela crescente pressão demográfica sobre o mercado de trabalho.

Não pode o exame das razões da crise mun-

dial ficar restrito a visões dogmáticas e unilaterais, mas terá de ser objeto de diálogo amplo, intenso e desprovido de inibições ou preconceitos. Estou seguro de que a responsabilidade pela busca de soluções e pela implementação de medidas corretivas cabe a todos os países. Contudo, se essa responsabilidade é universal, os sacrifícios para superar a crise deverão repartir-se segundo a capacidade de cada país.

Se algo há de positivo na crise atual, é o aprofundamento da consciência de que países industrializados e em desenvolvimento partilham de um destino comum. No entanto, esse fato não se traduziu ainda em modificações de caráter institucional que consagrem o novo ordenamento que almejamos.

Assim, se a contribuição dos industrializados terá de assumir a forma de aceitação de mudanças estruturais, para benefício geral, cabe a nós, conforme tive a oportunidade de manifestar nas Nações Unidas, demonstrar plenamente nossa capacidade de buscar, com serenidade e espírito construtivo, o encaminhamento de nossas postulações.

Senhor Presidente,

Aproximados pela geografia, pela história e pela cultura, com tantos aspectos comuns, nossos países revelam naturais e marcantes afinidades.

A extensa fronteira que compartilhamos constitui um traço de união entre dois povos cujos contatos ultrapassam o mero ritual quotidiano da boa vizinhança. Entre nossas populações multiplicam-se os laços de sangue e as relações humanas, consolidando sentimentos indissolúveis de afeto e solidariedade.

Nas ocasiões em que vivi em regiões próximas da fronteira, tive a satisfação de testemunhar a cordialidade com que se desenvolvem os contatos de toda ordem entre os nacionais de um e outro país e a convivência amena e fraterna entre brasileiros e uruguaios. Esse conagraçamento permanente se

manifesta nas estreitas relações entre os habitantes das cidades gêmeas de nossa fronteira.

A consciência dos interesses e destinos comuns está amplamente disseminada nos diferentes setores da sociedade brasileira, a qual sempre dedicou à Nação uruguaia particular simpatia e admiração.

A trajetória positiva da convivência entre o Brasil e o Uruguai foi certamente fruto da sabedoria com que nossos maiores souberam palmilhar os caminhos seguros de uma aproximação crescente.

Baseados na tradição de seus contatos bilaterais, o Brasil e o Uruguai forjaram vasto arcabouço jurídico, apto a fortalecer o seu relacionamento nos mais variados campos.

Entre os principais marcos desse notável acerto, sobressaem instrumentos como o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, o Tratado de Cooperação para o Aproveitamento de Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim e o Protocolo de Expansão Comercial.

O Tratado de Amizade abre horizontes promissores a orientarem nossos Governos e seus preceitos mantêm plena validade.

Concluído de acordo com o espírito do Tratado de Amizade, o Tratado da Lagoa Mirim destina-se a promover o desenvolvimento económico e social de uma área que cobre extensa parte da nossa fronteira comum, a qual nossos Governos têm dirigido especial atenção. Além de refletir a importância que ambos os países conferem a um processo de cooperação iniciado há cerca de duas décadas, esse acordo refere-se a região que, graças à visão e às iniciativas de nossos estadistas, entre os quais o Barão do Rio Branco, patrono desta Casa, simboliza o clima de exemplar entendimento entre o Brasil e o Uruguai.

De particular significado é também o Proto-

colo de Expansão Comercial. Bem demonstra a atenção dedicada por nossas autoridades a esse instrumento o constante aperfeiçoamento de sua implementação e sua adaptação às circunstâncias. Estamos associados para explorar a fundo as possibilidades de expansão de um intercâmbio comercial mutuamente vantajoso.

Nossos esforços em prol da máxima utilização de oportunidades de cooperação mútua assumem particular relevo em face das dificuldades económicas que ambos os países atravessam. Buscar a ampliação e o aprofundamento dos pontos de contato entre nossos países é condição básica para que a nossa atuação exterior, seja no plano bilateral, seja na esfera multilateral, adquira maior eficácia. Representa, ademais, contribuição positiva nos contextos da integração regional e da participação da América Latina em foros internacionais.

Senhor presidente,

O quadro jurídico do relacionamento brasileiro-uruguaio e os expressivos anseios de aproximação bilateral norteiam as conversações com Vossa Excelência.

É relevante efetuar balanço do que nossos países já realizaram nesse âmbito e das perspectivas à nossa frente.

Essa tarefa exige a consciência de que nossos problemas são similares e de que, juntos, podemos aumentar as possibilidades de soluções adequadas. Nosso relacionamento deve desenvolver-se no espírito de cooperação entre nações que se estimam e respeitam, dentro de parâmetros de igualdade e benefícios recíprocos.

Senhor Presidente,

Com a certeza de que muito já se fez entre o Brasil e o Uruguai, e do que ainda mais será feito, convido todos os presentes a comigo brindarem à prosperidade da nobre nação uruguaia, á constância das fraternas relações brasileiro-uruguaias e à saúde e feli-

cidade pessoal de Suas Excelências o Presidente da República Oriental do Uruguai e Senhora Gregorio Álvarez.

Muito obrigado.

DISCURSO DO PRESIDENTE GREGÓRIO ÁLVAREZ

Señor Presidente:

Agradezco vivamente las expresiones vertidas por Vuestra Excelência que traducen la calurosa y fraterna acogida de que hemos sido objeto desde nuestro arribo a esta hermosa tierra.

Esas demostraciones, ai tiempo que evidencian vuestro generoso espíritu, renuevan mi convicción sobre la fortaleza y profundidad de los sentimientos de amistad que unem a nuestros pueblos.

Brasília nos brinda generosamente el marco ideal para este encuentro, pues significa no solo un alarde de imaginación plasmado en su arquitectura deslumbrante, sino fundamentalmente una muestra de creatividad y temple de este pueblo, que en un acto de sublime esfuerzo erigió su capital, símbolo de su própria grandeza, proyectandose hacia ese enorme horizonte de progreso y felicidad por el que Vuestra Excelência vela.

Tengo la seguridad de que nuestro encuentro ha de contribuir para fortalecer y dinamizar aun más las relaciones entre Brasil y Uruguay, que se verán beneficiadas por una mejor comprensión de nuestras necesidades y aspiraciones y una mayor vinculación entre ambas naciones.

Comprensión y vinculación, Señor Presidente, sin las cuales no podremos materializar totalmente los objetivos comunes de una más amplia cooperación e integración, cimentadas en el diálogo sincero y los valores compartidos, que hán determinado una franca, leal y estrecha colaboración.

Esos valores, adquieren renovada importância en la actual coyuntura internacional, caracterizada por un preocupante aumento de las tensiones políticas y por una profunda crisis económico-financiera, que ponen en peligro la paz y seguridad de la humanidad.

Nos alarma particularmente, el camino que transita la relación Este-Oeste, y que estaría determinando el retorno a las tensiones de la guerra fría, peligrosamente acompañada por el incremento del potencial bélico, siendo asimismo motivo de nuestros desvelos para que América no sea escenario de las consecuencias que esos enfrentamientos puedan proyectar.

Nada más repudiado por nuestra conciencia que el flagelo de la violencia, — en sus formas de guerras convencional, psicológica e terrorismo —, que apartaría a nuestro continente del futuro de progreso y realizaciones por el que tanto lucharon nuestros antepasados ilustres y por el que realizamos nuestros mejores esfuerzos para lograr la felicidad de nuestros pueblos y la consolidación de la libertad y democracia, causas a las que jamás renunciaremos.

En este contexto no podremos dejar de mencionar la situación que afecta la América Central y el Caribe, sobre la cual mi país, en los correspondientes foros internacionales, ha dado a conocer en forma clara su posición.

Así, fiel a su invariable vocación pacifista, el Uruguay ha otorgado su apoyo a todas las propuestas dirigidas a soluciones pacíficas, destacándose las intensas gestiones realizadas por el Grupo de Contadora, al que nuestro país, al igual que Brasil, ha brindado su pleno respaldo.

Se que Su Excelencia, con los dotes de estadista que le caracterizan, coincidirá en que estas situaciones conforman de por sí un reto a nuestra acción exigiendonos cada día más, el mejor empeño y la mayor voluntad.

Ante un desafío de tal magnitud, el Uru-

guay renueva su profunda y permanente convicción de que solamente, mediante la aplicación irrestricta de los principios del derecho internacional, se podrá construir un mundo en el que las tensiones y conflictos sean desplazados por una convivencia basada en la armonía y cooperación entre las naciones.

Al referido enfrentamiento ideológico, se superponen las crecientes dificultades del diálogo Norte-Sur, en el que se conforma un retroceso que evidencia la falta de comprensión y voluntad política de los países industrializados para cooperar positivamente en la búsqueda de un nuevo orden económico internacional.

Ese retroceso es de por sí un elocuente testigo de la necesidad de fortalecer los mecanismos de cooperación multilateral, adaptándolos a la nueva realidad económica internacional.

Asistimos con preocupación a un proceso de acentuación del desequilibrio entre países desarrollados y en vías de desarrollo, donde los últimos deben cargar con una mayor porción de injusticia, al no ser responsables por una crisis que no obstante les afecta de manera significativa y ante la que no cuentan con los mecanismos y medios aptos para enfrentarla.

Nuestros países deben soportar los efectos negativos del sistema económico internacional vigente, puestos claramente de manifiesto en la actual coyuntura, donde las condiciones de sus deudas externas, el proteccionismo practicado por los países desarrollados, el deterioro de los términos del intercambio, las limitaciones drásticas al financiamiento para el desarrollo y la transferencia de tecnologías, así como las altas tasas de interés que rigen el mercado financiero internacional, son una pesada carga que incide dramáticamente en el bienestar social de los pueblos contrariando los objetivos permanentes de sus gobiernos y, porque no, en muchos casos fueron causa premeditada de la inestabilidad política de su vida insti-

tucional como forma neocolonialista de mantener el privilegio de fijar los precios de lo que compran y lo venden.

Los resultados financieros de esta anacrónica situación, son sin duda la injusta contribución de nuestros pueblos a mantener el alto Standard de vida de muchos países calificados como altamente industrializados.

Los países en desarrollo, conscientes de esta realidad, han continuado realizando propuestas, aguardando la adopción por parte del mundo industrializado de las soluciones globales y de fondo capaces de sortear la profunda crisis que vivimos.

En ese empeño, hemos podido comprobar que tanto de las reuniones de Cancún y Ministerial del GATT, así como de la Sexta UNCTAD, no emanaron los resultados añelados, frustándose una vez más las expectativas y legítimas aspiraciones del mundo en desarrollo.

Sin embargo, no podemos dejar que la pasividad derivada del desaliento nos limite en la exploración de nuevos caminos, pues postergaríamos el inalienable derecho de nuestros pueblos a su destino de grandeza y estabilidad.

Aún reconociendo que esta tarea cabe a todos los miembros de la comunidad de países con aspiraciones de progreso, es imprescindible que los países desarrollados acepten la responsabilidad que les cabe en función de su propio potencial e interés político, ya que inevitablemente, también su progreso y estabilidad dependen en definitiva del bienestar económico y social de nuestros países.

Nuestra América no puede ni debe permanecer de espaldas a este desafío, no solo porque significaría una traición a los ideales de nuestras progenies, que sonaron con un futuro de prosperidad para este continente, sino porque dejaríamos de lado, con toda la responsabilidad que ello impone, las esperanzas y aspiraciones de nuestros pueblos

ante los que estamos hondamente comprometidos.

En la reciente historia de América están registrados esos esfuerzos que han quedado plasmados en la creación de múltiples mecanismos de integración y cooperación.

Ese vasto marco institucional, que refleja la creatividad de nuestros países, no basta de por sí para viabilizar las respuestas que nuestras actuales necesidades exigen. Es imprescindible dotarlo de respaldo político concertado al más alto nivel, sin el cual, — la experiencia así nos lo ha demostrado — carece de eficacia, quedando relegado a la mera elaboración de una nómina de aspiraciones, sin posibilidades de concretarse en realidades operativas.

Ejemplifica lo antedicho, la acentuada disminución del intercambio comercial intrazonal, que no obstante contar con un instrumento como ALADI, reformulado en 1980 después de 20 años de experiencia, no ha logrado aún materializar los objetivos en que se fundamenta su propia creación.

Las naciones americanas conscientes de la realidad de la hora, asumieron en Santo Domingo el compromiso de aunar "sus voluntades políticas a fin de impulsar acciones y procedimientos que requieren el esfuerzo conjunto ante la grave crisis económica regional e internacional".

Aquel compromiso, tuvo su primera respuesta en la Conferencia Económica Latinoamericana celebrada en Quito, donde además de reiterar la hermandad y solidaridad de nuestros pueblos, ratifica nuestra unidad ante la adversidad y nuestro respeto al derecho soberano de todas las naciones de la región a transitar en paz y en libertad, exentos de todo tipo de intervención extranjera, sus propios caminos en los ámbitos económicos, social y político.

Con tal fin fue que se decidió reforzar la integración entre nuestros países, encaranola en base a medidas compartidas que

buscan conseguir mejores condiciones de refinanciamiento de la deuda externa, impulsando paralelamente el comércio intrar-regional, el incremento de los organismos de cooperación energética y todas aquellas acciones que nos permitan, no solo reimpulsar el desarrollo, sino fortalecer a un mismo tiempo la capacidad de respuesta de la región.

Debemos concertadamente, tener la convicción y la facultad de convencer que la solución a esta angustiante ecuación tiene transcendência mundial. Solamente sacrificando los extremos de las exigências de las partes en pugna y con la cooperación entre las mismas, para minimizar los factores de irritación y dinamizar el potencial ocioso orientandolo a mercados receptivos, podremos dar una primera y justa respuesta ai peligroso estancamiento que vivimos.

Señor Presidente:

Esta visita, que por si refleja el excelente nivel de nuestra relación bilateral, cimentada en la robustez de los tradicionales lazos que nos unem, propicia una pronta y nueva oportunidad de reencuentro en Uruguay, para revitalizar el ejercicio incansable dei entendimiento y dei diálogo.

Brasil y Uruguay no están unidos solamente por las condicionantes geográficas que determinam su vecindad, ni por sus propias histórias forjadas en episodios comunes, sino también por los profundos sentimientos de hermandad, originados en los valores esenciales que conforman una misma concepción dei mundo y de la vida.

Esos valores, trasladados a nuestras políticas exteriores, determinan la semejanza de principios que las guian, caracterizadas por una convivência internacional fundada en La Paz, el respeto a la igualdad de los estados, la no intervención en sus asuntos internos y la autodeterminación, así como en el rechazo a toda forma de hegemonia y a toda pretensión de liderazgo.

Ello se ve traducido en nuestra relación bilateral que es un ejemplo de esfuerzos renovados para consolidar una armónica cooperación, basada en una nutrida estructura normativa que abarque practicamente todos sus campos, particularmente evidenciada en los acuerdos celebrados en la ciudad de Rivera el 12 de junio de 1975, entre los que se destaca por su relevância el Tratado de Amistad, Cooperación y Comércio. Dicho instrumento, donde se ve plasmado el profundo grado de entendimiento que pueden alcanzar nuestras dos naciones toda vez que se lo propongan, se puede ver complementado y reafirmado asimismo, por la racionalización y adecuación dei protocolo de expansión comercial, peldaño fundamental en nuestra relación de intercâmbio.

Los diferentes grados de significación que para cada uno de nuestros países tiene, en función de las dimensiones de sus economías, el intercâmbio comercial bilateral, no debe llevar a desconocer que diversos factores hacen que ambos sean mercados naturales para una vasta gama de bienes y servicios, lo que torna aún en estrictos términos de mutuo beneficio, dei mayor interés de las partes en incremento de la corriente comercial.

No podremos desconocer, Señor Presidente, que la realidad política y económica internacional, con sus reflejos a nivel regional e interno, nos determina a mantener una profunda y permanente evaluación de toda nuestra relación comercial y de los instrumentos por lo que se canaliza.

Así, reiteramos de fundamental importância actualizar el protocolo de expansión comercial, instrumento este que debería ser el principal vehiculo canalizador de nuestro flujo comercial y que ha cumplido solo parcialmente sus objetivos de agente dinamizador.

Inevitablemente las circunstancias nos hán impuesto hoy, dar prioridad ai campo económico.

No esta en nuestra voluntad desconocer las áreas que componen el rico universo de una relación compleja, madura y fecunda como la nuestra. Por eso, me anima la certeza que este encuentro no alcanzará sus límites en esa urgente problemática, sino que servirá también para tonificar y dinamizar aún más la asistencia técnica, el intercâmbio cultural y científico, la capacitación de nuestros recursos humanos, en una palavra, Señor Presidente, continuar ampliando el vasto horizonte de la cooperación entre nuestros pueblos y gobiernos, sin la cual resultaría estéril todo esfuerzo para lograr respuestas adecuadas a presentes y futuros desafíos.

No alentamos falsas ilusiones de que esta tarea sea fácil, la sabemos compleja y árdua, requiriendo permanentemente una acción dedicada y realista empero, sabemos también que el aval dado por la creatividad, alto espíritu de sacrificio y profundo sentimiento nacional que caracterizan a nuestros pueblos, nos colocan a la altura de ese reto.

Brasil y Uruguay desde sus orígenes supieron convivir en la aventura fascinante de la historia de la América, y así, con profunda vocación americanista, supieron plantar, cuidar y tutelar el crecimiento enhiesto de ese frondoso árbol que es hoy nuestra relación.

Solidamente enraizado en el suelo fértil de nuestro pasado histórico y el desarrollo de sus potenciales humanos, materiales e intelectuales, sus ramas plenas de vida se nutren de la savia siempre renovada del diálogo franco y solidaria colaboración, protegiendo con sombra serena el invariable compromiso entre nuestros países.

Imbuído por los sentimientos de amistad y fraterna admiración que signan mi visita a este país, invito a los presentes a que me acompañen en un brindis por un futuro de grandeza para la nación brasileña, y por la salud y ventura personal de Vuestra Excelencia y Señora de Figueiredo.

presidente figueiredo: brasil e uruguai mantêm relacionamento intenso e fraterno

Discurso do Presidente João Figueiredo, no Clube Naval de Brasília, em 28 de fevereiro de 1984, por ocasião de jantar que lhe foi oferecido pelo Presidente do Uruguai, Gregorio C. Álvarez.

Senhor Presidente Gregorio Álvarez,

Sensibiliza-me de maneira especial esta homenagem de Vossa Excelência, recebida, sobretudo, como um gesto de amizade da República Oriental do Uruguai para com o Brasil.

A presença de Vossa Excelência entre nós constituiu passe importante no estreitamento dos laços entre nossos povos tradicionalmente unidos em torno dos valores da cooperação mútua e da boa convivência. Com efeito, o Brasil e o Uruguai mantêm há longo tempo, relacionamento intenso e

fraterno, pautado pela franqueza e compreensão recíprocas.

A visita de Vossa Excelência a Brasília configura relevante marco em nossas relações. Nossos Governos coincidem na convicção de que somente as modalidades de entendimento e colaboração que levem em conta as especificidades nacionais e não atentem contra o princípio do respeito mútuo entre os Estados serão capazes de enfrentar com êxito os efeitos adversos da crise internacional que ora vivemos. No curso de nossas conversações, estivemos de acordo em sublinhar pontos importantes. Coincidimos

em que é na manutenção de um espírito aberto ao diálogo e a iniciativas de benefício comum, que os Governos dos diversos países estarão em condições de alcançar seus mais lúdimos objetivos: no plano político, preservar a paz em meio ao perigoso clima de tensão hoje reinante; no terreno económico, lançar os alicerces para a edificação de uma nova ordem internacional em bases mais justas e eqüitativas.

Senhor Presidente,

A estada de Vossa Excelência no Brasil nos tem possibilitado passar em revista a ampla gama de temas relativos ao relacionamento bilateral. Desejo ressaltar as potencialidades abertas à intensificação das relações brasileiro-uruguaias. Dispomos de vasto arcabouço jurídico que nos oferece variados e ricos caminhos. O pleno desenvolvimento dos tipos de cooperação nele previstos adquire

caráter especial em virtude do momento crítico por que passam atualmente as economias de nossos países.

As conversações que mantivemos testemunham a disposição de nossos países em trilhar juntos a senda do entendimento e da colaboração. Demonstram exemplar relacionamento entre nossas nações, historicamente abertas ao diálogo e às iniciativas comuns. Nossas conversas robustecem a consciência de que nosso relacionamento deve multiplicar seus frutos.

Inspirado pelos fraternos laços que nos unem, peço todos os presentes que brindem comigo à crescente prosperidade da nobre nação uruguaia, à permanente amizade e cooperação entre nossos povos e à saúde e felicidade do Presidente Gregorio Álvarez e de sua Excelentíssima esposa.

declaração conjunta brasil-uruguai

**Declaração Conjunta Brasil-Uruguai, feita em Brasília,
em 28 de fevereiro de 1984, ao final da visita
do Presidente do Uruguai, Gregorio C. Álvarez.**

A convite de Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor Tenente-General Gregorio C. Álvarez, Presidente da República Oriental do Uruguai, acompanhado de sua esposa, Senhora Maria dei Rosário Flores de Álvarez, realizou uma visita oficial à cidade de Brasília, Brasil, nos dias 27 e 28 de fevereiro de 1984.

Esta visita constituiu uma nova expressão da tradicional amizade brasileiro-uruguaia, e torna explícita a importância que ambos os Governos atribuem a suas relações bilaterais no contexto latino-americano e às perspectivas de intensificação de sua cooperação e intercâmbio recíprocos.

O Presidente da República Oriental do Uru-

guai fez-se acompanhar pela seguinte comitiva:

— Sua Excelência, o Senhor Juan José Silva Delgado, Presidente da Suprema Corte de Justiça;

— Sua Excelência o Senhor Carlos A. Maeso, Ministro das Relações Exteriores;

— Sua Excelência o Senhor Alejandro Vegh Villegas, Ministro da Economia e Finanças;

— Sua Excelência o Senhor Luiz A. Givogre, Ministro da Saúde Pública;

— Sua Excelência o Senhor Carlos Mattos Moglia, Ministro da Agricultura e Pesca;

— Sua Excelência o Senhor Angel M. Scelza, Secretário da Presidência da República;

— Sua Excelência o Senhor Brigadeiro-General Herbert R. Pampillon, Presidente do Diretório da Administração Nacional de Combustíveis, Álcool e Portland (ANCAP), Presidente da COM ASPO;

— Sua Excelência o Senhor General Jorge A. Bazzano, Chefe da Casa Militar da Presidência da República;

— Sua Excelência o Senhor Contra-Almirante Jorge Laborde, Chefe do Estado-Maior Conjunto;

— Sua Excelência o Senhor Eduardo Esteva, Conselheiro de Estado;

— Sua Excelência o Senhor Alfredo Platas, Embaixador da República Oriental do Uruguai em Brasília;

— Sua Excelência o Senhor Hélio Fernandez, Vice-Presidente do Banco da República Oriental do Uruguai.

Ambos os Chefes de Estado mantiveram proveitosas conversações, com um amplo espírito de cordialidade e franqueza, durante as quais analisaram as relações bilaterais, assim como aspectos relevantes da conjuntura política e económica interamericana e internacional.

Ambos os Presidentes expressaram sua convicção de que as relações internacionais devem basear-se nos princípios fundamentais de independência e igualdade soberana dos Estados, de respeito a sua integridade territorial, de autodeterminação dos povos, não-intervenção, proibição da ameaça e do uso da força ou de qualquer outro tipo de coação nas relações entre os Estados, de solução pacífica das controvérsias, boa fé, respeito aos tratados e de cooperação internacional para o desenvolvimento.

Reiteraram, outrossim, a firme adesão de seus países aos princípios e propósitos da

Carta das nações Unidas e da Carta da Organização dos estados Americanos — OEA —, e ressaltaram a necessidade de fortalecer os dois organismos, porquanto constituem os instrumentos mais apropriados para preservar a paz e a segurança mundial e do hemisfério, para promover a cooperação internacional para o desenvolvimento e para fundamentar e manter o entendimento e a harmonia entre as nações, com base no Direito Internacional.

Afirmaram que a paz, a justiça, o desenvolvimento e o bem-estar social constituem direito inalienável dos povos e aspiração comum do Brasil e do Uruguai. Coincidiram em que todas as nações têm o direito de procurar tais objetivos, com pleno respeito aos princípios consagrados do Direito Internacional e da Carta das nações Unidas e sem sofrerem pressões que limitem sua autonomia.

Concordaram em que a deterioração cada vez mais grave e inquietante da situação política e económica internacional exige esforços de distensão e entendimento, como meio de se eliminarem focos de tensão e conflito existentes em diversas partes do mundo e que envolvem inclusive países em desenvolvimento, deslocando esforços e recursos humanos e materiais essenciais ao desenvolvimento e ao bem-estar das suas populações.

Expressaram profunda preocupação com o agravamento da corrida armamentista e com a acumulação de arsenais nucleares que constituem verdadeiras ameaças à sobrevivência da humanidade, além de implicarem dispêndio de volumosos recursos necessários para dinamizar a economia mundial, especialmente numa época de recessão económica e crise financeira, como a presente. Sublinharam que o desarmamento geral e completo, sob efetivo controle internacional, é uma das condições essenciais para garantir a paz entre as nações, e instaram à renovação dos esforços internacionais para alcançá-lo.

Os dois Chefes de Estado estão convictos de que os profundos vínculos históricos entre os povos americanos e a coincidência de seus interesses essenciais, constituem a sólida base e o permanente fundamento da cooperação e da solidariedade no Continente. Com esse propósito, sublinharam que o respeito à individualidade dos países da região é a base da convivência hemisférica.

Os dois Mandatários reiteraram o apoio de seus países à justa reivindicação da soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas, assinando a necessidade de se realizarem negociações entre a República Argentina e o Reino Unido, de acordo com as resoluções pertinentes das Nações Unidas.

Reiteraram sua convicção de que a via pacífica deve sempre prevalecer na procura de soluções para controvérsias, como forma de garantir que a solidariedade e a cooperação continentais não sejam prejudicadas por ameaças à paz na região.

Expressaram sua preocupação pelo quadro de crise que vive a América Central, especialmente pela possibilidade de deterioração da situação regional, que traz riscos graves para a paz e cooperação hemisféricas. Coincidiram em que as causas profundas dos problemas centro-americanos têm raízes históricas e estruturais, os quais são agravados por formas de intervenção estrangeira. Neste sentido, os esforços para resolvê-los devem levar em conta a complexa realidade regional e o mais rigoroso respeito ao princípio de não-intervenção.

Reconheceram, ademais, que a crise só será superada mediante o diálogo e a negociação. Enalteceram, nesse contexto, os princípios e a ação do Grupo de Contadora e concordaram que os esforços envidados pela Colômbia, pelo México, pelo Panamá e pela Venezuela são positivos e merecem pleno apoio da comunidade interamericana e da comunidade internacional. Os dois Presidentes manifestaram a especial disposição de seus Governos no sentido de continuar a

atribuir a maior atenção e o mais decidido apoio à ação do Grupo de Contadora.

Assinalaram, igualmente, ser essencial, para que tenham êxito os mecanismos de negociação estabelecidos pelo Grupo de Contadora, que as partes envolvidas na crise se abstenham de atitudes e ações que possam agravar as tensões, prejudicando os esforços de paz ora em andamento.

Diante da grave e dramática situação que afeta o Oriente Próximo, os dois Presidentes expressaram sua profunda solidariedade em relação ao sofrimento do povo libanês, formulando um apelo para que todas as partes interessadas realizem o máximo esforço, com vistas a se obter uma imediata e efetiva cessação das hostilidades, assim como uma solução definitiva do conflito que enluta o nobre povo libanês, pela via do entendimento e da negociação.

Examinaram a situação da África Austral, considerando o regime do **apartheid** como fator responsável direto pela persistência das tensões regionais. Sublinharam, outrossim, a necessidade de que se chegue, prontamente, e de acordo com as resoluções pertinentes das Nações Unidas, à independência da Namíbia, o que constitui fator indispensável para a eliminação das tensões na área.

Os dois Mandatários coincidiram em que o Tratado da Antártida é o instrumento jurídico básico internacionalmente válido para aquela região. Reafirmaram os propósitos de seus Governos de trabalhar no âmbito do Tratado e de intercambiar experiências, com vistas a uma cooperação mais estreita entre os dois países.

Ambos os Presidentes expressaram sua satisfação pela conclusão e assinatura da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e concordaram em que tal instrumento representa um notável progresso para a obtenção de uma situação de paz, justiça e cooperação nos espaços marítimos, especialmente pela forma equilibrada com que protege os direitos de todos os Estados,

regula a preservação do meio marinho, a utilização pacífica dos mares e oceanos, o aproveitamento racional e eqüitativo de seus recursos vivos e não vivos na zona econômica exclusiva, na plataforma continental e nos fundos marinhos e contempla as legítimas aspirações dos países em desenvolvimento, particularmente em matéria de exploração das riquezas minerais do solo e subsolo marinhos.

Ao examinarem detidamente a atual crise econômico-financeira internacional, os dois Chefes de Estado coincidiram em que se trata de uma situação sem paralelo na história mundial, sobretudo no que respeita aos países em desenvolvimento. Lembraram que têm sido os países em desenvolvimento os que mais severamente sofrem os efeitos da crise não apenas internamente, mas também pelo acréscimo das dificuldades de acesso de seus produtos aos mercados dos países industrializados; pela deterioração dos termos de intercâmbio que avilta os preços de seus produtos básicos e semi-manufaturados; pela menor disponibilidade de recursos financeiros externos, simultaneamente ao aumento, a níveis insuportáveis, das taxas de juros internacionais; pelo aumento da carga do endividamento externo e pela redução, a níveis regressivos, de suas exportações.

Manifestaram a necessidade de que os esforços em prol da reativação econômica incluam não somente as expectativas das economias desenvolvidas, como também, e principalmente, as medidas tendentes a aliviar a dramática situação dos países em desenvolvimento.

Concordaram, portanto, que o caráter global da crise econômica requer soluções da mesma natureza, conseqüência da conjunção das vontades políticas dos governos afetados, baseadas na cooperação internacional e dirigidas, fundamentalmente, à superação das dificuldades dos países em desenvolvimento nos campos financeiro e comercial.

Neste sentido, ambos os Presidentes reiteraram a necessidade urgente de que se promova uma nova ordem econômica internacional na qual prevaleçam as relações de cooperação e participação efetiva, manifestando sua convicção de que relações econômicas internacionais mais justas e eqüitativas constituirão um poderoso estímulo ao desenvolvimento econômico de todos os países do mundo.

Ao examinarem a situação econômica na América Latina, os dois Chefes de Estado realçaram a necessidade de se reforçarem e diversificarem os esforços de cooperação, para que a região possa enfrentar com maior eficácia uma crise econômica internacional cujos efeitos a afetam de maneira particularmente onerosa. Neste sentido, concordaram em que se deve propiciar a maior aproximação possível entre os países latino-americanos, apoiando-se os esforços de integração e cooperação, bem como a plena realização da solidariedade entre eles.

Em conseqüência, expressaram seu especial interesse na Conferência Econômica Latino-Americana, realizada em Quito, em janeiro de 1984, e consideraram que os resultados da mesma exprimem a determinação política da América Latina de enfrentar com decisão os problemas econômicos e financeiros que a afetam e de procurar bases para uma ação comum à presente conjuntura. Neste sentido, deve-se promover a cooperação, nos campos financeiro e comercial, dos agentes credores e devedores, como forma de se chegar à eliminação dos preocupantes desequilíbrios atuais, mediante o incentivo às exportações, ao comércio internacional e ao aprimoramento tecnológico da produção.

Os dois Presidentes notaram, com satisfação, que, dentre os fatores que contribuíram para o êxito da Conferência Econômica Latino-Americana de Quito, destacam-se os estudos preparatórios elaborados pela CEPAL e pelo SELA.

A esse respeito, ressaltam a análise que am-

bos os organismos vêm realizando sobre a estratégia para o desenvolvimento a ser aplicada no restante desta década, bem como os diferentes mandatos que os Chefes de Estado e seus Representantes lhes incumbiram na Declaração de Quito, para a realização de estudos sobre temas de vital importância para a região.

Os Primeiros Mandatários referiram-se igualmente aos novos esforços de cooperação que se realizam na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), orientados para o aumento do intercâmbio comercial e da complementação regionais. Em nome de seus respectivos países, ambos os Presidentes manifestaram sua confiança nos mecanismos previstos na Associação para lograr estes fins.

Os dois Chefes de Estado reafirmaram seu apoio ao Sistema Económico Latino-Americano (SELA), que constitui um importante órgão da cooperação e da coordenação regionais, e concordaram em colaborar para o seu fortalecimento, atribuindo aos seus Governos um papel ativo no próprio Sistema e em seus diversos Comitês de Ação.

Ambos os Presidentes reafirmaram sua vontade de cooperar para a obtenção dos objetivos fixados no Tratado de Brasília, comprometendo-se a combinar esforços para impulsionar o desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência direta e ponderável, propondo o melhor aproveitamento dos recursos da sub-região.

Ainda dentro do âmbito fundamental da cooperação latino-americana, ambos os Presidentes reafirmaram a disposição de seus países de continuar participando, de maneira ativa e construtiva, nos trabalhos que se realizam no âmbito da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE), e expressaram sua convicção de que a OLADE constitui o foro adequado para o exame e o desenvolvimento da cooperação energética regional.

Ambos os Presidentes analisaram as relações brasileiro-uruguaias, e constataram, com satisfação, que continuam aprofundando-se, com suas características tradicionais de respeito mútuo, entendimento e realizações conjuntas, o que tem possibilitado uma significativa colaboração, particularmente no âmbito bilateral e regional, em benefício de seus povos.

Reafirmaram a plena vigência do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, assinado em Rivera, a 12 de junho de 1975, assim como a permanente validade de seus objetivos, e, nesse sentido, expressaram que o amplo espectro de possibilidades previstas no Tratado continua proporcionando vias úteis para incrementar, ainda mais, os estreitos vínculos que há muito unem os dois países.

Salientaram, outrossim, a importância do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, celebrado naquela data, e concordaram em que, apesar das dificuldades derivadas da atual conjuntura internacional, existem auspiciosas perspectivas de ampliação da cooperação recíproca, com o aproveitamento das relevantes potencialidades por ele oferecidas.

Anotaram, com satisfação, as recentes reuniões da Comissão Mista Brasileiro—Uruguia para o desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM), no que representam para a plena aplicação das provisões do Tratado da Lagoa Mirim, a fim de utilizar, da melhor maneira possível, os recursos naturais daquela região.

Ao recordarem a inauguração, em dezembro de 1983, da Usina Hidrelétrica de Palmar "9 de Fevereiro de 1973", congratularam-se pelo importante feito, que representou cabal demonstração das transcendentais realizações que se pode alcançar mediante cooperação entre ambos os países.

Consideraram, com especial atenção, o Acordo sobre Interconexão Elétrica, assinado, em Rivera, em 12 de junho de 1975,

e a Ata Final do Encontro entre o Ministro das Minas e Energia do Brasil e o Ministro da Indústria e Energia do Uruguai, realizado em 1980 na mesma cidade, bem como outros encontros entre autoridades dos dois países, e concordaram em que o campo energético continua a oferecer amplas possibilidades para o estreitamento das relações bilaterais; pelo que, recomendam que as respectivas autoridades competentes continuem a se reunir com vistas a incrementar a cooperação no setor, inclusive em matéria nuclear.

Ambos os Mandatários concordaram em que o campo das telecomunicações continua a oferecer amplas possibilidades para o estreitamento das relações bilaterais, pelo que recomendam que as respectivas autoridades competentes se reúnam, o quanto antes, com vistas a incrementar a cooperação no setor, especialmente mediante a transferência de tecnologia, a capacitação e a participação conjunta em organismos internacionais especializados.

Consideraram, com especial atenção, o entendimento recíproco e a colaboração entre ambos os países que possibilitou à implementação do Acordo Multilateral relativo ao uso dos canais de radiodifusão em frequência modulada.

Outrossim, viram com satisfação os progressos realizados no sentido da assinatura de um novo acordo em matéria de telefonia rural de acesso múltiplo.

Tomaram nota, outrossim, das promissoras atividades realizadas pela Subcomissão Sanitária Mista Brasil-Uruguai, criada pelo Acordo de Cooperação Sanitária, ao estabelecer áreas prioritárias, o que tem possibilitado progressos concretos na matéria, fundamentalmente em benefício das respectivas populações fronteiriças.

Recomendaram que os dois Governos estudem, através de suas entidades competentes, a melhor maneira de implementar as recomendações das Conferências Especiali-

zadas Interamericanas sobre Direito Internacional Privado a respeito da cooperação com vistas a agilizar os trâmites judiciais, tendo por objetivo a realização de consultas recíprocas quanto à matéria.

Em matéria de transportes entre os dois países, ambos os Chefes de Estado salientaram as múltiplas e relevantes possibilidades de expansão que oferece a cooperação brasileiro-uruguaia no setor, em suas várias modalidades. Outrossim, no que se refere ao Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre, assinado em Mar del Plata em 1977, reafirmaram a utilidade desse instrumento como meio de alcançar o desenvolvimento equitativo do transporte bilateral.

Os dois Mandatários, conscientes do valor das culturas uruguaia e brasileira e da importância decisiva que o fator cultural tem para o melhor conhecimento e entendimento entre os povos, convieram em incrementar os intercâmbios atualmente existentes entre ambos os países, conforme previsto no artigo 19 do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio de 1975.

Ao examinarem os diversos aspectos da cooperação econômica brasileiro-uruguaia, ambos os Presidentes registraram com satisfação as possibilidades que existem para ampliá-la e diversificá-la, inclusive em matéria de intercâmbio comercial, não obstante os efeitos depressivos resultantes da atual conjuntura internacional.

Por conseguinte, os dois Mandatários expressaram o firme propósito de que seus Governos trabalhem juntos na busca de soluções que permitam não apenas a recuperação dos níveis de intercâmbio e cooperação anteriormente existentes, mas também seu incremento a níveis compatíveis com as justas aspirações de seus povos.

Neste sentido, destacaram a importância do Protocolo de Expansão Comercial (PEC), assinado em Rivera, em 12 de junho de 1975, não apenas pelo que esse instrumento representa em si para a constante expan-

são das relações brasileiro-uruguaias, através do intercâmbio comercial, como também, e, em especial, pela constatação de que, desde sua entrada em vigor, o protocolo em questão tem sido objeto de contínua melhoria através de sucessivas ampliações.

Portanto, ambos os Presidentes concordaram em empenhar esforços para que os dois países consolidem uma relação comercial a mais fluida e transparente possível.

Tendo presente o objetivo de se realizarem progressos mutuamente benéficos na área comercial, não obstante a crise mundial, assinalaram a alta responsabilidade de todos os setores da sociedade em participar ainda mais ativa e imaginativamente na concretização do propósito de ambos os países incentivarem seu intercâmbio. Nesse sentido, estimam que os grupos negociadores devem realizar os máximos esforços no sentido de obter resultados operativos para melhorar o nível do intercâmbio. Outrossim, recomendaram a realização, o quanto antes, de amplo e diversificado encontro de empresários brasileiros e uruguaios, a fim de se encontrarem novos meios que levem ao estreitamento de seus contatos e ao incremento de seus negócios.

Reconhecendo o cada vez maior grau de complexidade das relações económicas internacionais, e o sempre crescente papel do setor dos serviços como fator de equilíbrio em suas contas nacionais, exprimiram sua convicção de que será altamente benéfico para a economia de ambos os países a utilização mútua e eqüitativa das capacidades desenvolvidas pelas respectivas empresas especializadas, em diversos setores, através de acordos operativos.

Persuadidos de que as possibilidades de complementaridade nos setores agropecuário e industrial das economias brasileira e uruguaia se constituem em elemento altamente positivo para o desenvolvimento das relações entre ambos os países, reafirmaram a necessidade de se analisarem os meios de intensificá-las.

Ambos os Presidentes sublinharam que os contatos freqüentes, nos mais diversos níveis, entre autoridades de um e outro país representam valiosa contribuição para a consolidação dos laços de fraterna amizade, que sempre presidiram as relações entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, em vista do que concordam em promover sua intensificação e diversificação.

Concordaram que esse propósito tem profundas raízes na história e nas tradições de ambas as Nações, e corresponde aos mais autênticos sentimentos de seus povos, que se harmonizam plenamente com os altos e nobres valores que regem a família latino-americana.

O presidente Figueiredo aceitou com satisfação o convite formulado pelo Presidente Álvarez para que visite oficialmente o Uruguai em data a ser determinada pelos canais diplomáticos.

O Senhor Presidente da República Oriental do Uruguai expressou seu profundo agradecimento pelas múltiplas atenções que ele e sua comitiva receberam durante sua grata permanência nesta Capital.

Feita na cidade de Brasília, aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de mil novecentos e oitenta e quatro.

a presença do presidente do México, miguel de la madrid, no brasil

Discursos dos Presidentes do Brasil, João Figueiredo, e do México, Miguel de la Madrid Hurtado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 29 de março de 1984, por ocasião de jantar oferecido pelo Presidente brasileiro ao Presidente mexicano.

PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Senhor Presidente,

Vossa Excelência e sua ilustre comitiva muito nos distinguem com sua honrosa visita. O encontro entre mexicanos e brasileiros é sempre ocasião de intercâmbio proveitoso e conagração fraterno. Tenho viva, na memória, a calorosa acolhida que recebi em Cancún, em abril do último ano.

A presença de Vossa Excelência entre nós é ocasião oportuna para reafirmar a atenção prioritária que o Brasil dedica aos países irmãos da América Latina. O excelente estado das relações entre o México e o Brasil e o sólido entendimento que as caracteriza é exemplo da atmosfera de concórdia e cooperação que procuramos criar em nossa região.

Durante minha estada no México, pude apreciar a grandeza da história, o vigor do presente e as potencialidades de sua grande nação. Beneficiário da herança de culturas autóctones, possuidor de alta capacidade criadora de caminhos e modelos próprios, o

México constrói com tenacidade, coragem e trabalho, uma sociedade moderna.

Para tanto, muito tem contribuído a firmeza e eficiência de Vossa Excelência na condução dos destinos mexicanos.

A difícil situação mundial pede reflexão para que se encontrem fórmulas capazes de evitar as confrontações, que tão adversamente afetam o conjunto das relações internacionais.

A interrupção da corrida armamentista, especialmente nuclear, e a obtenção de desarmamento geral, completo e efetivamente verificável são objetivos que se tornam cada dia mais prementes.

As circunstâncias indicam que esses objetivos ainda estão distantes. Urge, pois, insistir em que seja sustado um processo que a ninguém beneficia. Os países em desenvolvimento, que enfrentam dificuldades econômicas agravadas, não podem assistir calados à destinação de enormes recursos ao poder de destruição.

A retórica e a prática do equilíbrio da força não têm poupado o mundo de dolorosos

conflitos, que ameaçam regiões inteiras e rompem a harmonia entre as nações. Nossa preocupação é ainda maior quando consideramos os problemas de nossa região.

Jamais a América Latina se havia defrontado com questões tão graves quanto as que vêm marcando a América Central.

Pela feliz iniciativa do México, juntamente com a Colômbia, Panamá e Venezuela, conseguiu-se colocar em marcha o processo de Contadora. Diante da dimensão humana e social dos antagonismos regionais, Contadora abre perspectivas para soluções equilibradas e estáveis, fundadas, nas melhores tradições diplomáticas do continente.

Pouco mais de um ano depois de formalizada, a proposta de Contadora, desdobrada já em iniciativas concretas, constitui a única alternativa política e ética para a solução do problema centro-americano. Conta com êxitos palpáveis: conseguiu evitar conflagração militar aberta na região e desencadeou processo negociador multilateral de amplos reflexos positivos. O espírito de Contadora reflete-se igualmente na criação, no âmbito do SELA, do Comité de Ação de Apoio ao Desenvolvimento Económico da América Central, feliz inspiração mexicana, que se perfila como indispensável complemento económico da ação política e diplomática regional.

Não vêm de hoje o apoio e o incentivo que o Brasil empresta a Contadora. Já antes de formalizada a iniciativa, o Governo brasileiro expressara, em dezembro de 1982, sua convicção de que a mediação entre os países do istmo se beneficiaria da experiência e capacidade diplomática de Estados latino-americanos mais próximos e presentes na região, entre eles o México.

Verifico que nos assistia razão quando acreditamos na vocação negociadora e pacifista da América Latina.

Esta convicção é fator que nos leva a em-

prestar maior apoio à Organização dos Estados Americanos e a augurar que o foro hemisférico, pelo empenho de seus membros, veja revigorada sua ação e valorizados seus esforços pelo progresso e pelo entendimento.

Nossos países não podem relegar a segundo plano a experiência de tantos anos de convivência interamericana. A OEA é valioso instrumento, a ser preservado e utilizado no trato dos problemas continentais.

Senhor Presidente,

O México e o Brasil são nações que têm sabido pautar seu relacionamento pelo diálogo profícuo e fraterno. Mantemos firme a convicção de que a união de esforços é instrumento que possibilitará o advento de melhores dias para nossos povos. Faço minhas as palavras de Vossa Excelência, em seu discurso de posse, segundo as quais "o isolamento não é apenas anacrônico, mas também impossível. A cooperação entre povos livres é o único caminho para a paz em um mundo interdependente".

Nossos dois países têm procurado, em todas as ocasiões, sensibilizar as nações envolvidas para o tratamento eficaz a ser dispensado à crise económica mundial.

O Brasil, assim como o México, realizam ingente esforço no sentido de implementar políticas de estabilização, de austeridade, de reformas de instituições internas, com vistas à superação da crise económica que tão rudemente nos atinge. Temos procurado reativar os fluxos de comércio, essenciais, por seu dinamismo, ao trabalho de estabilização económica que empreendemos.

Registro, aqui, o notável trabalho que Vossa Excelência, à frente do Governo mexicano, realiza a fim de permitir a recuperação económica de seu país. Outro tanto temos feito os brasileiros, a despeito dos sacrifícios envolvidos. Nosso esforço, cujo preço é

bem conhecido por nossos povos, só produzirá, porém, os frutos almejados na medida em que houver, por parte dos países desenvolvidos, uma atitude mais construtiva. Até o momento, muito pouco temos visto nesse sentido. Devemos, portanto, intensificar as iniciativas que possam conduzir ao estabelecimento de uma ordem econômica internacional mais justa, mais equilibrada e mais condizente com as legítimas e irrenunciáveis aspirações dos povos em desenvolvimento.

A presente crise econômica afeta, ainda que em diferentes graus, todos os países latino-americanos. Vinculadas por multiplicidade de laços, as nações do Continente adotam atitude positiva em face dos problemas comuns. A Conferência Econômica Latino-Americana, realizada em Quito, no mês de janeiro, é acontecimento de relevante significado. Ao estabelecerem princípios para atuação coordenada, os países reunidos em Quito demonstraram sua correta percepção de que, diante dos desafios que nos são lançados pela economia mundial, somente a cooperação e a racionalização de esforços permitirão a abordagem eficiente da atual crise. Reitero hoje o empenho do Brasil em prestigiar as iniciativas que deverão decorrer da Conferência de Quito, tanto no que se refere ao relacionamento com o mundo desenvolvido, quanto no que diz respeito à dinamização do comércio e da cooperação intra-regionais.

Senhor Presidente,

As relações entre o México e o Brasil são, hoje, intensas e diversificadas, nossas economias são complementares. A determinação de nossos Governos de expandir o relacionamento e estimular a crescente aproximação entre nossos países serve aos mais legítimos interesses dos povos mexicano e brasileiro.

É bem verdade que a recessão tem inibido o comércio bilateral e a implementação de projetos de cooperação em diferentes áreas. A presença de Vossa Excelência no Brasil

nos dá oportunidade de demonstrar nossa convicção de que urge remover os obstáculos criados pela crise.

A moldura institucional que sustenta as relações bilaterais tem notável valor no momento atual. Desejaria, entre os instrumentos existentes, referir-me ao Programa de Trabalho sobre Cooperação Econômica e Comercial, firmado quando de minha visita a Cancún, e ao Memorandum de Entendimento sobre Cooperação Econômica e Industrial, que data de 1980. Esses dois documentos versam assuntos de interesse comum, como a exploração de bauxita, enxofre e minério de ferro; a produção de bens de capital; o fornecimento de matérias-primas; o incremento do intercâmbio comercial; e a cooperação industrial e financeira. Estou convencido de que, apesar das dificuldades, o intercâmbio bilateral será ampliado e enriquecido com a implementação de múltiplos projetos, no campo da cooperação industrial e da complementação econômica. Para tanto, o que vale, acima de tudo, é a vontade política dos dois Governos.

É com especial agrado, portanto, que, nesta oportunidade, vejo firmar-se um Programa de Trabalho atualizado sobre Cooperação Econômica e Comercial, entre os dois países, para o período 1984-1985.

Pareceu-me igualmente auspiciosa a criação de mecanismos de consulta sobre assuntos políticos, inaugurado em setembro de 1983 pelos Chanceleres dos dois países. Naquela ocasião realizou-se proveitoso exercício, renovado em outras oportunidades, de intercâmbio de opiniões sobre numerosos tópicos internacionais e bilaterais, o que amplia a base de entendimento entre o México e o Brasil.

Senhor Presidente,

Estou seguro de que a visita de Vossa Excelência estreitará os laços que unem o México e o Brasil. Desejo convidar todos os presentes a me acompanharem num brinde à

prosperidade da nobre nação mexicana, à tradicional e sempre crescente amizade que une nossos povos e à felicidade pessoal de Vossa Excelência.

PRESIDENTE MIGUEL DE LA MADRID

Señor Presidente:

Debo, en primer término, agradecer las expresiones generosas con que Vuestra Excelencia me recibe. Encuentro en ellas, junto a la expresión de la tradicional hidalguía brasileña, el afecto cercano con que se distingue al amigo. Nos encontramos antes de que termine de transcurrir un año desde nuestras conversaciones en Cancún. Este hecho subraya la prioridad que atribuímos al fortalecimiento de las relaciones y a la identificación de coincidencias que den base, como lo han hecho en el pasado, a oportunidades de acción común. Debemos contratularnos que ello ocurra, con cada vez mayor frecuencia, entre nuestros países.

Señores:

Llegar a Brasil nos permite, a otros latinoamericanos, presenciar otra dimensión de la riqueza y diversidad de la morada geográfica, el contexto histórico y las vivencias culturales que nos pertenecen. Para los mexicanos, situados en el lindero norte de nuestra parte del mundo, significa llegar a otra frontera: la que penetra al Atlántico como avanzada hacia el contacto con el otro hemisferio. Así, en más de un sentido, Brasil y México constituyen puntos extremos de América Latina. Dejan constancia, con su relación de tradicional amistad y fructífera colaboración, de la unidad esencial de nuestra región, construida en la diversidad de herencias históricas; en la variedad de formas de organización social y de instituciones políticas, y en la multifacética riqueza de culturas y formas de vida. Así, en su esencia profunda, la relación que une a nuestros países no se agota en ellos mismos,

sino que los rebasa, inscribiéndose en un amplio conjunto regional.

México y Brasil son, y han sido, participantes activos e interesados en el complejo y difícil sistema de relaciones políticas del mundo de nuestros días. Desarrollan, y han desarrollado, una política exterior activa, cuyos contenidos concretos del momento, reflejan la invariabilidad de los principios que les dan base, resultado directo de la experiencia histórica.

El ejercicio de una política exterior de principios no es, en el mundo contemporáneo, simple insistencia retórica ni, aún menos, deseo de ignorar la realidad política internacional.

Es, sobre todo, guía permanente para conocerla y reaccionar ante ellas y es, también, oportunidad de modificarla, en función de los intereses de la paz y la cooperación internacional.

Postular la no intervención, no equivale a ignorar una deplorable realidad y violaciones al derecho internacional: injerencias directas e indirectas, acciones de desestabilización y agresiones abiertas; equivale, en cambio, a recordar que su estricta observancia es requisito central para modificarla y establecer un ámbito para el ejercicio de la autodeterminación. Insistir en la renuncia al uso y a la amenaza de la fuerza, no equivale a desconocer la preocupante frecuencia con que se añade a la violencia para dirimir las diferencias internacionales; equivale, en cambio, a señalar que los conflictos, localizados encierran un aterrador potencial de extensión y generalización, por lo que aumentan el riesgo de una guerra nuclear.

Defender la soberanía y la integridad territorial es, ante todo, fórmula para señalar que las acciones de los poderosos, deben tener como valladar el respeto escrupuloso al espacio geográfico y a la identidad nacional de cada uno, elementos esenciales de la

igualdad jurídica de los estados. Buscar la transformación, en favor del desarrollo, del inequitativo esquema de relaciones económicas internacionales, no es intento de imponerse sobre las realidades de la economía mundial, sino reconocer que son ellas mismas las que imponen la necesidad de un funcionamiento más equitativo, armónico y compartido.

Solo con preocupación puede verse el deterioro que ha experimentado la relación entre las superpotencias, de la que en tan gran medida depende el ambiente político internacional. Su agudización se ha reflejado en la aceleración de la carrera armamentista, que sustrae recursos que fortalecerían de manera más efectiva la seguridad internacional, si se aplicaran a la cooperación y al desarrollo. Tensiones y armamentismo desembocan, inevitablemente, en la multiplicación de los focos regionales de conflicto, aumentando las amenazas a la paz y la seguridad e infligiendo graves pérdidas, humanas y materiales, a los países involucrados.

La multiplicación de los conflictos regionales subraya la urgencia de definir una respuesta global. Es concebible un renovado compromiso político de la comunidad internacional en favor de la solución pacífica de controversias. Y, como demuestra la experiencia del grupo de Contadora en Centroamérica, puede ser factible que países cercanos al área de conflicto, genuinamente interesados en la solución de problemas que pueden llegar a comprometerlos, jueguen un papel activo e importante para contribuir a restablecer el diálogo y la negociación y, por esta vía, aliviar las tensiones y restaurar la paz. Es igualmente importante que los países involucrados, directa o indirectamente, en un conflicto regional se abstengan de adoptar acciones que lo agudicen, renuncien a aspiraciones hegemónicas y no acudan a injerencias o acciones de destabilización.

Nuestros países han ocupado, en diversos momentos el centro de la atención y de la

preocupación internacionales alrededor del problema del endeudamiento externo. Hemos actuado responsablemente para mantener la viabilidad del sistema financiero mundial. Brasil y México conocen bien la forma de operación de la economía internacional, porque se han beneficiado de su expansión, aunque recientemente han sentido más que proporcionalmente los efectos de su crisis. Esta se ha originado, en buena medida, en la insuficiente comprensión de la naturaleza, el alcance y las consecuencias de la creciente interdependencia de la economía mundial, que ha impedido la adopción de políticas favorables a la reactivación y el desarrollo. Por el contrario, se ha recurrido a medidas que han provocado un funcionamiento negativo de las relaciones de interdependencia, multiplicando los efectos recesivos sobre la producción y el comercio.

Es evidente que el número cada vez mayor de acciones proteccionistas de los países avanzados, que se orientan contra las importaciones provenientes de países en desarrollo, constituye un ejemplo del recurso a políticas que ejercen efectos depresivos crecientes sobre el volumen del comercio mundial. Otra manifestación de esta tendencia se encuentra, desde luego, en el propiciamiento de tasas de interés reales muy elevadas, que ha dado lugar, en buena medida, a la explosión de los problemas del endeudamiento y que, en más de un sentido, amenazan con perpetuarlos, al tornar prácticamente prohibitivo el financiamiento del desarrollo.

Sumados, estos dos factores han deprimido la capacidad de pago, que esencialmente depende de la dinámica de los ingresos por exportación y de la continuidad de las corrientes financieras, precisamente cuando la elevación de la carga del servicio de la deuda obliga a destinar mayores recursos a su atención.

México inició, hace catorce meses, una política clara, definida y sin titubeos, orientada a vencer la crisis y a restaurar las con-

diciones para un desarrollo diferente. El ajuste, que era inevitable realizar porque la inflación estaba desbocada, el endeudamiento crecía sin freno y los desequilibrios fiscal y externo alcanzaban niveles inmanejables, ha supuesto sacrificios importantes.

El ajuste ha empezado a producir resultados: de una reducción sin precedente de las compras al exterior, sumada a un repunte exportador, se obtuvo una corrección sustancial del desequilibrio externo. Una estricta disciplina y un mejor control de ejercicio del gasto público produjeron, en un solo año, la reducción en más de la mitad del déficit de las finanzas públicas. Por ello, pudo cambiarse de rumbo la tendencia de la inflación, sometiéndola a control e iniciando su abatimiento. Simultáneamente, no cedió el empeño por defender la planta productiva y el empleo, evitando que el ajuste en el corto plazo dañara las bases para el desarrollo sostenido.

En 1984 continuará este proceso, pero ya puede esperarse el inicio de la reactivación, sin descuidar la reducción continuada de la inflación. La voluntad de ajuste de la sociedad mexicana tuvo expresión en el Programa Inmediato de Reordenación Económica, puesto en marcha en diciembre de 1982. Su voluntad de alentar un desarrollo diferente, que sustente una cada vez mayor democratización de la vida nacional, está expresada en el Plan Nacional de Desarrollo, instrumento central del sistema de planeación participativa y democrática.

Otros países de nuestra región, de acuerdo a sus propias experiencias y obedeciendo a sus prioridades nacionales, han emprendido también procesos de ajuste y, en este sentido, destaca la experiencia brasileña. Es importante subrayar que estos procesos no podrán ser plenamente efectivos y sus resultados no podrán manifestarse a plenitud, sin un mejoramiento drástico del ambiente internacional en el que se producen. El esfuerzo nacional es, desde luego, crucial, pero la incidencia de los factores externos

no puede desconocerse. Por ello, es esencial el mejoramiento de la situación económica mundial y la adopción de una estrategia global de reactivación y desarrollo.

La perspectiva de recuperación económica a escala mundial, abierta como resultado de la reactivación registrada en 1983 por algunos países desarrollados, debe ser fortalecida. Se requieren acciones de cooperación internacional que la afirmen y la difundan, particularmente en los campos interrelacionados, del comercio y el financiamiento. Es indispensable revertir la tendencia proteccionista. Ahora más que nunca, mayores exportaciones de los países en desarrollo significan, no solo el aumento de su capacidad de importar y de atender el servicio de la deuda, sino también mayores niveles de actividad económica y empleo en los países avanzados. Al mismo tiempo, se requiere restaurar las corrientes netas de recursos hacia los países en desarrollo, en condiciones mejoradas, a través de un abatimiento importante de las tasas de interés reales.

Solo de este modo podrá financiarse una reactivación sostenida de sus economías y aumentarse su capacidad de pago. Es cada vez más claro que, ahora, la expansión debe ser compartida para poder sostenerse y generalizarse.

La colaboración bilateral entre nuestros países tiene bases firmes. Hablamos con frecuencia, a través del mecanismo de consulta, establecido hace un año en Cancún, y descubrimos un amplio campo de coincidencias y propósitos comunes, que, cada vez más, da base a iniciativas conjuntas en el campo internacional y eleva la contribución de nuestros países a un mundo más armónico y a una sociedad internacional más democrática.

En los años recientes, la relación comercial y la colaboración económica bilaterales han resentido los efectos de nuestras propias dificultades y de los factores de signo negativo que han dominado el panorama de la economía mundial.

En la perspectiva inmediata continúan existiendo elementos que dificultan una rápida recuperación del comercio y la cooperación. Lo anterior obliga, por una parte, a ver con realismo la situación que se enfrenta y a plantear objetivos viables, cuya consecución sea factor de estímulo para el avance. Es preciso, por otra parte, ver más allá de la coyuntura y sentar las bases para una relación sólida, creciente y diversificada que habrá de derivarse, sobre todo de los procesos mismos de recuperación económica de nuestros países. Debemos avanzar en diversos ámbitos: nuevas fórmulas de manejo del intercambio comercial que contribuyan a su reanimación, sin esperar a la restauración de la capacidad de financiamiento tradicional de comercio: que orienten los intercambios hacia sectores clave para el desarrollo de más largo plazo. De cara al futuro, hay que fortalecer la cooperación en ciencia y tecnología, para que sea cada vez más relevante ante las necesidades del desarrollo.

El mejor conocimiento de las diversas y plurales formas de vida de nuestros países deben ser base de la relación cultural. Concibámosla en el amplio sentido del conjunto de estas experiencias nacionales, variadas y mutuamente enriquecedoras.

En Centroamérica se pretende dirimir conflictos ajenos. Las diferentes vías de desarrollo que sus países han elegido, se inscriben en el contexto de un enfrentamiento global que las distorsiona. La agudización de las tensiones y de los enfrentamientos puede conducir, si no la evitamos todos, a un conflicto generalizado que comprometa la seguridad en el ámbito latinoamericano y más allá de él. América Latina requiere de una Centroamérica estable y plural, que pueda integrarse a los esquemas de cooperación y que enriquezca la acción común de la región.

El camino para conseguir este objetivo es.

claramente, el del diálogo y la negociación, basados en el respeto de las identidades y

formas de expresión nacionales. No lo es, desde luego, el del enfrentamiento y el conflicto, el de las acciones desestabilizadoras, el de la imposición de modelos diseñados afuera, por quienes creen conocer, mejor que los centroamericanos mismos, lo que los centroamericanos quieren y lo que a ellos conviene.

Es este el sentido de las acciones del Grupo de Contadora. De ellas se desprende un entendimiento político básico de los cinco países de la región en favor de la paz, el alivio de las tensiones y el desarrollo económico y social del área, aunado a un entendimiento sobre las fórmulas para llevar a la práctica dichos objetivos. Se persigue ahora traducirlos en compromisos jurídicos que den lugar a un proceso irreversible de pacificación y desarrollo. Para llevarlo adelante, hay que perseverar en la negociación, acrecentar el ambiente amplio de comprensión y solidaridad internacionales, y, sobre todo, conseguir que no se contrarreste con acciones que, a través de la injerencia y la desestabilización, agudicen las tensiones y estrechen el campo de la colaboración. En más de un sentido, la tarea de Contadora es una tarea de América Latina y, más ampliamente, de la comunidad internacional.

Señor Presidente,

Señores:

Invito a ustedes a brindar por la prosperidad creciente y sostenida del Brasil, componente esencial de una América Latina vigorosa y solidaria: por la ventura personal de Vuestra Excelencia y de los dirigentes y representantes del noble pueblo brasileño; por la continuada colaboración amistosa entre nuestros países, y por la contribución que unidos, Brasil y México, hacen a la causa común de los pueblos latinoamericanos y a la consolidación de la paz en el mundo.

presidente mexicano visita o supremo tribunal federal

Discurso do Presidente do México, Miguel de la Madrid Hurtado (tradução não-oficial), em Brasília, em 29 de março de 1984, por ocasião de sua visita ao Supremo Tribunal Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal
Excelentíssimos Senhores Ministros
Meus Senhores:

Na cordialidade com que Vossa Excelência me recebeu, assim como nas eloqüentes palavras que me dirigiu o Excelentíssimo Senhor Ministro Décio Meireles de Miranda, vejo uma vez mais, e com profunda satisfação, o grande afeto que une os mexicanos e os brasileiros e que não podia faltar neste augusto recinto.

No campo jurídico, como em tantos outros, a nossa herança comum manifesta-se e forma parte da aliança profunda que une os latino-americanos.

Tanto no México como no Brasil, ao órgão supremo do Poder Judiciário compete não só definir o direito e resolver litígios em última instância, mas também, e sobretudo, controlar a constitucionalidade e legalidade da função pública. Os nossos povos decidiram que ele é o defensor por excelência, da ordem e das instituições.

Neste sentido, além de jurídica, a sua atividade é essencialmente política. Assim o indicava, há mais de um século, o ilustre tratadista José António Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente, que na sua obra sobre o direito público brasileiro, afirmou que o Supremo Tribunal Federal "é uma instituição mista de caráter político e judicial, em que predomina o primeiro, pelo fato de que é ele o que mais garantias oferece à ordem social. Não só à ordem civil ou judicial a que esta instituição presta serviços: a ordem política deve-lhe também valiosas garantias. É um guarda zeloso da pre-

cisa divisão dos poderes e da independência da autoridade judicial".

O conteúdo da política dificilmente se pode circunscrever, na sua riqueza, a um único valor básico; seja este a equidade, o poder, a estabilidade ou o desenvolvimento, para mencionar unicamente aqueles que em diferentes épocas têm constituído a preocupação primordial, tanto dos homens de ação como dos de reflexão. Podemos, no entanto, afirmar que, implícita em cada um desses valores, se encontra a noção de Justiça. Nos anos que correm, e dentro das prioridades que a crise global impõe, a nossa tarefa prioritária é o desenvolvimento. Mas o desenvolvimento não é senão um meio para conseguir uma sociedade mais justa e reta, dentro duma democracia integral.

Por isso atribuímos uma alta missão, dentro do plano nacional de desenvolvimento, à aplicação da justiça e à necessidade de adaptar às aceleradas modificações da vida moderna e à transformação constante da nossa realidade nacional.

Reconhecemos que o direito e a justiça têm um papel preponderante como fator de consolidação e estabilidade, mas também como motores da transformação social, para favorecer o melhoramento das condições de vida dos nossos compatriotas, fortalecer a função social da propriedade e do trabalho, promover a educação popular e garantir a independência nacional.

Dentro da renovação moral da sociedade mexicana que temos em vista, é essencial que a ética impere na ordem jurídica e na aplicação da justiça. Por este motivo esta-

mos empenhados numa ampla reforma, visando corrigir, qualitativa e quantitativamente, normas e processos tradicionais que a rápida transformação da sociedade tornou obsoletos ou inoperantes. Sabemos, no entanto, que a independência do Poder Judicial, que este digno Tribunal zelosamente defende, é premissa insubstituível de liberdade e que, por sua vez, a liberdade é a base do estado social de direito, que a partir da

Revolução Mexicana temos procurado fortalecer e aperfeiçoar.

Senhor Presidente:

Como advogado, como antigo professor de Direito Constitucional, sinto-me entre colegas. Neste ambiente de cordialidade foi-me dado exprimir, duma maneira esquemática, alguns dos objetivos que os mexicanos procuramos atingir no campo jurídico. Agradeço-lhe esta oportunidade e todas as suas finezas.

presidente figueiredo destaca a constante aproximação entre o brasil e o méxico

Discursos dos Presidentes do México, Miguel de la Madrid Hurtado (tradução não-oficial), e do Brasil, João Figueiredo no Clube Naval de Brasília, em 30 de março de 1984, por ocasião de jantar oferecido pelo Presidente mexicano ao Presidente brasileiro.

PRESIDENTE MIGUEL DE LA MADRID

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Corresponde-me, em primeiro termo, manifestar a Vossa Excelência meu reconhecimento perante o cúmulo de atenções e finezas que teve por bem brindar-me desde a minha chegada a esta cidade. Faço-o também em nome dos colaboradores que me acompanham nesta visita oficial à República Federativa do Brasil. Encontramos em vossas palavras e em vossa atitude, manifestações da fraternidade tradicional com a qual são distinguidos os mexicanos neste País nobre e belo.

Senhor Presidente,

Meus Senhores:

Nossas conversações em Brasília, mantidas antes de que cumprissem um ano aquelas que sustentamos quando tive a grande honra de receber em Cancún o Excelentíssimo Senhor Presidente Figueiredo, marcam uma nova etapa das relações entre nossos países,

na qual estas continuaram desenvolvendo-se e diversificando-se: tornando-se mais ricas e variadas, contribuindo ainda mais à nossa aproximação e ao nosso conhecimento. Estou convencido de que, assim orientando o futuro de amizade entre o Brasil e o México, interpretamos plenamente o sentimento e o desejo dos povos de nossos respectivos países.

Examinamos com os nossos colaboradores uma longa série de questões que nos interessam: no campo das relações políticas e económicas internacionais; no mais próximo da harmonização e da cooperação latino-americanas, e no mais imediato e profundo da relação bilateral. Em todos eles encontramos numerosos pontos de coincidência que dão base às nossas iniciativas e ações comuns; em todos eles identificamos oportunidades para prosseguir, para fazer mais coisas juntos, para avançar para o bem de nossos povos.

Nos documentos que emitimos ou que foram assinados pelos altos funcionários de nossos governos no dia de hoje, exprime-se

o alcance e a dimensão dos acordos derivados de nossas conversações. Tanto o Comunicado Conjunto quanto a Programa de Trabalho de Cooperação Bilateral para 1984—1985, refletem uma vontade única e firme, a de fortalecer nossa amizade ancestral e, sobre ela, construir relações de cooperação que respondam às necessidades e desejos de nossos povos.

Nossa estada em Brasília — e as próximas visitas a São Paulo e ao Rio de Janeiro — permitem que meus acompanhantes e eu mesmo nos aproximemos da realidade brasileira. O país vive horas cruciais para o seu futuro económico e político; enfrenta com decisão as dificuldades e desafios da hora presente; marcha adiante com passo firme. De tudo isso nos devemos congratular, pois um Brasil que tenha recuperado o desenvolvimento acelerado, é componente essencial de uma América Latina que possa fazer das aspirações de seus povos uma realidade.

Senhor Presidente:

Convido todos os presentes a brindar pela saúde e pelo bem-estar pessoal de Vossa Excelência, ao agradecer-lhe, uma vez mais, os testemunhos de amizade e de apreço com que Vossa Excelência me distinguiu.

PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

Excelentíssimo Senhor Presidente do México,

Miguel de la Madrid Hurtado,

Agradeço as palavras de amizade com que sou recebido por Vossa Excelência, no clima de concórdia que marca as fraternas relações entre nossos dois países.

na declaração conjunta, os entendimentos do presidente mexicano em Brasília

Admiramos no México, a riqueza de sua cultura, sua capacidade de sintetizar tradição e ímpeto renovador. Seu notável processo de modernização lhe permitiu crescer e projetar-se nos cenários regional e mundial sem abdicar de seus valores tradicionais.

Senhor Presidente,

Sua presença no Brasil bem testemunha a estima que unem nossos povos irmãos. As conversações que mantivemos, fluíram com a naturalidade só encontrada entre amigos que compartilham as mesmas aspirações, princípios e ideais.

Nossos países lutam por uma nova ordem internacional que torne mais harmoniosa a convivência entre as nações, com independência, dignidade e respeito mútuo.

Essa identidade de anseios alicerça firmemente a aproximação constante que, nos últimos anos, tem caracterizado o relacionamento entre o México e o Brasil. Múltiplos, fecundos e intensos têm sido os contatos entre nossos países, englobando os mais diversos campos e criando os mecanismos necessários para sua continuação, aperfeiçoamento e consolidação.

Senhor Presidente,

Permita-me convidar os presentes a comigo levantarem suas taças para brindar à amizade que une nossos dois países, ao grandioso futuro da Nação mexicana, à felicidade pessoal de Vossa Excelência e a todos os membros de sua ilustre comitiva.

Declaração Conjunta Brasil—México, assinada, no Palácio do Planalto, em Brasília, em 30 de março de 1984, pelos Presidentes João Figueiredo e Miguel de la Madrid Hurtado.

Convidado pelo Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oli-

veira Figueiredo, o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, Miguel de la Madrid,

realizou visita oficial ao Brasil de 28 a 30 de março de 1984. O Presidente do México fez-se acompanhar do Secretário de Relações Exteriores, do Presidente da Grande Comissão do Senado da República, e dos Secretários do Comércio e Fomento Industrial e da Educação Pública. Durante sua permanência em Brasília, o Presidente do México foi recebido pelo Congresso Nacional, reunido em sessão solene conjunta, e pelo Supremo Tribunal Federal, também reunido em sessão plenária solene. As conversações mantidas entre os Presidentes refletiram a amizade, a cordialidade e a franqueza que distinguem os vínculos entre seus países e permitiram reafirmar a vontade de seus Governos de fortalecer e diversificar suas relações bilaterais. Reconheceram que tal relacionamento assumiu crescente importância em todos os terrenos e que ambos lhe concedem alta prioridade dentro do quadro geral de suas relações exteriores.

As conversações permitiram também uma troca franca de pontos de vista sobre a situação internacional, na qual foi sublinhada a perspectiva latino-americana. Atualizaram a agenda da cooperação bilateral em todos os setores: consultas políticas, intercâmbio comercial, complementação industrial e tecnológica, cooperação financeira, cooperação técnico-científica, assim como intercâmbio cultural e educativo. Manifestaram a coincidência de pontos de vista no que respeita aos grandes problemas da vida internacional contemporânea e reafirmaram a importância que atribuem ao desenvolvimento das relações latino-americanas nos campos político, econômico e cultural.

Os Chefes de Estado consideraram com preocupação a deterioração do cenário político mundial, perceptível desde suas conversações em abril de 1983. Comprovaram que infelizmente a paz tornou-se mais precária e a negociação política entre as grandes potências se interrompeu de fato, provocando a persistência e, por vezes, o agravamento dos focos de conflitos e um dramático estreitamento do espaço para o

entendimento e a cooperação. A corrida armamentista absorve recursos crescentes que são retirados das dotações destinadas ao desenvolvimento. Recorre-se novamente a ações de intervenção e de desestabilização que aviltam em alto grau o ambiente das relações internacionais.

Reiteraram, conseqüentemente, a urgência do restabelecimento do diálogo em todos os níveis entre as superpotências e, especialmente, o reinício das negociações sobre o desarmamento, as quais devem conduzir à interrupção da corrida armamentista e viabilizar o desarmamento geral e completo, sob um controle internacional eficaz. Nessas negociações deve participar toda a comunidade internacional através dos órgãos específicos já estabelecidos, particularmente a Conferência do Desarmamento.

Os Presidentes reiteraram a firme e invariável adesão de seus Governos aos princípios e propósitos da Organização das Nações Unidas. Concordaram que a responsabilidade de apoiar e fortalecer o organismo universal, atualizando seus instrumentos, melhorando sua administração e aumentando sua eficácia, cabe a todos os estados-membros, devendo todos eles contribuir para a realização desses objetivos. As Nações Unidas — apesar das limitações e insuficiências pelas quais todos os seus membros são sem dúvida responsáveis, especialmente aqueles que exercem maior influência nos destinos da Organização — continuam a ser o instrumento fundamental para preservar a paz e a segurança no mundo, para propiciar a solução pacífica das controvérsias e o alívio das tensões, para promover a cooperação internacional com vistas ao desenvolvimento, e para construir um ambiente de entendimento e harmonia, com base nos princípios da convivência entre as nações e nas normas do Direito Internacional.

Ambos os Presidentes estiveram de acordo em que o mapa dos conflitos internacionais revela a premente necessidade de realização

de novos esforços destinados a diminuir a tensão entre as grandes potências e a eliminar os focos de conflitos regionais. Esses esforços exigem uma revitalização das ações de cooperação que tenha por base o reconhecimento de que a democracia, a justiça e o progresso econômico e social constituem aspirações irrenunciáveis dos povos, de que o respeito aos direitos humanos e o exercício das liberdades fundamentais do indivíduo são ingredientes básicos de uma vida internacional pacífica, e de que a democratização das relações internacionais, com base no respeito à independência e soberania das nações, é indispensável para a paz, a segurança e o desenvolvimento.

Ao examinarem a atual crise econômica internacional, os dois Presidentes concordaram em ressaltar que se trata da mais aguda dos últimos cinquenta anos e que trouxe consigo uma deterioração sem precedentes da cooperação internacional para o desenvolvimento, comprometendo, assim, a paz e a estabilidade mundiais. A estagnação da economia mundial e a diminuição dos níveis de comércio internacional, experimentados nos últimos anos, originaram-se da falta de reconhecimento da natureza, alcance e conseqüências da crescente interdependência econômica mundial. Esse fato tem permitido a adoção de políticas que agudizam e propagam efeitos negativos sobre a produção e o comércio. A multiplicação de medidas protecionistas e a manutenção de taxas de juros extraordinariamente elevadas, por parte de numerosos países desenvolvidos, são manifestações do tipo de política que afetou severamente o conjunto dos países em desenvolvimento, especialmente àqueles mais integrados à economia mundial.

Ao recordarem a Declaração de Cancún, que deram a público há praticamente um ano, os Presidentes concordaram que os sinais de recuperação em alguns países industrializados não se poderão consolidar nem se estender, a menos que o conjunto da comunidade internacional adote políticas

coordenadas em favor da reativação e do desenvolvimento e fortalecimento da cooperação internacional. Nesse sentido, reiteraram sua convicção de que estão maduras as condições para se iniciar uma nova etapa de diálogo construtivo entre o Norte e o Sul.

Observaram que nas atuais condições econômicas mundiais, torna-se particularmente urgente deter e reverter as tendências protecionistas, que têm dificultado de maneira crescente a entrada de produtos dos países em desenvolvimento nos mercados dos países industrializados. Da mesma forma, dever-se-ia assegurar que o sistema monetário e financeiro internacional permitisse o fornecimento de recursos financeiros em condições adequadas, sobretudo para os países que já realizaram processos de ajustamento, com vistas a corrigir os desequilíbrios interno e externo de suas economias.

Ao reafirmarem o decidido respeito de ambos os países a seus respectivos compromissos externos, assinalaram a importância de que os Governos dos principais países desenvolvidos, a comunidade financeira internacional e as organizações financeiras multilaterais reconheçam a necessidade urgente de assegurar aos países devedores melhores condições de financiamento e alívio efetivo da carga do serviço de sua dívida externa, a fim de permitir que se reestabeleçam, no mais breve prazo, taxas adequadas de crescimento econômico.

Coincidiram em assinalar que a crise exige soluções de alcance global, e que essas deverão definir-se no âmbito das Nações Unidas e de suas agências especializadas, no processo de negociações globais que é imperioso executar. A esse respeito, observaram que as consultas realizadas a partir do último período de sessões da Assembleia Geral abriram uma perspectiva positiva que é preciso aproveitar.

Ambos os Mandatários expressaram sua satisfação pelos êxitos do Grupo dos 77 em matéria de cooperação econômica entre os

países em desenvolvimento. Reiteraram seu apoio a essas atividades e ressaltaram a conveniência de que sejam definidos programas e projetos de cooperação realistas e factíveis, que, ao serem postos em prática, fortaleçam a economia desses países.

Consideraram que os resultados muito positivos e alentadores da Conferência Econômica Latino-Americana permitiram atualizar e tornar mais efetiva a posição da região em face dos principais problemas da economia internacional, especialmente das áreas correlatas do comércio e do financiamento. Reiteraram seu apoio à Declaração de Quito, cujo conteúdo deve pautar a atuação dos países latino-americanos nos foros econômicos multilaterais, procurando-se ativamente a adesão a ela e seu enriquecimento por parte de outros países em desenvolvimento.

As questões hemisféricas, em especial as relações latino-americanas, foram objeto de consideração particularmente cuidadosa nas conversações entre os dois Mandatários. Ambos reafirmaram que os propósitos, ações de solidariedade e cooperação regionais estão baseados nos profundos vínculos históricos e culturais que unem a América Latina, dotando-a de sólida e definida identidade regional. Para isso contribui, igualmente, a afinidade das questões que os países da região devem enfrentar com o objetivo de se integrarem à economia internacional hodierna.

Sublinharam, ao mesmo tempo, que a pluralidade é traço característico e enriquecedor da região, e que o reconhecimento e o respeito dessa qualidade fundamentam a conveniência hemisférica.

Na mais ampla perspectiva das relações continentais, os Presidentes expressaram que se faz necessário um grande esforço de renovação e mudança nos enfoques e nos comportamentos, capaz de reconhecer as profundas transformações ocorridas no hemisfério e na realidade dos dias atuais.

Nesse sentido, assinalaram ser inadiável a modificação da natureza das relações continentais, a fim de conceber novas formas de comunicação política e de cooperação econômica, que expressem a capacidade de acordo e de solidariedade latino-americana, bem como a autêntica vontade de aproximação dos demais países do Continente.

Expressaram que esse novo relacionamento continental proposto, com base em vínculos mais eqüitativos, dinâmicos e solidários, permitiria responder aos legítimos interesses de todos e às necessidades de desenvolvimento da América Latina, favorecendo, assim, a estabilidade e o progresso no Continente.

Renovaram sua adesão aos princípios da Carta da Organização dos Estados Americanos e consideraram que, em respeito a eles, tornam-se necessários a revitalização e o fortalecimento do Sistema Interamericano. O Presidente do México expressou sua confiança de que o Diplomata brasileiro eleito Secretário-Geral da Organização se empenhará na reorientação eficaz desse processo, de acordo com o mandato a ser definido pelos países-membros.

Nesse sentido, os dois Presidentes se referiram aos trabalhos da Comissão Especial de Financiamento e Comércio, estabelecida no âmbito da OEA. Manifestaram sua esperança de que os trabalhos da Comissão contribuam para facilitar o acesso dos produtos latino-americanos ao mercado norte-americano, incrementando assim as rendas provenientes da exportação, bem como a capacidade de pagamento da região. Indicaram, na ocasião, ser necessária a abertura de novas opções ao financiamento do desenvolvimento, a identificação e consecução de medidas efetivas para enfrentar o premente problema do endividamento.

Os Presidentes coincidiram na apreciação de que, desde suas conversações de um ano atrás, registrou-se importante evolução positiva no panorama político latino-ameri-

cano, que amplia as possibilidades de diálogo e cooperação regionais.

Os Presidentes estimam que se devem iniciar rapidamente negociações para resolver a controvérsia sobre as Ilhas Malvinas, em conformidade com as Resoluções 37/9 e 38/12 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de vez que qualquer demora poderá transformar o problema em foco permanente de tensões. Reiteraram o claro apoio de seus países à reivindicação argentina de soberania sobre o território daquelas ilhas.

Os Mandatários mantiveram um diálogo detalhado sobre a situação na América Central e suas perspectivas. Observaram que, nos últimos meses, a paz se viu seriamente ameaçada e que aumentou o risco de um conflito bélico de dimensões regionais. Nessa hipótese, comprometer-se-iam a paz e a estabilidade internacionais e se causaria irreparável dano às relações hemisféricas. Por isso, ambos os Presidentes destacaram a importância do fortalecimento dos esforços do Grupo de Contadora em prol da paz, do alívio das tensões e do desenvolvimento económico e social dos países centro-americanos. O Presidente do Brasil reiterou o apoio decidido e solidário de seu Governo a esses esforços e assinalou que o Grupo de Contadora constitui a única alternativa política e ética para a solução dos problemas centro-americanos.

Os Mandatários concordaram que o processo de Contadora obteve resultados inquestionáveis em seu empenho para impedir que os conflitos se tornassem mais agudos e para evitar uma conflagração generalizada, bem como na busca de bases para o entendimento político entre os países centro-americanos. Reconheceram que essa iniciativa latino-americana obteve amplo apoio da comunidade internacional.

Assinalaram que, diante da perspectiva de paz e entendimento ensejada pelas gestões de Contadora, torna-se imperioso que todos os países com interesses na região, e os próprios países centro-americanos, abstenham-

se de ações que possam perturbá-las ou que contribuam para deteriorar ainda mais a situação. A esse respeito, faz-se mister, ademais, demonstrar a vontade política necessária para tornar efetivos os compromissos originados no Documento de Objetivos e nas Normas para sua Execução. De tudo quanto precede depende a obtenção de uma solução pacífica, justa e duradoura para os problemas que afligem os povos da região.

Os Presidentes destacaram os resultados alentadores da recente reunião do Comité de Ação de Apoio ao Desenvolvimento Económico e Social da América Central (CADESCA), mecanismo de cooperação que constitui a dimensão económica do esforço de paz de Contadora. É importante que, com a contribuição de seus membros, assim como com a de países e organismos extra-regionais, o Comité execute o Programa de Trabalho adotado na reunião do México.

Ao examinarem a situação da economia e da cooperação regionais na América Latina, os Presidentes destacaram que o Plano de Ação de Quito contém um conjunto equilibrado de ações de cooperação, cuja execução é factível em breve prazo, bem como mandatos e orientações para a atividade dos organismos de cooperação económica na América Latina. Consideraram ser importante que o Plano de Ação se traduza em progressos efetivos nos diversos foros e contribua para uma oportuna racionalização da estrutura institucional da cooperação latino-americana.

Nesse sentido, os Mandatários destacaram seu apoio político ao Sistema Económico Latino-Americano (SELA) como organismo destinado a orientar e promover a cooperação económica e técnica regional. Registraram com satisfação os progressos obtidos nas últimas reuniões do Conselho com vistas a definir um conjunto de ações para reduzir a vulnerabilidade externa dos países latino-americanos e fortalecer a segurança económica regional. Consideraram que, por

essa ótica, convém examinar as tarefas do Sistema e de seus Comitês de Ação para assegurar maior congruência de conjunto.

Coincidiram que, para o futuro da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), é crucial acelerar o processo de convergência com outros organismos sub-regionais de integração, a fim de garantir o alcance regional das medidas de estímulo ao comércio e complementação econômica, especialmente a preferência tarifária regional, e a ampliação e o fortalecimento dos mecanismos regionais de financiamento do comércio.

Reiteraram que a Organização Latino-Americana de Energia (OLADE) deve apressar a execução do Programa Latino-Americano de Cooperação Energética a fim de incrementar a auto-suficiência regional e a autonomia tecnológica nesse campo.

À luz dos critérios anteriores, os Mandatários reafirmaram sua convicção de que a cooperação econômica regional na América Latina entrou numa fase nova e mais promissora, que requer um compromisso renovado dos países da região para a sua consolidação.

O amplo quadro do relacionamento brasileiro-mexicano foi motivo de consideração cuidadosa e pormenorizada nas conversações dos Mandatários. Os dois Presidentes referiram-se ao Mecanismo de Consultas em Matéria de Interesse Mútuo estabelecido como resultado de suas conversações em 1983 e destacaram que aquele documento permitiu a avaliação sistemática do relacionamento bilateral. Manifestaram, igualmente, que a frequente troca de opiniões entre o Secretário de Relações Exteriores do México e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil contribui para reafirmar as coincidências e realizar ações conjuntas no que diz respeito a algumas questões internacionais de interesse para ambos os países.

Ao analisarem o estado atual das relações econômicas bilaterais, ambos os Mandatá-

rios tomaram nota da forma com que se instrumentaram os compromissos contrai-dos durante o seu último encontro em Cancún, em abril de 1983, e convieram na necessidade de se levarem a cabo ações concretas para que as metas estabelecidas no Programa de Trabalho emanado daquela reunião se tornem mais próximas. A esse propósito, adotaram um Programa de Trabalho reformulado para 1984—1985 em matéria de cooperação econômica. Esse Programa reflete também os resultados da última reunião da Subcomissão Mista de Cooperação Econômica e Comercial, realizada na Cidade do México, durante o mês de setembro passado, bem como as conclusões a que chegaram, em meados do corrente mês, no Brasil, delegações dos dois países, as quais celebraram reuniões em matéria de cooperação econômica.

Examinaram amplamente o intercâmbio comercial dos dois países, cujo desenvolvimento continuou afetado pelas circunstâncias derivadas da aplicação dos respectivos programas nacionais de ajustamento econômico. Manifestaram sua firme determinação de continuar aplicando políticas, ações e mecanismos que fortaleçam e aumentam as transações comerciais bilaterais e, em particular, outorgaram prioridade às que permitam alcançar um comércio mais dinâmico, diversificado e equilibrado.

Com efeito, desenvolver-se-ão programas especiais de intercâmbio comercial para a aquisição recíproca de pacotes de determinados produtos propostos pelos setores empresariais de cada país. Tomaram nota com satisfação de que já foram apresentados os primeiros pedidos de operações desse tipo.

Observaram também que o objetivo de incrementar o comércio bilateral será facilitado pelos entendimentos em matéria de agilização recíproca de trâmites administrativos de importação, em cada país, bem como pelo apoio às atividades de promoção e intercâmbio de informações sobre oportunidades comerciais.

Os Presidentes manifestaram satisfação pelos resultados alcançados na negociação, entre o Brasil e o México, do Acordo de Alcance Parcial nº 9, relativo às preferências outorgadas, no período de 1962-1980, no âmbito da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Nesse sentido, tomaram nota com agrado de que o referido instrumento será firmado na sede da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em Montevideu, pelos Plenipotenciários de ambos os países, em 31 de março de 1984.

Concordaram em continuar o estudo, com participação da Argentina, da iniciativa de estabelecer, pelos três países, uma preferência tarifária unilateral, sem exigências de reciprocidade, em favor dos membros da ALADI e de outros países da região. Ao assinalarem que esse mecanismo proporcionará forte estímulo ao comércio regional latino-americano, destacaram que o mesmo reflete o espírito dos acordos da Conferência Económica Latino-Americana.

Ao analisarem os progressos em matéria de complementação industrial, os Presidentes coincidiram em que essa área de cooperação apresenta amplas oportunidades para o fortalecimento das relações económicas bilaterais. Nesse sentido, acordaram em dar início a programas que permitam avançar, de forma realista, no sentido da consolidação das relações económicas entre ambos os países, principalmente nos setores em que continuam dependendo, de forma considerável, de insumos, equipamentos e tecnologias importados.

A fim de lograr esse objetivo, convieram na necessidade de mobilizar recursos de empresas públicas de ambos os países e levar a cabo esforços para a identificação de setores suscetíveis de gerar correntes comerciais e vínculos empresariais a médio e longo prazo.

Nesse sentido, expressaram sua convicção de que contato e cooperação mais estreitos dos homens de negócios dos dois países

afigram-se como essenciais para a expansão e diversificação comercial que se propõem.

Os Mandatários sublinharam que, para obter, com maior rapidez, os objetivos da complementação económica e expansão do comércio, é necessário contar com apoios financeiros suficientes. A esse respeito, viram com interesse a ampliação das linhas de crédito do Convénio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, para estabelecer montantes adequados às necessidades do comércio bilateral e para evitar os frequentes pedidos de liquidações extraordinárias. Expressaram sua satisfação pela assinatura de um Protocolo entre seus Governos em matéria de apoio financeiro ao comércio bilateral, que prevê a concessão recíproca de linhas de crédito. Consideraram importante levar adiante os mecanismos de estímulo às co-inversões.

Viram com particular agrado a possibilidade de celebração de uma reunião para examinar conjuntamente o estabelecimento de novos instrumentos financeiros regionais.

Ademais, os Mandatários observaram com satisfação a próxima realização, em Brasília, de seminário sobre políticas de ajustamento económico e infra-estrutura para planejamento, bem como a participação de técnicos brasileiros em cursos relacionados com as técnicas de planejamento económico e social, no México, no âmbito do Ajuste Complementar nessas matérias, adotado em Cancún.

Os dois Chefes de Estado estiveram de acordo em que a cooperação científica e técnica, através da formação de pessoal, do intercâmbio de experiências científicas e técnicas e da realização de pesquisas conjuntas, tem contribuído para estimular o desenvolvimento económico e social em ambos os países.

Expressaram sua satisfação pelos resultados alcançados na II Reunião da Subcomissão de Cooperação Científica e Técnica, realiza-

da em setembro de 1983, no México, ocasião em que foi aprovado amplo programa de trabalho para o biênio 1984/85, já em execução de maneira satisfatória.

Concordaram os dois Chefes de Estado em que se acrescentem ao programa de trabalho duas áreas de colaboração, consideradas prioritárias para o fortalecimento da capacidade produtiva dos dois países: a microeletrônica e o co-desenvolvimento tecnológico entre pequenas e médias indústrias, com vistas à geração coordenada de novas tecnologias. Manifestaram, igualmente, seu agrado pelo início da implementação do Programa de Intercâmbio de Jovens Cientistas entre os dois países e pela assinatura de instrumento relativo ao intercâmbio no âmbito da metrologia, normalização e controle de qualidade.

Os dois Presidentes renovaram o interesse de seus Governos em estimular relacionamento cultural e educacional dinâmico entre ambos os países que, além de intercâmbios importantes na área, converta-se em veículo de conhecimento recíproco e contribua para o fortalecimento da identidade latino-americana, baseada na pluralidade de culturas, que tanto a enriquecem. Destacaram que a cultura nacional engloba amplamente a vida de um povo, motivo pelo qual o intercâmbio nessa matéria deve concebê-la em toda sua riqueza e complexidade, como dimensão inseparável do processo de desenvolvimento que destaca, entre seus principais parâmetros e orientação, a necessidade de preservar a identidade nacional e a democratização de acesso e fruição dos bens culturais. Concebido em tais termos, o programa poderá contribuir para o fortalecimento dos vínculos regionais como requisito na sua busca comum para enfrentar o desafio do momento presente.

Os dois Presidentes assinalaram que a próxima reunião da Subcomissão Educacional e Cultural, em dezembro, constituirá a oportunidade para implementar amplo programa de intercâmbio que reflita as polí-

ticas culturais ativas dos dois países. Com esse propósito, foram examinadas, entre outras, as seguintes ações:

— fortalecer a colaboração acadêmica entre os centros de educação superior dos dois países, inclusive o intercâmbio de experiências, a realização de projetos conjuntos, o envio recíproco de publicações especializadas, a celebração de seminários de alto nível acadêmico e a possível criação de novas cátedras do idioma nacional no outro país, bem como o fortalecimento das já existentes;

— fortalecer, igualmente, o envio de bolsistas entre os dois países, nas áreas e especialidades que se determinem na reunião da Subcomissão;

— colaborar no âmbito da cultura e da arte a fim de proporcionar a presença de artistas e especialistas em teatro, dança e música de um país no outro; a apresentação de exposições das diversas manifestações das artes visuais; e, no campo da música, a promoção do intercâmbio de regentes de orquestra, solistas e partituras de compositores de ambos os países;

— estimular o intercâmbio de publicações e material etnográfico e as visitas recíprocas de conferencistas e especialistas em antropologia que contribuam para um melhor conhecimento da riqueza étnica e cultural de ambas as nações;

— promover o conhecimento mútuo da produção literária — ação que reveste especial importância — através do intercâmbio de livros, do estímulo às traduções e do conhecimento recíproco entre os escritores;

— promover a cooperação em diversas matérias entre as instituições de arquivos nacionais de ambos os países, a fim de abranger a realização de pesquisas e o intercâmbio de experiências técnicas relativas à sistematização de informação e restauração de documentos e materiais gráficos;

— examinar o estabelecimento de contactos diretos entre os institutos de rádio, televisão e cinematografia do México e as entidades correspondentes do Brasil, a fim de incrementar o intercâmbio de material audiovisual, a organização de festivais de cinema e semanas radiofônicas e a co-produção em cinema, televisão e rádio.

Os dois Mandatários concordaram que a presente visita traduz um significativo passo adiante no crescente processo de fraterna amizade e eficaz colaboração entre o Brasil e o México.

O presidente do México ressaltou, ao término das conversações, o ambiente extremamente cordial no qual se desenrolaram, e agradeceu ao Presidente da República Federativa do Brasil e às autoridades brasileiras

com as quais se avistou as demonstrações de interesse no fortalecimento das relações com o México. Agradeceu, igualmente, a calorosa hospitalidade que lhe foi dispensada pelo povo brasileiro durante sua visita, que interpretou como manifestação da tradicional simpatia e identificação entre brasileiros e mexicanos.

O Presidente do México formulou convite ao Presidente da República Federativa do Brasil para realizar visita oficial ao México, em data a ser mutuamente acertada, a fim de que prossiga o diálogo direto entre os Mandatários dos dois países, que se caracteriza por sua fluidez, franqueza e utilidade.

O Presidente do Brasil aceitou, sumamente agradecido, este convite.

* Na seção **Tratados, Acordos**, Convénios, página **144**, os textos dos atos bilaterais entre o Brasil e o México, assinados por ocasião da visita do Presidente mexicano, **Miguel de la Madrid Hurtado**.

saraiva guerreiro representa o brasil na conferência econômica latino-americana

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Quito, em 12 de janeiro de 1984, por ocasião da abertura da Conferência Económica Latino-Americana.

Senhores,

Tenho prazer em trazer-lhes as saudações do Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, e seus sinceros votos de êxito para os trabalhos desta importante Conferência. O Chefe de Governo brasileiro acompanhou desde o primeiro momento, com vivo interesse e simpatia, os preparativos para esta reunião, tão oportunamente convocada pelo Senhor Presidente do Equador. Sinto-me por isso particularmente honrado com a incumbência de representar o Brasil nesta ocasião.

Esta Conferência Económica Latino-Americana ocorre no momento mais difícil vivido por nossos países em mais de meio século.

Pela primeira vez em muitas décadas, encontramos-nos em período prolongado de estagnação e mesmo retrocesso económico.

Pela primeira vez em muito tempo, falta a nossos países a perspectiva do desenvolvimento.

Pela primeira vez, após intenso processo de integração à economia internacional, somos confrontados com dramáticas restrições,

quando antes, mal ou bem, se nos abriam oportunidades de acesso aos mercados comerciais e financeiros internacionais.

Pela primeira vez, enfim, sentimos materializarem-se, em toda sua força e extensão, os vícios e precariedades de um sistema internacional que há muito denunciávamos como instável, mas que não supuséramos pudesse vir a depositar sobre nossos ombros, de maneira tão abrupta e desproporcional, a pesada carga de suas disfunções.

A crise que vivemos resulta essencialmente da dependência económica e da vulnerabilidade externa.

Suas origens imediatas não estão em carências e limitações intrínsecas à constelação de recursos e à estrutura produtiva de nossos países, embora carecesse esta de reajustes, mas sobretudo em inusitada conjunção de fatores externos adversos.

Cada um de nossos países tem, intransferivelmente, a responsabilidade de corrigir os desequilíbrios de estruturas económicas e sociais que apresentam aspectos injustos — mas o que hoje nos reúne é a necessidade de procurar respostas comuns aos novos

desafios e obstáculos que o comportamento atual da economia internacional coloca diante de nossos esforços de superação do subdesenvolvimento, por vezes agravando as distorções a ele inerentes.

Senhores,

Nos anos 70, enquanto as economias desenvolvidas experimentavam baixas taxas de crescimento, os países do Terceiro Mundo, e especialmente as economias latino-americanas, cresciam rapidamente. Pela primeira vez, atenuou-se então a vinculação estreita entre o crescimento do Norte e do Sul, deixando a expansão dos países em desenvolvimento de ser mero reflexo do crescimento do Norte. Tal crescimento acelerado foi possível graças à crescente vinculação de nossos países ao sistema econômico internacional, tanto pelo lado comercial, onde a participação dos países em desenvolvimento no comércio mundial aumentou e se diversificou, incrementando-se também seu comércio recíproco, quanto pelo lado financeiro, onde a disponibilidade de recursos na rede bancária privada permitiu-nos financiar vultosos programas de ajustamento às novas realidades do setor energético, a que fomos forçados pela elevação dos preços do petróleo.

Se foi a América Latina que, por seu maior grau de desenvolvimento, abertura e entrosamento com o sistema internacional, obteve ao longo dos anos 70 maiores taxas de crescimento, aprofundando seu processo de industrialização, é a nossa região, agora, a principal atingida com a ruptura do vínculo entre comércio e finanças. De forma até improvisada e desorganizada, havíamos evitado uma contração brusca de nossas economias e contribuído para sustentar os níveis do comércio internacional. Agora, embora a crise não seja exclusivamente latino-americana, são nossos países que estão a pagar o maior preço do ajustamento requerido por um sistema econômico internacional instável e desestabilizador, e que passou a funcionar de forma ainda mais concentra-

dora em benefício dos países desenvolvidos.

Confrontados com modificação radical do panorama externo, por obra de fatores fora de seu controle, os países latino-americanos são chamados a aplicar políticas de ajustamento que privilegiam os elementos recessivos e visam à abertura de suas economias em condições que podem representar uma reversão dos ganhos do passado em matéria de desenvolvimento e industrialização. Tal receituário, formulado a partir de concepções alheias às especificidades de economias subdesenvolvidas, é aplicado de modo mecânico a países com condições econômicas e sociais distintas, e segundo regras definidas para uma conjuntura econômica internacional diversa da presente.

A gravidade da situação requer sérios sacrifícios, mas o peso do ajustamento não deve recair exclusivamente sobre os países devedores. Por outro lado, as estratégias de ajuste têm que forçosamente ter presente a conjuntura internacional.

Uma coisa é contrair demanda, aumentar exportações e servir à dívida numa economia internacional em expansão, com crescente abertura de mercados, taxas de juros baixas ou até decrescentes e fluxos financeiros em expansão. Outra, muito diferente, é aplicar a mesma estratégia de ajuste em meio a uma recessão internacional que a todos afeta, a um aumento sem precedentes do protecionismo, uma brutal deterioração nos termos de intercâmbio, a mercados em crise em todo o mundo, a taxas de juros inimagináveis e a severa e duradoura contração nos fluxos financeiros para os países endividados.

O peso do ajuste se desloca quase exclusivamente para a contração da demanda, reforçando as características recessivas do processo e inibindo a recuperação da economia internacional. O ônus do reajuste recai pesadamente sobre os países devedores. Enquanto isso não se nota, infelizmente, de

parte das nações credoras, medidas, no plano comercial e financeiro, à altura da responsabilidade substancial que tais nações detêm pelo futuro da economia mundial, da co-responsabilidade a que não se podem furtar pelo problema do endividamento externo, e dos meios superiores de que dispõem. Em recente pronunciamento, o Diretor Geral do FMI salientava que "dos 40 bilhões de dólares de melhora no déficit comercial conjunto dos países em desenvolvimento não-exportadores de petróleo, nos últimos dois anos, três quartos representaram redução nas importações" — fato que ilustra de modo enfático a inadequação dos métodos seguidos, em última análise em detrimento de toda a economia mundial.

O mal-estar de nossa época está longe, porém, de ser exclusivamente econômico: tão real quanto a crise econômica que nos aflige é a crise política no relacionamento entre as nações, caracterizada pela incapacidade da comunidade internacional de deter o acúmulo avassalador de medidas unilaterais e de soluções de força.

Claramente aumenta a tensão internacional, quer a nível de conflitos localizados, quer no plano do relacionamento entre as Superpotências e as grandes alianças militares.

Nas circunstâncias atuais evidencia-se, mais diretamente, uma inequívoca correção entre a tensão política e as dificuldades econômicas dos países em desenvolvimento. Se antes, em contexto de expansão econômica, era válido lamentar o desperdício, pelas grandes potências, em armamentos sofisticados, especialmente os nucleares, de recursos que poderiam apressar o desenvolvimento das nações mais pobres, hoje o subdesenvolvimento é diretamente agravado pela adoção nos grandes centros de políticas econômicas condicionadas pelas exigências de despesas militares verdadeiramente inéditas. Os grandes déficits públicos em que incorrem mantêm as taxas de juros acima da taxa de rendimento das atividades produtivas dos países que têm dívidas a pagar.

De certa forma, pois, repercute sobre a economia dos países latino-americanos parte considerável dos custos acarretados pela carreira armamentista.

Tal circunstância intensifica e torna mais concreto o interesse que sempre teve a América Latina nas soluções pacíficas duradouras para as tensões de nosso tempo, com base nos princípios da Carta das Nações Unidas, e ao mesmo tempo na preservação de seu espaço político próprio, com a rejeição de ingerências externas e de situações que provoquem a superposição de uma dimensão de guerra fria e conflitos regionais, e buscando, em suas próprias raízes, soluções autóctones e autênticas para conflitos e divergências entre nossas nações, que têm mais laços a uni-las do que diferenças a separá-las.

Nossa voz no plano internacional é certamente reforçada em sua autoridade pelas conquistas democráticas que estão a evidenciar a imensa identificação de nossos povos com os valores ocidentais permanentes.

Senhores,

A América Latina tem, na crise atual, o dever histórico de contribuir com propostas para a recuperação da economia internacional, e de trabalhar com empenho para a retomada do crescimento econômico da região.

É nesse contexto que vê meu país a importante iniciativa do Presidente Hurtado: neste foro, a solidariedade latino-americana deve mais uma vez permitir alcançar um acordo sobre um conjunto e propostas realistas a nível regional e internacional que a América Latina possa apresentar aos países amigos do Terceiro Mundo e do mundo desenvolvido para fazer frente à crise.

Tal programa teria, no que se refere às questões econômicas globais, duas vertentes: uma, que conteria medidas de curto prazo, para fazer frente à gravidade da situa-

ção conjuntural, e outra, que contemplaria medidas mais profundas, de longo prazo, endereçadas a algumas das causas da atual situação e a criar condições para um reordenamento das relações económicas internacionais em bases mais eficazes e equitativas.

Certos pressupostos básicos deveriam presidir a nossas propostas:

— o crescimento económico sustentado é condição indispensável para o atendimento das necessidades mínimas de nossas populações e para a estabilidade político-social de nossos países;

— as conquistas alcançadas no processo de industrialização de nossos países em desenvolvimento devem ser preservadas, e continuados com vigor nossos esforços de capacitação autónoma em setores de importância estratégica para o desenvolvimento e a soberania nacionais;

— a conquista de saldos comerciais crescentes pelos países devedores deve ser assegurada, principalmente, pelo crescimento das exportações, evitando-se a excessiva contração das importações;

— é imprescindível o alívio imediato da situação do endividamento externo dos países em desenvolvimento, por alguma forma de redução do serviço da dívida, reduzindo-se, pelo menos, as pesadíssimas sobrecargas dos juros, senão estes mesmos, e fazendo-se um esforço com vistas ao reescalonamento de pagamentos em perspectiva de longo prazo; pelo aumento dos fluxos financeiros e por maior previsibilidade do acesso a recursos.

Dado que a crise atual rompeu o vínculo entre comércio e finanças, e que nas circunstâncias atuais o que se observa é a acumulação de efeitos recessivos em que, no lado comercial, cada vez mais se restringem as importações dos países em desenvolvimento, e, no lado financeiro, cada vez mais aumentam as remessas como pagamento do serviço da dívida, as propostas no curto

prazo devem atacar as duas faces da moeda e tentar recompor o elo comércio-finanças de uma forma não-recessiva e duradoura. Nesse sentido, dois problemas sobressaem: o protecionismo nos países desenvolvidos, que, ainda no dizer do Diretor Geral do FMI, "ameaça lançar o mundo numa espiral recessiva que seria muito difícil reverter", e o atual nível das taxas de juros nos mercados financeiros internacionais. Ou se atacam frontalmente esses problemas ou não haverá como pensar em soluções de longo prazo.

No plano comercial há que se adotar, a curto prazo, um programa de emergência de abertura dos mercados dos países desenvolvidos para os produtos de especial interesse dos países em desenvolvimento, através de medidas a serem tomadas pelos países desenvolvidos, com vistas à abolição imediata de barreiras ilegais à exportação dos países em desenvolvimento, e à reversão do protecionismo em setores de especial interesse para tais países.

Adotadas tais medidas pelos países desenvolvidos, algumas das quais por tempo definido, ter-se-ia contribuído para restaurar condições para o revigoramento do comércio internacional, graças à ampliação da capacidade de importar dos países endividados (uma vez que suas exportações passariam a crescer em ritmo bem superior ao atual). Estaria lançada assim a base para uma retomada do processo de liberalização do comércio internacional, inclusive mediante eventual nova rodada de negociações comerciais globais. Os países desenvolvidos devem, porém, ter presente a necessidade de definir previamente os termos e condições para a participação dos países em desenvolvimento em tal rodada, através de um processo prévio de redução de barreiras naquelas áreas de interesse específico dos países em desenvolvimento, cabendo a estes contribuição relativa e diferida no tempo.

É indispensável, com efeito, que se tomem desde logo as decisões políticas necessárias para reverter o protecionismo que se faz

sentir, de maneira crescente, sobre os setores onde precisamente vinha ocorrendo deslocamento de vantagens comparativas em favor dos países em desenvolvimento, em produtos como têxteis, siderurgia, calçados, autopeças, entre muitos outros — ou setores onde as vantagens comparativas tradicionais detidas por nossos países são anuladas pelos imensos recursos desperdiçados sob a forma de subsídios à produção e exportação agrícola.

Qualquer processo de liberalização comercial a mais longo prazo só será factível, portanto, se os países desenvolvidos compreenderem ser imprescindível adotar medidas de ajuste estrutural que reduzam sua presença em setores onde suas indústrias não mais são competitivas. Pensarem reverter a presença dos países em desenvolvimento no mercado internacional de certos produtos industrializados, ou congelar tal presença aos níveis atuais, é estratégia míope e autodestrutiva.

Qualquer avanço no campo comercial, contudo, por mais significativo que seja, levará necessariamente tempo para materializar-se e, portanto, não poderá, por si só, aliviar a situação dos países endividados enquanto algo mais amplo não for feito com relação aos quase 800 bilhões de dólares devidos por esses países.

É paradoxal a situação, em que hoje nos encontramos, de, sendo países pobres e estruturalmente carentes de capital, estarmos a transferir recursos reais para o mundo desenvolvido, subsidiando-lhes a recuperação enquanto vemos drasticamente tolhida nossa capacidade de revigorar nossas economias. Essa é uma situação que não pode ser senão muito transitória. Os ajustamentos que certamente temos de fazer não devem destruir nossa própria capacidade produtiva, para não falar nos riscos sociais e políticos decorrentes.

É urgente encontrar soluções duradouras no interesse tanto dos países devedores quanto dos credores.

É preciso que a comunidade financeira compreenda que seus interesses de longo prazo devem ter primazia sobre ganhos de curto prazo.

É por isso necessário que todas as partes interessadas — Governos de países devedores e credores, bancos privados e organizações multilaterais competentes — façam esforços de reflexão com vistas ao encontro de rumos novos e mais adequados para o encaminhamento dos problemas do endividamento externo. Tais esforços devem incluir, sempre que necessário, uma reprogramação de pagamentos devidos, tanto a título de principal quanto de juros — pois sem isso será difícil, se não impossível, a retomada de nosso desenvolvimento, se persistirem graves dificuldades para a ampliação substancial de nossas exportações e a perspectiva de manutenção, no futuro previsível, de taxas de juros elevadas nos mercados financeiros.

As taxas de juros, com efeito, não podem seguir em seus níveis atuais, sob pena de que se tornem inviáveis os esforços já feitos para a administração da dívida dos países em desenvolvimento e se extinga a própria recuperação, incipiente e ainda insegura, que se esboça em alguns países desenvolvidos.

As renegociações, respeitadas as características de cada país e o perfil e composição de sua dívida, devem ter em vista um equacionamento do problema a longo prazo e que permita uma recuperação significativa no nível das reservas do país interessado, sem o que não se criará a necessária estabilidade e tranquilidade para que os países devedores possam atacar a tarefa de reajuste de suas economias e de eventual retomada de seu crescimento económico.

Senhores,

A crise económica mundial provou que a integração não é um processo isolado em si mesmo. É que os países, em época de crise, tendem a retrair-se, com resultados que rea-

limentam o processo de deterioração de suas relações económicas e comerciais em geral. Cumpre-nos, porém, em nome do ideal integracionista de nossos povos, o esforço de evitar, em nosso relacionamento, as tentações dos proteccionismos injustificados e das vantagens unilaterais, características dos tempos atuais. Cabe-nos transformar a crise em oportunidade de dinamização da solidariedade e da cooperação entre nossos países.

Creio que, para solucionar as dificuldades que enfrenta o comércio intra-regional, um primeiro passo seria a implementação da Preferência Tarifária Regional, prevista pelo Tratado de Montevideu de 1980. Sem pretender abordar pormenores técnicos, cuja discussão cabe ao foro competente — ou seja, o da Associação Latino-Americana de Integração, em cujo âmbito o instrumento deve ser implementado, através do Acordo de Alcance Regional aberto à adesão dos demais países da Região não-membros da ALADI —, diria apenas que a eficácia da referida Preferência está condicionada a determinados requisitos. Primeiramente, que sua criação seja acompanhada de um programa negociado de eliminação gradual de barreiras não-tarifárias, passível, no entanto, de ser cumprido sem exigências irrealistas que o transformem em instrumento inócuo, como o foi a Lista Comum da extinta Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Em seguida, seria necessário que o mecanismo a ser criado resguardasse os justos interesses de todos os países, segundo seus graus de desenvolvimento, através, no entanto, de fórmulas que não se constituam, na prática, em mais uma restrição não-tarifária, pelo acúmulo de pormenores superfluos.

Com respeito, ainda, à área do comércio, buscaríamos maximizar as possibilidades de complementação de nossas economias e procurar tirar proveito até mesmo de seus aspectos competitivos. Seria necessário, assim, no quadro da ampliação dos Convênios de Créditos Recíprocos, vencer os últi-

mos obstáculos, ainda existentes, para que o pagamento de determinados itens essenciais ao nosso desenvolvimento possa ser cursado através da compensação multilateral, quando adquiridos dentro da própria Região.

Senhores,

Ao comparar a crise de hoje com a dos anos 30, nem sempre se assinala uma diferença em favor dos tempos atuais. É que hoje o desafio mundial encontra a América Latina transformada por um quarto de século de esforços de integração. Esta Conferência mesma é um exemplo de coordenação e consulta entre latino-americanos que seria difícil de conceber cinquenta anos atrás.

Vem de longe a aspiração que, nas últimas décadas, temos tentado transformar em realidade. Bolívar, também neste ponto um antecipador do futuro, viu claramente que o valor da independência só se realizaria em plenitude se fosse acompanhado da unidade.

Integração e unidade são, da mesma forma que desenvolvimento ou democracia, conceitos de vocação global, indivisível. Não devem ser confinados ao domínio do comércio ou da economia sob risco de, mesmo nesses campos, verem o progresso inicial logo perder força e inspiração.

Após quase vinte e cinco anos de fase pioneira, já é tempo de que o movimento de integração económica atinja sua maturidade. Para isso, devemos trabalhar para que, entre nós, as diferenças de opinião ou interesse, quaisquer que sejam os motivos, encontrem sempre encaminhamento e solução através de métodos institucionais. Indispensável é não apenas superar os conflitos, reduzir-lhes o número e a frequência, mas fazer que a própria hipótese de conflito se torne aos poucos inconcebível, implausível.

Só assim haveremos de construir com fatos e ações a confiança recíproca na qual se alicerça a integração. São seus pressupostos

a comunidade de destino e de aspirações, a riqueza e diversidade de expressões nacionais harmonizadas pelo denominador comum da identidade latino-americana.

A vitória sobre a desesperança e o pessimismo deve nascer de uma reação baseada na autoconfiança. Não apenas da afirmação da vontade contra a adversidade dos tempos, mas do conhecimento sereno que temos da força, perseverança e vitalidade de que nossos povos, mesmo nos piores momentos, sempre souberam dar provas.

Para outros continentes, a idéia-força que plasmou a unidade foi ora a desço Ionização e a luta contra o racismo, ora a construção da convivência num espaço geográfico sob ameaça ideológica e militar externa.

Para nós, latino-americanos, o fio unificador, a ideia comum capaz de gerar a unida-

de e de dar-nos um perfil internacional inconfundível, só poderá ser a renovação do nosso compromisso com um desenvolvimento pleno e equilibrado, fonte de bem-estar e de justiça. É hora de forjar conceitos novos que atualizem o ideário do desenvolvimento.

A fim de alcançar esse objetivo, a Conferência que nos reúne, graças à visão de Estadista do Presidente Oswaldo Hurtado, tem todas as condições de contribuir decisivamente ao elevar o nível de consciência dos problemas que nos afetam nesta grave hora e, se Deus quiser, tornar possível um consenso mínimo sobre a nossa resposta solidária à crise contemporânea. Uma resposta que contribua para a concretização de nossos ideais de ordem com liberdade e progresso com justiça.

chanceler saraiva guerreiro abre a quarta reunião da comissão mista brasil-iraque

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty,
em Brasília, em 18 de janeiro de 1984,
por ocasião da abertura da quarta reunião da Comissão
Mista Brasil-iraque, que contou com a participação
do Ministro iraquiano do Comércio, Hassan Ali.

Senhor Ministro,

Receber Vossa Excelência em nome do Governo brasileiro é missão que cumpro com especial agrado, consciente do alto significado deste encontro para o aprimoramento das relações de amizade e cooperação entre nossos dois países. Desejo-lhe, e a sua comitiva, muito boa estada no Brasil.

Desde 1979, quando se reuniu pela primeira vez, em Bagdá, a Comissão Mista vem representando instrumento muito útil para o ordenamento de prioridades, a análise e intercâmbio de experiências, a correção de falhas eventuais e o estudo de meios e modos para consolidar e diversificar os vínculos entre Iraque e Brasil.

A difícil conjuntura internacional, caracterizada pela mais séria crise econômica e financeira dos últimos cinquenta anos pelo agravar-se das tensões mundiais e regionais requer de nossos Governos ainda maior empenho no sentido de procurar, no aperfeiçoamento da cooperação solidária entre países do Sul, uma resposta aos múltiplos desafios da hora presente.

A pressão de circunstâncias é, sem dúvida, desfavorável. Contemplamos, em todos os quadrantes do Globo, um quadro de recessão, de desemprego, de limitação do comércio internacional, de impasse e paralisação dos mecanismos do diálogo Norte-Sul.

A crise atinge com rigor os países do Sul, cujos produtos de exportação se vão gradativamente desvalorizando, e cujas economias têm sido solapadas pela violenta elevação das taxas de juros e pela diminuição das iniciativas voltadas à cooperação internacional.

No entanto, Iraque e Brasil timbram em não se deixar imobilizar pelas agruras do presente. Agimos confiantes em nossa capacidade de superar obstáculos e de estruturar mecanismos bilaterais mutuamente proveitosos que nos permitam preservar em alto nível e mesmo ampliar o intercâmbio de bens e serviços e a cooperação entre nossos países. Assim, estaremos correspondendo adequadamente às aspirações comuns de nossos povos.

Nesse sentido, registro como fato encorajador os resultados dos trabalhos do Comitê

Ad-hoc, constituído, durante minha visita a Bagdá, de tão grata memória, em setembro do ano passado, para encontrar soluções ao problema dos sobrecustos incorridos pelas empresas brasileiras em operação no Iraque. O Relatório do Comité, que será examinado pela Comissão Mista, constituirá oportuno ponto de referência para a continuidade da participação brasileira em projetos de desenvolvimento no Iraque.

Estou, portanto, seguro de que definições adequadas surgirão do esforço construtivo das duas partes, de forma a evitar que se desenvolva um contencioso comercial que em nada contribuiria para o bom andamento das relações entre nossos dois países.

Considero, também, com expectativa confiante a possibilidade de que se venha a concluir o Protocolo de Cooperação Económica destinado a contornar muitos dos obstáculos que a escassez de divisas estrangeiras enfrentadas por nossas economias impõem ao comércio bilateral.

No campo da cooperação técnica, científica e cultural afiguram-se promissoras as perspectivas. Essa cooperação poderá desenvol-

ver-se com maior vigor mediante a esquematização de empreendimentos e organização de programas conjuntos dimensionados realisticamente, em escala de grandeza compatível com nossas possibilidades atuais, e adequados às características de nossos países.

Senhor Ministro,

Com espírito de colaboração e fraterna amizade haveremos de examinar os temas que compõem a agenda deste encontro. Estou certo de que do trabalho conjunto das duas delegações brotarão resultados concretos e satisfatórios. A cooperação iraquiano-brasileira confirma-se como dinâmica realidade vivida com o ânimo de propiciar conteúdo sempre mais rico às nossas relações.

Desejo também cumprimentar o Doutor Abdul Wahab Al-Mufti pela designação para a elevada responsabilidade de Prefeito da milenar cidade de Bagdá.

É, portanto, com genuína satisfação que, juntamente com Vossa Excelência, Ministro Hassan Ali, dou início aos trabalhos da IV Reunião da Comissão Mista.

ministro do comércio do iraque recebe a grã-cruz da ordem do rio-branco

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 18 de janeiro de 1984, por ocasião da solenidade de entrega das insígnias da Grã-Cruz da Ordem do Rio-Branco ao Ministro do Comércio do Iraque, Hassan Ali.

Senhor Ministro Hassan Ali,

A história das relações entre o Brasil e o Iraque guardará lugar especial à gestão de Vossa Excelência como Ministro do Comércio da grande nação iraquiana.

Com efeito, ao longo de mais de uma década,

da, as autoridades brasileiras nos campos económico, diplomático e comercial têm encontrado em Vossa Excelência interlocutor competente e confiável, defensor leal dos interesses legítimos do seu país e aberto à cooperação com o Brasil e outros países do Hemisfério Sul, para projetos e ações comuns em benefício de nossos povos.

Na condição de presidente da Seção iraquiana da Comissão Mista, Vossa Excelência não tem poupado esforços no sentido de promover as iniciativas de comum interesse de nossos países e de encontrar soluções para obstáculos surgidos no caminho do nosso bom entendimento.

É natural, portanto, que nessa sua segunda viagem ao Brasil, Vossa Excelência possa perceber, ainda uma vez, em seus contatos com autoridades e com o povo brasileiros, a espontaneidade do nosso apreço pelas suas qualidades pessoais e de homem público.

Senhor Ministro,

Em reconhecimento à ação desenvolvida por Vossa Excelência no sentido do aprimoramento crescente das relações entre o Iraque e o Brasil, incumbiu-me o Senhor Presidente da República da honra de apor-lhe as insígnias da Grã-Cruz da Ordem do Rio-Branco, que perpetua a memória do patrono da diplomacia brasileira.*

Ao fazê-lo, desejo transmitir-lhe, com meus cumprimentos, os votos de felicidade pessoal e de amizade contínua e crescente entre o Iraque e o Brasil.*

* Na seção **Noticias**, página 157, uma informação sobre a quarta reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque.

a visita do secretário de estado norte-americano, george shultz

Discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e do Secretário de Estado norte-americano, George Shultz (tradução não-oficial), no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 6 de fevereiro de 1984, por ocasião de almoço oferecido ao representante do Governo dos Estados Unidos da América.

SARAIVA GUERREIRO

Senhor Secretário de Estado,

Ao acolher Vossa Excelência e sua comitiva, desejo expressar-lhe a satisfação com que sua visita é recebida pelo Governo brasileiro. Sua vinda ao Brasil constitui excelente oportunidade para impulsionarmos o diálogo entre nossos países, diálogo que está lastreado por amplo capital de boa vontade recíproca.

Nos últimos anos, registrou-se importante intensificação nos encontros entre altas autoridades dos dois países. Em 1982, os Presidentes João Figueiredo e Ronald Reagan trocaram visitas extremamente bem-sucedidas e que revigoraram os contatos no mais alto nível. Na ocasião da visita do Presidente norte-americano, os dois mandatários decidiram criar os Grupos de Trabalho, cujas atividades constituem o motivo mais imediato de nosso encontro nesta oportunidade.

Eu próprio estive em Washington em março de 1983, para o lançamento das atividades

desses Grupos de Trabalho, e, naquela oportunidade, manifestei a esperança de que Vossa Excelência pudesse aqui vir quando elas se encerrassem. Tais eventos encontram paralelo na multiplicação dos contratos nas demais esferas do relacionamento bilateral.

Vossa Excelência tem prestado valiosa contribuição pessoal para desenvolver e atualizar os laços entre nossos países. A variada experiência que Vossa Excelência traz ao cargo que ocupa, e seu conhecimento da realidade brasileira, o credenciam como interlocutor lúcido, neste difícil momento internacional que todos atravessamos.

Nosso encontro de hoje convida à reflexão sobre as características marcantes do relacionamento entre os Estados Unidos da América e o Brasil.

Se nossas nações dialogam há mais de duzentos anos e nossos Governos há mais de cento e cinquenta, é porque esses contatos fluem de fontes perenes e porque lhes soubemos dar flexibilidade e adequá-los à realidade. Assim construímos uma relação ao mesmo tempo estável, pois que baseada em

valores consagrados, e dinâmica, pois que dotada da plasticidade necessária para acolher os anseios cambiantes de nossos povos.

A amizade é o traço mais nítido de nossas relações. É um fator presente desde as primeiras instâncias em que nossas nações se fizeram conscientes uma da outra. Espontânea, reforçada pelo progresso e pelo trabalho de tantas gerações, é ela a garantia maior para o futuro.

A solidariedade é outro fator permanente. Desde o século XVIII, com o interesse suscitado em nosso país pela Revolução americana, e, através dos séculos, fomos solidários, os Estados Unidos e o Brasil, em causas decisivas, de amplo escopo, defendidas por ambos os países no interesse da humanidade.

Hoje, como antes, a solidariedade manifesta-se e se deve manifestar através da compreensão da complexidade dos problemas e das atitudes específicas de cada um dos dois países.

O respeito mútuo é também uma característica essencial de nosso convívio. Natural em nossos países, de índole democrática e avessos à uniformidade e à unanimidade como norma, constitui ele orientação segura para nosso intercâmbio político, econômico e cultural.

Nossa comum adesão a certos valores permanentes, não só nos permite, senão nos impõe, o respeito às identidades próprias e aos pontos de vista da outra parte na construção de uma relação equilibrada e mutuamente satisfatória.

O reconhecimento de diferenças nas situações que vivem cada um dos dois países confere realismo e vitalidade a nossos entendimentos. Dialogamos com plena consciência dessas diferenças decorrentes, em última análise, das circunstâncias próprias de situação geográfica, de inserção política, de níveis de poder e desenvolvimento e de

interesses específicos que caracterizam cada um de nossos países.

Poder-se-ia dizer que a maturidade é, finalmente, traço marcante de nosso relacionamento. Virtude essencial, ela confere ao diálogo bilateral a serenidade necessária para torná-lo operativo e equilibrado.

A amizade, a solidariedade, o respeito mútuo, a aceitação da identidade e dos interesses próprios, a maturidade são mais do que expressões de um relacionamento diplomático bem construído. Na verdade, são padrões de relacionamento que orientam e devem orientar o complexo de intercâmbios entre o Brasil e EUA, em que todas as formas de aproximação entre nações são tocadas. As trocas econômicas e financeiras, a presença cultural, a participação nos esforços de desenvolvimento são facetas de uma relação que se renova e aperfeiçoa a cada dia.

Em síntese, Senhor Secretário de Estado, devo ressaltar que a busca do relacionamento estreito é uma das bases tradicionais da história de nossa aproximação, meta permanente de sucessivos Governos. Diante deste quadro, o Governo brasileiro mantém sua decisão de dinamizar a cooperação com os Estados Unidos da América, em bases igualitárias, dando relevo à exploração de convergências e buscando sempre solucionar, pelo canal diplomático e de forma criativa e dinâmica, as questões que se colocam no plano bilateral.

Senhor Secretário de Estado,

As dificuldades que marcam a economia internacional — a recessão ainda dominante em tantas áreas, as elevadas taxas de juros, a desaceleração do comércio, o reforço do protecionismo e a abrupta contração dos fluxos financeiros dirigidos aos países endividados — afetam de maneira grave, ainda que em graus e modalidades diferentes, a nossos países.

Tais fatos em nada diminuem, entretanto, nossa disposição de buscar cooperação mais

estreita nas questões bilaterais, assim como maior conhecimento recíproco no que se refere a atitudes diante dos problemas econômicos globais.

A recuperação econômica que ora se inicia nos EUA revela de forma inequívoca a pujança e o inesgotável poder de renovação de seu país. Confiamos em que, em seus desdobramentos, tal recuperação venha a contribuir efetivamente para que a economia mundial — por força dos fatos, mas também de ações deliberadas da comunidade internacional — readquira as condições de estabilidade e previsibilidade sem as quais nem o Norte nem o Sul reencontrarão os rumos de uma prosperidade sustentada.

O Brasil, de sua parte, vem dando, apesar dos dramáticos impactos externos que tem sofrido, exemplo de persistência na luta pela superação da crise de endividamento que ora lhe tolhe tão severamente as perspectivas de desenvolvimento.

O Governo dos Estados Unidos da América tem adotado atitude particularmente positiva diante do esforço que estamos fazendo, em especial na condução dos entendimentos no plano financeiro. Esperamos que outros setores de opinião nos próprios EUA e em outros países exportadores de capital revelem sensibilidade à altura da determinação com que a sociedade brasileira se empenha em sobrepujar a presente crise. Refiro-me, sobretudo, à necessidade de que sejam reduzidos os óbices que se antepõem ao imenso esforço exportador empreendido por este país, cujo êxito é essencial para o encaminhamento da questão da dívida externa.

Senhor Secretário de Estado,

A multiplicação dos focos de tensão mundial e regional constitui motivo de constante sobressalto. Em não poucos casos, a paz e a segurança internacionais se vêem, de uma forma ou outra, ameaçadas. A aceleração da carreira armamentista nuclear suscita inquietações em todos os quadrantes do globo.

Em nosso entender, o momento requer maior diálogo entre todos os países e, sobretudo, entre as Grandes Potências. Aos Estados Unidos da América cabe a difícil responsabilidade histórica de contribuir para a reconstrução do entendimento internacional.

Como país que pertence tanto ao Ocidente quanto ao Terceiro Mundo, o Brasil, por sua vez, tem sensibilidade apurada para a necessidade de uma aproximação mais nítida entre esses dois grupos de nações. Permanecemos convencidos de que existe uma fundamental mutualidade de interesses entre os países do Norte e do Sul, o que deve ter permanente tradução tanto na esfera econômica quanto na política.

No plano interamericano, continua o Brasil a apoiar o entendimento e a negociação. No que diz respeito à América Central, o Grupo de Contadora merece, como se sabe, o decidido apoio brasileiro por seus esforços no sentido de uma solução pacífica dos conflitos da região. Temos acolhido também favoravelmente as reiteradas declarações de autoridades norte-americanas de que desejam trabalhar nesse sentido. De modo mais amplo, acreditamos que o tratamento adequado para os problemas políticos de nossa região só pode ser o diálogo aberto e a negociação diplomática, com base no respeito mútuo, na não-intervenção e na compreensão recíproca.

Senhor Secretário de Estado,

Foi com especial agrado que, conjuntamente com Vossa Excelência, dei hoje por concluídas as tarefas dos Grupos de Trabalho. Os resultados de tal iniciativa bem expressam as melhores tendências de nossas relações bilaterais, pois estimulam a cooperação ao mesmo tempo que permitem preservar os interesses específicos e as políticas de cada um dos dois países.

Não menor foi minha satisfação em manter com Vossa Excelência uma troca de impressões sobre as principais questões da atuali-

dade, renovando o contato que temos mantido. Continuo disposto a realizar consultas com Vossa Excelência sempre que necessário ou conveniente, assim como a conservar abertos e em pleno funcionamento os canais de comunicação entre o Itamaraty e o Departamento de Estado.

Desejo agora convidar todos os presentes a me acompanharem erguendo suas taças em um brinde aos laços de amizade que unem o Brasil e os Estados Unidos da América, à prosperidade do povo norte-americano, à saúde do Presidente Ronald Reagan e à felicidade pessoal de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

GEORGE SHULTZ

Os Estados Unidos e o Brasil são mutuamente importantes por inúmeras razões. Vivemos no mesmo hemisfério e compartilhamos a mesma experiência de imigração, trabalho árduo e de fronteiras. Ambos acreditamos na democracia como a forja da nacionalidade.

Mas temos ainda um outro ponto em comum. É o futuro, e especificamente à utilização do conhecimento e de uma organização moderna para colocar em ação o dinamismo de nossos povos, para melhorar a produtividade e construir vidas melhores.

Esta manhã tivemos o prazer de completar o programa dos grupos de trabalho iniciado em dezembro de 1982 pelos nossos presidentes. Fazendo uma avaliação das realizações de cada um dos grupos, acredito que podemos afirmar que os resultados superaram o que muitos esperavam.

— Na área nuclear, concordamos em princípio numa maneira de resolver uma de nossas maiores diferenças e abrimos caminho para um intercâmbio de pessoal e de informações.

- O grupo de ciência e tecnologia fez um

acordo geral de cooperação que intensificará tanto a interação de governo a governo como a participação do setor privado.

— Em assuntos espaciais, identificamos uma estrutura para uma cooperação muito mais ampla.

— Por último, na difícil área económica, nossos assessores realizaram um exame profundo das principais questões comerciais e financeiras. Estou certo de que as suas conversações os levarão a soluções pragmáticas e equitativas.

Embora tenhamos encerrado as tarefas específicas determinadas pelos nossos dois presidentes, a cerimónia de hoje é apenas o começo de um processo de cooperação mais estreito e mutuamente benéfico. Ao invés de estarmos concluindo o livro, estamos apenas virando uma página.

Podemos agora construir sobre este alicerce, criando condições que eliminarão a crise financeira dos últimos anos; podemos resolver pelo menos algumas das principais questões comerciais; e podemos criar novos vínculos orientados para o futuro que beneficiarão ambos os países.

Agora que a inflação nos Estados Unidos caiu ao nível mais baixo dos últimos dez anos e se observa uma forte recuperação, nossa economia deverá ajudar a sua a recuperar-se também. Ao mesmo tempo, a vitalidade económica do Brasil tem um impacto sobre nossa própria economia; por exemplo, o declínio nas exportações para o Brasil desde 1980 — um declínio de 50 por cento — representou uma perda de mais de cem mil empregos nos Estados Unidos.

Essas realidades reforçam o nosso interesse mútuo na promoção de uma expansão renovada do nosso comércio bilateral. Se vamos crescer, precisamos crescer juntos. E não podemos permitir que prevaleçam aqueles que se voltariam para o protecionismo. O déficit comercial dos Estados Unidos **para o ano de 1983 foi de mais de 70 bi-**

lhões de dólares, e poderá chegar a 100 bilhões de dólares em 1984. Mesmo assim, estamos empenhados em manter o livre fluxo de mercadorias e serviços num mercado internacional aberto. O Brasil também se beneficiará a longo prazo ao tomar esse mesmo rumo.

O capital para os investimentos é tão essencial quanto o incremento comercial. Como é bem sabido em todo o mundo, a crise de liquidez forçou reduções em investimentos produtivos e em inúmeros programas sociais. Tanto a restauração do crédito bancário, ora em andamento, como a captação de investimentos diretos são essenciais para a vitalidade do Brasil e da ordem econômica internacional.

Assim como as empresas precisam dar atenção à sua relação dívida/ativos, os países também podem ser fortemente afetados pela relação entre a sua dívida externa e os seus ativos externos. A necessidade clara agora é de um menor grau de dependência de dívida.

É motivo de satisfação saber que o Brasil conseguiu o financiamento necessário para atenuar os seus problemas de liquidez, e tenho confiança de que o Brasil continuará a encontrar o financiamento de que precisa. Os investidores e credores tanto do setor privado quanto do setor público, há muito consideram o Brasil um excelente risco, e essa confiança tem sido um fator de importância no desenvolvimento do Brasil como uma nação industrial e agrícola moderna. O Brasil tem grandes recursos, um amplo mercado interno que estimula uma produção diversificada, empresários criativos e uma força de trabalho altamente qualificada. Assim, não obstante os problemas a curto prazo, as perspectivas brasileiras a longo prazo são excelentes. Mesmo agora, o Brasil está construindo os alicerces de uma nova tomada de crescimento econômico. A confiança que temos no Brasil tem bases sólidas.

Mas a nossa cooperação se baseia em mais do que amplos e fortes vínculos econômi-

cos. Seria ingênuo sugerir que os nossos interesses coincidem em todos os aspectos, mas os nossos valores e preocupações mútuos são tão significativos que os Estados Unidos e o Brasil precisam trabalhar em conjunto.

Como disse, Sr. Ministro, os nossos povos são amigos. O seu calor mútuo é espontâneo e verdadeiro. Nós que conhecemos o Brasil temos testemunhado o fortalecimento constante das instituições brasileiras e da influência internacional do Brasil com muita admiração.

Como sugeriu, Sr. Ministro, o resultado é um relacionamento ao mesmo tempo altamente dinâmico e profundamente estável. É dinâmico, pois os nossos países estão em constante transformação e crescimento, orientados para o futuro. É estável, pois construímos sobre uma história de diálogo, cooperação e uma harmonia de civilização que jamais será negada.

O resultado — repito — é a capacidade de superar problemas com base na dignidade, na compreensão e na acomodação dos nossos respectivos interesses. É a capacidade de nos fortalecermos através do trabalho conjunto sem a perda da individualidade que tornou ambos os países fortes.

Os Estados Unidos valorizam a opinião do Brasil e é motivo de satisfação que as nossas relações permitam consultas estreitas e francas, como foi bem demonstrado em nosso encontro desta manhã. Sr. Ministro, aguardo com expectativa a oportunidade de muitos outros encontros no futuro.

Em dezembro de 1982, o Presidente Reagan disse que temos um compromisso sólido com o Brasil. Sr. Ministro e ilustres convidados, proponho um brinde à amizade e ao respeito que, em conjunto, moldarão o nosso futuro.

os cinco grupos de trabalho brasil-eua encerram suas tarefas

Discursos do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e do Secretário de Estado norte-americano, George Shultz (tradução não-oficial), no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 6 de fevereiro de 1984, por ocasião da cerimônia de encerramento das tarefas dos cinco Grupos de Trabalho formados pelos dois países, para estudo dos Assuntos Econômicos, da Cooperação Nuclear, da Cooperação Espacial, da Cooperação Industrial-Militar e da Cooperação Científica e Tecnológica.

CHANCELER SARAIVA GUERREIRO

Senhor Secretário de Estado,

A presente cerimônia de encerramento das tarefas dos Grupos de Trabalho simboliza o estágio alcançado pelas relações entre os Estados Unidos da América e o Brasil. O relacionamento bilateral, abrangente e complexo, pautado pela cordialidade e constante disposição ao diálogo, evoluiu nos últimos tempos para um patamar de equilíbrio e amadurecimento.

A decisão de dar continuidade e maior dinamismo a alguns dos aspectos mais importantes do relacionamento bilateral e de explorar modalidade de cooperação de interesse mútuo levou os Presidentes João Figueiredo e Ronald Reagan a instituírem os Grupos de Trabalho.

A visita de Vossa Excelência, com o objetivo de encerrar o ciclo de atividades dos Grupos, bem demonstra a importância que nossos Governos atribuem a esse exercício. Foram alcançados resultados significativos, que poderão ampliar e aprofundar as dimensões da cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos da América.

O Grupo de Trabalho sobre Assuntos Econômicos, co-presidido pelo Ministro da Fazenda do Brasil e pelo Secretário do Tesouro dos EUA, avaliou aspectos da atual crise econômica internacional, a conjuntura eco-

nômica-financeira do Brasil e dos Estados Unidos da América e o comportamento recente do comércio bilateral. Os dois países reconheceram a gravidade da atual recessão, assim como seus efeitos altamente prejudiciais aos países em desenvolvimento. Concordaram quanto à necessidade de soluções globais para os problemas do sistema econômico internacional, através do fortalecimento da cooperação entre todos os países. As partes brasileira e norte-americana alcançaram uma compreensão mais aprofundada das diretrizes e formas de atuação dos Estados Unidos da América e do Brasil, respectivamente, o que deverá contribuir para o aperfeiçoamento das relações econômicas bilaterais. Concordaram, ainda, os dois Governos em examinar, na instância apropriada, os relatórios preparados pelos representantes dos respectivos setores privados.

O Grupo de Trabalho sobre Cooperação Nuclear concentrou suas atividades no exame de três aspectos básicos do relacionamento nesse setor: os programas nucleares para fins pacíficos brasileiro e norte-americano; as questões pendentes e as perspectivas das relações nucleares bilaterais; e as posições de cada um dos países no âmbito multilateral.

Foi encaminhada satisfatoriamente a questão relativa ao suprimento de combustível para a usina de Angra I e a do reparo de elementos combustíveis de fabricação norte-americana existentes no reator de pesqui-

sa do IPEN. No decorrer das conversações, identificaram-se sete áreas específicas propícias à cooperação, respeitados as políticas e programas nucleares de cada país, e procedeu-se a intercâmbio de pontos de vista sobre temas globais no campo nuclear.

O Grupo de Trabalho sobre Cooperação Espacial passou em revista os resultados alcançados na já longa e frutífera cooperação existente nesse campo. Foram instituídos programas específicos para incrementar a cooperação bilateral em diversas áreas, tais como ciência espacial e intercâmbio de pessoal. Chegou-se, igualmente, a um entendimento positivo com vistas à cooperação em diversos setores, dentre eles, o desenvolvimento de satélites artificiais e o treinamento para seu controle, temas sem dúvida de interesse para os especialistas brasileiros.

O Grupo de Trabalho sobre Cooperação Industrial-Militar examinou as perspectivas de novas modalidades de cooperação na sua área específica, tendo em vista as peculiaridades de cada país, e a evolução significativa ocorrida nesse setor no passado recente. Concordou-se em que, de modo geral, os dois países beneficiar-se-ão de cooperação mais abrangente entre as indústrias de ambos nessa área. Foi concluído, no âmbito do Grupo, memorando de entendimento que visa a definir parâmetros gerais que possibilitem o intercâmbio de informações técnicas e de pessoal, com o objetivo de promover programas específicos de cooperação industrial-militar de interesse mútuo, a serem implementadas no âmbito de atuação das respectivas indústrias. O espírito e a letra desse documento revelam a importância de dimensão de transferência de tecnologia nessa área.

Os objetivos do Grupo de Trabalho sobre Cooperação Científica e Tecnológica foram plenamente alcançados. Negociou-se, no seu âmbito, texto de novo Acordo Básico sobre a matéria, que substituirá documento homólogo assinado em 1971. O novo instrumento visa a promover modalidades de cooperação tradicional, tais como o inter-

câmbio de informações técnico-científicas e de cientistas e as atividades conjuntas de pesquisa e desenvolvimento. Além disso, busca ampliar o escopo da cooperação bilateral, especialmente nas áreas de agricultura, saúde, oceanografia, espaço, metrologia, recursos naturais, ciências básicas, meio ambiente, engenharia e tecnologia industrial. Constitui-se em moldura institucional para a realização de contatos diretos e cooperação entre entidades públicas e empresas privadas dos dois países.

Senhor Secretário de Estado,

Terminadas as tarefas dos Grupos não tenho dúvidas de que os contatos foram frutíferos e de que a cooperação bilateral se irá beneficiar dessa intensa atividade desenvolvida ao longo de 1983, cabendo-nos agora examinar as perspectivas que foram abertas para o futuro.

Desejo agradecer a Vossa Excelência pelo interesse e atenção que dedicou ao desenvolvimento desses trabalhos. É com satisfação, também, que deixo registrado meu reconhecimento às autoridades dos dois Governos, cujo esforço tornou possível o êxito dessa importante iniciativa.

Congratulo-me, portanto, com Vossa Excelência, ao dar por concluídas as tarefas dos Grupos de Trabalho, convencido de que seus resultados, que teremos a honra de submeter aos nossos Chefes de Estado, fortalecem os laços de amizade entre o Brasil e os Estados Unidos da América.

SECRETÁRIO DE ESTADO GEORGE SHULTZ

Excelentíssimo Senhor Ministro Saraiva Guerreiro,
Senhoras e Senhores:

Completamos hoje a tarefa que nos foi confiada há cerca de um ano pelos nossos presidentes — explorar meios de expandir nossa cooperação. Realizamos isso trabalhando

em cinco áreas de grande importância para nossos países: Questões Económicas, Energia Nuclear, Ciência e Tecnologia, e Atividades Espaciais e Industrial-Militar.

Em parte, essas áreas são de grande interesse porque envolvem questões que têm tu-multuado durante um certo tempo o nosso relacionamento. Encontrar soluções para assuntos que, em algumas ocasiões, foram causa de persistente desentendimento, não foi uma tarefa fácil. A missão a nós confiada era ambiciosa. E somente poderia ter sido concebida por líderes de grande discernimento que não se desencorajaram por pessimistas que recordavam interesses divergentes e velhos ressentimentos.

Vossa Excelência e eu, Senhor Ministro, como Chefes dos Grupos de Trabalho, aceitamos essa responsabilidade e iniciamos o programa após cuidadosa preparação. Ambos convocamos pessoas capazes para trabalhar nesse programa. Encorajamos seus esforços. Em alguns casos, duras decisões foram tomadas para assegurar seu prosseguimento. Agora, que concluímos nosso trabalho, acho que podemos nos orgulhar das nossas realizações.

Primeiro, o Grupo de Trabalho de Economia. Nossas delegações abordaram seus assuntos com perspectivas diferentes; uma com a perspectiva de um país em desenvolvimento, a outra com a perspectiva de um país industrializado. Mas ambas reconheceram a gravidade da situação económica mundial.

Em discussões francas e diretas, conseguiram reduzir as diferenças e aumentar as áreas de concordâncias, concluindo:

— Que o protecionismo é prejudicial para ambos os países e para todo o comércio mundial:

— Que devemos procurar expandir o comércio em ambas as direções;

— E que devemos lutar para reduzir a infla-

ção e os juros, e para fortalecer as instituições financeiras internacionais.

Nossas posições em várias questões económicas ainda são diferentes. Concluimos, no entanto, que nossas opiniões não são tão diferentes quanto pareciam ser. Tendo asentado as bases e reconhecendo a importância de conciliar nossos pontos-de-vista, devemos continuar a trabalhar juntos num esforço determinado para solucionar nossas diferenças.

Segundo, o Grupo de Trabalho Nuclear encontrou várias possibilidades de cooperação na área de energia nuclear. Nossos especialistas encontraram um meio de eliminar a divergência de longa data que envolvia, o reabastecimento de combustível para Angra I, e acertaram um procedimento para reprocessar elementos de combustíveis de-feitasos estocados há alguns anos no Brasil. Eles também relacionaram vários projetos de interesse mútuo nos quais técnicos brasileiros e americanos podem trabalhar juntos. Mais importante ainda, as conversações nos propiciaram uma compreensão maior dos objetivos nucleares de cada um. As relações pessoais estabelecidas nesse programa e o esforço conjunto a ser levado a efeito produzirão um grande aumento em contatos no curso dos próximos meses.

Terceiro, o Grupo Industrial-Militar chegou a um entendimento que abre a possibilidade de uma cooperação maior entre nossos setores industriais. Esse entendimento facilitará a deliberação inter-governamental de transferência de tecnologia e, portanto, facilitará mais programas binacionais.

Quarto, o Grupo de Trabalho sobre Ciência e Tecnologia negociou um novo acordo que:

— Aumentará a cooperação do setor industrial privado em pesquisa e desenvolvimento;

- Fortalecerá a cooperação entre agências governamentais nas áreas de agricultura,

saúde, oceanografia, recursos naturais, ciências básicas, meio ambiente, engenharia, e tecnologia industrial; e

— Conduzirá à criação de uma comissão bilateral para supervisionar a expansão da nossa cooperação em ciência e tecnologia.

Finalmente, em quinto lugar, o Grupo Especial delineou um programa para atividades práticas vitais à vida moderna: previsão do tempo, sensores remotos e ciência atmosférica. Um cientista brasileiro (payload specialist) deverá realizar experiências com equipamento brasileiro a bordo do nosso ônibus espacial (Shuttle) antes do final desta década. A esperança que o Presidente Reagan expressou durante a sua visita há quatorze meses será realizada.

Com o trabalho realizado até hoje, acreditamos que tenha sido aberto o caminho para prosseguirmos rapidamente de uma política ampla de cooperação para projetos específicos de benefício para ambos os países. Podemos prever, por exemplo, a cooperação técnica na exploração oceanográfica, incluindo a perfuração do leito do oceano em águas profundas. O Brasil tornou-se, no último trimestre do ano passado, membro consultor do Tratado da Antártida, e aguardamos com expectativa a colaboração na pesquisa da Antártida. Os Estados Unidos e o Brasil estão agora em processo de definição dos termos básicos para cooperação no mapeamento, preparação de gráficos e geodésia. Estamos também interessados na pesquisa conjunta de tecnologia energética, particularmente na gaseificação do carvão.

O acordo industria-militar abre novos campos para empreendimentos conjuntos. Aonde eles nos levarão dependerá da engenhosidade dos representantes de nosso governo e de nossos setores privados que desejam há muito tempo explorar possibilidades de cooperação.

No comércio e nas finanças, já estamos trabalhando estreitamente para harmonizar e expandir nossas relações, sendo os Estados Unidos o maior mercado para as exportações brasileiras, estou convencido de que o Brasil poderá expandir as suas vendas para os Estados Unidos, principalmente agora que a nossa economia está crescendo vigorosamente de novo. Igualmente, esperamos que nossas exportações para o Brasil comecem também a crescer uma vez mais. Nosso comércio deve fluir em ambas as direções para assegurar uma base sólida. Nas finanças, nós e muitos outros estamos cooperando para apoiar os esforços brasileiros para superar a presente crise de liquidez a curto prazo. Considerando o bom senso e a atitude responsável que vejo em todos os lados, estou confiante em que o Brasil encontrará uma solução satisfatória para suas dificuldades financeiras.

Todos nós devemos nos sentir satisfeitos pela realização de nossa tarefa. As realizações dos grupos de trabalho servirão a ambos os países. Mais importante ainda, a longo prazo, provamos que o Presidente Figueiredo estava certo quando disse, em 1982, que nossos países, embora estivessem em diferentes estágios de desenvolvimento e ocupassem posições diferentes na ordem internacional, podiam se empenhar em um diálogo construtivo. Os Estados Unidos e o Brasil, disse ele corretamente, sabem como avaliar a situação de cada um, harmonizando realisticamente seus respectivos interesses e objetivos.

Minhas congratulações a todos que participaram nos Grupos de Trabalho. Espero que seu espírito e engenhosidade nos ajudem a construir sobre as novas bases que foram estabelecidas.

Obrigado.

Itamaraty relata os resultados dos cinco grupos de trabalho Brasil-Estados Unidos da América

Nota do Itamaraty à imprensa, divulgada em Brasília, em 6 de fevereiro de 1984, a propósito do encerramento das tarefas dos cinco Grupos de Trabalho Brasil-Estados Unidos da América.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Ramiro Saraiwa Guerreiro, e o Secretário de Estado dos EUA, Senhor George P. Shultz, encaminharam, hoje, aos Presidentes de seus países, por meio de carta assinada conjuntamente, os relatórios finais dos cinco Grupos de Trabalho Brasil-Estados Unidos da América, criados em decorrência de decisão tomada durante os encontros presidenciais em Brasília, em dezembro de 1982, e que consideraram as possibilidades de intensificação da cooperação entre os dois países nos campos de atividade econômica; industrial-militar; de energia nuclear; de ciência e tecnologia; e espacial.

O Grupo sobre Assuntos Econômicos foi copresidido pelo Ministro da Fazenda do Brasil e pelo Secretário do Tesouro dos Estados Unidos da América, e proporcionou um fórum de alto nível no qual ambos os países puderam alcançar melhor entendimento das respectivas políticas comerciais e financeiras bilaterais e multilaterais e das circunstâncias específicas dos programas econômicos e de desenvolvimento de cada país. O trabalho do Grupo auxiliou a estabelecer as bases para o fortalecimento das relações econômicas entre os dois países. Para esse fim, o Grupo foi assistido por representantes do setor privado de cada país, que prepararam análises separadas das condições econômicas e de negócios.

Ambas as partes reconheceram a gravidade da recente recessão econômica e da crise de endividamento e de seus efeitos graves e persistentes sobre os países em desenvolvimento. Concordaram em que soluções globais para os problemas que enfrentam o sis-

tema econômico internacional devem ser buscadas através do fortalecimento da cooperação internacional. Expressaram, também, sua crença em que, ao enfrentar os problemas da atual situação econômica mundial, todos os países devem buscar políticas que conduzam a um caminho de crescimento real mais sustentado e a que se evite o protecionismo. Concordaram, ademais, em trabalhar em prol da retomada de níveis mais elevados de comércio bilateral, tendo em mente a necessidade de que o Brasil aumente suas receitas em divisas estrangeiras.

Os participantes reafirmaram também sua convicção quanto à necessidade urgente de cooperação mais estreita no tratamento da crise financeira internacional e afirmaram que suas políticas para tal fim devem visar a:

- 1) reduzir taxas de juros e expandir financiamentos líquidos, tanto de fontes oficiais quanto privadas;
- 2) alcançar uma redução sustentável da inflação como elemento para produzir uma expansão contínua da produção e um decréscimo no desemprego;
- 3) dotar as instituições financeiras internacionais de recursos adequados para apoiar programas de ajustamento de balanças de pagamentos e projetos de desenvolvimento nos países em desenvolvimento.

O Grupo sobre Cooperação Industrial-Militar examinou as possibilidades de novos tipos de empreendimentos em sua área específica, levando em consideração a legislação, políticas, interesses e níveis de desen-

volvimento industrial de cada país. O Grupo concordou em que, em termos gerais, ambos os países beneficiar-se-iam com o aumento da cooperação no setor industrial-militar. Para estimular a cooperação sob os auspícios de ambos os Governos, o Grupo concluiu um memorando de entendimento que estabelece as bases para o intercâmbio de informações técnicas e de pessoal com vistas à realização de programas industriais de interesse mútuo.

No Grupo de Trabalho sobre Energia Nuclear, três áreas principais foram examinadas em ambiente muito positivo: a) os programas de energia nuclear do Brasil e dos Estados Unidos da América; b) questões pendentes e perspectivas nas relações nucleares bilaterais; e c) os pontos de vista de cada país com referência a questões multilaterais.

Ao final das reuniões, concordou-se em que os objetivos estabelecidos para o Grupo haviam sido plenamente alcançados, na medida em que foram estabelecidas as bases para um relacionamento renovado, no contexto do Acordo Bilateral de Cooperação de 17 de julho de 1972. Cada parte compreende agora mais integralmente a importância da energia nuclear para as necessidades globais de desenvolvimento energético da outra parte.

O Grupo deu andamento a soluções para problemas como o do suprimento de combustível para o reator de ANGRA I e da utilização de elementos combustíveis fornecidos pelos Estados Unidos da América para o Reator de Pesquisa do IPER. Foram identificadas sete áreas específicas em que se realizarão intercâmbios de cooperação, sem prejuízo da legislação, das políticas e dos programas de cada país.

Realizou-se, também, um exame abrangente dos compromissos internacionais com relação ao uso pacífico da energia nuclear. A esse respeito, ambas as delegações expressaram seus pontos de vista quanto ao Tratado

de Tlatelolco e ao Tratado de Não-Proliferação. Efetuou-se exposição detalhada dos controles de exportação na área nuclear existentes em ambos os países. Ao mesmo tempo, as duas partes salientaram a importância da AIEA para assegurar o uso pacífico da energia nuclear e para contribuir para os programas nucleares dos países em desenvolvimento.

O Grupo de Trabalho sobre Cooperação Espacial examinou os resultados já alcançados durante a longa e frutífera cooperação espacial entre os dois países. Além disso, foram estabelecidos programas específicos para o aumento da cooperação bilateral em diversas áreas relacionadas com o espaço, tais como ciência espacial e suas aplicações, intercâmbio de pessoal e participação de um especialista brasileiro em carga útil em uma missão do ônibus Espacial. Em consequência, abriram-se perspectivas novas e promissoras para entendimentos entre os órgãos brasileiros, INPE e CTA, e seus correspondentes norte-americanos, NASA, NOAA, NSF e USAF.

Os objetivos do Grupo de Trabalho sobre Cooperação Científica e Tecnológica foram plenamente atingidos. O grupo negociou novo acordo sobre cooperação científica e tecnológica, que amplia o escopo da cooperação bilateral, especialmente nas áreas de agricultura, saúde, oceanografia, espaço, metrologia, recursos naturais, ciências básicas, meio ambiente, engenharia e tecnologia industrial. Além de promover as modalidades tradicionais de cooperação, tais como a troca de informações técnicas e científicas, o intercâmbio de cientistas, atividades conjuntas e pesquisa e desenvolvimento, o novo acordo proporcionará bases para contatos diretos renovados e atividades de cooperação entre empresas privadas de ambos os países, que conduzam a inovações tecnológicas conjuntas. O acordo permitirá também a participação de terceiros países e de organizações internacionais nos programas sob sua égide.*

* Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 116, o texto do Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil e os Estados Unidos da América, colocando em vigor o Memorando de Entendimento para Cooperação Militar-Industrial, de 31 de agosto de 1983; na mesma seção, página 119, a íntegra dos relatórios finais dos cinco Grupos de Trabalho Brasil-EUA.

no brasil, o ministro dos negócios estrangeiros do senegal, moustapha niasse

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 13 de fevereiro de 1984, por ocasião de almoço oferecido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal, Moustapha Niasse.

Senhor Ministro,

É para mim motivo de grande prazer retomar o contato com Vossa Excelência após a visita que o Presidente João Figueiredo fez a seu país.

Poderemos agora retribuir-lhe a acolhida fidalga e hospitaleira que nos foi proporcionada em Dacar. Poderemos também examinar nossas relações bilaterais, em um plano de renovado entrosamento e cooperação, graças aos entendimentos alcançados nos encontros entre os Chefes de nossos Governos e suas respectivas delegações.

Vossa Excelência, com a experiência que aporta a seu cargo, como Ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal, sabe melhor que ninguém que a maior aproximação entre nossos países abre-nos novos horizontes de empreendimentos comuns e dinamiza um relacionamento cujo potencial apenas começa a ser aflorado.

Vivemos, sem dúvida, um momento internacional adverso. Mostram-se claros os problemas — a crise econômica profunda, a maior das últimas cinco décadas, e o agravamento das tensões e dos conflitos em diver-

sas áreas. Acentuam-se também as tendências à polarização entre o Norte e o Sul, tendências que trazem consigo o divisionismo e a confrontação ao invés do diálogo e do entendimento.

E no entanto nunca foram tão necessários o diálogo e o entendimento.

Senhor Ministro,

Sabemos que a aproximação entre nossos países reflete e reafirma os melhores valores da cooperação internacional. Ela se constrói sobre a base do mais estrito respeito à igualdade entre os Estados e às identidades próprias de cada país.

Acreditamos na viabilidade de explorar novos campos de ação, em benefício geral. Não atribuímos prioridades excludentes a nenhum parceiro ou grupo de países, e estou certo de que essa também é a percepção do Senegal. Nosso propósito é o de cooperar, em bases proveitosas e equilibradas, e explorar as oportunidades de ação abertas em cada relacionamento.

A experiência diversificada e rica da nação senegalesa, que se destaca em uma das re-

giões mais promissoras do Continente africano, demonstra as vantagens do equilíbrio, da moderação e do diálogo. Virtudes que presidem a cooperação entre o Brasil e o Senegal. É muito o que podemos fazer juntos em termos de apoio aos planos de desenvolvimento económico, de expansão da cooperação técnica, de intercâmbio de prestação de serviços de engenharia, de criação de infra-estrutura. Também no domínio agrícola, no aproveitamento industrial dos alimentos, na busca de fontes alternativas de energia, Senegal e Brasil podem intercambiar experiências, valendo-se de suas próprias realizações, de suas experiências específicas de países tropicais.

Nossos países enfrentam desequilíbrios por vezes sérios de balança de pagamentos e, diante disso, é necessário que, ao invés de restringirmos nosso intercâmbio, abramos o mais possível às oportunidades de gerar fluxos adicionais de bens e serviços que, em um patamar superior de equilíbrio, nos permitam crescer juntos e apoiar-nos mutuamente.

Apesar da escassez de recursos, ambos países vêm na conquista do desenvolvimento um imperativo irrenunciável. A carência de meios financeiros, ao invés de sufocar iniciativas, deve ser um desafio a mais e um estímulo à inovação nas modalidades de relacionamento.

Senhor Ministro,

A cooperação entre os países em desenvolvimento, franca e dirigida ao bem comum, implica também a solidariedade para com as causas justas que defendemos.

Ela é afim com o nobre e histórico processo de desço Ionização que empolgou, emavas sucessivas, nossos continentes. A afirmação dos países independentes envolve ainda a tarefa da construção de bases sólidas e próprias das nacionalidades, a lucidez em tirar o melhor benefício do que já existe, a par da condução da renovação e da conquista de horizontes próprios e mais amplos.

O Brasil sempre confiou no espírito de independência autêntica das nações africanas e com ele se identifica no processo de estreitamento de laços através do Atlântico. Congratulamo-nos com o processo de afirmação da África, do qual emerge todo um continente de nações ansiosas por partilhar dos frutos do desenvolvimento, do intercâmbio, do relacionamento internacional e das decisões mais importantes que se referem aos problemas de interesse global.

Senhor Ministro,

É nessa conjuntura difícil, mas estimulante, que renovo a Vossa Excelência o desejo de estreitar os laços que unem Brasil e Senegal.

Herdeiro de brilhante tradição cultural, o Senegal é fonte de inspiração para todo país que queira transformar, pela via pacífica, suas estruturas políticas, sociais e económicas,

O êxito dos entendimentos entre nossos Presidentes e a potencialidade de numerosas iniciativas conjuntas confirmam a perspectiva de uma aproximação ainda mais significativa entre o Brasil e o Senegal.

Estou certo, Senhor Ministro, de que nós, nossos Governos, nossos empresários, nossos povos saberão estar à altura dos desafios que se abrem para construir uma ponte sólida de cooperação entre nossas nações.

Senhor Ministro,

Desejo expressar uma vez mais, e falo também em nome do Presidente João Figueiredo, nossos agradecimentos mais sinceros pela acolhida fraternal que nos foi reservada em Dacar, durante a visita que fizemos a seu belo país.

Queira transmitir ao Excelentíssimo Senhor Presidente Abdou Diouf o apreço do Governo brasileiro pela oportunidade criada de se trocarem ideias e de se elaborarem planos conjuntos visando ao aprimoramento

de nossas relações. Estou seguro de que a atual reunião da Comissão Mista Brasil-Senegal produzirá, para proveito de nossas nações, os melhores frutos.

É neste contexto de solidariedade e cooperação que saúdo Vossa Excelência e convindo todos os presentes a erguerem suas taças

pelo contínuo desenvolvimento das relações de amizade entre o Brasil e o Senegal, pela saúde do Presidente Abdou Diouf, pela prosperidade do povo senegalês e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

a quarta reunião da comissão mista brasil-senegal

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 13 de fevereiro de 1984, por ocasião da instalação da quarta reunião da Comissão Mista Brasil-Senegal, que contou com a participação do Ministro dos Negócios Estrangeiros daquele País, Moustapha Niasse.

Excelentíssimo Senhor Moustapha Niasse, Ministro de Estado Encarregado dos Negócios Estrangeiros do Senegal,

É com particular satisfação que, em nome do Governo brasileiro, tenho a honra de mais uma vez receber nesta Casa Vossa Excelência e a comitiva que o acompanha.

A recente visita do Presidente João Figueiredo ao Senegal bem demonstra a importância que o Brasil atribui às relações com o Continente africano e em especial com o belo país de Vossa Excelência.

As afinidades e vínculos que nos aproximam são motivo de orgulho para o homem brasileiro. Senegal e Brasil não compartilham, entretanto, apenas uma cultura comum. Como países em desenvolvimento, buscamos revigorar nosso intercâmbio, acelerar nosso progresso e contribuir para uma ordem econômica internacional mais justa, capaz de favorecer o desenvolvimento social e econômico de nossos povos.

Senhor Ministro,

Nesses próximos dias, as Delegações brasi-

leira e senegalesa estarão trabalhando juntas, buscando avaliar o atual quadro de nossas relações bilaterais nos mais variados domínios.

Mais de dois anos se passaram desde a última Reunião da Comissão Mista, em Dacar, período esse marcado por contratempos no quadro das trocas comerciais, com reflexos sobre o relacionamento econômico entre os dois países. Estou certo, no entanto, de que nossos encontros e nossa disposição diante dos trabalhos que ora se iniciam contribuirão decisivamente para a superação desses problemas.

A leitura da Agenda desta Quarta Reunião revela, de forma bastante eloquente, as amplas possibilidades de cooperação entre o Brasil e o Senegal, especialmente se bem contornarmos os obstáculos impostos pela situação atual de nossos balanços de pagamentos.

As relações econômicas, financeiras e comerciais entre nossos dois países já foram reciprocamente proveitosas. Confio em que os trabalhos que agora se abrem constitui-

rão um novo marco no diálogo brasileiro-senegalês e poderão atenuar os efeitos que a crise económica internacional impõe particularmente aos países em desenvolvimento. Haveremos de desenvolver meios próprios de dinamização da cooperação horizontal,

útil e mutuamente vantajosa, movidos pela vontade política de colocar em termos cada vez mais concretos a amizade que vincula permanentemente o Brasil ao Senegal.

Muito obrigado. *

* Na seção **Tratados, Acordos, Convénios**, página 142, o texto do Protocolo de aplicação do Acordo Cultural entre o Brasil e o Senegal, relativo ao Programa de Intercâmbio Cultural para o biénio 1984/85.

a visita ao brasil do vice-ministro dos negócios estrangeiros da noruega

Discurso do Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores,
João Clemente Baena Soares, no Palácio do Itamaraty, em Brasília,
em 1º de março de 1984, por ocasião de almoço oferecido ao
Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino da Noruega,
Eivinn Berg.

Senhor Vice-Ministro,

É com especial satisfação que dou as boas-vindas do Governo brasileiro a Vossa Excelência e sua ilustre comitiva que tanto nos honram com esta visita ao nosso país e, em particular, a esta Casa.

Sua presença entre nós revela o desejo do Governo da Noruega de aprofundar o bom entendimento que rege as relações entre nossos dois países. Esteja Vossa Excelência certo de que esse propósito encontra plena ressonância nesta Chancelaria, uma vez que coincide com a disposição brasileira de estimular o diálogo e a cooperação bilateral.

O Brasil e a Noruega mantêm, de longa data, relacionamento cordial e amistoso, que hoje se reflete em expressivas realizações conjuntas, notadamente na área econômica. Diversas empresas norueguesas têm ativa presença no mercado nacional e as perspectivas de novos empreendimentos são altamente promissoras.

No campo do comércio, porém, as relações bilaterais não ficaram isentas dos efeitos da crise econômica que atinge a todos, em es-

cala global, e aos países em desenvolvimento mais intensamente. Por isso, não poupamos esforços para reativar o intercâmbio comercial entre nossos dois países e alçar a cooperação à altura das potencialidades dos respectivos mercados.

Nesse contexto, têm sido muito úteis os trabalhos da Comissão Mista Brasil-Noruega de Comércio e Cooperação Econômica, Industrial e Técnica, que se reuniu, em Oslo, pela quinta vez, no ano passado. Criada pelo Acordo celebrado por ocasião da visita do Príncipe Herdeiro Harald em 1978, constitui foro propício para examinar formas de agilizar o intercâmbio nas áreas de sua competência e apontar novos caminhos para o desenvolvimento de uma cooperação mutuamente proveitosa.

Ainda na área econômica, foi especialmente relevante a recente visita do Senhor Ministro da Fazenda, Doutor Ernane Galvêas, a Oslo, a convite do Ministro das Finanças da Noruega, Senhor Rolf Presthus. Os contatos que lá manteve, com altas autoridades governamentais e figuras exponenciais do empresariado local, certamente darão novo

alento às relações entre o Brasil e a Noruega nesse terreno.

Com a visita de Vossa Excelência, Senhor Vice-Ministro, surge a oportunidade de se acrescentar ao patrimônio das relações bilaterais uma nova e importante dimensão: a do diálogo político. O intenso programa de conversações que está cumprindo no Itamaraty, no dia de hoje, lhe permite trocar ideias com seus interlocutores brasileiros sobre ampla gama de temas de interesse mútuo. Além de favorecer o conhecimento recíproco, podemos, enriquecer as respectivas avaliações dos variados e complexos aspectos da conjuntura mundial, política e económica.

É, para nós, motivo de particular satisfação dialogar com representante de uma diplomacia que granjeou respeito universal por sua incansável dedicação às causas da paz e da concórdia. São características que ema-

nam da própria natureza do povo norueguês, cujas realizações tanto admiramos, a par da singular beleza de sua terra.

Tem Vossa Excelência, pois, justa razão de orgulho por exercer tão alta função no Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega. As responsabilidades que se lhe defrontam não são, decerto, leves, neste mundo conturbado e eivado de injustiças de toda ordem, que se contrapõem à realização dos legítimos anseios dos povos. A inteligência e o descortino, porém, de que tem dado prova ao longo de sua trajetória na carreira diplomática, facultam-lhe brilhante desempenho no cargo que ora ocupa.

A todos aqui presentes, peço que ergam comigo suas taças num brinde à saúde de Sua Majestade o Rei Olavo V, ao futuro das relações entre o Brasil e a Noruega e à felicidade pessoal do Vice-Ministro Eivinn Berg.

chanceler em islamabad: potencial de cooperação brasil-paquistão é promissor

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Ramiro Saraiva Guerreiro, em Islamabad, em 3 de março de 1984,
por ocasião do jantar que lhe foi oferecido pelo
Ministro das Relações Exteriores do Paquistão,
Sahabzada Yaqub-Khan.

Senhor Ministro,

Permita-me, em primeiro lugar, agradecer a hospitalidade oferecida por Vossa Excelência a mim e minha mulher, assim como aos demais membros de minha comitiva, durante nossa permanência em vosso grande país. Permita-me também agradecer-lhe, em especial, pelas palavras amáveis que Vossa Excelência acaba de dirigir-me. De minha parte, posso dizer apenas que minha presença no Paquistão exprime a atmosfera de cordialidade espontânea que caracteriza as relações entre nossos países, e a necessidade, reconhecida por ambos os Governos, de fortalecer e diversificar, em todos os níveis, os nossos vínculos bilaterais.

Senhor Ministro,

O Paquistão e o Brasil estão buscando com determinação seus próprios caminhos de desenvolvimento social e econômico, num contexto internacional reconhecidamente adverso. Sofremos, todos, os efeitos de uma crise mundial sem precedentes, que castiga todos os países, mas tem repercussões especialmente rigorosas sobre os países em desenvolvimento.

Essa situação torna ainda mais necessário revitalizar as reações entre o Brasil e o Paquistão. Se conjugarmos nossos esforços, no espírito da cooperação Sul-Sul, e se mobilizarmos, de forma igualitária e criadora, o potencial econômico, comercial e tecnológico dos nossos países, teremos melhores condições para superar tanto os obstáculos estruturais resultantes de uma ordem econômica mundial injusta, como os que derivam da atual crise internacional.

Senhor Ministro,

Não estaremos, nesses esforços, partindo **ex nihilo**. O Acordo Cultural de 1968 e o Acordo Comercial de 1982 constituem molduras adequadas para a canalização da nossa cooperação adicional.

Mas o que é verdadeiramente essencial é a confiança mútua que permite a aproximação dos nossos países com naturalidade, sem reservas ou inibições, e que transcende quaisquer acordos formais. Essa consciência deriva de valores e princípios compartilhados, que injetam nesses acordos o sopro da vida, e logram gerar relações bilaterais mutuamente satisfatórias. Esses pontos de vista comuns nos permitem manter uma atitude

semelhante com relação às normas que deveriam reger a ordem internacional, e assim identificar as transformações necessárias, para que palavras como a paz e a segurança, a solidariedade e o desenvolvimento, possam adquirir sentido e substância.

Senhor Ministro,

O Paquistão e o Brasil atribuem a máxima importância à inviolabilidade da soberania nacional, e condenam com veemência qualquer forma de interferência nos assuntos internos dos Estados.

Os dois países criticam, igualmente, de modo firme, equilibrado e maduro, a atual estrutura económica internacional. Seus efeitos negativos só poderão ser abolidos se a ordem económica estabelecida em Bretton Woods sofrer uma reforma abrangente. O Brasil e o Paquistão partilham firmemente esse objetivo, baseado na generosidade e no realismo, numa concreta reciprocidade de interesses, na convicção de que essa posição não é uma plataforma de confrontação, mas de cooperação entre o Norte e o Sul. Somente assim poderá nascer uma nova realidade económica, benéfica para todas as nações, e não apenas para um grupo restrito de países industrializados.

Nosso diagnóstico coincide também, em grande medida, quanto às questões políticas. Preocupam-nos igualmente a crescente deterioração do tecido das relações internacionais, as tendências indesejáveis à polarização, derivadas de axiomas e concepções do mundo simplistas, e a corrida armamentista, que multiplica os focos de tensão e ameaça com o aniquilamento maciço não somente regiões inteiras como também a totalidade do planeta.

Senhor Ministro,

Confrontados com a disseminação dos conflitos, o Brasil e o Paquistão têm procurado defender em foros globais e regionais a primazia da razão, ameaçada pela irracionali-

dade política, e a primazia do diálogo, em oposição à força ou a ameaça da força.

Mas a atual crise política não conhece fronteiras — nacionais, regionais ou continentais. Poderíamos multiplicar exemplos trágicos de crises regionais. A maioria delas brota de fontes locais. Com grande frequência, elas oferecem uma oportunidade para que a confrontação global Leste-Oeste seja extrapolada para cenários regionais. Permita-me mencionar dois conflitos desse gênero, que sei preocuparem especialmente o Governo de Vossa Excelência.

A invasão do Afeganistão pela União Soviética, em transgressão direta aos princípios da Carta das Nações Unidas, constituiu sem dúvida um sério golpe à estabilidade da Ásia e da comunidade internacional. O Brasil apoiou sistematicamente o Paquistão e outros países interessados, nas Nações Unidas e outros órgãos, em sua oposição à agressão soviética, e em sua exigência de retirada das forças invasoras. Estamos acompanhando com grande atenção os esforços do Secretário Geral das Nações Unidas com vistas a uma solução negociada do conflito. É nossa sincera esperança que tais esforços tenham êxito no futuro imediato, a fim de pôr um fim aos sofrimentos do povo afegão, e de restaurar estabilidade à região.

A situação no Oriente Médio é outra grave fonte de ansiedade, e tornou-se mais dramática com o agravamento recente da crise do Líbano. A posição brasileira quanto ao Oriente Médio foi deixada clara em numerosas ocasiões. Permita-me recordar alguns dos elementos que consideramos pré-requisitos para uma solução justa, abrangente e duradoura:

— evacuação completa de todas as forças de ocupação dos territórios árabes, de acordo com as resoluções 242 e 338, do Conselho de Segurança;

— respeito ao direito do povo Palestino de retornar à Palestina, e reconhecimento do

seu direito à autodeterminação, independência e segurança;

— participação do povo Palestino, através da OLP, em negociações relativas a seu futuro;

— reconhecimento do direito de todos os Estados da região, inclusive Israel, de existirem em paz, dentro de fronteiras internacionais reconhecidas.

Expressar nossos pontos de vista com relação a esses temas e outros semelhantes, como a invasão de Campuchea, a política racista do **apartheid**, e muitos outros, e agir coerentemente com esses pontos de vista, constitui uma contribuição positiva para a preservação da paz e da estabilidade mundial. O Brasil e o Paquistão nunca deixaram de fazê-lo. Nossa ampla convergência quanto a esses temas revela a existência de um grande espectro de afinidades entre nossos dois países, que transcende nossos interesses estritamente bilaterais, mas proporciona uma base mais sólida para nossa cooperação mútua.

Senhor Ministro,

O potencial para essa cooperação bilateral é especialmente promissor. Operações comerciais, tanto na área do comércio físico como na de serviços, colaboração científica e tecnológica, participação recíproca em projetos de desenvolvimento, através de várias modalidades, inclusive empreendimentos conjuntos — em todos esses setores, nossa cooperação já está em curso, ou em vias de materializar-se. Alguns passos positivos para favorecer esse processo já podem ser dados durante minha visita, especialmente na área do comércio e da ciência e tecnologia. Muitos outros podem ser dados no futuro próximo. Graças à vontade política dos dois Governos, e ao interesse ativo das firmas públicas e privadas, assim como ao da comunidade acadêmica e científica, estou convencido de que as condições estão dadas para uma expansão dinâmica de nossas relações, em todas as áreas, e para a amizade durável entre o Brasil e o Paquistão.

Muito obrigado.

a conferência do chanceler saraiva guerreiro no instituto de estudos estratégicos do paquistão

Conferência do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Instituto de Estudos Estratégicos do Paquistão, em Islamabad, em 4 de março de 1984.

Minha visita ao Paquistão pretende inaugurar uma nova fase em nossas relações bilaterais. Temos uma base expressiva de contatos, especialmente na área diplomática, mas reconheço que as potencialidades a explorar são imensas.

Como fazê-lo? É fundamental, penso, que busquemos equilibrar, em nossos relacionamentos, os interesses concretos e o conhecimento recíproco. Laços fortes e permanentes entre os Estados exigem, além do intercâmbio econômico e da cooperação técnica,

a construção de uma moldura de conhecimento, de compreensão mútua. E, nesse caminho, um aspecto decisivo é o do diálogo político sobre a realidade internacional.

Um dos temas, que se tornará central no diálogo Brasil—Paquistão, será, sem dúvida, o de como entendemos a realidade internacional, o que significam suas tendências, de que forma somos afetados pela conjuntura, de que forma podemos modificar situações. Pela sua própria natureza, é este um complexo de preocupações que vai além do

contato diplomático e engaja setores diversos da sociedade, como a comunidade acadêmica.

Neste sentido, a oportunidade de falar ao Instituto de Estudos Estratégicos, que congrega eminentes personalidades paquistanesas, e, de certa forma, sugerir ideias e noções sobre os rumos desse diálogo me gratificaram muito. Assim, gostaria de tomar, como linha central de minhas palavras, a questão da formulação da política externa brasileira. Daria ênfase a certos diagnósticos que orientam a ação diplomática brasileira e que estão ligados à nossa condição de país em desenvolvimento e que, portanto, poderiam guardar pontos de aproximação com a situação paquistanesa.

Quando iniciamos uma reflexão geral sobre a posição dos países em desenvolvimento no mundo de hoje, um dos primeiros elementos a considerar é o contraste entre nossas necessidades, que se ampliam constantemente, e um quadro internacional tenso, refratário às reivindicações e propostas que fazemos, tanto na área da economia quanto na política. Os dois lados da equação não se completam, e exigem de nós, países em desenvolvimento, esforço permanente de criatividade e imaginação políticas.

Do lado das necessidades, se observarmos o percurso histórico dos países em desenvolvimento, veremos que, em regra, dois fenômenos acontecem: em primeiro lugar, as sociedades nacionais se tornam mais complexas; o tecido social se diversifica, as exigências de desenvolvimento se ampliam, e, em consequência, alargam-se as formas de presença no processo internacional. São dois movimentos que se dão simultaneamente, o de complexidade interna e o da ampliação da presença internacional, e, nesse sentido, as tentativas de fechamento e autarquia aparecem como coisa rara, excepcional. Em segundo lugar, a presença do Terceiro Mundo no sistema internacional nunca foi politicamente passiva. Ao contrário, procuramos, sempre conjugar a presença

com uma compreensão própria do cenário internacional e com formas próprias de atuação sobre o sistema internacional. Em suas diversas dimensões, há uma nítida linha que nasce com o diagnóstico, passa pela articulação política, ganha sentido institucional, e finalmente vai valer como peso político específico dos países em desenvolvimento no sistema internacional. Os exemplos são muitos. Na área econômica, é a linha que nasce, ainda nos anos cinqüenta, na CEPAL, por exemplo, com as análises sobre deterioração dos termos de intercâmbio e que culmina na UNCTAD, e, mais recentemente, se desdobra nas tentativas de Negociações Globais e outras reuniões de amplo escopo para lidar com a crise internacional. A busca de conceitos próprios, de mecanismos que traduzissem a vocação de autonomia, também se dá no campo da política, com o movimento pela descolonização, com a luta pelo desarmamento, com os esforços não-alinhados.

Neste longo percurso, aprendemos, nós, países do Terceiro Mundo, apesar de sua evidente heterogeneidade, a trabalhar politicamente de forma conjunta, harmoniosa, e criando formas de associação política entre Estados, que tinham sentido verdadeiramente inovador. Não nos associamos, como nas alianças tradicionais, com objetivos imediatos de poder, ou "contra" um grupo de Estados adversários, mas, fundamentalmente, para implantar modalidades de convivência internacional, que, se aceitas, trariam benefícios para toda a comunidade internacional. Duas outras características desse já longo percurso histórico ressaltam: o processo de atualização constante, que respondia às necessidades crescentemente complexas de nossas sociedades e do sistema como um todo (é sempre bom lembrar que fenômenos novos vão acontecendo ao longo desses anos, e, só para dar exemplo, na área da economia, assinalo a expansão das empresas multinacionais) e, além disto, o perfil diplomático, essencialmente negociador, que sempre teve o conjunto de instituições e instrumentos que foram articula-

dos. É claro que, ao longo da história, terão ocorrido dificuldades e disputas, a harmonia e o consenso nunca foram perfeitos, nem fáceis, mas eu sublinharia que os ideais básicos nunca foram traídos. Nossos ideais, que não são utópicos, permanecem fortes e válidos, e, hoje mais do que nunca, representam caminho de saúde econômica e política para a sociedade internacional.

Hoje, numa conjuntura marcada por tantas formas de crise, a distância entre o complexo de posições, conceituações e reivindicações do Terceiro Mundo, e as "respostas" do sistema internacional são imensas. Nem sempre foi assim. Embora o percurso tenha sido marcado mais por frustrações e desalento do que por êxitos, houve situações históricas em que passos adiante foram dados; em regra, a partir de penosos esforços políticos dos países em desenvolvimento. A vitória do movimento pela descolonização foi um dos êxitos; os ganhos institucionais, tanto na área econômica quanto política, foram outros. Mas, hoje, a desesperança reina.

As nossas soluções acentuam as vantagens da negociação e pedem que a cooperação seja a regra a organizar a vida internacional; do lado das Superpotências, a tendência às soluções unilaterais ganha terreno. As nossas soluções pedem que as formas democráticas, estribadas em princípios como o da igualdade soberana dos Estados, prevaleçam nas disputas e nos conflitos; do lado das Potências, nunca se usou com tanta naturalidade o argumento da força e do poder. Quando pedimos que, em cada tema internacional, não se deixe de considerar a dimensão ética, que dá solidez às soluções, contrapõe-se, do lado das Potências, realismo de curto prazo, de fugaz eficácia.

As consequências desse quadro são nefastas. E, são nefastas não só para os países em desenvolvimento, mas para todo o sistema internacional, que vive bloqueado, com tensões acumuladas e irresolvidas. O clima de confrontação e de exacerbação retórica no âmbito global das relações entre as Super-

potências traz conseqüências extremamente negativas. De nosso ponto de vista, e nisto compartilhamos o diagnóstico da maioria dos países em desenvolvimento, especialmente graves são a corrida armamentista, a criação de um clima de incerteza no sistema internacional em que a guerra nuclear passa a ser ingrediente no universo das pressões políticas, a concentração da agenda internacional em temas estratégicos em detrimento da necessidade de renovação e reforma da ordem internacional, a ligeireza com que se interfere, ostensiva ou sorrateiramente, nos assuntos internos de terceiros, e, finalmente, a questão da transferência de tensões para as crises regionais.

A persistência das tensões regionais também preocupa. Se traduzem questões históricas, por vezes seculares, não deixa de haver, freqüentemente, e, de forma profunda, processos de transferência da tensão global para o campo regional, com efeito agravante sobre a crise.

Processos de intervenção, que, em regra, geram espirais negativas, tendem a se tornar perigosamente corriqueiros, e tenta-se, até mesmo legitimá-los. Aqui, a dissonância entre o nosso poder de afirmação política e a afirmação política do poder é enorme, e fica marcada; por exemplo, em episódios como o da interferência soviética no Afeganistão, condenada pela unanimidade dos países em desenvolvimento, e que, ainda assim, não se arrefece, depois de quatro anos. De forma similar, é triste verificar a permanente precariedade da situação do Oriente Médio. Multiplicam-se as formas de conflito, e, assim, abandona-se um dos temas centrais da crise, que é o da necessidade de que os palestinos tenham um Estado com base em equitativa autodeterminação.

Outra área onde se cruzam as questões regionais, os fenômenos estruturais de pobreza e insatisfação social, e as tensões globais, é a América Central. A posição brasileira na matéria pede que, nas soluções, respeite-se de forma estrita o princípio da não-inter-

venção, atente-se à complexidade das raízes da crise, e caminhe-se exclusivamente por processos negociadores e diplomáticos, como tenta o Grupo de Contadora.

Também o continente asiático tem sido cenário de graves crises. Muitas das quais, degeneraram, infelizmente, em confrontações militares. Por exemplo, a invasão de Campuchea pelas forças vietnamitas produziu uma crise política cuja solução ainda não está à vista. O Brasil tem votado a favor de resoluções, nas Nações Unidas, que propõem uma retirada de Campuchea de todas as tropas estrangeiras, e garantam a neutralidade, a independência, a soberania, e a integridade territorial daquele país. Outra crise, afetando mais imediatamente o Paquistão, é a provocada pela invasão soviética no Afeganistão. Essa agressão, que ainda perdura, constitui uma flagrante violação da obrigação de todos os Estados de abster-se, em suas relações internacionais, do uso da força, contra a soberania, a integridade territorial e a soberania dos demais Estados. Estamos acompanhando com atenção os esforços mediadores desenvolvidos pelo Secretário Geral das Nações Unidas, e esperamos que uma solução negociada se concretize a breve prazo, de molde a assegurar a pronta retirada das tropas soviéticas, e o direito do povo afegão de determinar sua própria forma de governo, livre de qualquer forma de intervenção externa.

Ao examinarmos a situação de crise econômica mundial que atravessamos, vamos descobrir fenômenos de impasse que se aproximam, conceitualmente, do que descrevemos na área política. Não preciso referir as deficiências e deformações da ordem econômica internacional, que encontram expressão particularmente dramática na recessão que vivemos. Pretendem os países do Norte perpetuar, através de protecionismo, formas de divisão do trabalho que se tornaram obsoletas. Pretendem fechar-se em instituições cuja vocação se esgotou e cujas regras desconhecem as necessidades atuais da ordem internacional. Procuram, defendendo soluções de curto prazo e limitadas a

situações emergenciais, ignorar a necessidade de reformas amplas, que tomem a perspectiva de longo prazo, e que partam da noção de que o progresso do Norte passa em boa medida pelo desenvolvimento do Sul.

Feito esse rápido balanço da conjuntura internacional, penso que terei descrito uma das chaves conceituais da atitude diplomática brasileira: de um lado, compreendemos, como a maioria dos países em desenvolvimento, que é forte e clara a necessidade de mudança da ordem internacional; de outro, também compreendemos que forte e clara é a resistência à mudança. No processo, as tensões e as crises não arrefecem; antes, se agravam.

Já aponte que o contraste entre a necessidade de mudar e a resistência à mudança está ligado aos interesses em que se mantêm as assimetrias de poder. Estaremos condenados a viver neste equilíbrio precário, em que se combinam, de forma sinistra, a ameaça de um holocausto nuclear com a proliferação da miséria absoluta? Estaremos condenados a ver no sistema internacional uma teia de constrangimentos, que só premia o poder e as soluções de força?

Não quero trazer aos Senhores receitas definitivas, seja de otimismo seja de pessimismo. Minha atitude é a de buscar o diálogo, procurar entender, a partir da conversa mais franca, o que poderemos fazer daqui para frente, para estimularmos as mudanças no sistema que acreditamos úteis e efetivas. Não temos, na diplomacia brasileira, panaceias nem lições a dar.

Sabemos que é necessário que se criem, a curto prazo, e em todas as áreas, estruturas ágeis de diálogo e negociação. As linhas e orientações da mudança são conhecidas, e é necessário alimentá-las de vigor político. Trajetórias individualistas, esforços hegemônicos, terão sempre o sinal da precariedade. Equilibrar, no movimento de mudança, o verdadeiramente nacional com a renovação do sistema é um dos desafios funda-

mentais de nosso tempo, tanto para os diplomatas e homens de estado, quanto para os intelectuais.

De outro lado, é preciso criar um clima de confiança entre os Estados para que as diferentes formas de negociação não sejam vistas como capitulação. É fundamental revalorizar a diplomacia, não como uma das pontas dos instrumentos de poder, mas como veículo para esforços criativos de cooperação e de conciliação entre os Estados.

Em resumo, quero praticar com os Senhores o mesmo exercício de diálogo, sempre em bases iguais, que temos mantido, como traço essencial, da diplomacia brasileira.

Até aqui, apresentei aspectos da interpretação da realidade internacional que o Brasil certamente compartilha com outros países. De outro lado, gostaria de indicar, de forma infelizmente resumida, outros aspectos de nossa presença internacional, que talvez nos individualizem.

Em primeiro lugar, diria que existe uma dimensão de números, estatística, que deve ser levada em consideração quando se fala da presença internacional do Brasil. É a grandeza do território (8,5 milhões de Km²), da população (125 milhões), do PNB (o oitavo do Ocidente), e, também, as dimensões da presença econômica, tanto comerciais (cerca de 40 bilhões de intercâmbio em 1983), quanto financeiras (dívida externa de mais de 90 bilhões de dólares). A "administração" dos números envolve evidentemente uma série de atitudes e construções diplomáticas. Uma das mais importantes é justamente a de lidar com a questão territorial, já que temos dez vizinhos, e, ao longo da história, conseguimos criar excelentes bases de convivência, de tal forma que, hoje, não temos nenhum atrito que mereça menção na América Latina (e no mundo).

Os números da presença econômica colocam outro tipo de problema, como o da

necessidade de termos extremo cuidado nos esforços de promoção comercial, que correspondam, de forma efetiva, às necessidades de divisas do país. Também, quando analisamos a questão demográfica, e assinamos as diferenças de renda, a persistência da pobreza, criamos sensibilidade especial para a necessidade de transformações na ordem econômica que favoreçam o desenvolvimento que permita absorver contingentes de mão-de-obra que são postos anualmente no mercado de trabalho.

Um segundo elemento peculiar é a variedade das formas de presença. Somos latino-americanos, o que nos dá uma moldura de atuação diplomática, que se forma com base na ideia de não-intervenção, do respeito aos tratados, da solução pacífica, do combate às hegemonias, e que, hoje, traduz-se por mecanismos de cooperação extremamente sofisticados e amplos, como exemplifica a construção da barragem de Itaipu. A presença africana é extremamente importante na formação da nacionalidade e cria pontes extremamente sólidas no nosso relacionamento atual com a África. A nossa base cultural é Ocidental, e repudiando as aberrações dos valores do Ocidente, aderimos àqueles que são permanentes, o pluralismo, a tolerância, a democracia, o respeito aos direitos individuais. Recebemos emigrantes de todas as partes do globo, inclusive asiáticos, o que nos predispõe de uma forma especial para um diálogo universalista. Somos também um país Atlântico, onde estamos procurando desenvolver, com nossos vizinhos africanos, a tese de que o oceano que nos liga antes que nos separa deve ser livre das tensões estratégicas, e voltado fundamentalmente para abrigar esquemas de cooperação. Por nossas realidades, somos um país do Terceiro Mundo, e algumas das consequências e implicações internacionais dessa condição já as expus na parte inicial de minha palestra.

Um terceiro elemento que nos individualiza é o da tradição diplomática. Temos um serviço diplomático organizado há mais de 100 anos. Isto terá contribuído para que

aceitemos o sentido permanente dos interesses nacionais. A moderação, a busca de coerência e consistência, a sintonia entre a retórica e a prática, entre os princípios e a ação, tem sido uma das características permanentes da ação diplomática brasileira. Dessa forma, procuramos criar bases de confiança com nossos parceiros, de tal forma que praticamos hoje uma política externa de cunho universalista, com abertura real, busca de formas de ação conjunta, em todos os quadrantes do globo. A confiança impulsiona o universalismo, sobretudo na medida em que, hoje, não mantemos qualquer contencioso internacional grave. Temos controvérsias normais que não configuram conflito e que têm sido invariavelmente conduzidas pelos canais diplomáticos.

Somos um país sem conflitos internacionais.

De uma forma ou outra, a soma desses elementos reforça as linhas básicas da ação diplomática brasileira, sempre voltadas para descobrir, na ação concreta, o melhor caminho para a solução de paz, para o encontro que favoreça o desenvolvimento. Somos, por isto, profundamente afeitos ao diálogo, gostamos do diálogo, como o melhor dos exercícios diplomáticos, sobretudo quando feito, como aqui, com sentido de equilíbrio, em bases de respeito mútuo, e na busca de verdadeira compreensão mútua. Não existe melhor base para a ação conjunta, para dar passos adiante na construção de uma ordem internacional melhor.

comunicado de imprensa brasil-paquistão

Comunicado de Imprensa Brasil-Paquistão, divulgado em Islamabad, em 4 de março de 1984, ao final da visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro.

Sua Excelência o Senhor Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, acompanhado de uma delegação de 33 membros, dentre eles altos funcionários do Governo brasileiro, fez uma visita oficial ao Paquistão entre os dias 2 e 4 de março de 1984. Durante a visita, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil manteve conversações com o Ministro das Relações Exteriores do Paquistão, Sr. Sahabzada Yaqub-Khan, e com o Ministro das Finanças, Sr. Ghulam Ishaq Khan. O Ministro Saraiva Guerreiro foi igualmente recebido pelo Presidente do Paquistão. As discussões se desenrolaram numa atmosfera cordial que reflete os estreitos laços de amizade entre o Brasil e o Paquistão.

Os Ministros examinaram as principais questões do atual panorama internacional,

tanto no plano global como no regional, com especial ênfase aos assuntos asiáticos e latino-americanos. Os Ministros dedicaram particular atenção à avaliação das relações bilaterais entre o Brasil e o Paquistão. Esse debate revelou convergência de pontos de vista existentes entre os dois Governos sobre as questões de maior relevância. Ambas as partes expressaram a firme determinação de fortalecer a amizade e cooperação dos dois países em todas as áreas.

As duas partes expressaram profunda preocupação com o agravamento das tensões mundiais, decorrente da contínua confrontação entre Leste e Oeste e a persistência da corrida armamentista, que ameaça a própria existência humana. Consideraram igualmente com preocupação as tentativas de solução das disputas internacionais por meio da força, ou da ameaça da força.

Ambas as partes reiteraram seu repúdio às tentativas de imposição de hegemonia ou estabelecimento de esferas de influência. Tais tendências foram consideradas um risco à paz e segurança mundiais e uma violação dos princípios da Carta das Nações Unidas.

Concordaram em que a situação na América Central exige solução negociada entre os países diretamente envolvidos e expressaram seu apoio aos esforços do Grupo de Contadora, com vistas a evitar a escalada do conflito e a assistir aqueles países na consecução de uma solução pacífica.

Concordaram em que a presença continuada de tropas estrangeiras no Afeganistão representa séria ameaça à segurança na região e tem implicações de longo alcance para a paz e a segurança globais. Exortaram a retirada imediata de todas as tropas estrangeiras do Afeganistão e, nesse contexto, acolheram com satisfação os esforços do Secretário Geral das Nações Unidas em promover uma solução política abrangente, com base nos princípios enunciados nas resoluções pertinentes das Nações Unidas que contam com o apoio da comunidade internacional. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil expressou sua profunda solidariedade pelos três milhões de refugiados afegãos que foram forçados a procurar abrigo no Paquistão. Apreciou a assistência humanitária que tem sido a eles prestada pelo Paquistão e reiterou o apoio do Brasil e todos os esforços envidados, com vistas a possibilitar aos refugiados o retorno a seus lares com honra e dignidade.

O agravamento da crise no Oriente Médio foi considerado com grave preocupação. Com referência ao tema, os Ministros conclamaram todos os países envolvidos a exercer esforços adicionais no sentido de uma solução justa, abrangente e duradoura para a questão, baseada entre outros princípios, no reconhecimento dos direitos alienáveis do povo palestino, inclusive o do estabelecimento de um Estado próprio.

Ambas as partes expressaram profunda preocupação pelo prolongado conflito entre o Irã e o Iraque e renovaram o seu apelo a ambos os países a colocarem um fim imediato a esse conflito fratricida.

Reafirmaram sua firme condenação à política do **apartheid** e reiteraram a necessidade de uma solução urgente para a questão da Namíbia, em conformidade com as resoluções pertinentes das Nações Unidas.

A respeito da situação econômica mundial, os Ministros expressaram que a crise mundial, que afeta tanto os países do Norte quanto os do Sul, revelou drasticamente as distorções estruturais do sistema econômico internacional, em função das quais um ônus desproporcional de reajuste recai sobre os países em desenvolvimento. Os Ministros expressaram sua preocupação com o alto nível de endividamento internacional dos países em desenvolvimento causado, em grande medida, por fatores alheios a seu controle, tais como as políticas econômicas dos países desenvolvidos. Ressaltaram que soluções efetivas para o problema requerem o ressurgimento da cooperação internacional por meio de um maior acesso aos mercados dos países desenvolvidos e do aumento e melhoria de condições do fluxo de recursos financeiros para o desenvolvimento.

Ao reconhecerem que a cooperação entre países em desenvolvimento não é um substituto à cooperação Norte—Sul, os Ministros sublinharam a importância crucial da cooperação Sul—Sul. Os Ministros reafirmaram seu comprometimento em envidar esforços, tanto internamente, quanto no seio do Grupo dos 77, com vistas a acelerar a implementação do Programa de Ação de Caracas, permitindo, assim, aos países em desenvolvimento maximizar a complementaridade de suas economias, com base no benefício mútuo.

Os Ministros notaram, com satisfação, perspectivas promissoras para o incremento da cooperação bilateral, particularmente nas áreas de comércio, ciência e tecnologia. Os

Ministros discutiram as modalidades destinadas a imprimir maior dinamismo ao intercâmbio comercial, em especial no tocante aos produtos prioritários especificados nos Anexos do Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio, que assinaram a 4 de março. Os Ministros debateram, igualmente, modalidades para incrementar a participação de empresas de ambos os países em projetos de desenvolvimento que implementem em seus respectivos territórios, bem como o estabelecimento de "joint ventures".

Quanto à ciência e tecnologia, reconheceram o interesse mútuo das comunidades científicas e agências de ciência e tecnologia pelo estabelecimento de um quadro legal que permita uma troca sistemática de

informações, um intercâmbio periódico de cientistas e técnicos, bem como a implementação de programas conjuntos de pesquisa, e a transferência de tecnologia em áreas como as fontes novas e renováveis de energia, irrigação, desertificação, tecnologia de alimentos, habitação popular, pesquisa agrícola, informática, microeletrônica e biotecnologia. Os Ministros concordaram na necessidade de celebração a curto prazo de um acordo de cooperação sobre a ciência e tecnologia.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil estendeu um caloroso convite ao Ministro das Relações Exteriores do Paquistão para visitar o Brasil em data próxima. O convite foi aceito com grande satisfação.

impulso renovado nas relações brasil-índia, diz saraiva guerreiro, em nova délhi

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Ramiro Saraiva Guerreiro, em Nova Delhí, em 6 de março de 1984,
por ocasião do jantar que lhe foi oferecido pelo
Ministro dos Negócios Estrangeiros da Índia,
Shri P.V. Narasimha Rao

Senhor Ministro,

Permita-me agradecer, em primeiro lugar, suas saudações calorosas e suas cordiais palavras de boas-vindas. Interpreto-as menos como uma expressão protocolar de hospitalidade, que como o reconhecimento do significado simbólico da minha visita: no que diz respeito a nossos vínculos mútuos, ela significa, ao mesmo tempo, continuidade e mudança.

Continuidade, porque não é esta a primeira visita à Índia de um Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Como sabe Vossa Excelência, um dos meus predecessores esteve neste país há exatamente dezesseis anos, por ocasião da 11 Sessão da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento. Nesse fórum multilateral, nossas duas delegações trabalharam juntas, como já haviam feito no passado, e mais uma vez reafirmaram sua dedicação ao objetivo comum de introduzir uma Ordem Econômica Internacional mais equitativa. No plano bilateral, a visita contribuiu para fortalecer nossa amizade, que data do acesso da Índia à independência, e proporcionou um quadro para o desenvolvimento futuro das nossas relações, através da Assinatura de

um Acordo de Comércio e de um Acordo Cultural. Desde então, os dois países aproximaram-se um do outro, através de numerosas visitas e contatos. Fomos honrados, em particular, pela visita ao Brasil da Primeira-Ministra Indira Gandhi, em 1968. Seguiram-se muitas outras visitas, tanto de caráter político, quanto empresarial. Nesse sentido, minha visita é parte de um processo em curso, que com ela não se iniciou e certamente prosseguirá depois dela.

Mas esta visita também significa mudança, pois cada nova iniciativa no campo das relações internacionais é de certo modo um novo começo. O ambiente internacional transformou-se nos últimos dezesseis anos, e com ele transformaram-se nossas sociedades e políticas nacionais. Sabemos agora, mais claramente que nunca, que nenhuma oportunidade pode deixar de ser explorada, nenhum esforço pode ser omitido, nenhuma ocasião de mal-entendimentos pode aflorar, se quisermos atingir o objetivo, que é o nosso e seguramente também o do Governo de Vossa Excelência, de lançar as bases para uma relação estável e duradoura entre nossos dois países. A visita pode, efetivamente, ser um novo começo, se ajudar o Brasil e a Índia a aprofundarem o conhecimento do

seu potencial recíproco e do seu respectivo papel nas questões internacionais, e a traduzir essa consciência em termos operacionais.

Nesse sentido, uma nova partida está definitivamente ao nosso alcance. Permita-me examinar, brevemente, Senhor Ministro, as principais áreas que em nossa opinião podem e devem beneficiar-se de um impulso renovado.

Senhor Ministro,

A cooperação política pressupõe como condição mínima uma convergência de opiniões em torno de um amplo espectro de temas. Pode essa convergência ocorrer entre dois países, como os nossos, que parecem diferir tão profundamente em suas histórias e em suas tradições culturais?

Há mais de uma década a Primeira-Ministra Indira Gandhi declarou que "a política externa deve estar relacionada ao pano de fundo histórico e geográfico de cada país. Vemos o mundo a partir de onde estamos. Outros países vêem o mundo a partir de onde estão. Assim, não podemos ver as coisas do mesmo ângulo. Temos alguns países como nossos vizinhos. A relação que com eles mantemos é importante. Outros países, mais distantes, são vistos de outro ângulo".

Concordamos, sem dúvida, com essa afirmação. Nossa própria política externa é uma projeção de nossa identidade nacional, modelada por fatores geográficos e históricos. Ao mesmo tempo, esses determinantes não devem ser vistos como absolutos. A geografia pode em si ser corrigida pela história. Assim a vizinhança é um produto da geografia, mas a boa vizinhança depende da ação consciente do homem. As distâncias geográficas tendem a tornar-se cada vez mais relativas, nessa era das comunicações por satélite e do transporte ultra-sônico. A Índia e o Brasil pertencem a duas tradições históricas fundamentalmente distintas, mas a relatividade até dessa diferença é atestada pelo fato de que as mesmas correntes histó-

ricas que levaram à descoberta do Brasil levaram à inserção da Índia, para o bem ou para o mal, no sistema político europeu. Há dois anos, saudando o Presidente Samora Machel, de Moçambique, a Primeira-Ministro da Índia disse que "A frota de Vasco da Gama trouxe a Europa a Vossa litoral, assim como ao nosso". O mesmo se aplica ao Brasil. Nossa descoberta, em 1500, foi de certo modo o subproduto de uma expedição portuguesa à Índia.

É nesse sentido que devemos interpretar a frase da Senhora Gandhi segundo a qual "vemos o mundo a partir de onde estamos". Com efeito, o mundo nunca percebido **in vácuo**, mas sempre a partir de um lugar definido. Para a Índia e o Brasil, esse lugar está claro. Pertencemos inequivocamente ao Ocidente e a Índia ao Oriente, mas apesar da profecia de Kipling, podemos encontrar-nos, e já nos encontramos, no espaço social, político e económico do Terceiro Mundo. Este é o nosso solo comum. Em consequência, freqüentemente partilhámos percepções semelhantes sobre a natureza da crise mundial, sobre a situação dos países em desenvolvimento, e sobre a necessidade de uma reestruturação básica da ordem internacional, tanto política como económica.

Acabei, no Centro Internacional Indiano, de descrever em suas grandes linhas a política externa brasileira, e espero que tenha ficado claro até que ponto as nossas opiniões sobre questões mundiais são semelhantes. Sem repetir aqui o que foi dito naquela ocasião, basta assinalar que temos ambos uma clara consciência dos perigos suscitados pela corrida armamentista, pela tentativa de estabelecer esferas de influência, pela superposição em cenários regionais da confrontação global Leste-Oeste, pelas seqüelas do colonialismo, pelo **apartheid**, pelo não reconhecimento ao povo palestino dos direitos humanos e nacionais básicos. Preocupam-nos a crescente tendência de resolver controvérsias pela força ou pela ameaça da força, e o armazenamento insensato de armamentos nucleares, que põem em risco a

própria sobrevivência da espécie, e se baseia na falácia de que a geração de insegurança global pode aumentar a segurança nacional. Enfim, preocupa-nos a falta de disposição dos países desenvolvidos de agir construtivamente com vistas ao estabelecimento de uma Nova Ordem Económica Internacional, como se demonstra pelas dificuldades processuais para o lançamento das negociações globais, e recentemente pelo fracasso da VI UNCTAD.

A Índia e o Brasil têm trabalhado, conjunta ou separadamente, para a solução desses problemas em foros multilaterais. Conjugamos nossos esforços, repetidas vezes, nas Nações Unidas, na UNCTAD, nos Grupos dos 77 para obtenção de soluções justas. Como observadores à última Conferência de Cúpula do Movimento Não-Alinhado, tivemos o privilégio de testemunhar os esforços da Índia, dentro do mesmo espírito. Como foi dito pelo Presidente Figueiredo em mensagem à Senhora Gandhi, "o Brasil tem acompanhado o Movimento dos Países Não-Alinhados, com interesse e esperança, desde sua criação. Nele identificamos uma intenção justa e necessária em prol da paz e da redução das tensões internacionais". Nossa confiança no futuro do movimento renovou-se quando a Índia assumiu a responsabilidade de coordená-lo. Em consequência o movimento terá à sua disposição a dedicação da Senhora Gandhi à causa da paz mundial e do desenvolvimento, e sua excepcional experiência e talento diplomático.

Mas a cooperação e os objetivos partilhados no nível multilateral não bastam. Acreditamos que chegou o tempo para uma cooperação bilateral mais estreita. Em vista do grande número de temas em que nossas posições são semelhantes ou convergentes e mesmo daqueles em que possamos divergir, seria aconselhável contemplar mecanismos de consulta apropriados, nos quais pudéssemos periodicamente intercambiar pontos de vista sobre questões mundiais. As modalidades desses mecanismos podem ser deta-

lhadas no devido tempo pelos dois Governos.

Senhor Ministro,

Apoiamos a declaração da Conferência sobre Cooperação entre Países em Desenvolvimento, reunida em Caracas em 1981, de que "a cooperação económica entre países em desenvolvimento não é um substituto à cooperação global entre países em desenvolvimento e desenvolvidos". Mas nesse período de crise, devida em grande parte a fatores que escapam a nosso controle (tal como o protecionismo nos países desenvolvidos e as altas taxas de juros que agravam o ónus da nossa dívida) e caracterizada por uma ameaçadora estagnação no diálogo Norte-Sul, a cooperação entre os países em desenvolvimento torna-se crucialmente importante.

No espírito da Conferência de Caracas, acreditamos que o Brasil e a Índia têm uma especial responsabilidade em proporem o exemplo de uma fecunda cooperação Sul-Sul. Dispõem ambos de um grande território, e de recursos naturais abundantes. Estão entre os países mais populosos do Terceiro Mundo. Têm as duas maiores economias entre os países em desenvolvimento não-exportadores de petróleo. Seu nível de crescimento industrial é comparável. Seu comércio externo é amplo e diversificado. Juntos, e trabalhando em cooperação com outros países em desenvolvimento, poderemos lograr muitos resultados cuja obtenção seria mais árdua se agíssemos separadamente. O crescimento do nosso comércio bilateral é uma ilustração tangível do progresso alcançado nos últimos anos. Assim, entre 1978 e 1983, o volume global do nosso comércio mais que duplicou, ascendendo de cerca de 114 milhões de dólares a mais de 260 milhões de dólares. Mas estamos longe de satisfeitos com estes resultados. Muito resta a fazer para assegurar um crescimento estável e equilibrado do comércio. A composição qualitativa das nossas exportações mútuas está igualmente abaixo do nosso potencial: estamos certos de que com boa

vontade, teríamos a possibilidade de fornecer um ao outro itens mais significativos em termos das prioridades nacionais de desenvolvimento.

Uma área importante na cooperação econômica, além do comércio em bens físicos, é a área de serviços. O Brasil e a Índia desenvolveram sistemas sofisticados de consultoria e engenharia, que poderiam ser benéficos para ambos os países. Veríamos com prazer uma oportunidade de participar mais ativamente dos projetos indianos de desenvolvimento, através do fornecimento de **know-how** que adquirimos num amplo espectro de áreas que vão desde grandes complexos hidroelétricos até a construção de rodovias, e receberíamos com agrado ofertas semelhantes de cooperação por parte da Índia.

As modalidades dessa cooperação são múltiplas. As concorrências competitivas internacionais oferecem uma oportunidade promissora para nossa participação recíproca em projetos de desenvolvimento. Exploraríamos de bom grado a possibilidade de estabelecer empreendimentos conjuntos com a Índia, que não precisariam limitar-se a nossos próprios territórios, mas poderiam operar em terceiros países. A participação conjunta em concorrências realizadas em certos mercados poderia aumentar nossa competitividade nesses mercados, e assim melhorar nossas perspectivas de êxito. Para discussão desses temas e outros, de natureza econômica e comercial, estamos propondo o estabelecimento de uma comissão mista, através de um protocolo adicional ao Acordo de Comércio assinado em 1968. Estou certo de que esse mecanismo proporcionaria um quadro institucional útil para canalizar a nossa cooperação econômica.

Senhor Ministro,

Um dos milagres da Índia moderna foi o crescimento impressionante de sua base científica e tecnológica. A Índia dispõe hoje do terceiro maior reservatório de engenheiros e cientistas, depois dos Estados Unidos e da União Soviética. Observo, de

passagem, que muitos cientistas indianos, da melhor qualidade, já trabalham em universidades e centros de pesquisa no Brasil. Alguns dos centros tecnológicos da Índia estão entre os melhores do mundo.

Esse resultado não emergiu espontaneamente. Foi o fruto de uma política firme e de uma filosofia abrangente. Segundo a Primeira-Ministra da Índia, "a ciência não pode ser confinada a laboratórios ou universidades, mas deve ser parte da educação, da saúde, de todos os aspectos de desenvolvimento; assim como da vida no lar, no campo e na fábrica. A ciência não deve seguir caminhos trilhados, mas indicá-los, não deve simplesmente reagir a problemas, e sim antecipá-los".

Não surpreende, assim, que a Índia tenha logrado alcançar sucessos notáveis, desde o espetacular programa espacial que culminou com o lançamento, pela nave espacial Challenger, há poucos meses, do satélite INSAT I B, até áreas como processamento de dados e bio-tecnologia.

Sentimo-nos no Brasil justificadamente orgulhosos com os nossos avanços nessa área. Permita-me Vossa Excelência mencionar apenas o progresso alcançado no setor de informática, através de uma política governamental coordenada, visando a produção nacional de certos tipos de computadores, e na tecnologia do álcool combustível, o qual substituiu quase inteiramente a gasolina em nossa frota automobilística. Existe campo, portanto, para uma cooperação mutuamente vantajosa na área da ciência e tecnologia. Estamos atualmente negociando um Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, que abrirá caminho para a cooperação interinstitucional entre os dois países.

Senhor Ministro,

Permita-me finalmente mencionar a necessidade de dar maior substância ao Acordo Cultural, assinado em 1968. Já existe um leitorado de literatura brasileira na universidade Jawaharlal Nehru, e como já disse,

professores indianos trabalham atualmente em universidades brasileiras. Existe um curso abrangente de Sânscrito na Universidade de São Paulo, com vários semestres de duração.

Mas muito resta fazer. Estamos considerando a possibilidade de inaugurar um Seminário sobre a Índia na Universidade de Brasília, nos próximos meses. Podemos contemplar a organização de festivais cinematográficos nos dois países, e de exposições ilustrando, por exemplo, certas interações culturais entre a Índia e o Brasil. Quando Vossa Excelência for ao Brasil, o que espero venha a ocorrer no futuro próximo, terá a oportunidade de ver um conjunto de esculturas representando profetas bíblicos — e obra do Aleijadinho, um dos nossos maiores artistas do século XVIII — e observará a impressionante semelhança entre essas esculturas e as expostas no Convento de São Caetano, em Goa. Este é apenas um exemplo de certas surpreendentes correntes cruzadas que se desenvolveram no plano cultural entre a Índia e o Brasil, ao longo dos anos.

Exploremos portanto, de forma realista, compatível com os recursos disponíveis, as perspectivas de uma cooperação cultural mais ampla entre os nossos dois países.

Senhor Ministro,

Não posso encontrar palavras mais apropriadas para encerrar meu discurso que o antigo texto védico, ainda vivo hoje, como tantos outros da multimilenar tradição indiana: "Possa haver bem-estar para o povo, possam os governantes proteger o mundo, seguindo o caminho da justiça; possa o mundo inteiro ser feliz". O desenvolvimento económico e social, a paz mundial e, em consequência, uma vida melhor para a humanidade: são essas, em essência, as três esperanças manifestadas pelo texto, e deveriam ser os três objetivos visados por nossos países, em sua nova trilha de colaboração.

Em minhas observações iniciais, referi-me a um novo começo. Começemos.

Convido todos os presentes a acompanhar-me num brinde à saúde de Sua Excelência o Presidente Giani Zail Singh e Sua Excelência a Primeira-Ministra Indira Gandhi, à prosperidade crescente do povo indiano, à amizade perpétua entre a Índia e o Brasil e à felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Rao.

Muito obrigado.

saraiva guerreiro fala sobre aspectos da política externa brasileira, no centro internacional indiano

Conferência do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, sobre "Aspectos da Política Externa Brasileira", pronunciada no Centro Internacional Indiano, em Nova Delhi, em 5 de março de 1984.

A interdependência é uma das principais características da vida internacional de nossos dias. Fala-se muito sobre esse conceito que, algumas vezes, é apresentado em termos que não oferecem senão um novo disfarce para fórmulas ultrapassadas de pensar. Nessa linha, os países do Sul se tornaram ainda mais dependentes do Norte, e o fenómeno

inverso não ocorreu; o Norte seria, ainda, na prática, motor que gera o crescimento e a retração económica global e o lugar onde as decisões políticas fundamentais são tomadas.

De um ponto-de-vista pragmático, acredito que podemos concordar com o fato de que

existe uma medida de verdade naquela afirmação. Contudo, ela esconde um fator de profunda importância. Vivemos num período de mudanças aceleradas, e a ideia que apresentei reflete muito mais a condição em que o mundo se encontrou até agora do que a situação para a qual nos dirigimos. Não leva, assim, em consideração algumas tendências básicas que já estão ocorrendo na cena global.

A interdependência é uma via de mão dupla. Tanto em termos práticos como momento do raciocínio político, está baseada — e estimula — a ideia de que todas as nações são soberanas e iguais e que os principais agrupamentos de países do Norte e do Sul deveriam imaginar formas novas de cooperação entre si em moldes igualitários e mutuamente proveitosos.

A própria interconexão da economia mundial — para não falar da esfera política — tece um panorama complexo e integrado. Felizmente, reconhecemos desenvolvimentos positivos neste cenário, tais como a emergência da mutualidade de interesses entre diferentes países e especialmente entre os países do Sul.

Acredito que essa seja uma das razões porque eu estou aqui. A crescente mutualidade de interesses entre o Brasil e a Índia torna oportuno que reforcemos o nosso diálogo e nosso intercâmbio, tanto em nível bilateral quanto multilateral.

Embora relativamente nova, a história da aproximação entre os países do Sul já é significativa e promissora. Não estamos mais nos primeiros passos de nossa caminhada. O poderoso movimento pela descolonização, que galvanizou a vida política do planeta foi um dos mais impressionantes marcos do processo de crescente consciência, da parte de nossas nações como um todo, de nossos legítimos interesses.

O espírito nascido em Bandung e que se desenvolveu nas primeiras Reuniões dos

Países Não-Alinhados mostrou progressivamente o vigor desse Movimento, no qual a Índia desempenhou um papel crucial. A UNCTAD trouxe este espírito para o nível econômico multilateral e, mais uma vez, a formação natural de núcleos para a aglutinação dos países em desenvolvimento em organizações internacionais demonstrou a viabilidade de nossa colaboração.

O Brasil, como nação latino-americana, foi parte integrante desse processo global desde sua origem. Apoiamos sinceramente a independência dos países irmãos da Ásia, da África e da América Latina; construímos cuidadosamente uma política de reforçar a cooperação entre os países em desenvolvimento; temos sido dos mais ativos promotores do esforço coordenado para o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional. Essa tem sido a nossa orientação por mais de vinte anos.

Se, de um lado, durante esse período, o progresso tem sido desigual e faltaram transformações práticas e institucionais, é inquestionável, de outro lado, que os países do Sul cresceram em estatura política e desenvolveram a sua própria visão do mundo.

Acabaram-se os dias em que as atitudes das Grandes Potências eram a principal referência para nossas ações e reações. Hoje, continuamos muito interessados em cooperar com os países do Norte para resolver problemas de interesse geral. Mas, temos nossas próprias ideias, que enriquecem nosso relacionamento. Baseamos nossos esforços em certos interesses comuns e esperanças e estamos dispostos a trabalhar com nossos próprios meios, ainda que limitados para realizar esses interesses e satisfazer essas esperanças.

Para alcançar nossos objetivos, confiamos em algo diferente do divisionismo ideológico e político, que nós superamos através do respeito pela autodeterminação pela identidade nacional. Contamos, essencialmente, com nossa disposição e criatividade

para superar os problemas da pobreza. Estamos organizados para a cooperação igualitária, livre dos constrangimentos de poder e dominação, e objetivando o desenvolvimento recíproco, a satisfação mútua, e resultados compartilhados.

Cooperação e diálogo, relaxamento de tensões e compreensão são hoje mais do que nunca necessários. A situação internacional de nossos dias está num processo de constante deterioração. O aprofundamento de crises regionais em várias áreas do mundo e a crescente confrontação entre as Superpotências combinam-se com uma crise econômica de dimensões globais que afeta todos os países e regiões e resiste às terapias ortodoxas. O quadro resultante, como o Presidente do Brasil assinalou em seu discurso perante a Assembleia Geral das Nações Unidas em 1982, lembra dramaticamente os acontecimentos que precederam à Segunda Guerra Mundial.

As crises regionais que agora dominam a agenda internacional são em si mesmas conseqüências de profundos fatores estruturais. Não serão resolvidas adequadamente a menos que as questões subjacentes específicas sejam atacadas. A dinâmica sócio-política de cada região envolvida é um fator chave que, como princípio geral, deve ser tomado em consideração de tal forma que soluções legítimas possam ser encontradas. É apenas razoável admitir que os esforços construtivos e os pontos de vista dos países de uma região tenham prioridade na consideração dos problemas daquela região, livres de interferência externa.

Essa situação pode ser vista claramente se enfocamos, por exemplo, as condições dos oceanos Índico e Atlântico Sul. Nada pode ser mais legítimo e positivo do que o desejo dos países de cada uma dessas duas áreas de criar as bases para sua paz e segurança nas regiões referidas, mantendo-as livres das repercussões das tensões globais.

Esta é a nossa posição fundamental em relação ao Atlântico Sul: queremos que seja vis-

to, acima de tudo, de uma perspectiva horizontal, como um meio para promover a cooperação entre países em desenvolvimento da África e da América Latina, e não de uma perspectiva vertical, como cenário para confrontação entre potências estranhas à área. Queremos mantê-lo livre das rivalidades externas que tendem a dividir nossos países em vez de uni-los e a aumentar a militarização e instabilidade em vez de promover a segurança.

Esses princípios também se aplicam a situações como as da América Central, da África Meridional e do Oriente Médio, em que, como regra, o envolvimento Leste-Oeste tende freqüentemente a alargar o escopo dos conflitos, a aprofundar as rivalidades locais, a encorajar atitudes de intransigência, em vez do diálogo, e a reduzir as possibilidades de soluções justas e duradouras.

Assim como outras regiões do Terceiro Mundo, a Ásia tem, lamentavelmente, sido o cenário de muitos desses conflitos regionais. Se tais conflitos são o resultado de fatores locais ou globais ou se de uma interação de ambos, suas repercussões são, certamente, de natureza mundial. Este é o caso do conflito de Campuchea, ocasionado pela invasão desse país por forças vietnamitas. Acompanhamos com atenção especial os esforços empreendidos pelos países da ASEAN e outras partes interessadas em alcançar uma solução compatível com o princípio da autodeterminação e não-intervenção. Outro exemplo é a situação do Afeganistão, que é fonte de séria preocupação para a comunidade internacional. Temos reiteradamente condenado a invasão soviética e estamos esperançosos quanto a uma pronta solução para o problema. O papel mediador desempenhado pelo Secretário Geral da ONU é essencial e esperamos que seus esforços com vistas a uma solução negociada obtenham êxito.

Em relação aos problemas da América Central, favorecemos tratamento diplomático e negociado das tensões, de tal sorte que um

clima de entendimento possa ser criado, em lugar da confrontação e polarização ideológicas. O problema centro-americano não pode ser reduzido à confrontação ideológica. Nem é possível remover suas dificuldades pela força. Confiamos no espírito de responsabilidade e independência dos países centro-americanos. Confiamos na democracia e no pluralismo, como um sistema de convivência interna e de paz externa. Por essa razão, apoiamos os esforços do Grupo de Contadora para a articulação de uma solução pacífica para os problemas da América Central.

Em relação ao Oriente Médio, o Brasil, em companhia da imensa maioria da comunidade internacional, favorece uma paz justa e duradoura, baseada na retirada de todos os territórios ocupados pela força, na implementação do direito do povo palestino à autodeterminação e independência e no reconhecimento do direito de todos os Estados da região a viver em paz dentro de fronteiras internacionais reconhecidas.

O Brasil condena enfaticamente o **apartheid** como uma clara violação dos mais fundamentais direitos do ser humano. Também repudiamos as políticas de intimidação e agressão que têm sido praticadas contra os Estados da Linha de Frente da África Meridional e a ocupação ilegal da Namíbia, cuja independência tem sido indevidamente atrasada. Reiteramos a necessidade para uma solução justa dos problemas da área para que os povos da África Meridional, que tanto sofrem, possam finalmente se dedicar às tarefas cruciais do desenvolvimento.

Como o Presidente Figueiredo assinalou em seu pronunciamento, anteriormente mencionado, o Brasil "vê com grave preocupação a ampliação do processo de transferência para as áreas menos desenvolvidas de tensões geradas pela confrontação entre as Superpotências. A política de prestígio e poder com relação ao Terceiro Mundo engendra divisões e afeta seriamente as propostas de cooperação entre as Nações em

desenvolvimento. E firma posição brasileira — e, para tanto, estamos dispostos a prestar nossa contribuição — que esse processo deve ser urgentemente estancado e revertido".

Devemos opor-nos ao divisionismo e lutar firmemente pelo respeito, estrito e completo, da Carta das Nações Unidas e dos princípios básicos do Direito Internacional, tais como a autodeterminação, a não-intervenção e a solução pacífica de controvérsias. Estamos profundamente convencidos de que essa moldura política e jurídica é a melhor forma de proteção de nossos interesses e de promoção dos mais altos ideais da humanidade.

Estamos também profundamente preocupados com a persistência e aprofundamento da corrida armamentista nuclear entre as Superpotências, que não apenas desvia recursos tão necessários para a promoção do desenvolvimento e da dignidade, mas também nos obriga a viver com uma paz sinistra e provisória, que é a balança do terror.

Favorecemos discussões verdadeiramente significativas com o objetivo de colocar um termo a essa corrida insana e de alcançar o desarmamento geral e completo, sob efetivo controle internacional. Ao mesmo tempo, continuamos a nos opor às políticas discriminatórias que prejudicam nosso acesso à tecnologia nuclear para fins pacíficos. Nessa matéria, a posição brasileira é clara e bem conhecida: não objetivamos produzir armamentos nucleares em nosso país mas devemos estar aptos a desenvolver nossa capacidade nuclear para fins pacíficos.

A Índia e o Brasil são países que não podem ser vistos, como membros de qualquer grupo específico de nações. Em nosso caso, temos relações extremamente boas com a América Latina como um todo e particularmente com todos os nossos dez vizinhos fronteiriços. A África, à qual estamos ligados pelo Oceano Atlântico, contribuiu para a formação de nosso povo e de nossa cultura. A Europa, é óbvio, sempre esteve pre-

sente. Nossas relações com os Estados Unidos da América são diversificadas e maduras. Mas estamos ligados ao mundo inteiro por um sistema bem desenvolvido de relacionamentos e através de uma política externa universalista, interessada, acima de tudo, na paz e no desenvolvimento. Não pertencemos a qualquer bloco militar ou aliança intercontinental. Lutamos por nossos próprios interesses nacionais.

Por razões culturais, geográficas, históricas e económicas, o Brasil é ao mesmo tempo um país ocidental e do Terceiro Mundo. Posso citar, de novo, o Presidente Figueiredo, quando afirmou que: "Integrado no mundo ocidental, o Brasil deseja realizar suas aspirações nacionais com pleno respeito à liberdade, à democracia e aos direitos da pessoa humana. Esses altos valores, bem como a tradição ocidental do pluralismo e de igualdade entre as nações, formam um quadro que faculta ao Brasil atuar fora do constrangimento hegemónico de Superpotências ou de pressões ideológicas adversas".

Como um país do Terceiro Mundo, o Brasil está particularmente interessado em incrementar suas relações com os países do Sul, em termos de igualdade, respeito mútuo e benefícios recíprocos.

Estamos entre aqueles países que estão interessados em forjar uma Nova Ordem Económica Internacional, baseada em paz justa e em desenvolvimento equitativo, livre de dominação, paternalismo e rivalidade. Estaremos sempre prontos a lutar por um mundo em que as relações de cooperação prevaleçam sobre as relações de poder.

No último meio século, a economia mundial não experimentou crise tão profunda, tão duradoura, e tão ampla. Enquanto suas consequências de longo prazo são causa para séria preocupação, seus efeitos imediatos já se constituem em uma fonte potencial de instabilidade social e uma pesada limitação nas condições de vida de um grande segmento da humanidade.

O primeiro traço expressivo da crise é o de que afeta tanto as nações desenvolvidas quanto às nações em desenvolvimento. Seus efeitos não conhecem uma clara fronteira geográfica, não estão limitados a certos setores da economia. A interdependência tornou a economia global uma realidade e não mais uma abstração teórica.

Tal situação não nos deve levar, contudo, a imaginar os efeitos da recessão, das altas taxas de juros, do protecionismo são sentidos de forma igual pelas economias do Norte e do Sul. Ao contrário, a crescente integração dos países em desenvolvimento na economia internacional, e a emergência de uma economia verdadeiramente global mostra seu lado vulnerável quando confrontada com a ausência de compreensão em relação à necessidade fundamental de uma maior cooperação económica. Chegou o momento de entendermos a necessidade de transformações. Esperamos que a crise económica traga essa lição, duramente aprendida. A longo prazo, os riscos associados com a preservação do estado atual do sistema financeiro, monetário e comercial são certamente maiores do que aqueles derivados de uma reestruturação racional e inovadora da economia mundial.

Desde os anos sessenta, na sua luta para promover o desenvolvimento, os países em desenvolvimento tiveram uma fase de crescimento económico. Em meados dos anos setenta, esse processo foi acompanhado de uma inflação mundial e da necessidade de reciclar os superávits dos países produtores de petróleo, o que estimulou a expansão do crédito internacional. Fortes flutuações em alguns parâmetros chave afetaram decisivamente a continuidade do crescimento económico e engendraram uma duradoura recessão. A década presente revelou que a duração e a profundidade da crise económica são mais fortes do que inicialmente imaginaram aqueles que são incapazes de entender as inadequações estruturais do sistema económico internacional. Pagamentos de juros altos e baixas receitas de exporta-

ção têm sido uma fonte importante de preocupações.

A dimensão da dívida do Terceiro Mundo tem mostrado que o impacto adverso das taxas de juros crescentes tem sido fortemente doloroso, especialmente porque coincidiu com o declínio de cerca de um terço do poder de compra das exportações de "commodities" nos anos de 1981 e 1982. A programação das obrigações do serviço da dívida enfrenta uma dificuldade adicional derivada do corte nos empréstimos para o mundo em desenvolvimento e o aumento das tendências protecionistas nas nações industrializadas.

Não há dúvida de que existe a necessidade de ajustamento. Esse processo, contudo, não deve ser nunca visto como um encargo unilateral dos países em desenvolvimento. Nossos esforços para construir uma base industrial mais forte e o desenvolvimento auto-sustentado estão agora seriamente ameaçados por uma situação anormal em que estamos sendo transformados em países exportadores de capital para o mundo industrializado.

Não devemos nos recusar a ver as consequências positivas dos recentes sinais de recuperação na economia dos Estados Unidos. Mas, esse acontecimento, tão esperado, ainda não produziu efeitos em escala internacional. Nossa avaliação é de que a recuperação parcial não deve ser vista como uma alternativa para necessidade, profundamente enraizada, de uma Nova Ordem Económica Internacional. Sua agenda é obviamente matéria ampla e está aberta ao debate internacional. Seus objetivos, porém, devem certamente ir além da gerência da crise e incluir as legítimas aspirações para a cons-

trução de um sistema económico internacional mais equitativo, mais equilibrado.

Eu não gostaria de encerrar essas palavras sem mencionar um aspecto específico da cooperação internacional que espero se provará amplo e promissor. Refiro-me à chamada cooperação Sul-Sul. O amplo escopo do tema nos leva à questão do futuro do Terceiro Mundo. Acredito que não devemos ver as perspectivas do Terceiro Mundo com a visão limitada pelas tendências correntes. O panorama económico desolador que enfrentamos não nos deve desviar dos objetivos de cooperação ampla, que nossos países devem promover e aprofundar.

Sou dos que acredita que as crises não são apenas tempo de sofrimento, mas também momento para transformação. Identifico claramente um enorme potencial para a cooperação entre países do Terceiro Mundo. Se a presente crise pode ensinar-nos algo será a necessidade de buscarmos novos caminhos, novas formas de relacionamento.

A existência de interesses mútuos entre os países do Terceiro Mundo e a luta para superar nossas dificuldades é o melhor estímulo que temos para promover formas inovadoras e construtivas de cooperação no campo das consultas políticas, intercâmbio de experiências e assistência mútua.

É dever de nossas sociedades continuar o caminho para um relacionamento mais estreito e para forjar formas novas de cooperação que nos ajudem a superar a crise presente e a construir um futuro melhor para os nossos povos e para a humanidade.

Muito obrigado.

comunicado conjunto brasil-índia

Comunicado Conjunto Brasil—Índia, divulgado à imprensa,
em Nova Délhi, em 7 de março de 1984, ao final da visita do
Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Ramiro Saraiva Guerreiro.

Atendendo a convite de Sua Excelência o Senhor Shri P.V. Narasimha Rao, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Índia, Sua Excelência o Senhor Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, realizou visita oficial à Índia, de 5 a 7 de março de 1984.

Os dois Ministros debateram questões bilaterais e multilaterais de interesse mútuo. As conversações se desenvolveram na atmosfera de amizade e compreensão recíprocas que caracteriza as relações estreitas e amistosas entre os dois países.

Sua Excelência o Senhor Ministro das Relações Exteriores do Brasil entrevistou-se com Suas Excelências o Senhor Giani Zail Singh, Presidente da Índia, o Senhor Shri M. Hidayatullah, Vice-Presidente, a Senhora Indira Gandhi, Primeira-Ministra, o Senhor Sri Balram Jakhar, Presidente da Câmara Baixa, o Senhor Shri Shiv Shankar, Ministro do Petróleo e Energia, e o Senhor Shri N.K.P. Salve, Ministro do Aço e Minas.

Os dois Ministros passaram em revista os estreitos vínculos entre os povos do Brasil e da Índia e recordaram que tais vínculos foram aprofundados pela história comum de luta pela descolonização, pela eliminação de todas as formas de injustiça, dominação e hegemonia, e pelo estabelecimento de uma ordem internacional mais justa, na qual a cooperação prevaleça sobre as rivalidades. As conversações revelaram alto grau de compreensão e similitude de pontos de vista dos dois países. Ambas as partes expressaram vontade sincera de desenvolver

e fortalecer ainda mais suas relações estreitas e amistosas.

Os dois Ministros expressaram sua grave preocupação pela deterioração da situação internacional e pela persistência de diversas formas de crise, tanto de natureza política quanto económica. Concordaram em que tal situação requer esforços destinados a diminuir tensões e eliminar as fontes existentes de conflito e controvérsia, de tal maneira que a comunidade internacional possa concentrar suas forças no sentido do estabelecimento de uma ordem internacional mais equitativa. Reiteraram a firme adesão de seus países aos princípios da Carta das Nações Unidas e sublinharam a necessidade de fortalecimento daquela Organização com vistas a transformá-la em instrumento efetivo de preservação da paz e da segurança internacionais e de promoção da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Os dois instaram pelo desarmamento geral e completo, especialmente o nuclear, sob efetivo controle internacional. Concordaram em que os Estados dotados de poder militar nuclear deveriam adotar medidas urgentes para suspender e reverter a corrida armamentista, com vistas a impedir, de maneira efetiva, a proliferação horizontal e vertical de armas atômicas. Instaram ainda pelo congelamento do desenvolvimento, da produção, da estocagem e da instalação de armas atômicas e pela conclusão, em futuro próximo, de um tratado abrangente sobre a proibição de testes, do uso e da ameaça de uso de armas nucleares. Deploraram também as tentativas de alguns Estados nuclearmente

armados de impor restrições discriminatórias aos Estados que não dispõem de armas nucleares, como as salvaguardas, e de retardar, assim, seus avanços tecnológicos; reafirmaram o direito de todos os Estados desenvolverem a energia nuclear para fins pacíficos, de conformidade com suas aspirações e capacidade nacionais.

Os dois Ministros concordaram na urgência de que todos os Estados se abstenham, de maneira escrupulosa, de quaisquer atos de agressão, do recurso ao uso da força ou à ameaça de uso de força, bem como da intervenção e interferência em assuntos internos de outros Estados, e de todas as outras formas de pressão, inclusive os bloqueios econômicos e militares. Reafirmaram o direito de todos os povos à autodeterminação nacional, à independência, à soberania, à integridade territorial, à escolha do respectivo sistema político, econômico e social, à perseguição do próprio desenvolvimento econômico, sem qualquer tipo de interferência ou pressão externas.

Os dois Ministros ressaltaram sua firme crença na relevância e significado do papel do Movimento dos Não-Alinhados no estabelecimento e fortalecimento da paz e da segurança internacionais. Concordaram em que o Movimento dos Não-Alinhados, cuja aspiração é a de que os Estados se mantenham afastados da guerra fria, de alianças militares, da rivalidade das grandes potências e da confrontação Leste-Oeste — tem um papel importante a desempenhar na salvaguarda da paz mundial e na proteção dos países não-alinhados contra pressões estrangeiras, de maneira a habilitá-los a concentrar seus esforços em seu desenvolvimento econômico e social.

Os Ministros expressaram profunda preocupação pela persistência de crises regionais e indicaram que a transferência de tensões globais para os cenários regionais é um dos fatores de agravamento de tais crises. Concordaram em que as forças regionais deveriam envidar plenos esforços, de maneira flexível e aberta, na busca de uma solução

adequada, livre de interferência das superpotências ou potências extra-regionais.

No tocante à situação do Oriente Médio, os dois Ministros expressaram sua grave preocupação pelos atos de agressão continuados contra o povo da Palestina, do Líbano e das nações árabes, e reiteraram o direito inalienável do povo palestino a estabelecer um Estado independente em seu território, a Palestina. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil expressou a opinião de que todos os Estados da região têm o direito a existir em paz, dentro de fronteiras reconhecidas.

Os dois Ministros expressaram sua consternação pela continuação do trágico conflito entre o Irã e o Iraque, dois importantes membros do movimento dos Não-Alinhados — e conclamaram ambas as partes a tomarem medidas imediatas para evitar perdas adicionais de vidas civis e danos a objetivos não-militares. Reiteraram o apelo feito pela Presidente do Movimento dos Não-Alinhados durante o VII Cúpula dos Não-Alinhados de Nova Delhi, que expressa o desejo universal de que a luta cesse imediatamente e as duas partes alcancem uma paz honrada, justa e duradoura, através de negociações e meios pacíficos.

Os dois Ministros expressaram sua preocupação pela situação do Afeganistão e reafirmaram seu apoio à independência, soberania, integridade territorial e à condição de não-alinhado daquele país.

Sobre a situação do Caribe, os Ministros ressaltaram as necessidades específicas dos pequenos Estados da área, tanto no campo do desenvolvimento econômico quanto no da segurança, inclusive o seu direito à soberania e integridade territorial. Neste contexto, analisaram e deploraram a recente intervenção em Granada e apelaram em favor da autodeterminação daquele país, sem qualquer forma de interferência externa.

Os dois Ministros expressaram sua grave preocupação pela evolução da situação da

América Central. Concordaram em que a complexa crise regional tem causas estruturais, agora agravadas por formas de intervenção e interferências externas. Consideraram, portanto, que os esforços para a solução da crise deveriam levar em conta, de maneira abrangente, o contexto regional e o respeito estrito pelo princípio da não-interferência. Neste sentido, sublinharam a ação positiva do Grupo de Contadora, que tem procurado criar condições de paz na região, através de meios exclusivamente diplomáticos.

No tocante à África do Sul, os dois Ministros concordaram em que os acontecimentos na África Meridional demonstram que o **apartheid** e a dominação colonial continuam a resistir às forças de transformação. Concordaram em que a política do **apartheid** continua a gerar tensão em todos os países da região. Os dois Ministros sublinharam a necessidade de imediata independência da Namíbia, de conformidade com as resoluções pertinentes das Nações Unidas; expressaram ainda seu apoio à SWAPO como representante do povo da Namíbia.

Os Ministros deploraram o impasse, em todas as negociações no marco do Diálogo Norte-Sul, para o estabelecimento de um novo conjunto de regras conducentes à reestruturação do sistema económico internacional e conclamaram os países desenvolvidos a um sério esforço no sentido de fazerem reviver a cooperação internacional para o desenvolvimento, de especial urgência no momento atual, diante da crise económica internacional.

Os dois Ministros sublinharam a importância que atribuem à meta da auto confiança coletiva entre os países em desenvolvimento. Expressaram satisfação pelo progresso registrado até agora na implementação de vários programas de cooperação entre os países em desenvolvimento e instaram por maiores esforços com vistas a tal fim. Tomaram nota de que as negociações para o estabelecimento do sistema global de

preferências comerciais entre os países em desenvolvimento foram lançadas e afirmaram sua determinação de trabalhar pela conclusão das mesmas em futuro próximo.

Conclamaram também a adoção de medidas internacionais apropriadas para aliviar o ónus da dívida dos países em desenvolvimento — que se deve, em grande medida, a fatores fora do seu controle, como certas políticas económicas dos países desenvolvidos —, de maneira a fornecer uma resposta internacional ordenada à atual situação de endividamento dos mencionados países.

Com vistas a habilitar os dois Governos a se manterem informados sobre os respectivos pontos de vista quanto à evolução das questões acima referidas, e outras de natureza semelhante, os Ministros concordaram em estabelecer um mecanismo informal de consultas, no âmbito do qual poder-se-á proceder, alternativamente no Brasil e na Índia, a intercâmbio periódico de opiniões sobre a temática internacional, de natureza política e económica.

Ao passarem em revista as relações bilaterais, os Ministros reconheceram com satisfação a existência de perspectivas concretas de incremento da cooperação entre o Brasil e a Índia, especialmente nas áreas das relações económicas e de ciência e tecnologia.

Neste contexto, os Ministros decidiram estabelecer, o mais rapidamente possível, uma Comissão Mista sobre Cooperação Comercial, Económica e Científica e Tecnológica, integrada pelas Sub-comissões correspondentes, que fornecerá o marco institucional apropriado para avaliar e promover a cooperação em tais áreas.

A respeito das relações económicas, os Ministros expressaram a necessidade de incrementar e diversificar as importações e exportações entre os dois países, levando em conta o desejo de equilibrar o comércio.

Reconheceram a necessidade de participação recíproca em projetos de desenvolvimento,

considerando a complementaridade existente na área de bens de capital e serviços de engenharia, e consultoria. "Joint ventures" deveriam ser encorajadas, inclusive com vistas à cooperação em projetos a serem implementados em terceiros países.

Tomando em consideração o Acordo de Comércio entre o Brasil e a Índia e a importância que ambas Partes atribuem ao incremento do intercâmbio comercial e à cooperação econômica, os dois Ministros decidiram ainda que, enquanto não se estabelece a Comissão Mista referida em parágrafo anterior, conversações sobre temas comerciais e econômicos deveriam realizar-se entre os dois Governos, de conformidade com modalidades apropriadas, que poderiam incluir a criação de um Comité Interino de Comércio.

Concordaram em que um programa de trabalho deveria ser estabelecido, com a especificação de áreas de cooperação econômica que os dois lados considerem de mútuo interesse, que será adotado e implementado pelo mecanismo que vier a ser proposto ou pelo Comité de Comércio acima referido. Neste contexto, a Delegação brasileira formulou propostas que refletem sua opinião sobre as áreas de cooperação econômica prioritárias, que a Parte indiana concordou em considerar.

No campo da ciência e da tecnologia, os Ministros expressaram o profundo interesse das autoridades governamentais e da comunidade científica do Brasil e da Índia pela criação de sólidos vínculos de cooperação. Discutiram as possibilidades de cooperação e realização de pesquisas conjuntas nos campos da informática, microeletrônica, tecnologia do silício, química, instrumentação, controle de qualidade, standardização, agricultura, tecnologia espacial, biotecnologia, oceanografia e fontes novas e renováveis de energia, tais como biogás e álcool como combustível alternativo. À luz dessas perspectivas promissoras, consideraram da maior relevância a celebração tão logo como possível, de um Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, que pretendem assinar até o final de 1984.

Com vistas a imprimir maior impulso à cooperação cultural entre os dois países, os Ministros concordaram em elaborar um cronograma de implementação para o programa bilateral de intercâmbio cultural relativo ao biênio 1985-1987.

O Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil expressou sua sincera gratidão pela calorosa acolhida que lhe foi dispensada e à sua delegação, pelo Governo da Índia. Formulou um convite cordial ao Ministro do Exterior da Índia para que visite o Brasil. O convite foi aceito com prazer. A visita terá lugar em data a ser oportunamente fixada por ambas as partes.

relações diplomáticas

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros

José Fernando Martinez Jimenez, de **Honduras**;
Walter Gorenf los, da **República Federal da Alemanha**; e
Simon Insonere, de **Ruanda**, em 17 de janeiro.

Gustavo Júlio Rivera Orriols, da **Guatemala**;
Soetadi, da **Indonésia**, Werner Hãnold, da **República
Democrática Alemã**; e John Burns Ure,
da **Grã-Bretanha**, em 13 de março.

república da coreia formaliza doação de propriedades rurais ao incra *

Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil e a República da Coreia, formalizando a doação, pelo Governo coreano, das propriedades rurais "Poções" e "Santa Cruz" ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), assinado em Brasília, em 10 de janeiro de 1984, pelo Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Joio Clemente Baena Soares, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República da Coreia, Ro Myung Gong.

NOTA BRASILEIRA

A Sua Excelência o Senhor Ro Myung Gong,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário
da República da Coreia.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, em decorrência dos entendimentos havidos entre os Ministros da Relações Exteriores do Brasil e da Coreia por ocasião das Assembleias Gerais das Nações Unidas em 1982 e 1983, foram concluídas as negociações com vistas à doação ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) das propriedades rurais "Poções" e "Santa Cruz".

2. O Ministério das Relações Exteriores toma nota do ato de doação feito ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 10 de janeiro de 1984. A doação compreende o equivalente a 2.692, 1428 hectares, além de benfeitorias especificadas na escritura de doação. A partir da data de doação, deverão cessar todos os direitos e obrigações legais, administrativos ou financeiros concernentes à propriedade e existentes até aquele momento. Desse modo, as pessoas físicas e jurídicas de algum modo envolvidas com a propriedade ficarão exoneradas de quaisquer demandas legais, impostos ou outras obrigações referentes à propriedade em si ou à sua administração.

* Os Acordos bilaterais do Brasil com outros países, localizados nas páginas 109 a 119 e 135 a 148, entraram em vigor imediatamente após a assinatura.

3. Caso o Governo da República da Coreia concorde com o acima exposto, a presente Nota e a de resposta de Vossa Excelência, desta data e de teor análogo, constituirão Acordo entre nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

JoSo Clemente Baena Soares
Ministro de Estado, interino, da Relações Exteriores

NOTA COREANA

His Excellency
Ambassador João Clemente Baena Soares
Acting Minister of External Relations Federative Republic
of Brazil

Excellency,

1 have the honour to acknowledge receipt of Your Excellency's note dated January 10, 1984, which reads as follows:

"I have the honour to inform Your Excellency that, pursuant to the understandings between the Ministers of External Relations of Brazil and Korea on the occasion of the General Assembly of the United Nations in 1982 and 1983, the negotiations concerning the act of donation of the rural estates "Poções" and "Santa Cruz" to the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA) have been concluded.

The Ministry of External Relations takes note of the act of donation to the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA) done on January 10, 1984. The donation comprises plots of land equivalent to 2.692,1428 hectares, besides buildings and other non-movable goods ("benfeitorias") described and specified on the legal document of donation. From the date of donation henceforward, all legal, administrative and financial rights and obligations concerning the above-mentioned estates and existing up to that moment will cease. Therefore, all physical or juridical persons in any way involved with the said estates will be exempted from any legal suits, taxes or obligations referring to the estates themselves or to their administration.

if the Government of the Republic of Korea agrees to the above-mentioned proposal, the present note and Your Excellency's reply of the same date with the same content constitute an agreement between our two Governments, which shall enter into force as from today."

I have further the honour to confirm on behalf of the Government of the Republic of Korea that the understandings of the Government of the Federative Republic of Brazil set forth in Your Excellency's note are also the understandings of the Government of the Republic of Korea, and that Your Excellency's note and this note in reply thereto constitute an agreement between our two Governments on this matter, which shall enter into force as from this date.

Accept, Excellency, the renewed assurances of my highest consideration.

Ro Myung Gong
Ambassador of the Republic of Korea

brasil e república federal da alemanha assinam três ajustes ao acordo básico de cooperação técnica

Ajustes ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, assinados, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Encarregado de Negócios a.i. da República Federal da Alemanha, Ministro Gotz-Alexander Martius. O primeiro Ajuste, assinado no dia 16 de janeiro de 1984, refere-se ao projeto "Cooperação entre a Universidade Técnica de Berlim e a Universidade Federal do Pará, em Belém, no Setor de Geofísica". Os outros dois Ajustes, assinados no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 24 de fevereiro de 1984, referem-se aos projetos "Bases Ecológicas para o Planejamento do Desenvolvimento do Rio Grande do Sul" e "Implantação das Regiões Metropolitanas/CNDU".

PROJETO "COOPERAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE TÉCNICA DE BERLIM E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, EM BELÉM, NO SETOR DE GEOFÍSICA"

À sua Excelência o Senhor
Ministro Gotz-Alexander Martius,
Encarregado de Negócios a.i. da
República Federal da Alemanha.

Senhor Encarregado de Negócios,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota nº EZ 624.40/3/890/83, datada de hoje. cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência às Notas verbais DCOPT/DE-I/121, de 23 de junho de 1981, e DCOPT/DE-I/DAI/C/222, de 13 de setembro de 1978, bem como ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste referente ao projeto "Cooperação entre a Universidade Técnica de Berlim e a Universidade Federal do Pará, em Belém, no Setor de Geofísica" (PN 76.2518.9):

I. O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil continuarão a promover, conjuntamente o Núcleo de Ciências Geofísicas e Geológicas (NCGG) da Universidade Federal do Pará, em Belém, visando a consolidá-lo como centro eficaz de formação de pós-graduados e de pesquisa.

II. Ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

1. Enviar:

- a) um docente de geofísica (especialidade sismologia), por um prazo de até 36 homens/mês;
- b) um docente de geofísica (especialidade instrumentação), por um prazo de até 24 homens/mês;
- c) um engenheiro-eletrônico, por um prazo de até 6 homens/mês;
- d) até 5 professores-visitantes alemães, por um prazo de até 7,5 homens/mês;
- e) até 4 cientistas, por um prazo de até 1 homem/mês, para participarem de simpósio em Belém.

2.a) convidar para a República Federal da Alemanha, como professores-visitantes, até 4 professores brasileiros, por um prazo de 6 homens/mês;

b) conceder até 5 bolsas de estudo, por um prazo total de até 180 homens/mês.

3. Fornecer instrumentos, material de ensino e bibliográfico para o Núcleo de Ciências Geofísicas e Geológicas (NCGG) da UFPA.

4. As contribuições acima incluem também as contribuições restantes que ainda não foram prestadas, referidas no Ajuste de 13 de setembro de 1978.

III. Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

1. Tomar providências com vistas a colocar à disposição do projeto:

- a) o necessário pessoal científico e técnico;
- b) os recintos necessários, inclusive instalações com abastecimento adequado de energia elétrica e água, equipamentos, bem como material de ensino e de pesquisa, desde que esses bens não sejam fornecidos pelo Governo da República Federal da Alemanha;
- c) os recursos necessários para o funcionamento das instalações científicas e a manutenção de seus equipamentos;
- d) os recursos necessários para viagens de serviço indispensáveis dos pesquisadores e técnicos alemães no Brasil (inclusive diárias adequadas).

2. Encarregar-se das seguintes tarefas:

- a) preencher os cargos efetivos (em regime de tempo integral) na Universidade Federal do Pará, necessários para a consecução do objetivo do projeto;
- b) designar, com a devida antecedência, os técnicos a serem enviados para um estágio de aperfeiçoamento, pagando-lhes, durante o mesmo, seus vencimentos na íntegra;
- c) arcar com as despesas relativas ao convite de 10 cientistas nacionais e estrangeiros para o Simpósio Internacional de 1982, em Belém;
- d) isentar, em conformidade com o Artigo 4, parágrafo 2, do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, os equipamentos, a serem fornecidos pela parte alemã no âmbito deste Ajuste, de taxas portuárias, direitos de importação e demais gravames fiscais;
- e) providenciar o transporte dos equipamentos do porto de desembarque ao local de destino, arcando com as despesas daí decorrentes;
- f) cuidar da instalação adequada, de acordo com as normas de segurança brasileiras, dos equipamentos fornecidos pelo Governo da República Federal da Alemanha;
- g) providenciar para que os pesquisadores técnicos alemães participem no Colégio do Curso de Pós-Graduação em Ciências Geofísicas e Geológicas, bem como no Conselho Deliberativo do Núcleo de Ciências Geofísicas e Geológicas.

IV. 1. O Governo da República Federal da Alemanha encarregará da execução de suas contribuições a "Deutsche Gesellschaft fuer Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH" (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica Ltda.), em Eschborn.

2. O Governo da República Federativa do Brasil encarregará da execução de suas contribuições a Universidade Federal do Pará, em Belém.

3. Os órgãos encarregados, nos termos dos parágrafos 1 e 2 deste item, poderão estabelecer conjuntamente os procedimentos da implementação do projeto num plano operacional ou de outra maneira adequada e, caso necessário, adaptá-los ao andamento do projeto.

V. De resto aplicar-se-ão também, ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico, de 30 de

novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens I a V, esta nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro **Saraiva Guerreiro**

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

PROJETO "BASES ECOLÓGICAS PARA O PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL"

A Sua Excelência o Senhor

Ministro Goetz-Alexander Martius

Encarregado de Negócios a.i. da República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota nº EZ 624.40/6/147/84 datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à Nota verbal DCOPT/DE-I/250, de 8 de outubro de 1982, bem como em execução do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluídos entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre o prosseguimento da cooperação no âmbito do projeto "Bases Ecológicas para o Planejamento do Desenvolvimento do Rio Grande do Sul" (PN 77.2510.4)

I - O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil, no âmbito da cooperação entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade do Sarre, acordam em continuar a apoiar conjuntamente a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, na instalação de um Centro de Ecologia. É objetivo dessa cooperação pôr a Universidade Federal do Rio Grande do Sul em condições

de realizar, de acordo com os padrões internacionalmente reconhecidos, uma formação de pós-graduação em ecologia, e efetuar pesquisas aplicáveis a problemas de ordem prática, com vistas ao assessoramento de entidades estatais e privadas e à elaboração de bases ecológicas para o planejamento do Rio Grande do Sul.

II - Ao Governo da República Federal da Alemanha caberá arcar com as despesas decorrentes das seguintes medidas:

- a) envio de um assessor técnico/coordenador, por um período total de até 15 homens/mês;
- b) envio de até 8 docentes a curto prazo, para executarem tarefas específicas de ensino e pesquisa, por um período total de até 24 homens/mês; a atuação e as atribuições dos mesmos serão determinadas pelo assessor técnico/coordenador, em comum acordo com o Centro de Ecologia e o coordenador da parceria da Universidade do Sarre;
- c) até 6 estágios de cientistas brasileiros na República Federal da Alemanha, com a finalidade de aperfeiçoamento e realização de programas conjuntos de pesquisa, por um período total de até 24 homens/mês;
- d) concessão de até 3 bolsas de estudo a jovens cientistas brasileiros para cursos de formação e aperfeiçoamento na República Federal da Alemanha, até um total de 108 homens/mês;
e) concessão de até 3 bolsas de estudo a técnicos brasileiros para cursos de formação e aperfeiçoamento na República Federal da Alemanha, por um período total de até 12 homens/mês;
- f) participação de até 5 cientistas alemães ou brasileiros em respectivamente 3 simpósios a serem realizados alternadamente em Porto Alegre e em Saarbrücken, uma vez por ano, pelo prazo de duração do projeto, para a discussão dos resultados das atividades científicas;
- g) fornecimento de equipamentos científicos e materiais específicos de consumo, não disponíveis no Brasil e imprescindíveis para a execução dos projetos de ensino e pesquisa em laboratórios, bem como para a pesquisa de campo, até um valor total de até DM 500.000, 00 (quinhentos mil marcos alemães); além disso, transporte e seguro do material até o local do projeto. O equipamento passará, quando da sua chegada no Brasil, ao patrimônio da UFRGS, sob a condição de ser colocado à inteira disposição dos técnicos enviados para o exercício de suas funções.

III — Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá tomar providências para assegurar que o executor do projeto:

- a) designe um cientista brasileiro idóneo como diretor do Centro e coordenador da parceria;
- b) indique o pessoal científico necessário à realização regular do ensino e da pesquisa no Centro de Ecologia, para que cientistas suficientemente qualificados exerçam as funções de chefes de grupos de trabalho nos setores da ecologia urbana, ecotoxicologia, ecologia aquática e terrestre;
- c) contrate pessoal técnico devidamente qualificado in-

dispensável para o manejo e a manutenção de aparelhos científicos de grande porte;

- d) coloque à disposição os recintos necessários, inclusive instalações técnicas imprescindíveis à realização do ensino e pesquisa, arcando com as despesas decorrentes do funcionamento regular do instituto;
- e) coloque à disposição as estações ecológicas Taim e Esmeralda, bem como, na cidade de Porto Alegre, áreas adequadas para ensaios permanentes objetivando a realização de trabalhos de ensino e pesquisa ecológicos;
- f) dispense das suas funções os cientistas e técnicos brasileiros selecionados para participarem de medidas de formação e aperfeiçoamento, continuando estes a receber os seus vencimentos;
- g) isente os equipamentos a serem fornecidos ao projeto pela República Federal da Alemanha de licenças, taxas portuárias, direitos de importação e exportação e demais encargos fiscais, na forma do Artigo 49 item 2 do Acordo Básico de Cooperação Técnica de 30.11.1963;
- h) preste aos técnicos enviados todo o apoio necessário na execução das tarefas que lhes foram confiadas, colocando-lhes à disposição toda a documentação pertinente disponível.

IV — O Governo da República Federal da Alemanha encarágará da execução de suas contribuições e "Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH" (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), em Eschborn.

2. O Governo da República Federativa do Brasil encarará da implementação do projeto a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)/Centro de Ecologia.

3. O executor do projeto (UFRGS/Centro de Ecologia) e a GTZ estabelecerão conjuntamente os pormenores da implementação do projeto num plano operacional ou de outra forma adequada, adaptando-os, caso necessário, ao seu andamento.

V — De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido acordo Básico, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens I a V, esta nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro

Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

PROJETO "IMPLANTAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS/CNDU"

A Sua Excelência o Senhor Goetz-Alexander Martius, Encarregado de Negócios a.i. da República Federal da Alemanha.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota verbal nº EZ 445/114/148/84, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à Nota Verbal DCOPT/DE-II/DAI/C/65/644, de 1º de março de 1983, e ao Ajuste Complementar de 23 de junho de 1981, bem como em execução do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, concluído entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste Complementar sobre o projeto "Implantação das Regiões Metropolitanas/CNDU" — 3ª fase (PN75.2131.3).

I — O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil darão prosseguimento à promoção conjunta do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano — CNDU, no período compreendido entre os dias 1º de julho de 1983 e 30 de junho de 1986.

Assim sendo, ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

- a) enviar um técnico com experiência em planejamento na implementação de medidas de desenvolvimento urbano, pelo prazo máximo de 24 meses, e um técnico com experiência na organização e execução de medidas de cooperação intermunicipal, pelo prazo máximo de 12 meses;
- b) enviar igualmente, pelo prazo máximo de 33 homens/mês, técnicos de diferentes especialidades para desempenharem tarefas de assessoramento a curto prazo;
- c) proporcionar estágios de formação a 10 técnicos brasileiros no setor de planejamento urbano regional;
- d) organizar dois seminários de informação na República Federal da Alemanha, para aproximadamente 12 técnicos brasileiros.

II — Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

- a) colocar à disposição dos técnicos acima referidos, de acordo com a duração de suas atividades, técnicos brasileiros habilitados, bem como intérprete e auxiliares para trabalhos de datilografia e para a produção de documentação cartográfica;
 - b) facultar aos técnicos alemães a utilização de salas de trabalho, bem como de instrumento técnicos necessários para a realização dos trabalhos, inclusive veículo de serviço;
 - c) facilitar a conclusão de convênios contratuais entre o CNDU e outras instituições, desde que isso seja necessário para os serviços de assessoramento a serem prestados pelos técnicos alemães.
- III. Atribuições dos técnicos enviados:
- a) assessorar o CNDU na redação de um relatório de desenvolvimento urbano;
 - b) colaborar com o CNDU na coordenação de medidas setoriais destinadas ao desenvolvimento urbano e regional;
 - c) auxiliar o CNDU e autoridades estaduais e municipais na organização e execução de medidas de cooperação intermunicipal, bem como no planejamento geral do uso do solo e planos técnicos específicos;
 - d) prestar assessoria na coordenação de medidas de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos.

IV. Dos executores do projeto:

1. O Governo da República Federal da Alemanha encarregará da execução de sua contribuição a "Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ), GmbH" (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), em 6236, Eschborn.
2. O Governo da República Federativa do Brasil encarregará de execução do projeto o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU).
3. Os órgãos encarregados nos termos dos parágrafos 1 e 2 deste item apresentarão no início de cada ano o Programa de Trabalho, o qual deverá especificar as atividades a serem implementadas naquele período, indicando, se for o caso, outras instituições envolvidas na sua execução.
4. O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil procederão, em conjunto, anualmente, após o início das atividades previstas neste Ajuste, a um exame do andamento do projeto.

V. De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo X).

VI. Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas apresentadas nos itens I a V, esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data prevista para o início da terceira fase do projeto.

Permita-me Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data prevista para o início da terceira fase do projeto.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro

Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

ajuste complementar brasil-canadá para treinamento de engenheiros e técnicos em telecomunicações por satélite

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação técnica entre o Brasil e o Canadá (de 2 de abril de 1975) para um programa de cooperação técnica para o treinamento de engenheiros e técnicos brasileiros em operação e manutenção de um sistema de telecomunicações por satélite, assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 30 de janeiro de 1984, através de troca de Notas entre o Ministro de Estado das Relações Exteriores, **Ramiro Saraiva Guerreiro**, e o Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Canadá, **Anthony Tudor Eyton**.

A Sua Excelência o Senhor Anthony Tudor Eyton,
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Canadá.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota n° B-08, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à Nota verbal DCOPT/DCS/31, de 13 de julho de 1983, desse Ministério, e ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo do Canadá e o Governo da República Federativa do Brasil, de 02 de abril de 1975, tenho a honra de propor, em nome do Governo do Canadá e de acordo com o Artigo II do Acordo acima mencionado, o seguinte Ajuste Complementar, relativo ao programa de cooperação técnica para o treinamento de engenheiros e técnicos brasileiros em operação e manutenção de um sistema de telecomunicações por satélite. Este Ajuste Complementar está em conformidade com o Acordo de Cooperação Técnica, excetuando-se as responsabilidades do Governo do Brasil mencionadas nas cláusulas 1 e 2 do Anexo B do referido Acordo, as quais serão assumidas pelo Governo do Canadá na forma descrita no presente Ajuste.

1. O Governo do Canadá designa a Agência Canaden-

se para o Desenvolvimento Internacional (doravante denominada CI DA) como a agência responsável pelo cumprimento de suas obrigações no âmbito deste Ajuste.

2. O Governo da República Federativa do Brasil designa a Telecomunicações Brasileiras S.A. (doravante denominada TELEBRÁS), como a agência responsável pelo cumprimento de suas obrigações no âmbito deste Ajuste.

II. O objetivo deste projeto é treinar pessoal técnico da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL) na operação e na manutenção do Sistema Brasileiro de Telecomunicações por Satélite (SBTS).

1. Este objetivo será alcançado através da execução das seguintes atividades principais:

- a) treinamento teórico de engenheiros e técnicos brasileiros, no Canadá e nos Estados Unidos da América;
- b) treinamento prático de engenheiros e técnicos brasileiros, no Canadá e nos Estados Unidos da América;
- c) treinamento prático no Brasil de engenheiros e técnicos brasileiros;
- d) preparação de material de treinamento.

2. O projeto terá a duração de aproximadamente três anos. Este período poderá ser estendido através de acordo mútuo entre as Partes, mediante troca de notas.

III. 1. Como contribuição a este projeto, o Governo do Canadá concorda em fornecer o seguinte:

- a) sumários dos cursos e materiais de treinamento;
- b) os serviços de instrutores;
- c) aproximadamente 700 homens/mês de treinamento em vários aspectos da operação e da manutenção de satélite e de estações de controle, em locais escolhidos, no decorrer de um período de três anos;
- d) instalações, equipamento, roupas, materiais e provisões necessárias ao treinamento no Canadá e nos Estados Unidos da América;
- e) transporte, manutenção e outros benefícios-padrão em nível de bolsista de nível superior, para os participantes do treinamento no Canadá e nos Estados Unidos da América;
- f) viagens e subsídios para manutenção e acomodação - para os instrutores canadenses envolvidos no treinamento local a ser feito no Brasil;
- g) Administração do projeto.

2. Concorde-se que o total da contribuição canadense não excederá a Cdn\$ 8.000.000 (oito milhões de dólares canadenses), incluindo a administração do projeto pelo Departamento de Comunicações do Canadá (DOO e a avaliação pela CI DA. Concorde-se também que os custos da administração, p/slo DOC, e da avaliação, pela CI DA, não excederão 3% (três por cento) da contribuição total canadense.

3. Um plano de Operação detalhado para este projeto será fornecido pelo DOC até dois meses após a assinatura deste Ajuste, para a aprovação pela CI DA e TELE-

BRÁS. Este plano de operação constituirá um anexo, ao presente Ajuste e deverá:

- a) fornecer descrição pormenorizada do projeto;
- b) esquematizar os métodos e os meios a serem utilizados para a implementação do projeto;
- c) designar as pessoas das agências mencionadas no parágrafo I deste Ajuste que serão responsáveis pela execução do projeto, por parte do Governo do Canadá e do Governo da República Federativa do Brasil;
- d) estipular as obrigações, deveres e responsabilidades do Governo do Canadá e do Governo da República Federativa do Brasil, bem como suas contribuições financeiras;
- e) incluir um cronograma de execução e de desembolso aproximado pela duração do projeto;
- f) especificar os prazos em que deverão realizar as avaliações conjuntas mencionadas nos parágrafos V. 2. e VIM. 2. os meios pelos quais deverão ser feitas.

IV. 1. Como contribuição para este projeto, o Governo da República Federativa do Brasil concorda em prover, em tempo hábil, o seguinte;

- a) aproximadamente trinta e dois (32) engenheiros e outros profissionais da EM BR ATE L para treinamento na América do Norte e quarenta e sete (47) engenheiros e outros profissionais para o treinamento local no Brasil no âmbito deste projeto, além dos salários normais destes empregados durante os respectivos períodos de treinamento;
- b) instalações de estação terrestre para fins de treinamento em testes pré e pós-lançamento;
- c) pessoal de contrapartida, locais de escritório, serviços de secretariado e serviços de tradução, quando necessário, para os instrutores canadenses no Brasil;
- d) qualquer outro tipo de apoio não especificado nas contribuições canadenses mencionadas no parágrafo III deste Ajuste e necessário para a execução satisfatória do projeto.

2. A contribuição do Governo brasileiro, incluindo salários, treinamento e outros custos locais (mas excluindo instalações e equipamento) é estimada no valor de Cr\$ 2.365.820.000,00 (dois bilhões, trezentos e sessenta e cinco milhões, oitocentos e vinte mil cruzeiros).

V. 1. O DOC será responsável pela administração deste projeto em nome da CIDA. O DOC contratará uma agência executora para realizar a administração e a operação cotidianas do projeto. Todos os subcontratos serão administrados diretamente pela agência executora.

2. A agência executora fornecerá trimestralmente relatórios descritivos e financeiros detalhados à CIDA/DOC e ao Ministério das Comunicações do Brasil (MCI/TELEBRÁS. Em Concordância com o MC/TELEBRÁS, a CIDA/DOC tomará ações corretivas, inclusive de natureza financeira, sobre as atividades cobertas por esses relatórios que forem consideradas insatisfatórias para qualquer uma das

Partes. Os resultados destas ações deverão constar do próximo relatório.

3. A Agência executora trabalhará em estreita cooperação com a EMBRATEL para selecionar treinandos, para arranjar viagens e acomodações para treinandos e instrutores, para acompanhar o progresso dos treinandos e para planejar e implementar o treinamento local no Brasil.

VI. O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá assegurar-se-ão de que o presente Ajuste seja cumprido com a diligência e eficiência devidas e cada Parte fornecerá à outra todas as informações pertinentes que venham a ser pedidas.

VII. Quaisquer comunicações administrativas ou documentos relativos a este Ajuste dados, feitos ou enviados pelas Agências mencionadas no parágrafo I do mesmo Ajuste, deverão ser formalizados por escrito e serão considerados como dados, feitos ou enviados à Parte à qual foram endereçados no momento de sua entrega em mãos, pelo correio, por via telegráfica, telex ou radiograma nos respectivos endereços abaixo relacionados:

Pelo lado brasileiro:

Diretoria de Recursos Humanos
Telecomunicações Brasileiras S.A. — TELEBRÁS
SAS — Quadra 06 - Lotes 5 a 8
70.313 - BRASÍLIA - DF
BRASIL

Pelo lado canadense:

The President
Canadian International Development Agency
c/o Canadian Embassy
SES - Av. das Nações, lote 16
70.410 - BRASÍLIA - DF
BRASIL

VIII. 1. A avaliação final do projeto será realizada de acordo com o procedimento que constará do Plano de Operação referido no parágrafo "I — 3. deste Ajuste.

2. A CIDA e o DOC efetuarão também uma revisão operacional das realizações feitas até a data em que o contrato com a agência executora for assinado.

IX. As medidas orçamentárias, financeiras e administrativas necessárias que já tenham sido tomadas pelo Governo do Canadá e pelo Governo da República Federativa do Brasil deverão ser continuadas e suplementadas com o objetivo de que o projeto seja completado satisfatoriamente.

X. O presente Ajuste cancela qualquer outro acordo anterior, verbal ou escrito, relativo ao projeto descrito no parágrafo II do presente Ajuste entre os Governos do Canadá e da República Federativa do Brasil. Se necessário, ele poderá ser alterado através de troca de notas diplomáticas entre os Governos do Canadá e do Brasil. O presente Ajuste expirará ao final do prazo mencionado no parágrafo II. 2. Se, ao final deste período, o projeto não tiver

sido completado em conformidade com as disposições deste Ajuste, poderá ser prorrogado mediante acordo entre as Partes, conforme previsto no parágrafo 11—2.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos parágrafos I a X tenho a honra de propor que esta Nota e a Nota de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituam um Ajuste Complementar entre os dois Governos, a entrar em vigor na data da nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração".

2. A respeito, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste Complementar entre os dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

brasil e estados unidos da américa colocam em vigor o memorando de entendimento para cooperação militar-industrial

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e o Secretário de Estado norte-americano, George P. Shultz, assinaram, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 6 de fevereiro de 1984, um Acordo, por troca de Notas, colocando em vigor o Memorando de Entendimento para cooperação militar-industrial, de 31 de agosto de 1983.

NOTA BRASILEIRA

A Sua Excelência o Senhor George P. Shultz,
Secretário de Estado.

Excelência,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota nº 403, datada de hoje, cujo texto em português tem o seguinte teor:

"Como á do conhecimento de Vossa Excelência, delegações representando o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América reuniram-se em Brasília, nos dias 30 e 31 de agosto de 1983, com o objetivo de examinar a cooperação militar-industrial e buscar acordos mutuamente satisfatórios nessa área.

As delegações rubricaram um Memorando de Entendimento, cuja cópia está apensa à presente Nota. Gostaria de manifestar a Vossa Excelência a concordância do Governo dos Estados Unidos da América com os termos do Memorando de Entendimento.

Se os termos do Memorando de Entendimento forem aceitáveis para o Governo da República Federativa do Brasil, proponho a Vossa Excelência que esta Nota, juntamente com a de resposta de Vossa Excelência, constituam um Acordo entre nossos dois Governos, mediante o qual as disposições do acima referido Memorando de Entendimento entrarão em vigor na data da resposta de Vossa Excelência.

Queira aceitar. Excelência, os renovados votos de minha mais alta consideração".

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos do Memorando de Entendimento, cuja cópia está igualmente apensa à presente Nota, juntamente com a sugestão de Vossa Excelência de que sua Nota, juntamente com a presente Nota, constituam um Acordo entre nossos dois Governos, o qual entra em vigor na presente data.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores da
República Federativa do Brasil

NOTA NORTE-AMERICANA

His Excellency.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Minister for External Relations
Brasília, D.F.

Excellency:

As Your Excellency is aware, delegations representing the Governments of the Federative Republic of Brazil and the United States of America met in Brasília from August 30 to 31, 1983 to discuss military-industrial cooperation and to seek mutually satisfactory agreements in this área.

The delegations have initialed a Memorandum of understanding, a copy of which is attached hereto. I would like to express to Your Excellency the agreement of the United States Government with the terms of the Memorandum of Understanding.

If the contents of the Memorandum of understanding are acceptable to the Government of the Federative Republic of Brazil, I propose to Your Excellency that this note, together with Your Excellency's reply thereto, shall constitute an agreement between our two governments

under which the terms of the above referenced Memorandum of Understanding will enter into force upon the date of Your Excellency's reply.

Please accept Excellency, the renewed assurances of my highest consideration.

George P. Shultz

The Secretary of State

Enclosure:

1. Memorandum of Understanding

Memorando de Entendimento
de Cooperação Industrial-Militar

Preâmbulo: o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, daqui em diante referidos como os Governos,

No cumprimento de um entendimento alcançado pelo Presidente do Brasil e pelo Presidente dos Estados Unidos e

Para fazer melhor uso de suas respectivas capacidades industrial e militar através da cooperação no desenvolvimento e na produção de material de emprego militar de modo a beneficiar ambas as Nações,

Acordam entre si este Memorando de Entendimento, o qual estabelece os princípios orientadores que governam a cooperação industrial-militar.

Artigo 19 — Princípios que Governam a Cooperação Industrial-Militar:

- 1.1— Os Governos tencionam estabelecer a cooperação industrial-militar, através de programas sujeitos à aprovação mútua. Tais programas de cooperação serão consistentes com leis, regulamentos e políticas vigentes, dos dois Governos, e:
 - 1.1.1 — Devem levar em consideração os requisitos militares e os objetivos de cada Governo.
 - 1.1.2 — Devem representar um investimento de recursos, racional e eficaz em termos de custos.
 - 1.1.3— Devem englobar benefícios recíprocos para ambos os Governos ao mesmo tempo em que devem ser estruturados para se ajustarem aos recursos disponíveis e às práticas comerciais correntes.
 - 1.1.4 — Devem contribuir para aprimorar a capacidade das Forças Armadas de ambos os países.
- 1.2 — Os Governos concordam em intercambiar tec-

nologia para facilitar os programas de cooperação aprovados, de acordo com o seguinte:

- 1.2.1 - Os dispositivos de 'um Acordo-Geral de Segurança das Informações Militares e outros arranjos a serem negociados, pelos respectivos Governos, para a proteção contra divulgação não autorizada de informações militares classificadas.
- 1.2.2 — Os requisitos legais e a política de transferência de tecnologia determinados pelos respectivos Governos, numa base caso-a-caso.
- 1.3— Ambos os Governos fornecerão orientação política apropriada e estabelecerão procedimentos administrativos, dentro de suas respectivas organizações, no sentido de facilitar a cooperação industrial-militar.
- 1.4— Informações técnicas, inclusive os pacotes de dados técnicos (PDT), fornecidas por um Governo ao outro Governo ou a pessoas no outro país, para a finalidade dos programas de cooperação aprovados, não deverão ser usadas para qualquer outra finalidade sem a concordância prévia do Governo de origem.
 - 1.4.1 — Cada Governo assegurará, de conformidade com sua própria legislação, que total proteção será dada, por seus funcionários, agentes e contratantes, ao direito de propriedade das informações privadas, ou a quaisquer informações protegidas ou classificadas que elas contenham.
 - 1.4.2 — Informações técnicas ou pacotes de dados técnicos somente serão transferidos pelo Governo receptor a qualquer terceiro Governo, a qualquer entidade de um terceiro país ou a qualquer pessoa de um terceiro país, mediante arranjo escrito entre ambos os Governos. Tais transferências serão objeto de consideração na base caso a caso antes que um programa específico seja implementado nos termos deste Memorando de Entendimento.
 - 1.4.3 — Cada Governo envidará, também, seus melhores esforços para assegurar o cumprimento dos dispositivos anteriores, por parte de outras pessoas em seu país.
- 1.5 — Cada Governo colocará à disposição do outro as informações adequadas para permitir uma avaliação da factibilidade de se iniciarem programas de cooperação específicos, propostos e aceitos segundo os dispositivos deste Memorando de Entendimento.

21 — Como estabelecido em 1.2.1, a segurança das informações industrial-militares classificadas, trocadas sob as condições deste Memorando de Entendimento estará sujeita aos Acordos e Arranjos de Segurança a serem negociados pelos Governos. Até que tais Acordos e Arranjos de Segurança entrem em vigor, os seguintes dispositivos serão aplicados:

2.1.1 — Quaisquer itens, planos, especificações, dados técnicos ou outras informações fornecidas em conexão com a implementação deste Memorando de Entendimento, que sejam considerados classificados pelo Governo fornecedor, para a finalidade de segurança, serão transferidos através dos canais governamentais e o Governo receptor deverá manter uma classificação similar, bem como empregar medidas de segurança substancialmente equivalentes àquelas empregadas pelo Governo fornecedor.

2.1.2 — Todas as informações classificadas comunicadas entre ambos os Governos ou através deles à sua respectiva indústria serão protegidas de acordo com os seguintes princípios:

A. As informações industrial-militares classificadas serão protegidas em cada um dos países, de acordo com seus respectivos regulamentos e legislação de salvaguarda de tais informações.

B. As autorizações de acesso às informações industrial-militares classificadas serão da competência das autoridades governamentais do país no qual as mesmas estejam custodiadas.

C. As informações industrial-militares classificadas serão reveladas somente a pessoas, civis ou militares, funcionários ou particulares, que tenham uma apropriada credencial de segurança e a necessidade de conhecê-las, em razão de suas funções ou de seus cargos.

2.1.3 — Informações fornecidas por qualquer dos dois Governos ao outro na condição de que permaneçam classificadas, deverão reter sua classificação original ou receber uma classificação equivalente à requerida pelo outro Governo, de modo a assegurar a proteção contra divulgação não autorizada. Para ajudar no provimento da proteção desejada, cada Governo marcará tal informação com uma legenda indicando a origem da informação, que a informação tem relacionamento com este Memorando de Entendimento e que a informação é dada em confiança.

2.1.3.1 — As informações industrial-militares classificadas, que legalmente caírem no domínio públi-

co ou que tiverem a sua classificação de segurança modificada pelo Governo que as houver fornecido ficarão, em consequência e respectivamente, isentas de aplicação do estabelecido neste Memorando de Entendimento, ou reclassificadas de maneira idêntica à reclassificação havida no país de origem. Em hipótese nenhuma poderá haver classificação diversa entre os dois Governos para tais informações.

2.1.4 — Cada Governo permitirá, mediante solicitação, visitas por peritos de segurança do outro Governo ao seu território para discutir as regras e procedimentos de segurança relativos às informações, industrial-militares classificadas, recebidas do outro Governo, no contexto dos programas de cooperação. O Governo do país visitado assistirá tais peritos para que seja verificado, como mutuamente conveniente, se as informações a ele fornecidas, pelo outro Governo, estão sendo adequadamente protegidas.

2.1.5 — Ambos os Governos investigarão, em seus respectivos territórios, todos os casos em que for conhecido ou em que houver bases para suspeita de que informações industrial-militares classificadas intercambiadas nos termos deste Memorando de Entendimento tenham sido extraviadas ou divulgadas a pessoas não autorizadas. No caso de tais ocorrências, cada Governo também informará, pronta e integralmente, o outro Governo dos pormenores de quaisquer tais ocorrências, bem como dos resultados finais das investigações e das ações corretivas tomadas para impedir reincidências.

Artigo 39 — Participação da Indústria

3.1 — A implementação deste Memorando de Entendimento envolverá significativa participação industrial. Sem prejuízo dos procedimentos governamentais para facilitar tal implementação, as indústrias de cada país terão a responsabilidade básica de notificar os respectivos Governos sobre suas capacidades de cooperação e condução das ações de apoio necessárias à participação industrial.

3.2 — Cada Governo será responsável pela comunicação às suas indústrias relevantes para esta cooperação industrial-militar, dos termos básicos deste Memorando de Entendimento e da orientação para que seja implementado de forma apropriada. Cada Governo deverá tomar as medidas necessárias para assegurar que suas indústrias cumpram os dispositivos deste Memorando de Entendimento, no que se refere ao uso e à transferência de informações técnicas e de pacotes de dados técnicos e aos regulamentos pertinentes à segurança e à salvaguarda das informações industrial-militares classificadas.

- 3.3 — Para encorajar o intercâmbio de informações, de acordo com este Memorando de Entendimento, cada Governo facilitará visitas de funcionários e representantes autorizados do outro país, às instalações industriais e militares apropriadas para o desenvolvimento e à execução dos programas de cooperação.

Artigo 49 - Duração

- 4.1 — Este Memorando de Entendimento permanecerá em vigor por um período de cinco anos. Pode ser estendido por períodos sucessivos de cinco anos, mediante entendimento entre os respectivos Governos.
- 4.2 — Este Memorando de Entendimento poderá ser denunciado a qualquer momento, por qualquer dos dois Governos, que notificará o outro por via diplomática. A denúncia surtirá efeito 180 dias após a data da respectiva notificação.
- 4.3 — O término da vigência do Memorando não implicará, em hipótese alguma, a suspensão da proteção atribuída às informações industrial-militares classificadas que tenham sido intercambiadas no quadro e durante a vigência deste Memorando de Entendimento.
- 4.4 — Saindo de vigor este Memorando de Entendimento, qualquer contrato estabelecido de acordo com os seus termos permanecerá em vigor a menos que seja considerado concluído de acordo com seus próprios termos ou conforme mutuamente acordado por ambas as partes.

Artigo 59 — Entrada em Vigor e Dispositivos Finais

- 5.1 — Este Memorando de Entendimento entrará em vigor por troca de notas.
- 5.2 — Os dois Governos poderão concluir protocolos suplementares a este Memorando de Entendimento, se julgado necessário à luz da experiência.
- 5.3 — Quaisquer emendas a este Memorando de Entendimento entrarão em vigor por troca de Notas.

Brasília, 31 de agosto de 1983.

General-de-Divisão Mário Rubens Brum Negreiros
Nestor Sanchez

os relatórios finais dos cinco grupos de trabalho brasil-estados unidos da américa

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e o Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, George P. Shultz, assinaram, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 6 de fevereiro de 1984, os atos de encerramento das tarefas dos cinco Grupos de Trabalho entre os dois Países, relativos à Cooperação Espacial, Cooperação em Matéria de Energia Nuclear, Cooperação Científica e Tecnológica, sobre Assuntos Econômicos e Cooperação Industrial-Militar, constituídos em dezembro de 1982, por ocasião da visita do Presidente Ronald Reagan ao Brasil.

RELATÓRIO FINAL DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE COOPERAÇÃO ESPACIAL

O Grupo de Trabalho sobre Cooperação Espacial, um dos cinco grupos de trabalho estabelecidos pelos Presidentes João Figueiredo e Ronald Reagan, foi criado com o objetivo de avaliar os programas em andamento entre os dois países na área espacial, bem como de identificar novos projetos e perspectivas de cooperação.

O Grupo de Trabalho foi copresidido pelo Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, e pelo Embaixador James L. Malone, do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. Lista dos membros das duas Delegações se encontra em anexo.

O Grupo de Trabalho realizou duas sessões, a primeira em Brasília, de 25 a 26 de maio último, e a segunda em Washington, nos dias 1 e 2 de setembro de 1983. A reunião de Brasília passou em revista os resultados já obtidos durante a longa e frutífera cooperação espacial entre os dois países. Ademais, as duas Delegações trocaram propostas para futuras atividades cooperativas, além de documentos de apoio, que foram examinados pelas agências especializadas dos dois países.

O Grupo de Trabalho adotou, em ambas as sessões, a seguinte Agenda:

- I — geodinâmica;
- II — Operações com Balões;
- III — Ciências Atmosféricas;
- IV — Pesquisa em Ciências Espaciais;
- V — Projetos Cooperativos com Intercâmbio de Pessoal;
- VI - Satélite de Busca e Salvamento - SARSAT;
- VII - Utilização do Ônibus Espacial;
- VIII — Sistemas de Coleta de Dados por Satélite;

- IX - LANDSAT;
X — Sensoriamento Remoto;
XI - Participação no Satélite da NASA de Tecnologia de Comunicação Avançada.

Após a consideração das propostas apresentadas, em atmosfera cordial e com ambas as partes imbuídas de ânimo construtivo, as duas Delegações chegaram às seguintes conclusões sobre cada item da Agenda:

I - Geodinâmica: A NASA E O INPE continuarão a intercambiar informações sobre possível cooperação em atividades de mensuração por laser em satélite para pesquisa geodinâmica. Ambas as agências endossaram o experimento conjunto para medidas de interferometria da linha de base muito longa (VLBI) para pesquisa em placas tectônicas, programado para 1984;

II - Operações com Balões: A NASA e o INPE ultimam negociações sobre um projeto de Memorando de Entendimento para operações com balões pela NASA no Brasil. Esse Memorando de Entendimento substituirá o Memorando de Entendimento existente entre a "National Science Foundation" (NSF) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Instituto de Pesquisas Espaciais (CNPq/INPE).

III — Pesquisa em Ciências Atmosféricas:

1) Atividades nesta área se qualificam para receber apoio de programa de cooperação científica já existente entre a NSF e o CNPq. Propostas competitivas de alta qualidade e portadoras de benefícios mútuos ao Brasil e aos Estados Unidos devem ser apresentadas pelas organizações participantes ao respectivo órgão financiador (NSF ou CNPq), de conformidade com os procedimentos adotados para o programa.

2) A NASA e o INPE confirmaram seu decidido interesse em futuras mediações de ozônio (foguetes de sondagem, medidas no solo, balões e satélites) no Brasil. A NASA estendeu convite ao INPE para participar de um seminário dedicado a estudar os resultados de campanhas de ozônio e planejar futuras atividades relativas a ozônio. A NOAA manifestou interesse em receber resultados de sondagens atmosféricas e de ozônio, realizadas em terra no Brasil. Em contrapartida, a NOAA assistiria na calibração de equipamento do INPE para medição de ozônio, localizado em terra, no contexto das atividades em andamento e dependendo da amplitude do esforço brasileiro, a NOAA forneceria ao INPE algoritmos para receber medições do Sondador Vertical de Ozônio Troposférico (TOVS) do satélite NOAA-TIROS-N, bem como dados do projetado Sensor Radiômetro de Radiação Solar Ultravioleta Retroespalhada (SBUV).

3) A NASA e o INPE trocarão informações sobre planos futuros em pesquisa troposférica a fim de identificarem possíveis atividades conjuntas. A "National Academy of Science" (NAS) publicará um relatório, no final de outubro de 1983, sobre o Programa de Química Troposférica

Global, um estudo realizado pela NSF e a NASA. Cópias do relatório serão enviadas ao INPE para posteriores discussões, eventuais recomendações e possível ampliação da cooperação Brasil—Estados Unidos;

4) A NASA e o INPE endossaram a presente e futura colaboração em modelagem de circulação global da atmosfera. Cientistas do INPE continuarão a realizar investigações nessa área em centros de pesquisa da NASA;

5) A NOAA e o INPE manifestaram interesse em cooperar em pesquisas utilizando dados adquiridos sobre o Brasil pelo sondador atmosférico GOES-VISSR(VAS). Levando-se em consideração as limitações técnicas do VAS, não se podem fazer sondagens de forma operacional sobre os Estados Unidos ou o Brasil. A NOAA fornecerá, duas vezes ao ano, um conjunto limitado de dados sobre o Brasil, consistente com as exigências meteorológicas operacionais dos Estados Unidos. O INPE fornecerá as datas para tais testes de varredura. O INPE remeterá à NOAA dados de verdade terrestre a serem usados para comparação com as sondagens tropicais VAS. Além disso, o INPE foi solicitado a fornecer um pesquisador qualificado para participar na equipe de avaliação VAS, na Universidade de Wisconsin. As atividades do pesquisador incluirão a comparação de dados de radiação TOVS/VAS e trabalho com o sistema MICDAS.

IV — Pesquisas em Ciências Espaciais:

1 —A NASA e o INPE concordaram em procurar cooperar na utilização da projetada Pinhole/Occluder Facility da NASA. Esta forneceu informação pormenorizada sobre a instalação, a fim de ajudar o INPE na avaliação de uma possível cooperação futura em astronomia de raios X.

2 — A NASA formulou um convite, aceito pelo INPE, para que o Brasil participe do Programa Internacional de Vigilância do Cometa Halley.

3 - A NASA e o INPE concordaram em realizar conjuntamente vários experimentos de astrofísica e de física solar utilizando balões, no período 1985—1987.

4 — Está em andamento cooperação em radioastronomia e em física solar entre os dois países. Um pesquisador do INPE deverá participar das atividades relacionadas com a análise de dados obtidos pela Missão Máximo Solar (SMM) da NASA. Há vários projetos cooperativos em curso entre o INPE e universidades e laboratórios norte-americanos, no âmbito do programa de colaboração entre a NSF e o CNPq. O fortalecimento desta cooperação, sempre que possível, é altamente desejável.

5 — As atividades de pesquisa em ciências espaciais também se qualificam a receber apoio no âmbito do Programa NSF/CNPq.

V - Projetos de Cooperação com Intercâmbio de Pessoal:

1 — A NASA forneceu ao INPE Informações sobre dois programas, o do técnico visitante e o do pesquisador residente associado, e continuará a oferecer, quando apropriado, oportunidades de treinamento prático a brasileiros para um projeto de cooperação. A NASA e o INPE concordaram em fazer pesquisa conjunta em três áreas no quadro do programa de técnico visitante. O pessoal do INPE ficará trabalhando, de um a dois anos, num Centro de Pesquisas da NASA, em três áreas: rastreamento e aquisição de dados, apoio a missões e a rede de espaço longínquo (DSN).

2 — A NASA e o INPE concordaram em cooperar num projeto para estudar os mecanismos, estrutura e operação do programa de utilização tecnológica da NASA que incluiria visitas de pessoal do INPE aos Centros de Pesquisa na NASA.

3 — A continuada participação do INPE no Comité Consultivo da NASA sobre padronização de dados espaciais é vivamente estimulada. Continuarão dentro deste quadro as discussões sobre padronização e sistemas de rastreamento de apoio cruzado.

4 — A NASA convidou formalmente o INPE a participar de seu programa de verão para estudantes. O INPE designará um candidato em fins de 1983.

5 — Em agosto de 1983, o Reitor do ITA visitou várias bases e laboratórios da Força Aérea norte-americana (USAF), para definir os parâmetros para o Memorando de Entendimento (MOU) para o Programa de Intercâmbio de Cientistas e Engenheiros.

6 — Em julho de 1983, um representante do Instituto de Tecnologia da USAF (AFIT) visitou o CTA para discutir detalhes do intercâmbio de pessoal de engenharia de computação. Como resultado dessa visita, um oficial da FAB está no AFIT estudando engenharia de computação, visando obter o Mestrado naquele campo. A USAF está selecionando um engenheiro de computação a ser designado como membro do corpo docente do ITA.

7 — AFIT está assistindo o CTA/ITA nos contactos com universidades civis num esforço para iniciar um intercâmbio de professores.

8 — O "Systems Command" da USAF identificou tentativamente, um oficial do Laboratório de Propulsão a ser designado para servir durante o período de um ano no CTA, como engenheiro de propulsão.

9 — Existem, em curso, entre o Laboratório de Geofísica da USAF (USGL) e o CTA, programas de pesquisas em meteorologia e experiências científicas e tecnológicas com foguetes de sondagem.

10 — Há, também, um programa de instrumentação radio-métrica entre as duas Forças Aéreas para estabelecer as bases para futuras atividades em pesquisas meteorológicas.

11 — A NOAA manifestou interesse em iniciar um projeto de cooperação com o INPE sobre o uso de radar para a medição de ventos mesoesféricos, estratosféricos e topográficos sobre o território brasileiro. Apesar da atual limitação de fundos, a NOAA gostaria de continuar discutindo com o INPE sobre uma possível cooperação nesta área.

VI - Satélite de Busca e Salvamento - SARSAT

O Serviço de Busca e Salvamento (SAR) do Brasil remeteu ao Presidente do SARSAT "Joint Steering Group" proposta de participação no projeto COSPAS/SARSAT. O Brasil está adquirindo um terminal local para usuários (LUT). Caso essa proposta seja aceita, adquiriria um outro terminal. O Brasil solicitou a instalação de um terceiro LUT pelos EUA de forma a ampliar a cobertura do SARSAT. Conversações a esse respeito continuarão a ser mantidas entre autoridades brasileiras e norte-americanas.

VII - Utilização do Ônibus Espacial

1 — A NASA e o INPE trocaram informações sobre uma possível cooperação entre o experimento brasileiro de sensoriamento remoto e um sensor compatível da NASA, no Ônibus Espacial. Para o início de 1984, está prevista uma reunião de análise técnica e científica, destinada a identificar objetivos científicos, requisitos de engenharia e possíveis oportunidades de voo. Esta missão, bem como qualquer outra atividade definida conjuntamente, incluirá a participação, a bordo, de um especialista em carga útil do INPE. De conformidade com a política normal da NASA, dados dos sensores estarão à disposição de forma livre e não-discriminatória.

2 — O INPE propôs colocar a bordo do Ônibus Espacial um VAS. A NASA e o INPE continuarão a trocar informações a respeito das atividades planejadas sobre os seus sensores atmosféricos, a fim de identificar áreas de possível cooperação.

VIII - Sistema de Coleta de Dados por Satélite:

1 — O Brasil tem utilizado tanto os satélites meteorológicos NOAA/GOES como os NOAA/TIROS-N (Argos System) para a coleta de dados ambientais. Dada a importância dos dados coletados para a pesquisa em curso em ambos os países, o INPE e a NOAA discutiram a possibilidade de se aumentar o número de plataformas de coleta de dados (PCD) no Brasil.

2 — Ademais, as discussões entre a NOAA e o INPE permitiram conhecer, com maior detalhe, os interesses brasileiros e norte-americanos na coordenação das capacidades do sistema de coleta de dados por meio de satélite, com vistas a otimizar sua compatibilidade técnica do ponto de vista do usuário. Com tal objetivo em vista, a NOAA forneceu ao INPE dados técnicos sobre os sistemas de coleta de dados GOES (GOES/DCS) e Argos (ARGOS/DCS) para exame. Estão sendo analisados possíveis mecanismos de coordenação entre os sistemas do PCD dos Estados Unidos e os planejados pelo Brasil.

IX - LANDSAT:

Assinalou-se que a COBAE e a NOAA chegaram a um acordo a respeito do texto final do Memorando de Entendimento para a recepção de dados LANDSAT pela estação terrena do INPE. Esse Memorando deverá ser brevemente assinado em Brasília. O INPE e a NOAA salientaram seu interesse na continuada cooperação LANDSAT, que inclui troca de informações e coordenação sobre dados LANDSAT produzidos, seus formatos e arquivos.

X — Sensoriamento Remoto

1 — O INPE, a NASA e NOAA trocaram informações sobre suas experiências a respeito da utilização de dados de satélites de sensoriamento remoto. Possíveis áreas de cooperação continuada incluem agricultura (sobretudo previsão de colheita e mapeamento de solo), desenvolvimento florestal e meteorologia. O INPE está participando na fase de avaliação dos dados LANDSAT TM e na utilização de dados obtidos pelas experiências do Ônibus Espacial sobre o Brasil. O INPE recebe diretamente do Brasil as imagens de alta resolução de satélites NOAA/GOES e NOAA/TIROS-N. Outras instituições brasileiras recebem dados APT e WEFAX desses satélites.

2 — O INPE e a NASA trocaram informações sobre seus planos de sensoriamento remoto e concordaram em estabelecer consultas para a seleção futura de bandas para instrumentos de sensoriamento remoto utilizados principalmente para agricultura e desenvolvimento florestal. O INPE e a NASA também explorarão atividades conjuntas no campo de campanhas de medição de verdades terrestres. O INPE e a NOAA reiteraram seu interesse numa coordenação técnica multilateral informal entre os atuais e futuros operadores de satélites de sensoriamento remoto a fim de explorar possibilidades de compatibilização. À luz dos planos brasileiros de desenvolvimento de satélites de sensoriamento remoto, a NOAA descreveu os mecanismos informais existentes de coordenação multilaterais de planejamento a longo prazo, e sugeriu que o INPE considerasse participar de discussões sobre o tema. A próxima reunião informal multilateral para o planejamento a longo prazo será realizada no verão de 1984, em Washington.

3 — A NASA e o INPE concordaram em avaliar o experimento brasileiro de sensoriamento remoto a ser colocado no Ônibus Espacial mediante os instrumentos da NASA. Uma revisão técnica está programada para o início de 1984.

4 — A NASA manterá o INPE informado sobre os desenvolvimentos de esforço da NASA em habitabilidade global. Em outra área de cooperação em pesquisa sobre aplicações de dados de satélites ambientais, a NOAA e o INPE aprofundaram outras atividades específicas futuras. A cooperação entre o INPE e a NOAA incluirá trabalhos cooperativos em técnicas para estimativas de precipitação e insolação, medidas da temperatura da superfície do mar, e pesquisas nas escalas sinótica e dinâmica. Outras áreas

possíveis de cooperação incluíram em desenvolvimento dos algoritmos de ozônio TOVS/SBUV, técnicas para classificação de vegetação e experiências de sequências animadas do GÔES.

XI - Participação no Satélite da NASA de Tecnologia de Comunicação Avançada.

A NASA e o INPE darão prosseguimento às discussões sobre possível colaboração nos estudos de propagação em regiões equatoriais, como parte do programa satélite de Tecnologia Avançada de Comunicações.

Ajustes Complementares a serem acordados a respeito dos projetos e programas de cooperação na área espacial, acima referidos, serão concluídos e implementados de conformidade com as leis e práticas administrativas dos dois países.

As duas delegações concordaram em que foram cumpridas as diretrizes traçadas pelos Presidentes João Figueiredo e Ronald Reagan na criação do Grupo de Trabalho Brasil—Estados Unidos da América sobre Cooperação Espacial. As duas delegações examinaram as atuais atividades de cooperação entre os dois países no campo espacial e, sobretudo, discutiram projetos específicos para a ampliação da cooperação bilateral. Concordaram em continuar o diálogo iniciado com sucesso pelo Grupo de Trabalho Brasil—Estados Unidos sobre Cooperação Espacial. Concordaram, ademais, em manter como documentos de referência para discussões futuras as propostas originais e as respostas brasileiras e norte-americanas. As duas delegações se congratularam pelo clima de objetividade e cordialidade que prevaleceu nas sessões do Grupo de Trabalho, e que refletiu as orientações recebidas do Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro e do Secretário de Estado George Shultz.

Washington, 2 de agosto de 1983.

Marcos Castrioto de Azambuja

Chefe do Departamento de Organismos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores.

James L. Malone

Secretário Assistente para Assuntos Oceânicos e Ambientais e Científicos Internacionais do Departamento de Estado.

MEMBROS DA DELEGAÇÃO BRASILEIRA DO GRUPO DE TRABALHO BRASIL-ESTADOS UNIDOS SOBRE COOPERAÇÃO ESPACIAL.

(25 e 26 de maio)

— Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja do Ministério das Relações Exteriores;

- Major-Brigadeiro Hugo de Oliveira Piva, Vice-Diretor do Centro Técnico Aeroespacial do Ministério da Aeronáutica;

- Brigadeiro-do-Ar Fernando César de Oliveira, do Estado Maior das Forças Armadas;
- Doutor Nelson de Jesus Parada, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- Doutor Arthur Alves Peixoto, Secretário de Planejamento e Tecnologia do Ministério das Comunicações;
- Coronel Geraldo de Freitas Bastos, Secretário da COBAE;
- Tenente-Coronel Aviador Edson Ambrósio Pomot do Conselho de Segurança Nacional;
- Conselheiro Annunciata Salgado dos Santos do Ministério das Relações Exteriores;
- Conselheiro Marcos de Vincenzi do Ministério das Relações Exteriores.

**MEMBROS DA DELEGAÇÃO
NORTE-AMERICANA DO GRUPO DE
TRABALHO BRASIL-ESTADOS UNIDOS
SOBRE COOPERAÇÃO ESPACIAL
(25 e 26 de maio)**

- Ambassador James L. Malone;
- Mr. Francis Kapper, Acting Assistant Deputy Under-Secretary of Technology Transfer in the Office of the Under-Secretary of Defense for Research in Engineering;
- Mr. Thomas Coony, Office of Brazilian Affairs Department of State;
- Col. George D. Ojalehto, Acting Deputy Director, Office of Advanced Technology State Department;
- Eduardo Feller, Programme Manager International Programs, Latin American and Pacific National Science Foundation;
- Ms. Margaret G. Finarelli, Chief, International Planning and Programs, National Aeronautics and Space Administration;
- Mr. Kenneth Hodgkins, National Oceanic and Atmospheric Administration, Department of Commerce;
- Lieutenant Colonel John Poast, Deputy Chief Information Branch International Affairs Division, Office of the Vice-Chief of Staff, U.S. Air Force (fala português);
- Mr. Daniel J. Serwer, Science Counselor, American Embassy Brasília

**DELEGAÇÃO BRASILEIRA DO GRUPO DE
TRABALHO BRASIL-ESTADOS UNIDOS
SOBRE COOPERAÇÃO ESPACIAL
(1º e 2 de setembro)**

Chefe da Delegação:

Embaixador Marcos Castrioto de Azambuja, Chefe do Departamento de Organismos Internacionais, Ministério das Relações Exteriores.

Delegados:

- Major-Brigadeiro Hugo de Oliveira Piva, Vice-Diretor do Centro Técnico Aeroespacial do Ministério da Aeronáutica;
- Brigadeiro-do-ar Fernando César de Oliveira, do Estado-Maior das Forças Armadas;
- Ministro José Artur Denot Medeiros, Chefe do Setor Econômico da Embaixada em Washington;
- Conselheiro Annunciata Salgado dos Santos, Chefe da Divisão de Organismos Internacionais Especializados, Ministério das Relações Exteriores;
- Conselheiro Luiz Tupy Caldas de Moura, da Embaixada em Washington;
- Coronel Geraldo de Freitas Bastos, Secretário da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE);
- Tenente-Coronel Aviador Edson Ambrósio Pomot, do Conselho de Segurança Nacional;
- Doutor Nelson de Jesus Parada, Diretor do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE); e
- Primeiro Secretário Sérgio Eduardo Moreira Lima, da Embaixada em Washington.

U.S. DELEGATION LIST (1-2 SEPTEMBER)

Ambassador James L. Malone
Assistant Secretary,
Bureau of Oceans and International Environmental and
Scientific Affairs
OES — Department of State

Col. George Ojalehto
Acting Deputy Director,
Office of Advanced Technology
OES/SAT — Department of State

Ms. Eleanor Savage
Deputy Director,
Office of Brazilian Affairs
Department of State

Col. Thomas J. O'Connor
Special Assistant,
Deputy Under-Secretary,
International Programs and Technology
Department of Defense

Lt. Col. Loyal G. Bassett
Information Branch,
International Affairs Division
Office of the Vice-Chief of Staff
United States Air Force

Dr. Eduardo Fel ler Program Manager,
International Programs
Latin America and Pacific
National Science Foundation

Ms. Margaret G. Finarelli
Chief,
International Planning and Programs
National Aeronautics and Space Administration

Dr. Kenneth D. Hodgkins
International Affairs Unit,
National Environmental Satellite
Data Information Service
National Oceanic and Atmospheric Administration
Department of Commerce

Dr. Daniel Server
Science Counselor
American Embassy Brasília

RELATÓRIO FINAL DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE ENERGIA NUCLEAR

O Grupo de Trabalho sobre Energia Nuclear, um dos cinco grupos de trabalho estabelecidos pelos Presidentes João Figueiredo e Ronald Reagan em dezembro de 1982, foi criado com o propósito de retomar um relacionamento positivo no campo nuclear e de identificar áreas específicas nas quais uma cooperação mutuamente benéfica possa ser ativamente desenvolvida, em consonância com as leis, políticas e programas nacionais de cada um dos dois países.

O Grupo de Trabalho sobre Energia Nuclear foi co-presidido pelo Embaixador Carlos Augusto de Proença Rosa, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e pelo Embaixador Richard T. Kennedy, do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. Um aspecto importante da atividade desenvolvida pelo Grupo de Trabalho constituiu na oportunidade proporcionada aos representantes de várias entidades governamentais ligadas à área nuclear de trocar pontos de vista com funcionários de organizações congêneres do outro país. Estiveram representadas as seguintes entidades do lado brasileiro: Ministério das Relações Exteriores, Ministério das Minas e Energia, Secretaria-

ria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, Comissão Nacional de Energia Nuclear e NUCLEBRÁS S/A. Do lado norte-americano, as seguintes agências estiveram representadas: Departamento de Estado, Departamento de Energia, Agência para o Controle de Armamentos e Desarmamento e a Comissão Reguladora Nuclear (a lista de participantes consta do Anexo I).

O Brasil e os Estados Unidos da América ao longo de duas décadas desenvolveram extensa cooperação no campo nuclear. Em 1965, os dois países concluíram um Acordo para a Cooperação nos Usos Cívicos da Energia Atômica, revisto em 1972 e com validade prevista por trinta anos. Além do intercâmbio no campo da pesquisa e atividades experimentais da ciência e tecnologia nucleares, esta cooperação incluiu a construção do reator nuclear de Angra I. Contudo, o alcance destas atividades de cooperação nuclear foi diminuído em consequência da legislação adotada pelos Estados Unidos da América em 1978.

O Grupo de Trabalho sobre Energia Nuclear realizou duas reuniões, a primeira delas em Brasília, nos dias 9 e 10 de maio de 1983, e a segunda em Washington de 8 a 10 de agosto de 1983. Essas reuniões transcorreram em ambiente de muita cordialidade. Informações a respeito dos respectivos programas e políticas nucleares foram intercambiadas. Ademais, funcionários de ambos os países tiveram a oportunidade de visitar importantes estabelecimentos nucleares no Brasil e nos Estados Unidos da América para um contacto direto com os programas industriais, técnicos e científicos de ambos os países para a utilização da energia nuclear.

Durante as duas sessões, o Grupo de Trabalho, de acordo com agendas previamente acordadas (Anexo II), trocou pontos de vista sobre três principais áreas de interesse mútuo:

- a) Exame dos programas nucleares do Brasil e dos Estados Unidos da América, seu papel atual e perspectivas no contexto da situação energética global em ambos os países;
- b) Problemas pendentes nas relações nucleares bilaterais e perspectivas para novas áreas de cooperação;
- c) Os papéis e pontos de vista de ambos os países no tocante a foros multilaterais e ao comércio e cooperação na área nuclear.

A - O PAPEL DA ENERGIA NUCLEAR NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Na primeira sessão, o Grupo de Trabalho examinou os programas de geração nuclear no Brasil e nos Estados Unidos da América. A Delegação brasileira indicou que os fatores geográficos e de distribuição populacional moldaram o planejamento energético no Brasil. Comentários pormenorizados foram feitos sobre o consumo e a produção de energia no Brasil e sobre como a energia nuclear constitui um importante elo no esforço de estabelecer en-

tre os dois. Na apresentação da situação energética brasileira, foi demonstrada a relação entre a energia nuclear e outras fontes tais como a hidreletricidade, carvão e biomassa. A Delegação brasileira apresentou de forma pormenorizada o estágio da implantação das diversas etapas do ciclo do combustível que integram o programa nuclear brasileiro. A delegação enfatizou a importância do papel que a energia nuclear desempenha tanto no que concerne à segurança de abastecimento energético, quanto no que tange ao desenvolvimento tecnológico. Na mesma ocasião, foi também reiterado o caráter pacífico, civil e não-proliferante do programa nuclear brasileiro.

A parte norte-americana indicou que, desde o princípio do programa Átomos para a Paz, nos anos cinquenta, os Estados Unidos da América buscaram incentivar os usos pacíficos da energia nuclear tanto em seu próprio país, quanto em outros países. O lado norte-americano também sublinhou que a energia nuclear não apenas é responsável por contribuição significativa para a atual oferta nacional de energia (cerca de 12,3% do total), mas também contribuiu para mais da metade das necessidades de energia elétrica em certas regiões do país. No início dos anos noventa, quando entrarem em operação instalações atualmente em construção, espera-se que a energia nuclear forneça em torno de 20% da demanda total por eletricidade. Desta maneira os Estados Unidos da América possuem o programa nuclear mais amplo do mundo; no momento abrange 144 reatores dos quais 80 em operação, 60 em construção e 4 encomendados.

Essa troca de informações e de pontos de vista sobre os programas nucleares brasileiro e norte-americano constituiu a base de todo o trabalho subsequente nesse foro e confirmou a importância atribuída por ambos os países ao papel que a energia nuclear tem no contexto energético global do Brasil e dos Estados Unidos da América.

B - RELAÇÕES NUCLEARES BILATERAIS

B-1 — Expansão da Cooperação Nuclear

Nesta matéria, ambas as delegações expressaram o seu entendimento de que a cooperação no futuro continuará a ser desenvolvida no marco do "Acordo para a Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América Relativo aos Usos Cíveis da Energia Atômica", concluído em Washington, D.C. em 17 de julho de 1972. As duas delegações salientaram a importância desse Acordo como um instrumento válido e valioso para ordenar a cooperação nuclear bilateral.

As relações nucleares bilaterais foram abordadas de modo abrangente e detalhado. Não obstante os objetivos estabelecidos para o Grupo de Trabalho não contemplarem qualquer mandato negociador, foi possível, como resultado de atmosfera franca e cordial prevalecente nas reuniões, chegar a acordo sobre diversas propostas para medidas e ações concretas. Por um lado, tais propostas objetivaram solucionar problemas pendentes no campo bilateral que, no

passado, haviam prejudicado o melhor diálogo na esfera nuclear entre os dois países. Por outro lado, além de lidar com o passado, o Grupo de Trabalho pode também delinear o rumo para novas iniciativas no futuro.

Foram identificados sete temas como base inicial para impulsionar a cooperação nuclear entre Brasil e Estados Unidos da América, a saber:

- 1) Expansão do intercâmbio de informação na área de segurança nuclear entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear do Brasil (CNEN) e a Comissão Reguladora Nuclear dos EUA (NERC);
- 2) Participação de cientistas e engenheiros brasileiros, por intermédio da CNEN, no programa para o uso de combustível de baixo enriquecimento em reatores de pesquisa e teste (RÉTR), sendo realizado pelo Laboratório Nacional de Argonne do Departamento de Energia;
- 3) Atividades de cooperação na área de administração de combustível irradiado (estocagem e/ou depósito);
- 4) Atividades de cooperação em aspectos da pesquisa e desenvolvimento avançados para extensão de queima de combustível em reatores à água leve;
- 5) Atividades de cooperação em estocagem e armazenamento de rejeitos radiativos;
- 6) Contatos entre instituições norte-americanas e a CNEN em atividades atuais da avaliação de risco probabilístico;
- 7) Cooperação entre funcionários brasileiros e norte-americanos em treinamento de preparo para emergências nucleares.

Diversas ações específicas decorrentes de contatos prévios entre o Brasil e os EUA já se encontram em curso em algumas das áreas acima mencionadas.

O Grupo de Trabalho explorou também possibilidades para a cooperação em outras áreas. São exemplos nesse sentido o possível interesse no reprocessamento nos EUA de combustível norte-americano para reatores de pesquisa e a participação no programa de Teste de Perda de Fluido de Refrigeração (LOFT).

B-2 — Solução de Questões Nucleares

Foi examinada a questão de fornecimento de combustível para o reator de Angra I. Ambas as partes concordaram em que o contrato FURNAS-DOE fosse suspenso indefinidamente, de modo a que, ao ocorrer a empresa brasileira a um terceiro fornecedor, não crie quaisquer problemas em termos de penalidades contratuais.

Outro assunto pendente nas relações bilaterais discutido no Grupo de Trabalho se refere à possibilidade de reparo

de elementos combustíveis danificados fornecidos pelos EUA para o reator de pesquisa do IPEN. Entre as duas sessões, o assunto teve seguimento através de uma troca de cartas. Na reunião do Grupo de Trabalho, em Washington, a Delegação brasileira forneceu os dados técnicos solicitados pela parte norte-americana de modo que ambas as partes pudessem acordar o procedimento para o reparo do referido material. A Delegação brasileira aceitou o oferecimento para um técnico norte-americano visitar o Brasil para prestar assessoria nessa tarefa.

C - TEMAS MULTILATERAIS

Ambas as delegações fizeram um exame abrangente do atual papel da Agência Internacional de Energia Atômica e de suas perspectivas. Especial atenção foi dada às questões a serem discutidas na próxima Conferência Geral da AIEA e ao trabalho de subgrupos, tais como o IPS e o CAS. Foram abordados, também, os preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear (PUNE).

Tanto o Brasil quanto os EUA apoiam firmemente a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) como o foco central para consideração de assuntos nucleares internacionais. A AIEA conduz duas atividades de importância fundamental: um programa de assistência técnica para o desenvolvimento nuclear e um indispensável sistema de salvaguardas para assegurar os usos pacíficos da energia nuclear. As duas partes expressaram sua determinação de prosseguir nos esforços no sentido de apoiar e fortalecer a Agência nessas importantes funções.

Ambas as delegações procederam a um pormenorizado intercâmbio de pontos de vista sobre compromissos internacionais para utilização pacífica da energia nuclear. A esse respeito, mencionou-se o Tratado de Tlatelolco. A Delegação brasileira ressaltou que, na dependência do cumprimento de todas as condições para a entrada em vigor do Tratado, o Brasil, de acordo com os princípios do Direito Internacional, não praticará nenhuma ação que contrarie os objetivos e propósitos do Tratado, ao que corresponde a garantia de que os demais signatários procederão da mesma forma. Os EUA também salientaram seu compromisso com o regime do Tratado de Tlatelolco, tal como evidenciado por sua adesão a ambos os Protocolos aplicáveis aos Estados fora da zona do Tratado. De sua parte, os EUA afirmaram ser desejável alcançar-se uma adesão universal ao Tratado de Não-Proliferação. Por seu turno, reiterando sua posição favorável à utilização pacífica da energia nuclear, o lado brasileiro reafirmou suas de há muito conhecidas reservas em relação ao TNP, dada à natureza discriminatória desse Tratado.

No que se refere ao comércio e à cooperação internacionais no campo nuclear, ambas as delegações fizeram apresentações pormenorizadas sobre seus regimes de cooperação e sistemas de controle de exportações com vistas a assegurar que o material, equipamento e tecnologia exportados sejam usados unicamente para fins pacíficos.

D - CONCLUSÕES

Em conclusão, as duas delegações concordaram em que os objetivos traçados para o Grupo de Trabalho Brasil—EUA sobre Energia Nuclear foram plenamente atingidos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelos Presidentes João Figueiredo e Ronald Reagan. De fato, o grupo de trabalho não somente possibilitou estabelecer as bases para soluções de problemas que, no passado, dificultaram o diálogo no campo nuclear entre os dois países, mas conseguiu também definir campos específicos para ampliação da cooperação bilateral. As duas delegações concordaram em continuar o renovado diálogo sobre assuntos nucleares e que contatos mais frequentes sobre esses assuntos poderão ser úteis para ambas as partes. Tais resultados foram possíveis em razão da franqueza e cordialidade que caracterizaram as sessões do Grupo de Trabalho Brasil—EUA e que refletiram as orientações do Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro e do Secretário de Estado George Shultz.

Washington, D.C., 10 de agosto de 1983.

Embaixador Carlos Augusto Proença Rosa

Embaixador Richard T. Kennedy

PRIMEIRA SESSÃO DO GRUPO DE TRABALHO - BRASÍLIA, 9 e 10 de maio de 1983

Participantes Americanos

- 1) Ambassador Richard T. Kennedy, State Department, Head of Delegation;
- 2) Mr. Lewis A. Dunn, Counselor to the Ambassador-at-large;
- 3) Mr. James Ferrer, Director, Office of Brazilian Affairs, State Department;
- 4) Mr. Carlton Stoiber, Director, Office of Nuclear Export and Import Control, State Department;
- 5) Mr. Carlton Thorne, Acting Chief, International Nuclear Affairs Division, Arms Control and Disarmament Agency;
- 6) Mr. Thomas Dillion, Deputy Assistant Secretary for Nuclear Energy, Department of Energy;
- 7) Mr. James Shea, Director, Office of International Programs, Nuclear Regulatory Commission;
- 8) Mr. Daniel Serwer, Counselor for Scientific Affairs, U.S. Embassy, Brasília.

Participantes Brasileiros

- 1) Embaixador Carlos Augusto de Proença Rosa, Chefe do Departamento Económico do Ministério das Relações Exteriores;
- 2) Dr. Rex Nazaré Alves, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN);
- 3) Dr. Dário José Gonçalves Gomes, Presidente da NU-

CLEBRAS S/A e representante do Ministério das Minas e Energia;

- 4) Ministro Sebastião do Rego Barros Neto, Chefe de Gabinete do Secretário-Geral do MRE;
- 5) Ministro Roberto Pinto Ferreira Abdenur, Coordenador para Assuntos Econômicos e Comerciais, Gabinete do Ministro das Relações Exteriores;
- 6) Senhor Carlos Alberto Quijano, da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional;
- 7) Conselheiro Genaro Antônio Mussiolo, Chefe da Divisão da América Central e Setentrional, Ministério das Relações Exteriores;
- 8) Conselheiro Paulo Dias Pereira, Coordenador para Assuntos Internacionais da Comissão Nacional de Energia Nuclear;
- 9) Conselheiro Roberto Rodrigues Krause, Chefe da Divisão de Energia e Recursos Minerais do Ministério das Relações Exteriores;
- 10) Conselheiro Luiz Augusto de Castro Navas, Secretária-Geral do Conselho de Segurança Nacional;
- 11) Sr. Luiz Francisco Ferreira, Chefe do Escritório de Brasília da NUCLEBRAS S/A;
- 12) Sr. Flávio Murtinho de Carvalho, Chefe do Escritório de Brasília da Comissão Nacional de Energia Nuclear;
- 13) Secretário J.A. de Macedo Soares, Divisão de Energia e Recursos Minerais, Ministério das Relações Exteriores.

Segunda Sessão do Grupo de Trabalho — Washington, D.C., 8 a 10 de agosto de 1983

Participantes Brasileiros

- 1) Embaixador Carlos Augusto de Proença Rosa, Chefe do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores;
- 2) Dr. Rax Nazaré Alves, Presidente da CNEN;
- 3) Dr. Dário José Gonçalves Gomes, Presidente da NUCLEBRAS S/A e Representante do Ministério das Minas e Energia;
- 4) Ministro Roberto Pinto Ferreira abdenur. Coordenador para Assuntos Econômicos e Comerciais do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores;
- 5) Ministro José Artur Medeiros, Chefe do Setor Econômico da Embaixada do Brasil em Washington;
- 6) Sr. Carlos Alberto Quijano, da Presidência da República;
- 7) Conselheiro Paulo Dias Pereira, Coordenador de Relações Internacionais da CNEN;
- 8) Conselheiro Roberto Rodrigues Krause, Chefe da Divisão de Energia, do Ministério das Relações Exteriores;
- 9) Conselheiro Luiz Augusto de Castro Neves, da Presidência a República;
- 10) Conselheiro Luiz Tupy Caldas de Moura, da Embaixada do Brasil em Washington;
- 11) Conselheiro J.A. Macedo Soares, Subchefe da Divisão de Energia do Ministério das Relações Exteriores;
- 12) Sr. Luís Francisco Ferreira, da NUCLEBRAS;
- 13) Sr. Cláudio Rodrigues, da CNEN;

- 14) Primeiro Secretário Sérgio E. Moreira Lima, da Embaixada do Brasil em Washington.

Participantes Americanos

- 1) Richard T. Kennedy, Ambassador-at-Large;
- 2) James Devine, Deputy Assistant Secretary for Nuclear Energy and Energy Technological Affairs;
- 3) Archaelus Turrentire, Arms Control & Disarmament Agency;
- 4) James Shea, Director, Office of International Programs. Nuclear Regulatory Agency;
- 5) Haroldo Jaffe, Acting Deputy Assistant Secretary for International Nuclear Cooperation and Nuclear Non-Proliferation Policy, Department of Energy;
- 6) Salvador Ceja, Acting Director, Office of International Nuclear Non-Proliferation Policy, Department of Energy;
- 7) Sol Rosen, Office of Nuclear Energy, Department of Energy;
- 8) Michael McDonough, Office of International Nuclear Non-Proliferation Policy, Department of Energy;
- 9) Jarvis Schwenessen, Office of Nuclear Energy, Department of Energy;
- 10) Alex Perge, Office of Nuclear Energy, Department of Energy;
- 11) Cari Thorne, Arms Control & Disarmament Agency;
- 12) Allen Sessoms, Director, Office of Nuclear Technology and Safeguards;
- 13) Carlton Stoiber, Director, Office of Nuclear Export control;
- 14) James Ferrer, Director, Office of Brazilian Affairs;
- 15) Ann Gore, Nuclear Regulatory Commission;
- 16) Richard J.K. Stratford, Executive Assistant to Ambassador-at-Large Kennedy;
- 17) Ron Kohler, American Consul, Rio de Janeiro;
- 18) Brenda Coleman, Office of Brazilian Affairs.

Primeira Sessão do Grupo de Trabalho — Brasília, 9e 10 de maio de 1983

- 1) Programas de Energia Nuclear
- 2) Cooperação na Área de Segurança Nuclear
- 3) Acordo Bilateral Brasil-EUA
- 4) Angra I
- 5) Fornecimento de Combustível Nuclear pelos EUA
- 6) Foros Multilaterais
- 7) Temas e Políticas de Não-Proliferação
- 8) Exportações nucleares dos EUA
- 9) Posição Brasileira sobre a Cooperação Nuclear sendo Efetuada com Outros Países em Desenvolvimento
- 10) Próximas Etapas.

Segunda Sessão do Grupo de Trabalho — Washington, D.C., 8 a 10 de agosto de 1983

- 1) Áreas de possível cooperação no campo nuclear
- 2) Combustível para o reator do IPEN
- 3) Fornecimento de combustível para ANGRA-I

- 4) Sistema norte-americano de controle de exportação nuclear
- 5) O papel do Brasil como um fornecedor nuclear
- 6) Questões multilaterais
- 7) Elementos para o Relatório aos Presidentes
- 8) Minuta de Relatório
- 9) Próximas Etapas.

RELATÓRIO FINAL DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

O Grupo de Trabalho sobre Cooperação Científica e Tecnológica, um dos cinco grupos de trabalho estabelecidos pelos Presidentes João Figueiredo e Ronald Reagan, em dezembro de 1982, foi constituído para fortalecer a cooperação bilateral em ciência e tecnologia, mediante a negociação de um novo Acordo básico de Cooperação Científica e Tecnológica e a ampliação de áreas de colaboração, de modo a incluir a participação do setor privado e pesquisa e desenvolvimento industrial.

O Grupo de Trabalho sobre Ciências e Tecnologia foi presidido, conjuntamente, pelo Embaixador Miguel A. Ozório de Almeida e pelo Conselheiro Francisco de Lima e Silva, pelo lado brasileiro, e pelo Embaixador James L. Malone, pelo lado norte-americano. Um aspecto importante de sua atividade foi a oportunidade de propiciar um encontro entre autoridades de vários órgãos governamentais responsáveis por assuntos ligados à ciência e à tecnologia com seus pares de órgãos congêneres do outro país. Esta ampla representação abrangeu os seguintes órgãos brasileiros: Ministério das Relações Exteriores; Secretaria do Conselho de Segurança Nacional; Estado-Maior das Forças Armadas; Ministério das Minas e Energia; Ministério da Indústria e do Comércio; Ministério da Agricultura e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Pelo lado norte-americano, fizeram-se representar os seguintes órgãos: Departamento de Estado; Departamento de Defesa; Departamento de Comércio; Departamento da Agricultura; Departamento de Saúde e Serviços Humanos; Administração Nacional Aeronáutica e Espacial (NASA); Fundação Nacional para a Ciência; Administração Nacional Oceânica e Atmosférica (NOAA); Serviço de Levantamento Geológico dos Estados Unidos (USGS); Agência de Proteção Ambiental (EPA) e o Programa de Comércio e Desenvolvimento (USTDP). A lista de participantes consta do Anexo I.

O Grupo de Trabalho sobre Ciência e Tecnologia reuniu-se duas vezes: em Brasília, nos dias 26 e 27 de maio de 1983; e, em Washington, de 29 a 31 de agosto do mesmo ano.

Anteriormente às duas citadas reuniões, realizou-se, em Washington, um Seminário sobre Cooperação Científica e Tecnológica, de 14 a 16 de dezembro de 1982, com a finalidade de rever e avaliar as atividades conjuntas de cooperação nos campos da ciência e da tecnologia. Deste Seminário, presidido pelos Embaixadores Miguel A. Ozó-

rio de Almeida e James L. Malone, participaram representantes das principais entidades de caráter científico e tecnológico governamentais dos dois países.

O Seminário possibilitou a discussão de projetos potenciais entre as diferentes entidades participantes. As áreas potenciais de colaboração sugeridas constam de sua Ata (Anexo II).

Além do Seminário e das reuniões do Grupo de Trabalho sobre Cooperação Científica e Tecnológica, realizou-se, ainda, em Reston, Virgínia, de 23 a 26 de março de 1983, uma reunião de Cooperação Científica e Tecnológica do Setor Privado Brasil—Estados Unidos. Esse encontro, organizado pela Fundação Nacional para a Ciência (NSF) e pelo Programa de Comércio e Desenvolvimento dos EUA (USTDP), objetivou incentivar o intercâmbio de pontos-de-vista entre representantes do empresariado dos dois países, no campo da cooperação industrial e tecnológica. A reunião consistiu em uma série de "mesas-redondas" que focalizaram quatro temas específicos: (a) análise de experiências concretas de cooperação-sugestões para o futuro; (b) pontos-de-vista do setor privado de importância para futura cooperação; (c) novos rumos da cooperação em ciência e tecnologia; e (d) cooperação futura: governo/indústria/universidade.

Com o propósito de reforçar a pesquisa e o desenvolvimento industrial nos dois países, acordou-se que os governos do Brasil e dos Estados Unidos deveriam incentivar a cooperação do setor privado em atividades tecnológicas conjuntas. O novo Acordo Brasil—Estados Unidos relativo à Cooperação em Ciência e Tecnologia constitui meio pelo qual as comunidades de pesquisa industrial dos dois países possam cooperar e beneficiar-se.

De acordo com as agendas das duas sessões do Grupo de Trabalho sobre Ciência e Tecnologia, dois itens foram objeto de especial atenção: (a) prosseguimento das discussões de importantes projetos e programas de cooperação científica e tecnológica e (b) negociação do novo Acordo Brasil—Estados Unidos relativo à Cooperação em Ciência e Tecnologia.

Observou-se que, (a) durante a visita ao Brasil, em agosto de 1983, do Secretário de Agricultura, Sr. John Block, foi assinado um Memorando de Entendimento sobre Intercâmbio Científico e Técnico em Agricultura, cujos órgãos executores são a EMBRAPA e o Setor de Cooperação Internacional e Desenvolvimento, do Departamento da Agricultura (USDA); (b) em 12 de abril de 1983, foi assinado um Memorando de Entendimento sobre Cooperação Científica e Tecnológica em Ciências Geológicas e Recursos Terrestres relativo a Minerais e Energia, cujos órgãos executores são o Ministério das Minas e Energia pelo Brasil e o Departamento do Interior dos EUA. Da parte norte-americana, o programa contará com a participação do Serviço Geológico (USGS), do "Bureau of Mines" (USBM), de outros órgãos do Departamento do Interior e outras organizações norte-americanas. Da parte brasileira, está prevista a participação do Departamento Nacional de

Produção Mineral (DNPM), do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), outros órgãos do Ministério das Minas e Energia e outras entidades brasileiras.

No decorrer dos debates dos Grupos de Trabalho, verificou-se amplo processo de esclarecimento de posições mútuas, sobretudo no tocante à cooperação entre os setores produtivos dos dois países. A Delegação brasileira emitiu o parecer de que, dentro de condições adequadas de estímulo e dentro de parâmetros institucionais também adequados, seria do interesse do empresariado, tanto brasileiro quanto norte-americano, cooperar na elaboração de novos produtos que correspondessem à demanda dos novos mercados em processo de formação no Terceiro Mundo, incluído, naturalmente, o Brasil. Contemplaram-se amplas perspectivas do potencial deste tipo de cooperação que seria, por assim dizer, formado de mercado, isto é, nos quais a elaboração de novos produtos viria atender mercados ainda relativamente subdesenvolvidos. A ideia é que, ao invés de disputarem antigos mercados para os quais produtos foram elaborados há muito tempo, os dois países se concentrariam na criação de novos produtos que correspondessem aos estágios culturais de um amplo segmento da humanidade no Terceiro Mundo e, por conseguinte, no próprio Brasil. A parte norte-americana tomou nota desses pontos-de-vista com interesse.

O novo projeto de Acordo relativo à cooperação em ciência e tecnologia (Anexo III) amplia o Acordo vigente nos seguintes aspectos:

- (a) relaciona campos de cooperação passíveis de serem considerados no âmbito do Acordo, tais como agricultura, saúde, oceanografia, espaço, metrologia, recursos naturais, ciências básicas, meio ambiente, engenharia e tecnologia industrial, além de outras áreas acordadas;
- (b) possibilita o incentivo de contatos diretos e cooperação entre firmas industriais;
- (c) possibilita, mediante aprovação de ambas as partes, a participação de indivíduos e instituições de terceiros países e organizações internacionais em programas regidos pelo Acordo;
- (d) possibilita a conclusão de Ajustes Complementares sobre questões de patentes, direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual decorrentes de atividades de cooperação bilateral regidas pelo Acordo; e
- (e) prevê o estabelecimento da Comissão Mista Brasil—Estados Unidos de Cooperação em Ciência e Tecnologia, com a finalidade de planejar, coordenar e rever a cooperação regida pelo Acordo.

Concordou-se, ainda, em que, caso necessário, o Acordo para um Programa de Cooperação Científica entre o Brasil e os Estados Unidos da América, concluído em Brasília, a

1º de dezembro de 1971, fosse prorrogado até a entrada em vigor do novo Acordo.

Acordou-se que os Ajustes Complementares ao Acordo básico seriam concluídos e implementados consoante às leis e práticas administrativas do Brasil e dos Estados Unidos e que os Ajustes Complementares entre entidades privadas dos dois lados entrariam em vigor por via diplomática.

As duas delegações concordaram em que os objetivos estabelecidos para o Grupo de Trabalho Brasil—Estados Unidos sobre Cooperação em Ciência e Tecnologia foram plenamente atingidos, de conformidade com as diretrizes baixadas pelos Presidentes João Figueiredo e Ronald Reagan. Isto foi possível graças à franqueza e cordialidade que caracterizaram as sessões do referido Grupo e que refletiram a orientação do Ministro Ramiro Saraiva Guerreiro e do Secretário de Estado George Schultz.

Washington, D.C. de agosto de 1983.

Francisco de Lima e Silva

Chefe, substituto, do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores.

James L. Malone

Secretário Assistente para Assuntos Oceânicos e Ambientais e Científicos Internacionais do Departamento de Estado.

ANEXO I - LISTA DOS PARTICIPANTES

Delegação Brasileira às reuniões do Grupo de Trabalho Brasil—EUA sobre Cooperação Científica e Tecnológica:

- 1) Embaixador Miguel A. Ozório de Almeida, Chefe do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores (chefe da 1.^a reunião do Grupo de Trabalho);
- 2) Conselheiro Francisco de Lima e Silva, Chefe, substituto, do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica do MRE (chefe da 2.^a reunião do Grupo de Trabalho);
- 3) Coronel Joubert de Oliveira Brfzida, Secretário de Informática do Conselho de Segurança Nacional;
- 4) Ministro Sérgio da Veiga Watson, Coordenador de Assuntos Internacionais da Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio;
- 5) Conselheiro Celina A. do Vale Pereira, Chefe da Divisão de Atos internacionais do MRE;
- 6) Conselheiro Luiz Tupy Caldas de Moura, Assessor do Ministro de Estado das Relações Exteriores;
- 7) Doutor José Duarte Araújo, Diretor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- 8) Doutor Carlos Oiti Berbert, Diretor de Geologia do

- Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia;
- 9) Primeiro-Secretário Sérgio Eduardo Moreira Lima, Chefe do Setor de Ciência e Tecnologia da Embaixada em Washington;
 - 10) Tenente-Coronel Jorge Fernandes Monteiro, da Subchefia de Assuntos Tecnológicos do Estado-Maior das Forças Armadas;
 - 11) Doutor Guilherme Euclides Brandão, Coordenador junto à Assessoria de Cooperação Internacional do CNPq;
 - 12) Doutor Oscar Sala, Consu Itor do CNPq;
 - 13) Secretário Renato de Assunção Faria, da Divisão da América Central e Setentrional do MRE.

UNITED STATES DELEGATION

Chairman

James L. Malone
Assistant Secretary
Bureau of Oceans and International Environmental and Scientific Affairs
Department of State

Deputy Chairman

Marry R. Marshall
Principal Deputy Assistant Secretary
Bureau of Oceans and International Environmental and Scientific Affairs
Department of State

Alternate Chairman

Donald C. Ferguson
Director
Office of Cooperative Science and Technology
Department of State

USG Representatives

Lt. Col. Loyal G. Bassett
Office of International Affairs
United States Air Force

Jean Christoff
Office of Energy Technology Cooperation
Department of State

Dr. Phyllis E. Veleth
Department of Health and Human Services

Eduardo Feller
National Science Foundation

Peter Flournoy
Assistant Legal Advisor
Department of State

Susan Fruchter
National Aeronautics and Space Administration

Dr. Kurt Heinrich
Office of International Affairs
National Bureau of Standards

Ken Hodgkins
National Oceanographic and Atmospheric Administration

Rob Masters
National Oceanographic and Atmospheric Administration

John McAlpine
Department of Agriculture

Barbara Moore
Office of Science and Technology Policy
White House

Col. Thomas O'Connor
Research and Engineering
Office of the Under Secretary of Defense

Edward Padelford
Office of Cooperative Science and Technology (Brazil)
Department of State

Eleanor Savage
Bureau of Inter-American Affairs
Department of State

Joe Sconce
Trade and Development Program
Department of State

Dr. Harold Stolberg
National Science Foundation

Observer

Richard Conroy
Smithsonian Institution

RELATÓRIO FINAL DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE ASSUNTOS ECONÓMICOS

Durante seu encontro, no Brasil, em dezembro de 1982, os Presidentes João Figueiredo e Ronald Reagan decidiram estabelecer, em nível ministerial, um Grupo de Trabalho sobre Assuntos Económicos, co-presidido pelo Ministro da Fazenda do Brasil e pelo Secretário do Tesouro dos Estados Unidos. Tal iniciativa foi particularmente importante em vista da amplitude e complexidade das relações económicas entre o Brasil e os Estados Unidos. Além disso, o estabelecimento do Grupo de Trabalho foi decidido em um momento especialmente significativo, dadas a seriedade da situação económica mundial e a necessidade, por parte de ambos os países, de avaliar suas respectivas reações a esta situação. Ao Grupo de Trabalho foi confiada a tarefa de proceder a um exame das diferentes perspectivas dos dois países, bem como de sua respectiva si-

tuação económica, dando-se particular atenção ao comércio bilateral e às relações financeiras. Os debates e estudos realizados no Grupo de Trabalho devem contribuir para uma melhor compreensão das políticas e programas de cada país e para um fortalecimento de suas relações económicas.

O Grupo de Trabalho sobre Assuntos Económicos foi presidido conjuntamente pelo Doutor Ernane Galveas, Ministro da Fazenda do Brasil, e pelo Senhor Donald Reagan, Secretário do Tesouro dos Estados Unidos. A diversidade e complexidade das relações económicas entre os dois países se refletiram na composição das respectivas delegações às reuniões do Grupo de Trabalho. Da parte do Brasil, os seguintes órgãos estiveram representados: Ministério da Fazenda, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Agricultura, Ministério da Indústria e do Comércio, Secretaria de Planejamento, Conselho de Segurança Nacional e CACEX. Da parte norte-americana, fizeram-se representar os seguintes órgãos: Departamento do Tesouro, Representante de Comércio dos Estados Unidos, Departamento de Estado, Departamento do Comércio e Departamento da Agricultura.

O Grupo de Trabalho reuniu-se, em nível ministerial, em Washington, em 22 de abril de 1983, e, em nível técnico, no Rio de Janeiro, de 22 a 26 de agosto, em uma atmosfera construtiva. As referidas reuniões propiciaram uma oportunidade para se ampliar a compreensão mútua das prioridades de cada país, suas reações à recessão mundial e os respectivos programas e políticas nas áreas do comércio e das finanças. A sessão plenária do Grupo de Trabalho foi aberta com um discurso do Ministro Galveas e obedeceu a uma agenda estabelecida na própria reunião. Em suas observações, o Ministro Galveas descreveu a situação económica internacional e o seu impacto negativo sobre o Brasil e passou em revista as medidas que o Brasil estava tomando para fazer face aquela situação. No tocante à situação económica internacional, o Ministro Galveas ressaltou os efeitos cumulativos sobre o Brasil da recessão mundial e dos recentes acontecimentos no setor financeiro e comercial. Citou, em particular, a segunda alta dos preços do petróleo, os níveis sem precedentes das taxas de juros, a deterioração dos termos de troca nos países em desenvolvimento, a intensificação do protecionismo e a crise de liquidez. Estes acontecimentos levaram a uma deterioração imprevisível na situação do balanço de pagamentos do Brasil e ao início de negociações com as instituições financeiras multilaterais e com o sistema bancário privado, com vistas à obtenção dos recursos necessários para fechar o balanço de pagamentos do Brasil em 1983. Em relação a medidas internas adotadas pelo Brasil para fazer face a essa situação sem precedentes, o Ministro Galveas descreveu a política de reajustes adotada pelo país e o seu impacto sobre a taxa de crescimento da economia. Ressaltou a necessidade de um aumento das exportações e redução das importações, a fim de se conseguir saldos crescentes na balança comercial, como forma de se obter os recursos necessários para atender aos compromissos financeiros externos do Brasil. A esse respeito, salientou o

crescimento dessas obrigações nos anos recentes, devido, em grande medida, aos altos níveis das taxas de juros.

O Secretário Reagan declarou que a economia norte-americana se vinha fortalecendo e que as perspectivas de uma alta taxa de crescimento no segundo trimestre e no restante de 1983 eram bastante boas. Ressaltou o progresso alcançado pelo seu Governo na redução da taxa de inflação nos últimos 18 meses e mencionou que a consolidação desse progresso continuaria a ser altamente prioritária. Observou ainda que se havia registrado um progresso considerável na redução das taxas de juro em relação aos níveis máximos atingidos em 1981, embora acreditasse que as taxas reais de juros se mantinham excessivamente elevadas, o Secretário disse ainda que o déficit fiscal era demasiado e que seriam necessárias maiores reduções nos gastos. Não esperava, todavia, que isso fosse fácil; seria necessário um grande esforço para se obter a aprovação do Congresso para tais cortes. O Secretário Reagan referiu-se também às mudanças estruturais que se vinham registrando na economia norte-americana, com a crescente importância dos setores de serviços e de alta tecnologia. Observou que se tratava de um processo difícil, porém salutar, que implicaria no declínio da importância de certas indústrias e nos reajustamentos necessários. Estava convencido de que isso seria conseguido, com êxito, e que a economia haveria de continuar forte e dinâmica. Para assegurar isso, ressaltou ser importante resistir ao protecionismo, tanto nos Estados Unidos quanto em outros países.

Após os discursos iniciais dos dois chefes de delegação, seguiu-se um intercâmbio de pontos-de-vista, durante o qual analisaram-se, em pormenor, as relações económicas bilaterais, a política adotada por seus países para fazer face à situação económica mundial, bem como a contribuição de cada um, nos foros multinacionais, para a identificação e solução dos atuais problemas da economia mundial. Nesse sentido, chamou-se a atenção para os recentes desenvolvimentos no GATT e no FMI, conforme refletidos nos resultados da Reunião Ministerial do GATT de 1982 e da reunião anual do FMI/BIRD, em Toronto, em 1982.

As observações do Ministro Galveas e do Secretário Reagan, bem como os debates que se seguiram, tiveram particular importância no delineamento das atividades do Grupo de Trabalho. Os dois países concordaram em que o Grupo deveria concentrar sua atenção sobre o vínculo entre os aspectos comerciais e financeiros de suas atuais situações económicas. O Grupo de Trabalho se reuniu, em nível técnico, no Rio de Janeiro, de 22 a 26 de agosto, a fim de discutir os recentes acontecimentos financeiros e comerciais, bem como as políticas de cada país em face dos mesmos. Tais assuntos foram debatidos numa perspectiva tanto global quanto bilateral, com ênfase nas atuais áreas-problemas e na reação de cada país às mesmas.

No que diz respeito à convocação de um grupo do setor privado, concordou-se em que tal grupo deveria reunir-se para debater toda a gama de relações económicas Brasil—Estados Unidos, e, subsequentemente, preparar relatórios

separados, um brasileiro e um norte-americano, tecendo comentários sobre tais relações e fazendo recomendações para o seu aprimoramento. Tais reuniões do setor privado se realizaram no Brasil e nos Estados Unidos.

Tendo examinado todos os elementos acima descritos, os dois presidentes aprovaram o presente relatório, bem como o seguinte conjunto de conclusões:

O Grupo de Trabalho sobre Assuntos Económicos foi uma experiência alentadora. Proporcionou um foro de alto nível em que os dois países, expressando franco e abertamente seus pontos de vista, contribuíram para uma melhor compreensão de suas respectivas políticas e para o fortalecimento de suas relações económicas em matéria comercial e financeira.

Num quadro de uma prolongada e profunda recessão mundial, ambas as partes concordaram em que as soluções para os problemas da economia mundial devem ser buscadas através do fortalecimento da cooperação internacional.

Ambas as partes reconheceram o alto grau de interdependência da economia mundial e reafirmaram sua convicção quanto à necessidade urgente de uma cooperação mais estreita e de uma ação concertada entre todos os países, para fazer face à situação económica internacional. Apesar de levarem em consideração o caráter global dos problemas da situação económica internacional, os dois países (a) deploraram seus profundos efeitos paralisadores sobre as economias de países em desenvolvimento não-produtores de petróleo, evidenciados na constante diminuição do crescimento económico e no aumento dos déficits em suas contas correntes, aumento este que poderia ser atribuído, em grande medida, a fatores externos, entre os quais a recessão internacional, a contração do comércio internacional, o declínio da demanda externa, uma queda brusca nos preços de produtos primários e os elevados níveis das taxas de juros nos mercados internacionais de crédito; e (b) expressaram sua convicção de que, ao se ajustarem à crise, tanto os países desenvolvidos quanto os países em desenvolvimento deveriam, não obstante suas perspectivas diferentes, adotar políticas que acreditem contribuir para um clima mais sustentável de crescimento real no futuro.

Ambos os países manifestaram particular preocupação com a necessidade de se evitar o aumento do protecionismo. A esse respeito, concordaram em envidar esforços em favor da liberalização do comércio. No caso dos Estados Unidos, considerou-se que a manutenção de mercados abertos é essencial para se promover a recuperação económica global e para se facilitar um crescimento sustentável no futuro. No caso do Brasil, salientou-se que a liberalização do comércio continuaria a ser buscada, segundo as necessidades do balanço de pagamentos e dos esforços do país no sentido de assegurar uma taxa adequada de crescimento económico.

Quanto ao comércio bilateral, ambos os países reconheceram que a redução do intercâmbio registrada em 1982 e

no início de 1983 foi uma infeliz ocorrência. Concordaram em trabalhar em prol da retomada de níveis mais elevados de comércio bilateral, tendo em vista a necessidade do Brasil de aumentar suas divisas, a fim de poder satisfazer seus compromissos financeiros externos.

Neste sentido, ambos os países atribuíram particular importância às atividades do Subgrupo sobre Comércio, que tem sido um foro em que podem consultar-se sobre suas políticas respectivas. Concordaram também em fortalecer ainda mais este mecanismo de consulta e em utilizá-lo com a possível frequência, como meio de expressar seus pontos de vistas sobre problemas de interesse mútuo. Ambas as partes se referiram a outras áreas de cooperação em matéria de comércio bilateral, tais como os recentes memorandos de entendimento entre o Departamento de Comércio dos Estados Unidos e o Ministério das Minas e Energia do Brasil, que visam a promover a participação do setor privado norte-americano no desenvolvimento de importantes projetos energéticos brasileiros, bem como a recente proposta norte-americana de fornecer até US\$ 1,5 bilhão de dólares em novas garantias e seguros do U.S. Export — Import Bank para promover o comércio com o Brasil.

Reconheceu-se que o Sistema Generalizado de Preferências dos Estados Unidos, ao permitir a entrada de um grande número de produtos manufaturados brasileiros, livres de direitos alfandegários, ajudava a melhorar a competitividade brasileira no mercado norte-americano. Reconheceu-se também que o sistema deveria ser aprimorado ainda mais, de modo a aumentar, para os países em desenvolvimento, as oportunidades de comércio e a diversificação das exportações. Ambos os países concordaram em dar prosseguimento a suas consultas no que tange ao aprimoramento do SGP e à sua renovação, tanto bilateralmente quanto em foros multilaterais.

Ambos os lados concordaram em que os problemas com os quais se defronta o sistema comercial e financeiro internacional exigem soluções globais multilaterais. A este respeito, concordaram em que se fazem necessárias consultas sobre os tópicos debatidos em foros multilaterais, para que possam alcançar uma compreensão adequada das respectivas posições e, quando possível, explorar rumos de ação cooperativa.

No campo do comércio, ambas as partes concordaram em continuar a procurar aprimorar o GATT e reiteraram seu apoio à Declaração Ministerial e ao Programa de Trabalho do GATT contido na mesma. A este respeito, expressaram sua intenção de observar estritamente os termos da referida Declaração, particularmente no que tange ao futuro programa do GATT.

Reafirmando sua convicção com relação à necessidade premente de mais estreita cooperação para fazer face à crise financeira internacional, ambas as partes manifestaram que suas políticas deveriam visar a:

- Redução sustentável de inflação e das expectativas in-

f lacionárias como um elemento para se conseguir a expansão continuada da produção e o declínio do desemprego;

— Baixa das taxas de juros e o incentivo de novos financiamentos líquidos de fontes oficiais e privadas, em apoio a esforços efetivos de reajustamento;

— Necessidade de um fluxo sustentado de assistência e de apoio econômico aos países em desenvolvimento, como complementação aos recursos fornecidos pelos mercados financeiros;

— Necessidade de se equiparem as principais instituições financeiras com recursos adequados, para que tenham maior capacidade financeira de apoiar os programas de reajustamento do balanço de pagamentos e financiar o desenvolvimento. Neste sentido, saudaram os passos recentemente dados rumo a tais objetivos no âmbito do FMI (conclusão da VI11 Revisão Geral de quotas e aumento do montante total dos compromissos e da capacidade de compra por parte de não-participantes, de conformidade com os arranjos gerais para tomar empréstimo/GAB); do BIRD (início de negociações para a VII reposição de recursos da IDA; consideração futura de propostas específicas de gerenciamento com vistas a um aumento seletivo do capital do Banco; introdução de um conjunto de novos instrumentos de co-financiamento destinados a aumentarem a participação de bancos comerciais em projetos do BIRD); do BID (conclusão de negociações sobre o VI aumento geral dos recursos do Banco).

(Donald Reagan) Secretário do Tesouro

(Emane Galvsas)
Ministro da Fazenda

3 de outubro de 1983

RELATÓRIO FINAL DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE COOPERAÇÃO INDUSTRIAL-MILITAR

Em decorrência dos entendimentos estabelecidos entre os Presidentes João Figueiredo e Ronald Reagan durante a visita deste ao Brasil, em dezembro de 1982, foi criado um Grupo de Trabalho com vistas a estudar a cooperação industrial-militar bilateral. Os objetivos principais do Grupo de Trabalho seriam examinar as perspectivas de uma cooperação industrial-militar compatível com as exigências legais e políticas de ambas as nações e estabelecer os entendimentos intergovernamentais necessários.

O Grupo de Trabalho foi co-presidido pelo General Rubens Mário Brum Negreiros, Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas do Brasil, e pelo Senhor Richard L. Armitage, Secretário Adjunto de Defesa para Assuntos de Segurança Internacional. A lista dos participantes das delegações encontra-se no Anexo 1.

O Brasil e os Estados Unidos da América sempre mantiveram cooperação no campo militar, seja em termos de transferência de equipamento, seja em termos de treinamento de pessoal. A partir de 1952, tal atividade se desenvolveu ao amparo do Acordo de Assistência Militar, etapa que se encerrou em 1977 diante da nova realidade que passou a caracterizar o relacionamento bilateral nessa área.

Desse modo, ambos os Governos concordaram no estabelecimento de novos parâmetros orientadores da cooperação industrial-militar entre os dois países, tendo presente que essa atividade não poderia ignorar as profundas alterações ocorridas neste setor nos anos recentes e a necessidade de autonomia tecnológica para o segmento militar da indústria.

Ambas as delegações ressaltaram que qualquer eventual intensificação da cooperação industrial-militar bilateral será plenamente compatível com as relações de fraternidade e de solidariedade que os dois países mantêm com todos os seus vizinhos e com a boa convivência internacional.

O Grupo de Trabalho reconheceu de imediato que os Estados Unidos e o Brasil possuem estruturas de Governo, sistemas jurídicos, situações econômicas e aspectos geopolíticos diferentes. Reconheceu, ademais, que tais diferenças são normais tratando-se de duas nações independentes e soberanas, e, mais importante, percebeu claramente que os valores e interesses comuns de ambos os países superam essas diferenças, o Grupo de Trabalho concentrou seus esforços no sentido de destacar as atividades que poderiam reforçar os programas bilaterais de cooperação.

As delegações realizaram seus primeiros encontros informais em Washington nos dias 13 e 14 de junho de 1983, com vistas a verificar se reuniões formais de trabalho deveriam ser realizadas para considerar uma cooperação industrial-militar. As reuniões, destinadas essencialmente à troca de dados e informações, examinaram os sistemas jurídico e constitucional de ambas as nações, suas experiências com terceiros países e assuntos relacionados com transferência de tecnologia na área industrial-militar. As questões então consideradas versaram principalmente sobre temas de controle sobre a exportação de produtos derivados de transferência de tecnologia e a dificuldade de a indústria brasileira se restringir ao mercado interno. Como consequência dessa troca de informações e de apreciações, as duas delegações concordaram em convocar a reunião de um grupo formal de trabalho, a ser realizada no mês de agosto, no Brasil.

O Grupo de Trabalho reuniu-se oficialmente em fins de agosto, após intensa preparação. Iniciou suas atividades no dia 29, com visitas à várias instalações industriais e de pesquisa na região de São José dos Campos. As sessões formais foram realizadas em Brasília nos dias 30 e 31 de agosto. Após esse bem sucedido encontro, membros do Grupo visitaram, no dia 01 de setembro, duas instalações industriais e de pesquisa perto de Campinas.

Ao longo das discussões de junho e agosto, as delegações expressaram claramente as principais preocupações de suas respectivas autoridades. A delegação brasileira salientou que seu Governo, como parte de sua política de desenvolvimento econômico, está determinado a consolidar e a reforçar a indústria brasileira de material de emprego militar. Para tanto, o Governo brasileiro deseja promover uma efetiva transferência de tecnologia e resguardar os interesses comerciais dos fabricantes de material de emprego militar cujas atividades de exportação, controladas pelo Governo, são, em muitos casos, essenciais à viabilidade econômica de empreendimentos isolados, assim como da indústria em geral. Esse processo deverá capacitar a parte brasileira a adquirir familiaridade crescente e controle da tecnologia moderna. A delegação norte-americana expressou o desejo de suas autoridades em encorajar um intercâmbio de informações mais intenso. Enfatizou seu desejo de que ambos os países extraiam o máximo de benefícios de tais intercâmbios, no contexto das respectivas leis e políticas dos dois Governos.

As reuniões caracterizaram-se por suas deliberações construtivas e amadurecidas. As discussões refletiram os fortes laços de amizade que unem os dois países, os quais permitem uma análise completa e franca dos objetivos e preocupações de ambas as partes. As delegações aproveitaram esse ambiente altamente produtivo para buscar objetivos que fossem de genuíno interesse mútuo e que favorecessem um relacionamento bilateral mais amplo.

Ambas as delegações concordaram em que os programas de cooperação industrial-militar, a serem estabelecidos, devem basear-se em um conceito de parceria equilibrada, levar em conta os interesses e objetivos próprios de cada país, representar uma efetiva transferência de tecnologia, com vistas a fortalecer a base tecnológica própria de cada país.

Ambas as delegações ressaltaram o papel fundamental que cabe às indústrias dos respectivos países que, sob a orientação dos respectivos Governos no que concerne à segurança nacional e aos interesses gerais do país, são agentes eficazes e dinâmicos da promoção de desenvolvimento, do intercâmbio e da cooperação mutuamente vantajosa nesse campo.

Essa abordagem ponderada e positiva explica, sem dúvida, o êxito alcançado pelo Grupo de Trabalho em chegar a um entendimento.

Durante o curso de suas deliberações o Grupo de Trabalho:

— concluiu que uma cooperação industrial-militar equilibrada é exeqüível e beneficiaria ambos os países;

— rubricou um Memorando de Entendimento que estabelece a intenção de ambos os Governos de encorajar a cooperação industrial-militar e fixa os parâmetros para a salvaguarda das informações militares classificadas trocadas com base no referido Memorando. O Memorando de En-

tendimento, aqui apenso como Anexo 2, entrará em vigor por meio de troca de notas diplomáticas;

— ressaltou que uma das áreas de maior potencialidade de factibilidade imediata no desenvolvimento da cooperação bilateral é o intercâmbio de equipes técnicas entre ambos os países, com o fim de acelerar o intercâmbio tecnológico industrial-militar. Por conseguinte, ambas as delegações decidiram recomendar a seus respectivos Governos que tomem as medidas necessárias para que o intercâmbio de tais equipes em áreas de interesse mútuo venha a realizar-se no futuro próximo;

— concordou em que seus respectivos Governos estabeleçam as linhas e as medidas administrativas necessárias à implementação dos entendimentos acima citados;

— conduziu consultas preliminares sobre o Acordo Geral de Segurança de Informações Militares;

— recomendou a continuação, no âmbito dos foros apropriados, das discussões com vistas a ampliar os entendimentos já alcançados, e

— tendo concluído que o mandato atribuído pelos Presidentes havia sido cumprido, encerrou suas atividades formais.

6 de outubro de 1983

Gen. Rubens Mário Brum Negreiros
Chefe da Delegação Brasileira

Richard L. Armittage
Chefe da Delegação dos EUA

**DELEGAÇÃO BRASILEIRA
GRUPO DE TRABALHO SOBRE COOPERAÇÃO
INDUSTRIAL MILITAR COM OS
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**

General-de-Divisão
Rubens Mário Brum Negreiros

General-de-Brigada
Luiz da Silva Vasconcelos

General-de-Brigada
Rondon de Oliveira Guimarães

Contra-Almirante
Victor A Ibérico Boisson Moraes

Brigadeiro-do-Ar
Roberto de Carvalho Rangel

Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas

Representante do Ministério do Exército.

Representante do Ministério do Exército.

Representante do Ministério da Marinha.

Representante do Ministério da Aeronáutica.

Ministro José Viegas Filho	Representante do Ministério das Relações Exteriores
Capitão-de-Mar-e-Guerra Umberto Barbosa Lima Martins	Representante do Ministério da Marinha.
Conselheiro Genaro Antônio Mucciolo	Representante do Ministério das Relações Exteriores.
Conselheiro Elim Saturnino Ferreira Dutra	Embaixada do Brasil em Washington.
Coronel R/R/ Luiz de Alencar Araripe	Assessor da Presidência da República.
Coronel R/R José Carlos de Avelar	Assessor da Presidência da República.
Capitão-de-Fragata Jorge Alberto Pereira da Silva	Representante da Casa Militar da Presidência da República.
Primeiro-Secretário Antonino Lisboa Mena Gonçalves	Representante do Ministério das Relações Exteriores.
Tenente-Coronel Ennio de Mattos Bueno	Representante da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional.
Tenente-Coronel-Aviador José Carlos Pereira	Representante do Gabinete Militar da Presidência da República.
Tenente-Coronel Rubens Edison Pinto	Representante do Gabinete Militar da Presidência da República.

UNITAT STATES DELEGATIONS INDUSTRIAL-MILITARY WORKING GROUP MEETING

Mr. Richard L. Armitage Assistant Secretary of Defense, International Security Affairs, Department of Defense

Mr. Nestor D. Sanchez Deputy Assistant Secretary of Defense, Inter-American Region, Department of Defense

Mr. Les Brown Deputy Director, Political-Military Affairs, Department of State

Dr. Frank Kapper Acting Deputy Under Secretary of Defense, Research and Engineering, Department of Defense

GB Clarke M. Brintnall Defense Attache and Army Attache, American Embassy, Brazil

Mr. James Ferrer, Jr. Director of Brazilian Affairs, Department of State

Col. Donald Kendall Director for International Economic and Energy Affairs, Department of Defense

Mr. Charles Wilson GSOMIA Advisor, Office of the Under Secretary, Department of Defense

Mr. Michael J. Cifrino Legal Advisor, Office of the Secretary of Defense

Mr. Joseph P. Smaldone Chief, Arms Licensing Division, Department of State

Mr. Paul Jamushian Inter-American Advisor on Defense Acquisition Procedures for Foreign Suppliers, Department of Defense

Cdr. Alexander Castro, Jr. Country Director, Inter-American Region, Department of Defense

LTC Jerome S. Wilkowski USAF, Office of the Joint Chiefs of Staff

Maj James Hawkins USA, Military Liaison Office, American Embassy, Brazil

Cdr Raymond C Smith USN, Military Assistant to Assistant Secretary Armitage, Department of Defense

os acordos entre o brasil e a bolívia, assinados durante a visita do presidente figueiredo a santa cruz de la sierra

Por ocasião da visita do Presidente João Figueiredo a Santa Cruz de La Sierra, o ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro, e o Ministro das Relações Exteriores e Culto da Bolívia (via, José Ortiz Mercado, assinaram, no dia 8 de fevereiro de 1984, um Acordo, por troca de Notas, para criação de um grupo de trabalho sobre cooperação regional fronteiriça, e os seguintes Ajustes Complementares ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica assinado em 10 de julho de 1973: Ajuste para cooperação no campo da saúde; Ajuste para cooperação no campo da pesquisa científica e tecnológica; Ajuste para cooperação nos campos agropecuário e agroindustrial; Ajuste para cooperação no campo da produção, processamento e comercialização da borracha; Ajuste para cooperação econômica e comercial; e Ajuste para cooperação na execução do projeto hidrelétrico de Cachuela Esperanza,

ACORDO PARA CRIAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO SOBRE COOPERAÇÃO REGIONAL FRONTEIRIÇA

A Sua Excelência o Senhor José Ortiz Mercado,

Ministro das Relações Exteriores e Culto da República da Bolívia

Senhor Ministro,

O desenvolvimento dos contactos a nível regional-fronteiriço entre o Brasil e a Bolívia tem constituído aspecto dos mais positivos no contexto das relações de amizade e entendimento entre os dois países.

2. A multiplicidade destes contactos, bem como as promissoras perspectivas que se abrem para o aprofundamento da cooperação em matéria de desenvolvimento regional, em benefício sobretudo das populações das áreas vizinhas e fronteiriças, requer a manutenção de um diálogo permanente e ágil entre as autoridades nacionais e locais dos dois países.

3. Com vistas a esse objetivo, o Governo brasileiro propõe a criação de um grupo de trabalho sobre cooperação regional-fronteiriça, a fim de identificar e sistematizar as possibilidades de ampliação da cooperação a nível local, bem como de apresentar sugestões referentes à execução de medidas concretas com esse objetivo.

4. O referido grupo de trabalho, a ser coordenado pelas chancelarias, contaria com a participação de representantes de órgãos nacionais, de desenvolvimento regional e locais e se reuniria, alternadamente, com a frequência que for necessária, em localidades brasileiras e bolivianas.

5. Caso o Governo boliviano esteja de acordo, a presente Nota e a de resposta de Vossa Excelência, de idêntico teor, constituem um acordo entre nossos dois Governos, que entrará em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro

Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

AJUSTE PARA COOPERAÇÃO NO CAMPO DA SAÚDE

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da Republicada Bolívia,

CONSIDERANDO o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, firmado em La Paz, em 10 de julho de 1973;

RECONHECENDO a importância do intercâmbio nas áreas de recursos humanos, informações, pesquisa e documentação, dentro de um marco geral de cooperação técnica auspiciado pela Organização Panamericana de Saúde;

COM O PROPÓSITO de identificar problemas similares de saúde, tais como a alta mortalidade infantil, desnutrição protéico-calórica, alta incidência de doenças transmissíveis, difícil acesso aos serviços de saúde e alto custo dos medicamentos básicos,

ACORDAM no seguinte:

ARTIGO I

Os países contratantes designam, para a execução do presente Ajuste, as seguintes entidades:

Pela República Federativa do Brasil, o Ministério da Saúde - Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ);

Pela República da Bolívia, o Ministério da Previdência Social e Saúde Pública.

ARTIGO II

Ambas as entidades se comprometem a desenvolver programas de intercâmbio tecnológico nas áreas de atividade que constituem objeto do presente Acordo.

ARTIGO III

Os Governos acordam em cooperar nas seguintes áreas:

- a) assessoria para a implementação de programas de capacitação em Medicina Social;
- b) programa de intercâmbio de docentes e residentes;
- c) intercâmbio de experiências e de informações;
- d) desenvolvimento conjunto de pesquisas;
- e) apoio bibliográfico e de material de ensino.

ARTIGO IV

O presente Ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura e tem validade de cinco anos, a qual será automaticamente prorrogada por períodos adicionais de um ano, a menos que qualquer das partes notifique à outra de sua intenção de denunciá-lo, com antecipação mínima de seis meses da data de expiração do período de vigência.

O presente Ajuste poderá ser objeto de modificação mediante troca de Notas.

Feito em Santa Cruz de La Sierra, aos 8 dias do mês de fevereiro de 1984, em dois originais de igual teor nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

AJUSTE PARA COOPERAÇÃO NO CAMPO DA PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

O Governo da República Federativa do Brasil
e

O Governo da República da Bolívia,

RECONHECENDO a importância da cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e a Bolívia;

DESEJOSOS de intensificar essa cooperação e de melhor organizar o intercâmbio entre os dois países nesses campos, com base no Artigo I do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, em 10 de julho de 1973;

CONVIERAM no seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes decidem nomear, para a execução do presente Ajuste, as seguintes entidades:

- o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, doravante denominado "CNPq", pelo lado brasileiro, e
- A Diretoria da Ciência e Tecnologia, doravante chamada DICYT, subordinada ao Ministério do Planejamento e Coordenação, representando o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (SINDE-CYT), pela parte boliviana.

ARTIGO II

O CNPq e a DICYT comprometem-se, no âmbito de seus respectivos programas e no daqueles definidos em comum, a desenvolver e fortalecer a sua colaboração no campo da pesquisa científica e tecnológica. Esta colaboração será efetivada através de projetos que formarão parte integrante dos programas de cooperação científica e tecnológica definidos pelos respectivos Governos.

ARTIGO III

O CNPq e a DICYT promoverão esta colaboração utilizando, entre outros, os seguintes mecanismos de cooperação:

- a) intercâmbio de pesquisadores, cientistas, técnicos e professores, tendo como objetivo a pesquisa, a formação de quadros de cientistas, consultas e troca de experiências, sobre temas relacionados com suas respectivas políticas científica e tecnológica;
- b) realização de projetos conjuntos de pesquisa científica e tecnológica com vistas à solução de problemas de interesse recíproco;
- c) intercâmbio de informação e de documentação científica e tecnológica;

d) organização e realização de cursos de curta duração (período máximo de 04 meses), conferências, seminários, simpósios e colóquios sobre temas de interesse comum;

e) intercâmbio de materiais e equipamentos científicos necessários à realização dos programas e projetos aprovados conjuntamente; e

f) qualquer outra modalidade convencionada pelas partes em instrumentos complementares, dentro de suas respectivas atribuições legais.

ARTIGO IV

Para fins do presente Ajuste, ambas as entidades concordam em:

1. Estabelecer programas de cooperação conjunta através de reuniões de delegações entre os dois órgãos executivos ou troca de correspondência. Estes programas deverão, em princípio, ser complementados ou revistos uma vez por ano e neles serão fixadas as áreas de interesse para o desenvolvimento das ações conjuntas;

2. Apresentar os referidos programas de cooperação conjunta à Comissão Mista Brasil—Bolívia, para os fins previstos no Artigo III do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica.

ARTIGO V

Dentro dos programas de intercâmbio de pesquisadores, cientistas, técnicos e professores, cada um dos países receberá, anualmente, visitantes qualificados, de interesse mútuo, mediante concordância prévia de ambas as Partes Contratantes, através da análise da proposta apresentada e da aprovação dos "currículos" dos participantes. Neste programa de intercâmbio, terão prioridade as ações relacionadas com a execução dos programas de cooperação mencionados no Artigo III do presente Ajuste.

ARTIGO VI

O CNPq e a DICYT concordam em facilitar o intercâmbio de pesquisadores, cientistas, técnicos e professores, ficando a cargo do organismo do país que recebe o visitante, a coordenação das medidas administrativas e técnico-científicas junto às instituições interessadas em participar dos programas de trabalho.

ARTIGO VII

Dentro do quadro do presente Ajuste poderão, também, ser acolhidas candidaturas de pesquisadores, cientistas, técnicos e professores pertencentes a instituições de pesquisa de seus respectivos países, fora do âmbito das duas instituições executoras.

ARTIGO VIII

Cada uma das entidades fará as gestões necessárias para a obtenção dos recursos financeiros que garantam a execução das atividades aprovadas.

ARTIGO IX

1. O CNPq e a DICYT financiarão os gastos de transporte internacional de ida e volta de seus pesquisadores, cientistas, técnicos e professores, inclusive os deslocamentos internos que forem considerados necessários para a realização de suas missões, cabendo, ao país anfitrião, o custeio das diárias correspondentes ao período de sua permanência em seu território.

2. O valor das diárias para os visitantes será definido e revisado, periodicamente, mediante troca de correspondência entre o CNPq e a DICYT.

3. Excepcionalmente, poderá o país anfitrião, a seu critério, custear as despesas relativas a viagens internas, não previstas no programas, desde que consideradas importantes para o melhor desenvolvimento da atividade.

ARTIGO X

As partes assegurarão ao pessoal intercambiado, na forma que acharem mais conveniente, assistência médica adequada em casos de emergência. Os ônus decorrentes de morte acidental ou invalidez permanente que possam ocorrer durante as visitas previstas ou não previstas nos programas e projetos aprovados ficarão a cargo da Parte remetente.

ARTIGO XI

O pessoal intercambiado não poderá dedicar-se, no território do país hospedeiro, a atividades alheias às suas funções, e, nem exercer atividades remuneradas sem a autorização prévia de suas respectivas autoridades governamentais.

ARTIGO XII

Quando os projetos comuns de pesquisa ou de intercâmbio derem lugar à importação de equipamento ou material indispensável à sua execução, as Partes signatárias providenciarão as facilidades necessárias para a liberação dos mesmos, de conformidade com as disposições do Artigo VI do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica.

ARTIGO XIII

Os assuntos que surgirem relacionados com patentes, assim como direitos autorais e correlatos, além dos direitos de proteção e utilização dos resultados alcançados durante a execução do presente Ajuste, serão regulados segundo as disposições dos convênios internacionais sobre a matéria, dos quais façam parte ambos os países, e pela legislação local, sem prejuízo do aproveitamento que, para fins de

pesquisa, possam fazer as escolas, universidades e outras instituições de pesquisa sem fins lucrativos.

No caso de inexistirem direitos a serem protegidos, conforme o disposto no parágrafo anterior, os resultados científicos decorrentes deste Ajuste poderão ser publicados, por qualquer das partes, com a devida citação da fonte.

ARTIGO XIV

O CNPq e a DICYT apresentarão relatório anual conjunto de suas atividades aos respectivos Governos, por intermédio dos seus Ministérios das Relações Exteriores.

ARTIGO XV

Os mecanismos necessários à execução dos programas, projetos e atividades, decorrentes da assinatura do presente Ajuste, serão estabelecidos mediante troca de correspondência entre o CNPq e a DICYT.

ARTIGO XVI

O presente Ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura por um período de três anos e será automaticamente prorrogado por iguais períodos, a menos que uma das Partes notifique à outra, por escrito e por via diplomática, com antecedência mínima de seis meses, sua decisão de denunciá-lo.

A denúncia não afetará os programas e projetos em execução, salvo se as Partes acordarem de modo diferente.

ARTIGO XVII

O presente Ajuste Complementar poderá ser alterado por troca de notas diplomáticas, mediante mútuo entendimento entre as Partes, entrando a alteração em vigor na data da nota de resposta.

Feito em Santa Cruz de La Sierra, aos 8 dias do mês de fevereiro, do ano de 1984, em dois originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

AJUSTE PARA COOPERAÇÃO NOS CAMPOS AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República da Bolívia,

CONSIDERANDO o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, firmado em La Paz, em 10 de julho de 1973;

DESEJOSOS de estabelecer um sistema permanente de cooperação-complementação entre os dois países;

COM O PROPÓSITO de apoiar os programas bolivianos com vistas a atender sua demanda interna de produtos agropecuários e de elevar os níveis de intercâmbio com o Brasil e incrementar e desenvolver suas exportações aos mercados internacionais;

CONSCIENTES dos benefícios aue esta cooperação e complementação podem proporcionar a ambos os países;

ACORDAM no seguinte:

ARTIGO I

1. Constituir um Grupo de Trabalho sobre assuntos agropecuários e agroindustriais, presidido pelo Ministro da Agricultura do Brasil ou pelo Secretário-Geral do Ministério da Agricultura e pelo Ministro dos Assuntos Camponeses e Agropecuários da Bolívia ou pelo Subsecretário da Agricultura, o qual estará encarregado de estudar a cooperação e complementação mútuas no campo agropecuário e agroindustrial e recomendar as medidas mais aconselháveis para promovê-las e implementá-las.

2. Para participar das sessões do Grupo de Trabalho, serão indicados, pelas autoridades competentes, especialistas representando empresas ou centros de educação especializados, públicos ou privados, de ambos os países.

ARTIGO II

1. O Grupo de Trabalho terá o objetivo básico de examinar e coordenar a cooperação bilateral em investigação e extensão agrícola, planejamento e administração rural, cooperativismo, irrigação, armazenamento, transporte, conservação e comercialização nacional e internacional de produtos agrícolas e promover o treinamento de pessoal.

2. De acordo com o interesse mútuo dos Governos de ambos os países, o Grupo de Trabalho facilitará o intercâmbio de informação entre instituições de ambas as Partes Contratantes sobre as verdadeiras possibilidades de cooperação, especialmente nos campos da pecuária, avicultura, reflorestamento, medicina veterinária, horticultura, produção de sementes, produção de ração animal e processamento de produtos agrícolas.

ARTIGO III

O Grupo de Trabalho reunir-se-á pelo menos uma vez por ano, alternadamente, na República Federativa do Brasil e na República da Bolívia, prevendo-se que a primeira reunião deverá ser realizada na Bolívia, dois meses após a assinatura do presente Ajuste.

ARTIGO IV

O Grupo de Trabalho buscará, logo que possível, a aprovação das sugestões para programas e projetos de cooperação pelas respectivas autoridades competentes.

2. As propostas, uma vez aprovadas pelas autoridades

competentes das Partes Contratantes, deverão ser implementadas no mais breve prazo possível.

ARTIGO V

1. As despesas relativas à viagem entre os dois países e à estada das delegações do Grupo de Trabalho serão da responsabilidade do Governo que as envia. O país anfitrião responderá pelas despesas necessárias para a organização e realização da sessão do Grupo de Trabalho.

2. As obrigações financeiras e materiais resultantes dos programas e projetos de cooperação, elaborados pelo Grupo de Trabalho, estarão sujeitas ao entendimento mútuo entre as Partes Contratantes.

ARTIGO VI

1. O presente Ajuste entrará em vigor na data da sua assinatura.

2. o presente Ajuste permanecerá em vigor por um período de 5 anos e será automaticamente prorrogado por períodos adicionais de um ano, a menos que qualquer das partes notifique a outra de sua intenção de denunciá-lo, com antecipação mínima de seis meses da data de expiração do período de vigência.

Feito em Santa Cruz de La Sierra, aos 8 dias do mês de fevereiro de 1984, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

AJUSTE PARA COOPERAÇÃO NO CAMPO DA PRODUÇÃO, PROCESSAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DA BORRACHA

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República da Bolívia,

CONSIDERANDO o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, firmado em La Paz, em 10 de julho de 1973;

RECONHECENDO a importância da cooperação e assistência técnica para o desenvolvimento das atividades produtivas nas zonas fronteiriças e nos campos de produção, processamento e comercialização da borracha;

COM O PROPÓSITO de intensificar a cooperação e intercâmbio de experiências e material genético;

ACORDAM no seguinte:

ARTIGO I

Os países contratantes designam para a execução do presente Ajuste as seguintes entidades:

Pela República Federativa do Brasil, o Ministério da Indústria e do Comércio — Superintendência para o Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA);

Pela República da Bolívia, o Ministério de Assuntos Camponeses e Agropecuários — Instituto Boliviano de Tecnologia Agropecuária (IBTA).

ARTIGO II

Ambas as entidades se comprometem a desenvolver programas de intercâmbio tecnológico nas áreas de atividade que constituem o objeto do presente Ajuste.

ARTIGO III

Acordam em cooperar nas seguintes áreas:

- a) intercâmbio de material genético e de equipamentos para a pesquisa científica no campo da borracha;
- b) transferência de tecnologia para aplicação na produção e processamento da borracha;
- c) Intercâmbio de profissionais, técnicos e catedráticos universitários, cujas atividades tenham relação direta com os campos assinalados anteriormente;
- d) intercâmbio de informação e documentação;
- e) organização e realização de conferências e seminários;
- f) concessão de bolsas de estudo em universidades brasileiras para cursos de pós-graduação;
- g) realização de estudos e alocação de recursos para o funcionamento de fábricas processadoras de borracha nas zonas de produção.

ARTIGO IV

1. Ambas as instituições acordam, em princípio, em realizar reuniões anuais para examinar o progresso das ações empreendidas com vistas a efetivar o estabelecido no presente instrumento.

2. Estas reuniões serão efetuadas de forma alternada em ambos os países.

ARTIGO V

O presente Ajuste entra em vigor na data de sua assinatura e tem validade de cinco anos, a qual será automaticamente prorrogada por períodos adicionais de um ano, a menos que qualquer das partes notifique à outra sua intenção de denunciá-lo, com a antecipação mínima de seis meses da data de expiração do período de vigência.

ARTIGO VI

O presente Ajuste poderá ser objeto de modificação mediante troca de Notas.

Feito em Santa Cruz de La Sierra, aos 8 dias do mês de fevereiro de 1984, em dois exemplares originais de igual teor nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

AJUSTE PARA COOPERAÇÃO ECONÓMICA E COMERCIAL

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República da Bolívia,

DESEJOSOS de intensificar a cooperação econômica e comercial e de ampliar o intercâmbio entre ambos os países;

COM VISTAS a estabelecer critérios básicos para a utilização do financiamento de fornecedor CACEX no valor de até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares norte-americanos) para a exportação de máquinas e equipamentos, e de bens e serviços de procedência brasileira destinados a projetos prioritários que o Governo da Bolívia executará para reativar sua economia.

CONVÊM no seguinte:

ARTIGO I

O Governo boliviano apresentou ao Governo brasileiro os seguintes projetos que foram objeto de análise inicial conjunta e que serão considerados prioritários, para efeito da concessão dos créditos segundo critérios aplicáveis pela CACEX, essa modalidade de financiamento:

- 1) Puerto Quijarro;
- 2) usina de álcool em La Paz;
- 3) matadouro frigorífico em Santa Cruz;
- 4) equipamentos para obras urbanas em La Paz;
- 5) equipamentos para serviços e assistência no Aeroporto de Viru-Viru;
- 6) equipamentos para reposição do parque ferroviário boliviano;
- 7) Equipamentos e estudos para os projetos de conexão rodoviária do Plano Diretor Viário — acordado entre ambos os países, e entre os quais, a curto prazo, destacam-se os seguintes trechos:
 - Rurrenabaque a Guayaramerin
 - Yucumo a Cobija
 - Cobija a El Hondo
 - La Paz a Yucumo
 - San Rafael a San Matías e Puerto Suárez
 - Casarabea El Hondo e Blanca Flor
- 8) Aeroporto de Cobija;
- 9) projeto final de Puerto Bush;
- 10) melhoramento e repopulação do gado;
- 11) silos e centros de abastecimento em Cochabamba, La Paz e Santa Cruz;
- 12) factibilidade, projeto final e outros serviços para o parque industrial de La Paz;
- 13) equipamentos e assistência para telecomunicação rural;
- 14) sistemas e ligação fronteiriços;
- 15) insumos agropecuários;

- 16) equipamentos para pesquisa agropecuária;
- 17) assistência, equipamento e materiais para obras no rio Piraí, em Santa Cruz e
- 18) veículos para a ENTA.

ARTIGO II

Para os projetos mencionados no Artigo I e com prévio cumprimento do Artigo IV as entidades bolivianas escolherão os exportadores brasileiros. A seleção por parte das empresas públicas bolivianas far-se-á necessariamente mediante licitação pública, na qual participarão apenas empresas brasileiras, à exceção dos casos nos quais o caráter especializado da demanda implique em número limitado de fornecedores. Nesse último caso, será imprescindível um certificado oficial brasileiro. Na contratação de serviços influirão prioritariamente os fatores técnicos, enquanto que para a aquisição de bens privilegiar-se-á o fator preço.

ARTIGO III

Uma vez aprovada a licitação, o Banco Central da Bolívia estabelecerá mecanismos e normas financeiras aos quais se sujeitarão avais e completados os trâmites pertinentes.

ARTIGO IV

Com base no pedido boliviano, as solicitações de financiamento serão apresentadas pelos exportadores brasileiros, na modalidade de crédito de fornecedor CACEX, que os examinará projeto por projeto, segundo critérios aplicáveis ao mencionado crédito de fornecedores até o valor de US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares norte-americanos).

ARTIGO V

Para cada projeto, o Governo boliviano designará a entidade responsável e o Governo brasileiro, poderá indicar, se for solicitado, a contrapartida adequada para empreender ações de implementação conjunta.

ARTIGO VI

O presente Ajuste Complementar vigorará até o final da aplicação dos financiamentos mencionados, a menos que uma das partes comunique à outra, por escrito, e por via diplomática, com a antecipação mínima de seis meses, sua intenção de denunciá-lo.

ARTIGO VII

Este Ajuste poderá ser alterado por troca de notas, com base em entendimentos entre as partes, entrando a alteração em vigor na data da nota de resposta.

Feito em Santa Cruz de La Sierra, aos 8 dias do mês de fevereiro de 1984, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

AJUSTE PARA COOPERAÇÃO NA EXECUÇÃO DO PROJETO HIDRELÉTRICO DE CACHUELA ESPERANZA

O Governo da República Federativa do Brasil
e

O Governo da República da Bolívia,

DESEJANDO intensificar a cooperação econômica e comercial, bem como organizar o intercâmbio entre os dois países, e de conformidade com os parágrafos 21 e 22 do Comunicado Conjunto assinado por ocasião da visita do Chanceler José Ortiz Mercado ao Brasil, em 18 de outubro de 1983;

CONSIDERANDO que o Governo e o Congresso boliviano declararam prioritário o Projeto Hidrelétrico de Cachuela Esperanza, essencial para o desenvolvimento dos Departamentos do Beni e Pando;

CONHECENDO a decisão boliviana expressa em lei específica da República no sentido de iniciar os trabalhos relativos ao mencionado Projeto no ano de 1983;

CONVIERAM no seguinte:

ARTIGO I

Examinar de comum acordo a execução do projeto hidrelétrico de Cachuela Esperanza. O Governo da Bolívia designa como entidade diretora do referido projeto a Empresa Nacional de Eletricidade (ENDE), que supervisionará a implantação do projeto, o qual estará a cargo de uma empresa brasileira especializada.

ARTIGO II

Ao tomar nota dos contatos mantidos entre a empresa brasileira "HIDROSERVICE - Engenharia de Projetos LTDA." e a Empresa Nacional de Eletricidade — ENDE, o Governo brasileiro coloca à disposição da entidade boliviana os competentes certificados referentes aos serviços prestados por "HIDROSERVICE" a órgãos do Governo brasileiro, com vistas a comprovar a capacidade¹ técnica, administrativa e financeira na elaboração de projetos na área hidrelétrica.

ARTIGO III

o Governo brasileiro, por intermédio da Carteira de Comércio Exterior (CACEX) do Banco do Brasil S.A., concordou em financiar os trabalhos de consultoria, viabilidade, desenho final e supervisão das obras do Projeto Hidrelétrico de Cachuela Esperanza, no valor de até US\$ 5.000.000,00, observados os critérios aplicáveis a financiamentos desta espécie. Este financiamento não se destina a cobrir gastos locais e seu valor deverá ser deduzido do montante acordado no Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica e Técnica entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Bolívia.

ARTIGO IV

De conformidade com as diretrizes e especificações a serem aprovadas, as mencionadas empresas acordarão as condições e montantes para a execução total da obra, inclusive construção, equipamentos e serviços, sempre no âmbito do presente documento.

ARTIGO V

O presente Ajuste Complementar vigorará até a conclusão de todas as etapas do Projeto Hidrelétrico de Cachuela Esperanza, a menos que uma das partes comunique à outra, por escrito e por via diplomática, com antecedência mínima de seis meses, a intenção de denunciá-lo.

ARTIGO VI

Este Ajuste poderá ser alterado por troca de notas, com base em entendimentos entre as partes contratantes, entrando a alteração em vigor na data de recebimento da nota de resposta.

Feito em Santa Cruz de La Sierra, aos oito dias do mês de fevereiro de 1984, em dois exemplares originais nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.*

o programa de intercâmbio cultural entre brasil e senegal para o biênio de 1984/85

Protocolo de aplicação do Acordo Cultural de 23 de setembro de 1964, relativo ao Programa de Intercâmbio Cultural entre o Brasil e o Senegal no biênio de 1984/85, assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 14 de fevereiro de 1984, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal, Moustapha Niasse.

O Governo da República Federativa do Brasil e

O Governo da República do Senegal,

nos termos do Acordo Cultural firmado em Brasília aos 23 de setembro de 1964, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal acordaram nas disposições do presente Protocolo de Intercâmbio Cultural.

* Na página 155, seção **Mensagens**, o texto do telegrama do Presidente João Figueiredo ao Presidente Hernán Sile Zuazo, logo após deixar o espaço aéreo boliviano.

I - Na área cultural

ARTIGO I

Cada Parte se compromete a organizar, no território da outra, manifestações destinadas a ilustrar certos aspectos de sua cultura, mediante representações teatrais, sessões de cinema, conferências, concertos, exposições de obras de arte e artesanato, livros e fotografias.

ARTIGO II

As duas Partes incentivarão o intercâmbio de críticos de arte e escritores.

ARTIGO III

A Parte senegalesa organizará uma semana de cinema senegales no Brasil numa data que será fixada de comum acordo entre as Partes. A parte brasileira comunicou a realização em Dakar, em 1984, da retrospectiva "80 anos do cinema brasileiro".

ARTIGO IV

A Parte brasileira examinará a possibilidade de realizar em 1985 uma exposição de arte e artesanato relativa à história do povo brasileiro.

ARTIGO V

As duas Partes promoverão o intercâmbio de técnicos de cinema.

ARTIGO VI

A Parte brasileira oferecerá em 1985 à Parte senegalesa estágios de aperfeiçoamento, sem ônus para o Governo brasileiro, nas áreas de artes plásticas e patrimônio histórico.

II - Na área da Educação

ARTIGO VII

As duas partes trocarão em 1985 técnicos de educação para estudar, num ou noutro país, as reformas, em andamento ou futuras, de seus sistemas educacionais.

ARTIGO VIII

As duas Partes levarão a efeito trocas de manuais escolares e materiais didáticos, relacionados ao ensino das respectivas línguas.

ARTIGO IX

A Parte brasileira examinará a possibilidade de receber

para estágios de aperfeiçoamento professores senegaleses de línguas portuguesa e literatura brasileira.

ARTIGO X

A Parte brasileira continuará a oferecer vagas em cursos superiores a estudantes senegaleses.

ARTIGO XI

A Parte senegalesa receberá, na Universidade de Dakar, professores de alto nível universitário.

III — Na área da Informação

ARTIGO XII

As duas Partes trocarão documentação e publicações diversas.

ARTIGO XIII

As duas Partes facilitarão o intercâmbio de missões de jornalistas.

ARTIGO XIV

As rádios e televisões nacionais dos dois países colaborarão em matéria de trocas de programas culturais, sociais e desportivos.

ARTIGO XV

As duas Partes estimularão a agência senegalesa de imprensa e a agência brasileira de imprensa para que desenvolvam programas específicos de intercâmbio.

IV — Na área da Juventude e dos Esportes

ARTIGO XVI

A Parte brasileira oferecerá a partir de 1985, dois estágios de aperfeiçoamento para professores senegaleses de Educação Física.

ARTIGO XVII

A Parte brasileira informou à Parte senegalesa acerca do Programa "Esportes para Todos", desenvolvido em nível nacional pelo Ministério da Educação e Cultura, comprometendo-se a enviar à Parte senegalesa publicação e documentação sobre o mencionado programa.

ARTIGO XVIII

A Parte senegalesa receberá seleções nacionais de futebol e basquete.

ARTIGO XIX

A Parte brasileira contribuirá com documentação para a

criação de um Centro Regional de Documentação colocado sob a égide do Instituto Nacional Superior de Educação Física e Desportiva (INSEPS).

V — Disposições Gerais

ARTIGO XX

As questões financeiras ligadas à execução do presente Protocolo, em caso de ausência de ajustes especiais, serão resolvidas na base da reciprocidade, a saber:

A Parte que envia toma a seu cargo as despesas de transporte ida e volta de suas delegações e representantes e a Parte que recebe toma a seu cargo as despesas de estada (alojamento, alimentação, deslocamentos locais).

ARTIGO XXI

1. O presente Protocolo entrará em vigor na data de sua assinatura e será válido por um período de dois anos, salvo denúncia escrita por uma das Partes.

2. Em caso de denúncia, os programas em andamento serão regidos pelo disposto neste Protocolo até completa realização. O presente Protocolo não exclui a execução de outras medidas que serão julgadas oportunas pelas duas Partes.

Feito em Brasília, aos 14 dias do mês de fevereiro de 1984, em português e francês, os dois textos fazendo igualmente fé.

brasil e peru criam grupo de trabalho para elaboração de projeto de acordo técnico de navegação

Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil e o Peru, para constituição de um Grupo de Trabalho destinado a elaborar um projeto de acordo técnico de navegação entre os dois Países, assinado, em Lima, em 28 de fevereiro de 1984, pelo Embaixador brasileiro, Vasco Mariz, e pelo Ministro peruano das Relações Exteriores, Fernando Schwalb Lopez Aldana.

NOTA BRASILEIRA

A Sua Excelência o Senhor Embaixador
Fernando Schwalb Lopez Aldana,
Ministro das Relações Exteriores.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para fazer

referência ao Memorando de Intenções, firmado em 29 de setembro de 1983, na cidade de Lima, pelo Ministro da Marinha do Brasil e pelo Ministro da Marinha do Peru, no qual se estabelece o entendimento para elaborar um acordo técnico de navegação que defina regras mutuamente aceitáveis sobre o trânsito e a visita aos portos de navios de guerra dos dois países em águas fluviais fronteiriças e nas que possam ser acordadas por ambas as Partes.

2. A fim de tornar efetivo o estabelecido no referido documento, proponho a Vossa Excelência a constituição de um grupo de trabalho integrado por representantes de ambas as Marinhas e pelos assessores que as Partes considerem necessários, para que, em prazo razoável, elabore projeto de acordo técnico de navegação que regule a matéria, em caráter definitivo.

3. Esta Nota e a resposta de Vossa Excelência, concebida em termos iguais, formalizarão a criação do grupo de trabalho, que contribuirá a um maior fortalecimento das tradicionais relações existentes entre ambos os Países.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração

Vasco Mariz
Embaixador

NOTA PERUANA

Al Excelentísimo Señor
Vasco Mariz
Embajador Extraordinario y Plenipotenciario
de Brasil
Ciudad.

Señor Embajador:

Tengo a honra dirigirme a Vuestra Excelencia con el fin de hacer referencia al Memorandum de Intenciones suscrito el 29 de septiembre de 1983, en la ciudad de Lima, por el Ministro de Marina de Brasil y el Ministro de Marina de Peru, en el cual se establece el entendimiento para elaborar un Acuerdo Técnico de Navegación que defina reglas mutuamente aceptables sobre paso y visita a los puertos de buques de guerra de los dos países en aguas fluviales fronterizas y en las que puedan ser acordadas por ambas Partes.

A fin de hacer efectivo lo establecido en el referido documento, propongo a Vuestra Excelencia la constitución de un Grupo de Trabajo integrado por representantes de ambas Marinas y los asesores que las Partes consideren necesarios, para que en un plazo razonable, elaboren el proyecto de Acuerdo Técnico de Navegación que regule la materia, con carácter definitivo.

Esta Nota y la respuesta de Vuestra Excelencia concebida en términos iguales, perfeccionarán la creación del

Grupo de Trabajo, que contribuirá a un mayor fortalecimiento de las tradicionales relaciones existentes entre ambos países.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las seguridades de mi más alta y distinguida consideración.

Fernando Schwalb Lopez Aldana
Ministro das Relações Exteriores do Peru

os acordos entre o brasil e o mexico, assinados durante a visita do presidente miguel de la madrid

Por ocasião da visita do Presidente do México, Miguel de la Madrid Hurtado, ao Brasil, foram assinados, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 30 de março de 1984, os seguintes atos bilaterais entre os dois Países: Programa de Trabalho sobre Cooperação Econômica Bilateral para 1984/85 e Protocolo em matéria de apoio financeiro ao comércio bilateral, assinados pelos Ministros das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e da Fazenda, Ernane Galvão, e pelos Secretários de Relações Exteriores, Bernardo Sepúlveda Amor, e de Comércio e Fomento Industrial, Hector Hernández Cervantes; e o Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Industrial (assinado na Cidade do México, em 18 de janeiro de 1978) para cooperação no campo da Normalização, Metrologia, Certificação de Conformidade às Normas, Credenciamento de Laboratórios de Ensaio, Documentação e Informação, bem como estímulo às atividades de Controle de Qualidade, assinado pelo Chanceler Saraiva Guerreiro e pelos Secretários de Relações Exteriores, Bernardo Sepúlveda Amor, e de Comércio e Fomento Industrial, Hector Hernández Cervantes.

PROGRAMA DE TRABALHO SOBRE COOPERAÇÃO ECONÔMICA BILATERAL

Como resultado dos entendimentos alcançados pelos Presidentes do Brasil e do México, em reuniões realizadas em Brasília, de 28 a 30 de março, ambos os Governos acordaram em desenvolver conjuntamente o presente Programa de Trabalho sobre Cooperação Econômica Bilateral, para 1984-1985. Este Programa, atendendo à complementação econômica existente entre os dois países, ao benefício recíproco, e às disponibilidades de recursos, estabelece as bases operativas de ação comum, nos campos comercial, industrial, financeiro, energético, técnico e científico, de transporte marítimo e de política e planejamento econômico.

I - COOPERAÇÃO EM ASSUNTOS COMERCIAIS

Acordou-se em que o comércio bilateral se desenvolva, de acordo com os seguintes princípios e normas:

- i) ampliação sustentada de ambas correntes comerciais, eliminação progressiva de barreiras à comercialização de bens, e maior intercâmbio de serviços entre os dois países;
- ii) adoção das medidas que viabilizem o intercâmbio comercial bilateral dinâmico, equilibrado em seus resultados e diversificado em sua composição;
- iii) exploração conjunta de oportunidades para exportação de bens e serviços para terceiros países;
- iv) estabelecimento de mecanismos de intercâmbio de informações sobre a oferta e demanda efetivas e potenciais de cada país, com vistas a maximizar a complementação das duas economias;
- v) apoio mútuo às iniciativas promocionais de cada país, mediante intercâmbio de visitas de empresários públicos e privados, realização de missões empresariais e comerciais e participação em feiras e exposições; e
- vi) fortalecimento dos mecanismos de compensação, créditos e pagamentos, para ampliar o intercâmbio comercial bilateral.

Para tanto, acordou-se em estabelecer, para 1984-1985, os seguintes objetivos:

- i) agilização dos trâmites administrativos para importação de produtos de interesse comum: para os produtos negociados no Acordo de Alcance Parcial nº 09 e nos acordos comerciais de que participam ambos os países, no marco da ALADI, a emissão das licenças ou guias de importação se fará, de forma recíproca, nos seguintes prazos:
 - em até 15 dias, sempre que os pedidos não excedam os volumes de importação anual que normalmente efetue a empresa solicitante; e
 - em até 45 dias, quando os pedidos formulados excederem os mencionados volumes;
- ii) quando exista interesse ou necessidade de continuar-se a importar os produtos de que trata o item anterior, e quando se esgotarem as quotas para eles estabelecidas na ALADI, negociar-se-ão, caso a caso, novos níveis de quotas;
- iii) adoção recíproca de medidas que facilitem e agilizem o intercâmbio comercial e a participação de empresas de cada país no outro mercado:
 - a) O Governo brasileiro expressou interesse, entre outros, nos seguintes produtos, setores e oportunidades: lecitina de soja, fosfato de magnésio, ferro-gusa, polipropileno, sintonizadores eletrônicos, amplificadores estereofônicos, sintonizadores AM/FM; soja, papel e celulose, fósforo de alumínio, petroquímicos, lubrificantes e parafinas, ônibus elétricos, trilhos para ferrovias; e bens de capital: equipamentos agrícolas, para manipulação de carga portuária, para as indústrias petrolífera, siderúrgica, de

calçados e têxtil; projetos de implantação de unidades processadoras de frutas, de modernização da indústria açucareira e de instalação de armazéns inálveis.

- b) o governo mexicano expressou interesse, entre outros, nos seguintes produtos, setores e oportunidades: elétrodos de grafite, bióxido de manganês, minerais metálicos e não-metálicos e seus derivados, produtos químicos e petroquímicos, enxofre, sulfato de amônia, partes e equipamentos elétricos e eletrônicos, equipamentos periféricos para a indústria de informática; bens de capital para as indústrias siderúrgica, petrolífera, petroquímica e de plásticos; projetos de exploração petrolífera, especialmente no mar ("off-shore"), de expansão siderúrgica e de obras de infra-estrutura.
- iv) concessão recíproca, na medida do possível, de preferência nas concorrências públicas, dos respectivos países, quando existam propostas com financiamento brasileiro, mexicano ou de ambos os países;
- v) desenvolvimento de programas especiais de intercâmbio comercial para a aquisição recíproca de pacotes de determinados produtos, propostos pelos setores empresariais de ambos os países. Nas primeiras operações deste tipo, poderiam incluir-se os seguintes produtos: discos e cintas magnéticas, e equipamentos periféricos para computação; bens de capital; trilhos ferroviários, componentes para equipamento de áudio, componentes para máquinas de escrever e minicomputadores e outros produtos eletrônicos.
- vi) estudar a iniciativa de estabelecer, no âmbito da ALADI, e com aplicação ao conjunto da América Latina preferências tarifárias regionais, de caráter unilateral. Cada um dos países de maior desenvolvimento relativo da região concederia preferência tarifária substantiva a listas de produtos definidas unilateralmente a partir das solicitações recebidas, sem exigências de reciprocidade e, para tanto, modificáveis a qualquer momento. Espera-se que outros países da região outorguem, também unilateralmente, preferências de magnitude adequada a seu nível de desenvolvimento. Desta forma, sem esperar o estabelecimento da Preferência Tarifária Regional (PTR) da ALADI, contar-se-ia com um incentivo poderoso para ampliar e diversificar o comércio intralatino-americano.

II - COOPERAÇÃO INDUSTRIAL

Os dois Governos concordaram em que, no campo industrial, abrem-se perspectivas apreciáveis de complementação e cooperação, com participação de empresas públicas, privadas e de economia mista, e de acordo com os respectivos planos nacionais de desenvolvimento.

No curto prazo, identificaram-se as seguintes áreas específicas de colaboração:

- i) matérias-primas farmacêuticas: estabelecimento de sistema conjunto de informações sobre preços, demanda.

oferta e tecnologia desses produtos, com vistas à possível reorientação de compras, pelo Brasil e pelo México, em favor de suas empresas nacionais;

- ii) bens de capital: fabricação no México, sob contrato entre a Nardini S/A e a Ahmsa Fábrica Nacional de Máquinas Herramientas, de tornos paralelos universais, com tecnologia da empresa brasileira;
- iii) indústria do açúcar e do álcool: estabelecimento de esquemas de cooperação, com intercâmbio de informações nas áreas tecnológica e administrativa, e com relação a produção, processamento e comercialização do açúcar e do álcool, entre a Azúcar S/A e uma empresa ou entidade brasileira adequada;
- iv) bauxita: continuação da cooperação na área de exploração e comercialização industrial de bauxita;
- v) celulose, fibras duras, bens de capital, equipamentos siderúrgicos e ferroviários e produtos petroquímicos: reativação do Convênio BNDES/NAFINSA para exame prioritário de cooperação a nível empresarial, nessas áreas, e do estabelecimento de fundos de coinversão;
- vi) produtos na área de siderurgia: reativação do "Acordo de Cooperação Técnica entre a SIDERBRÁS e a SIDERMEX e do Convênio entre CONSIDER e CCIS, para propiciar intercâmbio de informações sobre bens de capital e comercialização de produtos siderúrgicos.

Para o médio prazo, confirmou-se a importância de que se promovam projetos de desenvolvimento no Brasil e no México, que abram maiores perspectivas de cooperação bilateral, destacando-se entre eles:

- i) estabelecimento de projetos de infra-estrutura portuária, especialmente no Porto de Altamira, com prestação de serviços e fornecimento de equipamentos por empresas do Brasil e do México;
- ii) estabelecimento de uma Usina de Peletização em Altamira; e
- iii) ampliação da capacidade instalada da USIBA, com emprego de tecnologia HYL III.

III - COOPERAÇÃO FINANCEIRA

Em matéria financeira, concordou-se em que se deverá atribuir prioridade ao tratamento dos seguintes assuntos:

i) **Divida comercial**

Estabelecimento de um sistema de crédito-cobertura cambial, a ser negociado entre o Banco do Brasil S/A (CACEX) e o Banco Nacional de Comércio Exterior, aplicável à cobertura de operações pendentes, não cursadas pelo Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos que constituam dívidas de importadores mexicanos com exportadores brasileiros;

- ii) Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos
Ampliação das atuais linhas de crédito entre o Banco Central do Brasil e o Banco de México, com vistas a estabelecer montantes adequados às necessidades do comércio bilateral e evitar os frequentes pedidos de liquidação extraordinária. Conveniência de que todos os pagamentos derivados de importações de cada país, procedentes do outro, se canalizem por meio do Convênio, em conformidade com as disposições cambiais em vigor em cada país.
- iii) Linhas Recíprocas de Crédito
Estabelecimento de uma linha de crédito, por US\$ 50 milhões, do Banco Nacional de Comércio Exterior ao Banco do Brasil S/A, equivalente à que esta instituição outorgou àquele banco mexicano;
- iv) **Intercâmbio** nos Setores **Petrolífero** e **Petroquímico**
Agilização dos entendimentos entre o Banco Central do Brasil e o Banco de México e, a nível técnico, entre a PETROBRÁS e a PEMEX, para estender a mecânica de financiamento mútuo de exportações de petróleo (PEMEX) e produtos petrolíferos e petroquímicos (PETROBRÁS), até 31 de dezembro de 1984.

IV - COOPERAÇÃO ENERGÉTICA

O Brasil manifestou interesse, em caso de que se implemente o projeto de transmissão de energia em corrente contínua, a cargo da Comisión Federal de Electricidad, em que se considere a proposta apresentada por um consórcio de firmas brasileiras.

O México, de seu lado, expressou interesse de empresas mexicanas em participarem do programa de prospecção da PETROBRÁS. Além disso, mencionou seu desejo de obter cooperação brasileira no campo hidrelétrico.

V - COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Acordou-se em dar prioridade aos seguintes objetivos, sem prejuízo de outras iniciativas de cooperação:

- i) Estabelecimento de um esquema de "risco compartilhado bilateral", proposta mexicana sob estudo no Brasil, para promover o intercâmbio contínuo de informações técnicas e tecnológicas e para gerar tecnologias próprias, desenvolvidas de forma conjunta, por empresas médias e pequenas, dos dois países;
- ii) intercâmbio, no presente ano, de até 20 bolsistas, para cursos de pós-graduação, nos dois países, no marco do programa de intercâmbio de jovens cientistas entre o CNPq e o CONACYT; e
- iii) inclusão de microeletrônica entre os campos compreendidos no programa de cooperação científico-técnica bilateral.

VI - COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE TRANSPORTE MARÍTIMO

Quando os fretes marítimos se convertam em obstáculo, ao intercâmbio comercial, promover-se-ão, em cada caso, consultas entre os interessados diretos e as autoridades marítimas competentes.

VII - COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE POLÍTICA E PLANEJAMENTO ECONÓMICOS

Concordou-se em dar prosseguimento à cooperação nesse campo, como previsto no Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, firmado em Cancún, em abril de 1983. Para isso, realizar-se-á, em Brasília, seminário sobre as políticas de ajustamento econômico e a infra-estrutura de planejamento econômico e social. Visitarão o México, em futuro próximo, técnicos brasileiros, para estágio em instituições mexicanas de pesquisa e planejamento econômico.

Adotado em Brasília, aos 30 dias do mês de março de 1984, em dois exemplares, nos idiomas português e espanhol, ambos originais e igualmente válidos.

PROTOCOLO EM MATÉRIA DE APOIO FINANCEIRO AO COMÉRCIO BILATERAL

O Governo da República Federativa do Brasil e
O Governo dos Estados Unidos Mexicanos,

Considerando a importância que reveste o fomento das correntes comerciais entre ambos os países, bem como o redirecionamento do comércio para a região;

Considerando a conveniência de criar condições adequadas em que essas correntes comerciais possam ocorrer com a maior fluidez;

Considerando os desejos manifestados por ambos os Governos de adotar ações tendentes a fortalecer os vínculos comerciais e financeiros dentro de um marco amplo de cooperação;

Acordam no seguinte:

ARTIGO I

Outorgar, através de suas respectivas entidades especializadas, linhas de crédito recíprocas até o montante de US\$ 50 milhões para o apoio de suas exportações, tendo por base os mecanismos já instituídos em ambos os países para o financiamento dessas operações.

ARTIGO II

Formalizar, com a maior brevidade possível, os convênios técnicos operativos para instrumentar este Protocolo, através do Banco do Brasil S.A. e o Banco Nacional de Comércio Exterior S.A., do México.

ARTIGO III

O presente Protocolo entra em vigor na data de sua assinatura.

Feito em Brasília, aos 30 dias do mês de março de 1984, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

AJUSTE COMPLEMENTAR PARA COOPERAÇÃO NO CAMPO DA NORMALIZAÇÃO, METROLOGIA, CERTIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE ÀS NORMAS DE CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS DE ENSAIO, DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO, BEM COMO O ESTÍMULO ÀS ATIVIDADES DE CONTROLE DE QUALIDADE

O Governo da República Federativa do Brasil
e

O Governo dos Estados Unidos Mexicanos,

Inspirados no desejo de desenvolver a cooperação tecnológica, industrial e comercial, de conformidade com o que dispõe o Acordo Básico de Cooperação Industrial, firmado na Cidade do México em 18 de janeiro de 1978, e considerando a conveniência de realizar intercâmbios em matéria de Normalização, Metrologia, Certificação de Conformidade às normas, Credenciamento de Laboratórios de Ensaio, Documentação e Informação, bem como o estímulo às atividades de Controle de Qualidade,

Acordam no seguinte:

ARTIGO I

O Governo brasileiro designa como entidade responsável pela execução do presente Ajuste o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), da Secretaria de Tecnologia Industrial, do Ministério da Indústria e do Comércio, e o Governo mexicano designa, com a mesma finalidade, a Direção Geral de Normas (DGN), da Subsecretaria de Comércio Interior, da Secretaria de Comércio e Fomento Industrial.

ARTIGO II

Os dois Governos promoverão a cooperação no domínio da Normalização, Metrologia, Certificação de Conformidade às Normas, Credenciamento de Laboratórios de Ensaio, Documentação e Informação, bem como o estímulo às atividades de Controle de Qualidade através das seguintes modalidades:

- 1) intercâmbio e atualização permanente de catálogos de normas oficiais, assim como das relações de produtos que obtiveram a licença de uso da marca de conformidade e de seus respectivos fabricantes, e for-

- necimento permanente de relações de laboratórios credenciados;
- 2) prévio estudo em cada caso e, mediante solicitação, aceitação mútua de certificação de conformidade às normas oficiais, expedidas por autoridade competente, bem como instituições ou laboratórios credenciados pelos órgãos designados no presente Ajuste;
 - 3) intercâmbio de informações sobre os sistemas de certificação estabelecidos em ambos os países e em determinados setores de produtos, com o propósito de alcançar nesse campo um nível de reciprocidade;
 - 4) intercâmbio de informação sobre sistemas internos de acreditação de laboratórios de ensaios e de calibração de padrões e instrumentos de medição;
 - 5) estabelecimento de procedimentos administrativos e métodos de teste que se apliquem em cada país a fim de que sejam os mesmos para os produtos nacionais e os de importação;
 - 6) fornecimento, pelas entidades encarregadas da execução do presente Ajuste, mediante solicitação, dos seguintes dados:
 - a) normas segundo as quais os produtos são ensaiados; e
 - b) indicação dos requisitos das normas que o produto deixou de cumprir quando de sua rejeição;
 - 7) intercâmbio de informações, de experiências e progressos em matéria de sistemas de melhoria de controle e certificação de qualidade, bem como das atividades metrológicas;
 - 8) iniciar conversações com respeito ao reconhecimento mútuo das marcas nacionais de conformidade com normas;
 - 9) estabelecimento de um mecanismo de consultas prévias, o qual será utilizado sempre que ocorrer necessidade de mudança ou de atualização de um dos Sistemas Nacionais de Certificação;
 - 10) estabelecimento de um programa conjunto de comparação de padrões metrológicos;
 - 11) estabelecimento de um mecanismo que permita homogeneizar especificações das normas tanto de nomenclatura quanto de qualidade e dos métodos de ensaio de ambos os países, nos produtos objeto de intercâmbio comercial;
 - 12) promoção, mediante entendimentos recíprocos, de cursos, conferências e seminários sobre os temas objeto do presente Ajuste, em ambas as instituições, inclusive sob o co-patrocínio de organizações internacionais para a formação de recursos humanos;
 - 13) trato, acordado por ambas as Partes, de outros temas relacionados com este Ajuste;
 - 14) realização de consultas mútuas entre as entidades encarregadas da execução do presente Ajuste sobre os temas nele constantes, desde que assim o exija o interesse de uma das Partes;
 - 15) manutenção de um fluxo mútuo de informações sobre as conversações ou gestões que as Partes possam ter com terceiros países, sobre os assuntos de que trata o presente Ajuste, a fim de fortalecer a posição

comum do Brasil e do México, a respeito desses assuntos.

ARTIGO III

O presente Ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura e terá a mesma vigência do Acordo Básico de Cooperação Industrial, salvo se uma das Partes comunicar à outra, por via diplomática, sua decisão de denunciá-lo. Neste caso, a denúncia surtirá efeito seis meses após a data da notificação.

ARTIGO IV

O presente Ajuste poderá ser modificado, por troca de notas diplomáticas, mediante mútuo consentimento das Partes. A modificação entrará em vigor na data da nota de resposta.

Feito em Brasília, aos 30 dias do mês de março de 1984, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

acordos bilaterais do brasil com outros países, promulgados no primeiro trimestre de 1984

Acordo Comercial com a Argélia, assinado em Brasília, em 3 de junho de 1981, foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 86, de 24 de outubro de 1983, publicado no Diário Oficial nº 205, de 25 de outubro de 1983, entrou em vigor no dia 10 de novembro de 1983 e foi promulgado pelo Decreto nº 89.299, de 13 de janeiro de 1984, publicado no Diário Oficial nº 11, de 16 de janeiro de 1984. O texto do Acordo Comercial com a Argélia foi publicado por esta Resenha, em seu número 29, página 144.

Convênio sobre Transporte Terrestre Fronteiriço de Carga com a Venezuela, assinado em Caracas, em 19 de fevereiro de 1982, foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 88, de 24 de outubro de 1983, publicado no Diário Oficial nº 205, de 25 de outubro de 1983, entrou em vigor no dia 17 de novembro de 1983 e foi promulgado pelo Decreto nº 89.327, de 25 de janeiro de 1984, publicado no Diário Oficial nº 19, de 26 de janeiro de 1984. O texto do Convênio sobre Transporte Terrestre Fronteiriço de Carga com a Venezuela foi publicado por esta Resenha, em seu número 32, página 162.

Convênio sobre Transportes Marítimos com o Equador, assinado em Brasília, em 9 de fevereiro de 1982, foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 59, de 29 de agosto de 1983, publicado no Diário Oficial nº 168, de 31 de agosto de 1983, entrou em vigor no dia 9 de fevereiro de 1984 e foi promulgado pelo Decreto nº 89.419, de 8 de março de 1984, publicado no Diário Oficial nº 48, de 9 de março de 1984. O texto do Convênio sobre Transportes Marítimos com o Equador foi publicado por esta Resenha, em seu número 32, página 152.

Tratado de Amizade e Cooperação com o Equador, assinado em Brasília, em 9 de fevereiro de 1982, foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 106, de 5 de dezembro de 1983, publicado no Diário Oficial nº 235, de 9 de dezembro de 1983, entrou em vigor no dia 22 de fevereiro de 1984 e foi promulgado pelo Decreto nº 89.456, de 20 de março de 1984, publicado no Diário Oficial nº 56, de 21 de março de 1984. O texto do Tratado de Amizade e Cooperação com o Equador foi publicado pgr esta **Resenha**, em seu número 32, página 148.

ACORDOS BILATERAIS DO BRASIL COM OUTROS PAÍSES, ASSINADOS NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 1984, E QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

Protocolo de Intenções com a Argentina, assinado, em Brasília, em 31 de janeiro de 1984, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Secretário de Comércio argentino, Ricardo O. Campero.

Acordo sobre Cooperação em Ciência e Tecnologia com os Estados Unidos da América, assinado, em Brasília, em 6 de fevereiro de 1984, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Secretário de Estado norte-americano, George P. Shultz.

Protocolo Substitutivo do Artigo VI do Acordo Cultural com o Senegal (o Acordo foi assinado em 23 de setembro de 1964), assinado, em Brasília, em 14 de fevereiro de 1984, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Ministro de Estado Encarregado dos Negócios Estrangeiros do Senegal, Moustapha Niasse.

Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio com o Paquistão, assinado, em Islamabad, em 4 de março de 1984, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Ministro das Finanças, Comércio e Coordenação, Ghaulan Ishaq Khan.

registro de assentamentos de atos multilaterais, dos quais o brasil é parte, ocorridos no primeiro trimestre de 1984

CONSTITUIÇÃO DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica — 1956
China ADERIU.

CONVENÇÕES

Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural — 1972
República Árabe do Iêmen RATIFICOU.

Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres — 1979
Brasil (com declarações e reservas) e Espanha (com reservas) RATIFICARAM.

Convenção para a Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves — 1970
Bahrein ADERIU.

Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos contra Segurança da Aviação Civil - 1971
Bahrein ADERIU

Convenção Internacional sobre Normas de Treinamento de Marítimos, Expedição de Certificados e Serviço de Quarto — 1978.
Brasil ADERIU; Finlândia RATIFICOU.

Convenção que Institui uma Organização Internacional de Metrologia Legal - 1955
Brasil ADERIU.

Emenda à Convenção que Institui uma Organização Internacional de Metrologia Legal de 1955-1963
Brasil ADERIU.

Revisão de Estocolmo que Modifica a Convenção da União de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial de 1883-1967
Suazilândia ACEITOU.

TRATADOS

Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT) — 1970
Bulgária ADERIU (com declarações); Sudão ACEITOU.

ACORDOS

Acordo Internacional do Açúcar de 1977
Egito RATIFICOU; Uruguai ADERIU.

Acordo Constitutivo do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola - 1976
Oman e Suriname ADERIRAM.

Acordo que Estabelece o Banco Africano de Desenvolvimento, emendado pela Resolução 05/79—1979.
Brasil, Áustria e Bélgica RATIFICARAM; Arábia Saudita, Índia (com declarações) e Portugal ADERIRAM; República Federal da Alemanha (com declarações e reservas). Estados Unidos (com reservas), Grã-Bretanha (com reservas), Japão (com reservas) e Países Baixos (com declarações) ACEITARAM.

Acordo sobre Salvamento e Devolução de Astronautas e Restituição dos Objetos Lançados ao Espaço Cósmico — 1968

Japão ADERIU.

Acordo de Implementação do Artigo VII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio — 1979

África do Sul e Malawi ACEITARAM.

Acordo Operacional sobre a Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite (INMARSAT) — 1976

Arábia Saudita, Emirados Árabes e Tunísia ASSINARAM (sem reservas de ratificação).

Acordo sobre Privilégios e Imunidades da Agência Internacional de Energia Atômica — 1959

México ADERIU (com reservas); China e Colômbia ACEITARAM.

Acordo sobre a Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (INTELSAT) - 1971

Cabo Verde e Papua-Nova Guiné ADERIRAM.

Acordo Operacional sobre a Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite (INTELSAT) - 1971

Cabo Verde ADERIU; Papua-Nova Guiné ASSINOU (sem reserva de ratificação)

**registro de assentamentos
de atos multilaterais,
dos quais o Brasil é
parte, ocorridos no ano de 1983**

CONSTITUIÇÃO DE ORGANISMOS

INTERNACIONAIS

Constituição da Organização Mundial de Saúde (OMS) - 1946

Ilhas Salomão, São Vicente e Granadinas e Vanuatu ACEITARAM.

Estatutos do Centro Internacional de Estudos para a Conservação dos Bens Culturais — 1956

Filipinas ADERIU.

CONVENÇÕES

Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais — 1951

Tchecoslováquia ADERIU (com declarações).

Convênio de Criação de um Conselho de Cooperação Aduaneira e Anexo — 1950

China e Líbia ADERIRAM.

Convenção sobre Asilo Diplomático — 1954

Guatemala RATIFICOU.

Convenção sobre Asilo Territorial — 1954

Guatemala RATIFICOU.

Convenção Internacional relativa à Utilização da Radiodifusão na Causa da Paz — 1936

União Soviética RATIFICOU (com declarações e reservas)

Novo Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre e Anexos I, II, III e IV - 1977

Chile RATIFICOU (com reservas).

Convenção sobre as Medidas a serem adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedade Ilícita de Bens Culturais - 1970

República Popular Democrática da Coreia RATIFICOU.

Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural - 1972

Madagascar RATIFICOU; Bangladesh e Colômbia ACEITARAM.

Convenção sobre Consentimento para Casamento, Idade Mínima para Casamento e Registro de Casamento — 1962

Guatemala (com reservas), México e Venezuela ADERIRAM.

Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio - 1948

China RATIFICOU (com declarações e reservas); Gabão e Senegal ADERIRAM.

Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher — 1953

Venezuela ADERIU (com reservas).

Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial — 1966

Guatemala e Kampuchea Democrática RATIFICARAM; Afeganistão (com declarações e reservas), Moçambique (com reservas) e República Dominicana ADERIRAM.

Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres - 1979

Austrália (com reservas), Dinamarca, França (com declarações e reservas), Gabão, Grécia, Honduras e Venezuela (com reservas) RATIFICARAM; Togo ADERIU.

Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino — 1960

Guatemala RATIFICOU.

Convenção Regional sobre o Reconhecimento de Estudos, Títulos e Diplomas de Ensino Superior na América Latina e no Caribe — 1974

Nicarágua RATIFICOU.

Convenção relativa à Escravatura assinada em Genebra a 25 de setembro de 1926 e Emendada pelo Protocolo de 07 de dezembro de 1953

Bolívia e Guatemala ADERIRAM.

Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfego de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura — 1956

Bolívia e Guatemala ADERIRAM.

Convenção sobre Responsabilidade Internacional por Danos Causados por Objetos Espaciais — 1972

Itália, Luxemburgo e Marrocos RATIFICARAM; Japão ADERIU.

Convenção sobre Exposições Internacionais e Protocolo de Assinatura — 1928

Uruguai ADERIU.

Convenção para a Melhoria da Sorte dos Feridos e Enfermos dos Exércitos em Campanha — 1949

Moçambique, Namíbia e Zimbábue ADERIRAM.

Convenção para a Melhoria da Sorte dos Feridos, Enfermos e Náufragos das Forças Armadas no Mar — 1949

Moçambique, Namíbia e Zimbábue ADERIRAM.

Convenção relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra - 1949

Moçambique, Namíbia e Zimbábue ADERIRAM.

Convenção relativa à Proteção dos Civis em Tempo de Guerra — 1949

Moçambique, Namíbia e Zimbábue ADERIRAM.

Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Estocagem de Armas Bacteriológicas (Biológicas) e à Base de Toxinas e sua Destruição — 1972

República Federal da Alemanha e Kampuchea Democrática RATIFICARAM.

Convenção concernente a Certas Questões relativas aos Conflitos de Leis sobre a Nacionalidade — 1930

Karibati ACEITOU.

Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada — 1957

Venezuela ADERIU (com reservas).

Convenção Complementar à Convenção de Varsóvia para a Unificação de Certas Regras relativas ao Transporte Aéreo Internacional realizado por quem não seja o Transportador Contratual — 1961

Bielorrússia, Ucrânia e União Soviética RATIFICARAM (com declarações).

Convenção para a Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves — 1970

Jamaica e Venezuela RATIFICARAM; Maurício, Mônaco, Santa Lúcia e Tanzânia ADERIRAM.

Convenção para a Repressão de Ato Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil - 1971

Jamaica RATIFICOU; Maurício, Mônaco, Santa Lúcia e Tanzânia ADERIRAM.

Convenção Internacional para a Unificação de Certas Regras relativas aos Privilégios e Hipotecas Marítimas e Protocolo de Assinatura — 1926

Cuba ADERIU (com declarações).

Convenção sobre a Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (IMCO) - 1948*

Fiji, Guatemala e Togo ACEITARAM.

* Pela Resolução A.358 adotada pela IX Assembleia Geral da IMCO, em Londres, a 14 de novembro de 1975, em vigor internacional e para o Brasil, o título desta Convenção foi modificado para "Convenção relativa à Criação da organização marítima Internacional (IMO)".

Convenção para a Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional — 1965

México ADERIU; Argélia ACEITOU.

Convenção Internacional sobre Linhas de Carga — 1966

Emirados Árabes ACEITARAM.

Convenção Internacional sobre Medida de Tonelagem (Arqueamento) de Navios — 1969

Emirados Árabes, Maldivas e São Vicente e Granadinas ADERIRAM; Conveite, Grécia e Venezuela ACEITARAM.

Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo — 1969

Austrália RATIFICOU (com declarações); Sri Lanka e Vanuatu ADERIRAM.

Convenção sobre o Regulamento Internacional para Evitar o Abaloamento no Mar — 1972

Barbados, Cuba (com declarações), Emirados Árabes, Fiji, São Vicente e Granadinas e Venezuela ADERIRAM.

Emendas à Convenção sobre a Organização Marítima Consultiva Intergovernamental — IMCO (Resolução A.315) - 1974

Guatemala ACEITOU.

Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar — 1974

Gana, Portugal e Venezuela RATIFICARAM; Austrália, Emirados Árabes, Fiji, Irlanda, Jamaica, Líbano, Malásia, São Vicente e Granadinas e Sri Lanka ADERIRAM; Islândia ACEITOU.

Emendas à Convenção sobre a Organização Marítima Consultiva Intergovernamental - IMCO (Resolução A.358) — 1975

Guatemala, República Democrática Popular do Iêmem, Indonésia, Moçambique e Togo ACEITARAM.

Convenção que Institui a Organização Internacional de

Telecomunicações Marítimas por Satélite (INMARSAT) - 1976.

Arábia Saudita, Em irados Árabes e Tunísia ADERIRAM.

Convenção Internacional sobre Normas de Treinamento de Marítimos, Expedição de Certificados e Serviço de Quarto — 1978

Austrália, Grécia e Polónia RATIFICARAM; África do Sul, Bahamas, Emirados Árabes e Líbia ADERIRAM.

Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca da Baleia - 1946

Finlândia e Maurício ADERIRAM; Jamaica DENUNCIU.

Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca da Baleia Emendada pelo Protocolo de 19 de novembro de 1956

Finlândia e Maurício ADERIRAM; Jamaica DENUNCIU.

Convenção Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico - 1966

Uruguai ADERIU.

Convenção relativa aos Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas das Nações Unidas - 1947

Botswana e Uganda ADERIRAM.

Convenção Universal sobre o Direito do Autor - 1952

Barbados ADERIU.

Convenção Internacional para a Proteção aos Artistas Intérpretes ou Executantes, aos Produtores de Fonogramas e aos Organismos de Radiodifusão — 1961

Finlândia RATIFICOU (com reservas); Barbados e Panamá ADERIRAM.

Convenção que Institui a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) - 1967

Guatemala, Haiti, Honduras, Panamá, Ruanda e Tanzânia ADERIRAM.

Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas (Revisão pelo Ato de Paris de 24 de julho de 1971)

Chipre RATIFICOU (com reservas); Barbados e Ruanda ADERIRAM.

Convenção Universal sobre o Direito do Autor (Revisão de Paris, de 24 de julho de 1971)

Barbados ADERIU.

Convenção sobre Proteção de Produtores de Fonogramas contra a Reprodução não Autorizada de seus Fonogramas - 1971

Barbados ADERIU.

Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados — 1951

El Salvador, Guatemala (com declarações e reservas) e Moçambique (com reservas) ADERIRAM.

Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas - 1961

São Tomé e Príncipe ADERIU.

Convenção de Viena sobre Relações Consulares — 1963

Japão, Moçambique (com declarações). São Tomé e Príncipe e Togo ADERIRAM.

Convenção Internacional de Telecomunicações — 1973

São Vicente e Granadinas ADERIU.

Convenção para a Repressão do Tráfico de Pessoas e do Lenocínio e Protocolo Final — 1950

Luxemburgo RATIFICOU; Bolívia e Chipre ADERIRAM.

PROTOSCOLOS

Protocolo Adicional ao Acordo sobre a Implementação do Artigo VII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (Valoração Aduaneira) - 1979

África do Sul e Malawi ACEITARAM.

Protocolo de Genebra sobre a Proibição de Emprego na Guerra de Gases Asfixiantes, Tóxicos ou Similares e de Meios Bacteriológicos — 1925

Guatemala e Kampuchea Democrática ADERIRAM.

Protocolo relativo a Determinado Caso de Apátrida — 1930

Karibati ACEITOU.

Protocolo relativo às Obrigações Militares em Certos Casos de Dupla Nacionalidade - 1930

Karibati ACEITOU.

Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados — 1967.

El Salvador (com reservas), Guatemala (com declarações) e Peru (com declarações) ADERIRAM.

Protocolo de 1981 para a Sexta Prorrogação da Convenção sobre o Comércio do Trigo de 1971

Brasil RATIFICOU; Países Baixos ADERIRAM.

TRATADOS

Tratado sobre a Antártida — 1959

China e Índia ADERIRAM.

Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina (Tratado de Tlatelolco) - 1967

Antígua e Barbuda RATIFICOU.

Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT) - 1970

Mauritânia ACEITOU.

Itamaraty anuncia visita do presidente Figueiredo à Espanha e ao Marrocos

**Comunicados do Itamaraty à imprensa, divulgados em
Brasília em 14 e em 29 de março de 1984:**

COMUNICADO DE 14 DE MARÇO

A convite de Sua Majestade Rei Juan Carlos I, Sua Excelência O Senhor João Baptista Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil, visitará oficialmente a Espanha de 12 a 14 de abril.

COMUNICADO DE 29 DE MARÇO

A convite de Sua Majestade o Rei Hassan II, o Senhor Presidente da República visitará oficialmente o Reino do Marrocos de 9 a 11 de abril.

a opinião do chanceler Saraiva Guerreiro sobre o acordo entre Moçambique e África do Sul

**Declaração do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Ramiro Saraiva Guerreiro, sobre o acordo entre Moçambique
e África do Sul, divulgada pelo Palácio do Itamaraty,
em Brasília, em 19 de março de 1984:**

O Brasil tem acompanhado a evolução das negociações

entre Moçambique e a África do Sul, tendo sido inclusive delas informado, antes de sua conclusão, pelo Governo moçambicano.

O Governo brasileiro espera que os entendimentos agora concluídos contribuam para que Moçambique possa dedicar-se com segurança ao seu desenvolvimento nacional, o que por sua vez não pode deixar de interessar ao Brasil por todos os motivos, inclusive por nossas relações econômicas e comerciais com aquele país.

O Governo brasileiro sempre considerou que os interesses nacionais específicos de Moçambique, como definidos por seu Governo, seriam o fator determinante de seu relacionamento externo.

presidente Figueiredo visitará o Japão e a China

**Comunicados do Itamaraty à imprensa, divulgados em
Brasília, em 30 de março de 1984:**

VISTA AO JAPÃO

Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil, realizará visita oficial ao Japão em fins do mês de maio próximo. As datas e o programa da visita estão sendo acertados pelos dois Governos e serão divulgados oportunamente,

VISITA À CHINA

A convite de Sua Excelência o Senhor Li Xiannian, Presidente da República Popular da China, Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil, realizará visita oficial àquele país, entre 26 de maio e 1º de junho próximos.

a independência do estado de brunei darussalam

Mensagens do Presidente João Figueiredo e do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, respectivamente, ao Sultão e ao Ministro do Exterior do Estado de Brunei Darussalam, enviadas em 2 de janeiro de 1984:

MENSAGEM DO PRESIDENTE

JOÃO FIGUEIREDO

I wish to express to Your Majesty, on behalf of the Brazilian people and in my own name, my warmest congratulations for the independence of the State of Brunei Darussalam, and my best wishes for the increasing prosperity of your country. I am confident that Brazil and Brunei shall be able to cooperate in a constructive manner in order to create and develop strong and mutually beneficial links between their peoples.

I avail myself of this opportunity to express to Your Excellency the assurance of my highest consideration.

João Figueiredo
President of the Federative Republic of Brazil

MENSAGEM DO CHANCELER SARAIVA GUERREIRO

I wish to express to Your Excellency my warmest congratulations for the accession of the State of Brunei Darussalam to independence and convey my best wishes for your personal well being and for the increasing prosperity of your country. Highest consideration.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Minister of External Relations of the
Federative Republic of Brazil

inaugurada a estação brasileira de pesquisa e investigação científica da antártida

Declaração do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em 6 de fevereiro de 1984, a propósito da inauguração oficial da primeira estação brasileira de pesquisa e investigação científica na Antártida:

A inauguração oficial, no dia de hoje, da primeira estação brasileira de pesquisa e investigação científica na Antártida, a Estação Comandante Ferraz, assinala o auspicioso coroamento dos esforços que levaram o Brasil a assegurar sua plena participação de direito e de fato no aproveitamento futuro do vasto potencial econômico e científico daquele continente, de acordo com os princípios consagrados no Tratado da Antártida: a utilização exclusivamente pacífica do continente, a liberdade da pesquisa científica em toda sua extensão, a cooperação internacional nesse campo, e a preservação dos recursos vivos antárticos.

Como Presidente da Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR), congratulo-me com a Marinha de Guerra e demais membros da Comissão, congratulo-me com a comunidade acadêmica e com a iniciativa privada, por esse passo significativo, revelador da vontade comum do país.

ao deixar o espaço aéreo boliviano, presidente figueiredo envia mensagem ao presidente hernán siles zuazo

Mensagem do Presidente João Figueiredo ao Presidente da Bolívia, Hernán Siles Zuazo, em 9 de fevereiro de 1984, logo após deixar o espaço aéreo boliviano:

Excelentíssimo Senhor
Doutor Hernán Siles Zuazo,
Presidente Constitucional da
República da Bolívia.

Ao deixar o espaço aéreo boliviano, de regresso a meu país, após visitar oficialmente a República da Bolívia, desejo, em meu nome, no de minha mulher e dos membros de minha Comitativa, expressar a Vossa Excelência, à Senhora de Siles, às autoridades e ao nobre povo boliviano, o mais sincero reconhecimento pela atenção, hospitalidade e carinho com que fomos distinguidos em todos os momentos de nossa memorável estada em Santa Cruz de la Sierra.

Estou certo de que os instrumentos firmados e as conversações mantidas no decorrer da visita, em clima de amizade e confiança, constituirão marco inestimável e garantia para o estreitamento, sempre crescente, das relações de

cooperação e fraternidade, já tão expressivas, entre nossos países.

Queira aceitar. Senhor Presidente, os meus mais calorosos cumprimentos e transmitir, mais uma vez, ò Senhora de Siles, às autoridades e ao povo da Bolívia nossas afetuosas saudações.

JoSo Figueiredo

Presidente da República Federativa do Brasil

o falecimento de yuri andropov

Telegramas do Presidente João Figueiredo ao Vice-Presidente do Presidium do Soviete Supremo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Vassily V. Kuznetsov, e do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, Andrei Gromiko, em 10 de fevereiro de 1984, a propósito do falecimento do Presidente Yuri V. Andropov.

TELEGRAMA DO PRESIDENTE

JOÃO FIGUEIREDO

Profondément ému par la nouvelle du décès de Son Excellence Monsieur Yuri V. Andropov, je prie Votre Excellence d'accepter, au nom du peuple et du Gouvernement brésilien, et en mon propre nom, les condoléances les plus attristées.

JoSo Figueiredo

Président de la République Fédérative du Brésil

TELEGRAMA DO CHANCELER SARAIVA GUERREIRO

Tristement ému par la nouvelle du décès de Son Excellence Monsieur Yuri V. Andropov, Président du Presidium du Soviet Suprême de l'union des Républiques Socialistes Soviétiques, je prie Votre Excellence d'accepter mes sincères condoléances. Très haute considération.

Ramiro Saraiva Guerreiro

Ministre des Affaires Etrangères de
la République Fédérative du Brasil

o falecimento do presidente da guiné-conacri, sekou touré

Telegramas do Presidente JoSo Figueiredo ao Primeiro-Ministro da República Popular e Revolucionária da Guiné-Conacri, Lansana Beavogui, e do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, ao Chanceler daquele País, Abdoulayé Touré, em 27 de março de 1984, a propósito do falecimento do Presidente Ahmed Sekou Touré.

TELEGRAMA DO PRESIDENTE FIGUEIREDO

"Profondément ému par la nouvelle du décès de Son Excellence Monsieur Ahmed Sekou Touré, Président de la République Populaire et Révolutionnaire de Guinée, je prie Votre Excellence d'accepter au nom du peuple brésilien et mon propre nom, les condoléances les plus attristées.

JoSo Figueiredo

Président de la République Fédérative du Brésil.

TELEGRAMA DO CHANCELER SARAIVA GUERREIRO

Tristement ému par la nouvelle du décès de Son Excellence Monsieur Ahmed Sekou Touré, Président de la République Populaire et Révolutionnaire de Guinée je prie Votre Excellence d'accepter mes sincères condoléances. Très haute considération.

Ramiro Saraiva Guerreiro

Ministre des Affaires Etrangères de la
République Fédérative du Brésil.

a quarta reunião da comissão mista brasil-iraque

Reuniu-se em Brasília, nos dias 18 e 19 de janeiro, a Comissão Mista Brasil-Iraque.

A delegação brasileira foi chefiada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores e integrada por funcionários dos Ministérios das Relações Exteriores, Fazenda, Minas e Energia, Indústria e do Comércio, Educação e Cultura, contando também com a participação de representantes da Petrobrás, Interbrás, Vale do Rio Doce, Cobec, do Banco Iraquiano-Brasileiro, do CNPq, Siderbrás e outros órgãos com atividades ligadas ao desenvolvimento das relações entre Brasil e Iraque. A delegação iraquiana, de 17 membros, foi chefiada pelo Ministro do Comércio, Hassan Ali.

A Comissão Mista foi criada pelo Acordo de Cooperação Econômica e Técnica, assinado em Bagdá em 11 de maio de 1977, e se tem revelado instrumento útil para o exame de questões ligadas ao desenvolvimento da cooperação entre os dois países nos campos econômico, financeiro, cultural e da cooperação técnica e científica, bem como para o estudo de medidas tendentes a favorecer o intercâmbio de bens e serviços.

Durante o encontro, foram passados em revista os principais tópicos de interesse para as relações bilaterais, inclusive as recomendações do Comitê **Ad-Hoc** constituído por ocasião da visita a Bagdá do Ministro Saraiva Guerreiro para solucionar os problemas decorrentes dos sobrecustos enfrentados pelas empresas brasileiras em operação no Iraque.

saraiva guerreiro inaugura exposição sobre "dez anos de livros brasileiros no exterior"

O Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores inaugurou, no dia 22 de fevereiro, no hall do andar térreo do prédio administrativo do Itamaraty, exposição intitulada "Dez Anos de Livros Brasileiros no Exterior: 1973-1983", na qual foram exibidos 120 livros de autores brasileiros traduzidos e publicados no exterior. Em grande maioria, essas obras foram publicadas com o apoio do

Departamento de Cooperação Cultural e Divulgação do Ministério das Relações Exteriores e entre elas se encontram textos que vão do clássico ao contemporâneo, de José de Alencar a Rubem Fonseca. Os livros, traduzidos em várias línguas — espanhol, inglês, francês, italiano, alemão, polonês e chinês — abrangem os campos de ficção, poesia e ensaio.

o II encontro dos ministros do trabalho dos países lusófonos

Foi realizado, de 27 de fevereiro a 2 de março, no auditório do Itamaraty, o II Encontro dos Ministros do Trabalho dos Países Lusófonos, com a participação de delegações do Brasil, Portugal, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e da Organização Internacional do Trabalho. A reunião marca a continuação dos estudos iniciados durante o Primeiro Encontro, realizado em Lisboa em abril de 1983, sobre a formação profissional e o emprego nos referidos países e sobre as possibilidades de incremento da cooperação entre eles na área trabalhista.

chanceler saraiva guerreiro visita caracas

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, visitou Caracas entre os dias 14 e 15 de março de 1984, aproveitando o seu retorno a Brasília, depois de haver visitado o Paquistão e a Índia, bem como após ter participado da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) que elegeu para Secretário-Geral o Embaixador João Clemente Baena Soares.

A visita do Chanceler Saraiva Guerreiro a Caracas foi o primeiro contato brasileiro com o novo Governo venezuelano, desde sua posse, em fevereiro. Durante sua estada em Caracas, o Chanceler Saraiva Guerreiro manteve conversações informais com o Chanceler Morales Paul, nas quais foram passados em revista os assuntos de interesse comum, tanto no plano internacional quanto no plano bilateral. Saraiva Guerreiro foi, também, recebido em audiência pelo Presidente venezuelano, Jaime Lusinchi.

a quinta carta de intenções ao fundo monetário internacional

Em seguida às Cartas de Intenções e Memorandos Técnicos e Entendimentos, datados de 06/01/83, tramitados no

quadro de reestruturação da dívida externa brasileira, o Ministro da Fazenda, e o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Presidente do Banco Central do Brasil endereçaram ao Diretor-Gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), em 15/03/84, uma Quinta Carta de Intenções, aditada de um Memorandum Técnico de Entendimentos, da mesma data, cujos textos, na íntegra, abaixo se reproduzem:

Carta de Intenções

Desejamos informar a Vossa Senhoria do progresso realizado até o presente na implementação do programa econômico e financeiro empreendido pelo governo brasileiro e apoiado pelo "acordo ampliado", que a Junta Executiva do Fundo Monetário Internacional aprovou em 28 de fevereiro de 1983. Desejamos igualmente aproveitar esta oportunidade para comunicar a Vossa Senhoria nossas intenções com respeito às diretrizes para 1984.

O programa econômico de prazo médio foi adotado ao final de 1982, não somente para fazer face à deterioração da posição externa do País, que provocou a perda de parte substancial das reservas internacionais do Brasil, mas também em atendimento à necessidade mais fundamental de modificar-se a estratégia de longo prazo, de forte dependência de empréstimos externos, para uma nova estratégia de geração de poupança doméstica. O programa tinha por meta, no curto prazo, reduzir os desequilíbrios externos e internos e, no médio prazo, produzir mudanças estruturais que permitiriam o retorno a elevadas e sustentáveis taxas de crescimento de emprego.

A adversa situação financeira externa e as dimensões dos desequilíbrios domésticos determinaram a necessidade de ajustamento substancial, já no primeiro ano do programa. Na área externa, o programa tinha por meta a redução do déficit em conta corrente, de quase US\$ 15 bilhões em 1982 para US\$ 7 bilhões em 1983, assim como alcançar-se o equilíbrio no balanço de pagamentos, o que exigia a geração de um superávit de cerca de US\$6 bilhões na balança comercial. O apoio em restrições de câmbio e de comércio exterior não poderia ser mantido além do curto prazo, e a principal parcela do esforço para o ajustamento interno tem de ser suportada pelo setor público, através da redução de sua necessidade de financiamento para 8% do PIB. Além disso, em seu primeiro ano, o programa deveria produzir importantes mudanças estruturais, inclusive a eliminação de subsídios, aumentando a eficiência da economia e criando as condições para a retomada do crescimento econômico nos anos finais do programa.

Alcançou-se progresso substancial no ajustamento das contas externas e o balanço de pagamentos do Brasil se fortaleceu mais que o esperado. A balança comercial de 1983 apresentou superávit de cerca de US\$ 6,5 bilhões, refletindo não apenas forte contração das importações, mas também recuperação das exportações, estimulada pela política cambial posta em prática durante o ano. O

resultado mais favorável na balança comercial, assim como os pagamentos de juros e serviços em níveis mais baixos que os esperados, propiciaram redução superior à inicialmente estimada no déficit em conta corrente, que situou-se próximo a US\$6 bilhões de 1983, contra US\$ 14,8 bilhões em 1982. Ao longo do ano, entretanto a situação cambial do Brasil manteve-se difícil, tendo em vista que os ingressos de investimentos diretos, créditos de fontes bancárias e créditos comerciais de curto prazo situaram-se aquém dos níveis projetados. A crítica situação cambial acarretou atrasos nos pagamentos externos e restrições cambiais. A fim de aliviar essa dificuldade cambial foram feitos acordos financeiros em novembro de 1983, com a participação de credores oficiais e privados, visando assegurar o financiamento externo requerido para a parte final de 1983 e para todo o ano de 1984. O programa previa que US\$ 3,5 bilhões dos novos recursos financeiros propiciados pelos bancos comerciais seriam desembolsados em dezembro de 1983. Na realidade, esse desembolso foi postergado, causando a inobservância de alguns critérios de desempenho referente ao último trimestre de 1983.

A maxidesvalorização de fevereiro de 1983 representou afastamento radical das metas originais, como exposto em nossa carta de 24 de fevereiro de 1983. Enquanto essencial à extraordinária melhoria que se produziu no ajustamento do balanço de pagamentos, a maxidesvalorização dificultou a realização dos objetivos internos do programa e, em particular, contribuiu para a aceleração da inflação. Diversos outros ajustamentos nos preços administrados, levados a efeito em 1983, produziram impacto similar, mas tiveram de ser efetuados por serem essenciais à restauração da eficiência da economia e à estabilidade financeira e monetária. Devido a atrasos na implementação dessas medidas e no ajustamento das finanças públicas, o resultado alcançado ficou aquém do previsto no programa. Esses atrasos tiveram efeitos adversos na execução da política monetária.

Desde junho de 1983, o Governo tem adotado medidas gradualistas com vistas a aprimorar o esforço de ajustamento. A legislação salarial foi modificada para permitir uma desindexação parcial do processo de ajustamento salarial. As finanças do setor público foram fortalecidas através da combinação de esforços para elevar as receitas e reduzir as despesas em todos os níveis. Medidas decisivas foram tomadas para reduzir os subsídios. Os preços relativos aos derivados de petróleo e do trigo foram elevados e os preços de outros serviços públicos passaram a ser ajustados no mesmo ritmo da inflação. Foram eliminadas taxas de juros negativas sobre a maioria dos créditos à agricultura e às exportações. A política monetária tornou-se mais restritiva tanto pelo aumento nos níveis dos depósitos compulsórios como pela limitação da expansão da base monetária à meta de 90% para 1983.

Em virtude dos desvios ocorridos, tornou-se necessário modificar as metas do programa para a fase final de 1983. O teto para a necessidade de financiamento do setor público ("Public Sector borrowing requirement — PSBR") em 1983 elevou-se de 8,8% para 18,6% do PIB, refletindo

principalmente os efeitos da inflação mais alta sobre o montante da dívida do setor público. A meta para o déficit operacional foi estabelecida em 2,7% do PIB. Em 31 de dezembro de 1983, foram cumpridos ambos os tetos revistos; a necessidade de financiamento do setor público correspondeu a 17,9% do PIB, enquanto o déficit operacional ficou em 2,5% do PIB. Tanto a base monetária como os meios de pagamento cresceram de acordo com a meta de 90% implícita no programa. No entanto, o teto estabelecido para o crédito interno líquido das autoridades monetárias, que havia sido modificado de conformidade com a revisão do ingresso de recursos financeiros externos a que se referiu o parágrafo 4 anterior, não pode ser observado, uma vez que tais ingressos não se concretizaram.

A taxa de inflação em 1983 foi de 211%. A aceleração observada na primeira metade do ano foi agravada subsequentemente pelas medidas corretivas de preços adotadas como parte do esforço de ajustamento, associadas às adversidades climáticas, ao comportamento do comércio exterior e à eliminação de certos subsídios. A taxa mensal de inflação permaneceu na faixa de 12 a 13 por cento de junho até outubro. Posteriormente, observou-se desaceleração no ritmo inflacionário, tendo a taxa de novembro se situado em 8,4% e a de dezembro em 7,6%.

Em nossas cartas de 15 de setembro de 1983 e de 14 de novembro de 1983, indicamos nossas intenções com respeito às diretrizes econômicas para 1984, explicitando também metas específicas para o primeiro trimestre de 1984. Em especial, expressamos nossa intenção de reduzir a necessidade de financiamento do setor público a 9% do PIB em 1984 (embora ficasse ressaltado que o resultado real dependeria da rapidez com que a inflação se desacelerasse); de alcançar um superavit operacional no setor público equivalente, no mínimo, a 0,3% do PIB; de limitar a expansão dos meios de pagamento e da base monetária a 50% em 1984; e de buscar uma redução adicional no déficit do balanço de pagamentos em conta corrente. Nesta oportunidade, desejamos reiterar nossa intenção de manter essas diretrizes. As medidas requeridas para cumprir referidas metas são descritas mais pormenorizadamente a seguir.

Como mencionado anteriormente, o ritmo da inflação se manteve persistentemente alto, coexistindo com o maior rigor das medidas financeiras, com uma legislação salarial modificada e com uma indesejável queda da atividade econômica. Cremos firmemente que a redução da inflação é de importância decisiva para se alcançar o equilíbrio externo e peja se lancem as bases de um crescimento sustentável. Atualmente, todas as medidas internas requeridas para tanto foram tomadas e deverão levar a um substancial declínio da inflação. No entanto, como a inflação está enraizada e é elevado o grau de indexação da economia, tanto formal como informal, a defasagem entre a implementação daquelas medidas e seus efeitos sobre a inflação não pode ser prevista com segurança. É portanto necessário cautela na previsão de uma determinada taxa de inflação em determinado tempo, no futuro próximo. Não po-

de haver dúvida, no entanto, de que a taxa de inflação que predominou em 1983 e nos primeiros meses de 1984 será reduzida substancialmente. Na verdade, em nossa opinião, as medidas já tomadas deveriam permitir, durante 1984, uma queda de pelo menos metade da taxa observada.

Em verdade, as preocupações com a inflação não estão impedindo a execução da política de ajustamentos corretivos e liberação dos preços.

- a) Aumentos freqüentes nos preços dos derivados de petróleo têm sido aplicados para evitar o ressurgimento de subsídios.
- b) Os preços do trigo e seus derivados foram aumentados de 50% em fevereiro de 1984 e futuros aumentos eliminarão o subsídio do produto em meados do ano; a partir daí, os preços do trigo e seus derivados serão ajustados na medida necessária para impedir o ressurgimento de qualquer subsídio.
- c) Os preços do aço e da energia elétrica serão ajustados em 1984, de modo a produzir um aumento que seja 5% acima da taxa de inflação, medida pelo índice de preços por atacado — produtos industriais e pelo índice nacional de preços ao consumidor, respectivamente.
- d) novas iniciativas estão sendo contempladas para liberalizar o comércio de vários produtos agrícolas, a fim de harmonizar seus preços com as cotações internacionais.
- e) não se pretende usar controle de preço para limitar ou retardar os necessários ajustes de preços para os produtos e serviços prestados pelo setor privado. Verifica-se que este setor necessita gerar internamente recursos suficientes para seu crescimento e desenvolvimento, permitindo-se que se façam os ajustamentos adequados de preços. Controles serão contudo usados para conter injustificados aumentos de preços nos casos de empresas que operam em condições de mercado oligopolístico.

No que tange às finanças do setor público, uma evolução importante e muito útil foi o estabelecimento, em 23 de julho de 1983, do "Comité Interministerial de Acompanhamento da Execução dos Orçamentos Públicos" (COMOR). O COMOR coordena, a nível do Governo Central, as ações que afetam a necessidade de financiamento do setor público, inclusive das empresas estatais e governos estaduais e municipais. Foram estabelecidas metas mensais, para os seis meses que irão até setembro de 1984, relativas às necessidades de financiamento para cada um dos componentes do setor público.

O Governo Central alcançou superavit operacional em 1983, contra um déficit equivalente a 2% do PIB no ano precedente. Em dezembro de 1983, introduziram-se medidas adicionais para tornar mais rigorosa a administração fiscal, em particular no que respeita à taxação da renda gerada pelas operações financeiras. O efeito das recentes

medidas sobre a receita e a administração fiscal, juntamente com a continuação da rigorosa austeridade nas despesas e a eliminação do subsídio do trigo e seus derivados, deverá produzir no orçamento operacional do Governo Central superavit equivalente a 0,8% do PIB, em 1984.

A posição financeira das empresas estatais em 1983 apresentou resultado melhor do que o previsto, em virtude de receitas mais elevadas e maiores transferências do Tesouro, que compensaram amplamente a redução das despesas de investimento em níveis aquém dos projetados. O déficit no orçamento operacional das empresas estatais federais reduziu-se ao equivalente a 1,9% do PIB em 1983, em comparação com o previsto de 2,4%. Em 1984 terão continuidade os esforços para restaurar a estabilidade financeira deste importante segmento da economia. Para 1984 o orçamento consolidado das empresas estatais federais estabelece um aumento de 5% em suas receitas operacionais em termos reais, fato este que será possibilitado, principalmente, através de efetiva política de preços, início de operação de alguns projetos de investimento e aumento da produção. Um corte adicional nos gastos com investimentos e redução nos gastos correntes terão de ser obtidos a fim de compensar o considerável aumento nos pagamentos de juros sobre as dívidas externa e interna. Rigoroso controle de despesas e estrita implementação do Decreto-lei nº 2.100 e do Decreto nº 89.253, referentes a salários e a benefícios suplementares nas empresas estatais, serão necessários para se alcançar a projetada contenção das despesas correntes. Ao todo, o déficit operacional das empresas estatais federais será reduzido a 1,2% do PIB em 1984.

A situação financeira dos estados e municípios, e de suas empresas, terá nítida melhoria em 1984. Em 1983 seu desempenho operacional manteve-se dentro do limite esperado equivalente a um déficit de 1,3% do PIB, em virtude, principalmente, dos controles sobre a expansão dos empréstimos tomados junto ao sistema financeiro, bem como no que se refere às emissões de títulos. Esses controles serão mantidos em 1984. Espera-se um resultado operacional equilibrado para esse setor em 1984, como decorrência da ação conjunta daquelas medidas, associadas ao aumento das receitas dos estados e municípios, em decorrência da elevação da alíquota sobre o imposto sobre circulação de mercadorias (ICM) e das novas medidas de maior participação nas receitas do Governo Federal.

Os demais segmentos do setor público, compreendendo principalmente o sistema de previdência social, assim como algumas agências descentralizadas e fundos e programas, apresentaram superavit operacional equivalente a 0,5% do PIB em 1983, acima do superavit de 0,1% que havia sido projetado. Isso ocorreu apesar da deterioração da situação financeira do sistema de previdência social, e foi devido principalmente à apropriação, pelos fundos e programas, dos ganhos adicionais obtidos como resultado da eliminação de subsídios ao crédito. Para 1984 encontra-se em curso esforço no sentido de restaurar uma situação financeira sólida no sistema de previdência social. Através desse esforço e do efeito continuado de medidas tomadas em 1983, espera-se que o superavit operacional

do conjunto dos demais segmentos do setor público se eleve a 0,7% do PIB em 1984.

No conjunto, o Governo mantém a determinação de assegurar um superavit operacional equivalente, pelo menos, a 0,3% do PIB em 1984. Isso equivaleria a um incremento de cerca de 3 pontos de percentagem em relação ao PIB, entre 1983 e 1984. A necessidade global de financiamento do setor público será reduzida a nível equivalente entre 11% e 13% do PIB, dependendo do comportamento dos preços e do ritmo com que a taxa de inflação se desacelere. Foram definidas as metas correspondentes para a necessidade de financiamento do setor público e para o desempenho operacional relativos aos períodos de três meses terminados em junho e setembro de 1984.

A política monetária adquiriu importância decisiva nas circunstâncias atuais. Para assegurar uma redução significativa da inflação, será necessária uma rigorosa política de crédito, de modo que o crescimento dos meios de pagamento e da base monetária seja mantido sob rígido controle, enquanto se buscará seguir uma política que assegure taxas reais positivas de juros. Consequentemente, o coeficiente de correção monetária, que se usa para ajustar o valor das obrigações financeiras, continuará a ser fixado ao final de cada mês, em nível não inferior ao da taxa de inflação (medida pelo Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna, ajustado segundo os fatores acidentais), correspondente aquele mês. Além disso, pretendemos manter a expansão dos meios de pagamento e da base monetária em 1984 em não mais que 50%. Para tanto, definimos metas mensais para esses agregados para o período até setembro de 1984. As operações de "open market" serão inteiramente orientadas para a observância daquelas metas e serão usadas para corrigir qualquer eventual desvio. Ao mesmo tempo, estamos administrando as operações de "overnight" visando a que não se mantenha um financiamento médio líquido permanente neste mercado. A redução do crédito subsidiado e as restrições quantitativas impostas aos bancos resultarão numa alocação mais eficiente dos escassos recursos disponíveis e reduzirão a ampla dispersão das taxas de juros existentes no passado. Pretendemos proceder à liberalização do mercado de crédito, mediante outras reduções adicionais nos subsídios e restrições quantitativas. Os objetivos que descrevemos, na área da política monetária, se traduzem num conjunto de limites impostos ao crédito interno líquido das autoridades monetárias.

Com respeito à política do setor externo, e à luz dos resultados encorajadores obtidos em 1983, tudo indica que a meta de um superavit comercial de US\$ 9 bilhões em 1984 poderá ser alcançada. Os resultados da experiência recente revelam que há incertezas quanto às projeções relativas aos pagamentos líquidos de serviços, em 1984. No entanto, supondo não ocorram modificações adversas nas condições do mercado mundial, inclusive nas taxas de juros internacionais, acreditamos viável alcançar um déficit no balanço de pagamentos em conta corrente de cerca de US\$ 5 bilhões em 1984, meta original contemplada em nossa carta de 6 de janeiro de 1983. Essa melhoria espera-

da no déficit em conta corrente, para 1984, juntamente com o sucesso da conclusão dos acordos financeiros mencionados acima, dá-nos a confiança de que também se poderá alcançar a meta de um superavit global de US\$ 1 bilhão no balanço de pagamentos, no conjunto dos resultados dos anos de 1983 e 1984.

O Governo continua firmemente comprometido a manter uma taxa de câmbio competitiva e a eliminar todas as remanescentes taxas múltiplas de câmbio e restrições cambiais, durante o período do acordo ampliado:

- a) Durante 1983, a taxa de câmbio foi depreciada em 289%, em termos de cruzeiros por dólar dos Estados Unidos, com o valor real do cruzeiro caindo de 25% em relação ao dólar. No período de março de 1983 até 15 de janeiro de 1984, o cruzeiro foi desvalorizado de acordo com o "Índice Geral de Preços" (IGP), ajustado aos fatores acidentais, cumprindo-se assim o critério de desempenho estabelecido no programa. No futuro, a política de minidesvalorizações do cruzeiro será mantida de tal forma a assegurar a competitividade das exportações brasileiras, permitindo ao mesmo tempo a eliminação das remanescentes taxas múltiplas de câmbio e restrições cambiais;
- b) Certas restrições cambiais a remessas de lucros, algumas taxas múltiplas de câmbio e todos os remanescentes acordos bilaterais de pagamentos com países membros do Fundo foram eliminados em dezembro de 1983. As duas principais práticas múltiplas de câmbio ainda existentes são o crédito-prêmio às exportações e o imposto sobre operações financeiras (IOF) aplicável à venda de câmbio. O crédito-prêmio, que expirará ao final de abril de 1985, será eliminado naquela data. Em dezembro de 1983, a abrangência do imposto sobre operações financeiras foi ampliada para incluir as vendas de câmbio para as importações de petróleo. No entanto, o Governo reafirma sua intenção de eliminar o IOF, na medida em que ele incida sobre transações cambiais, no máximo até o final de 1985. Na verdade, já começamos a estudar alternativas que compensem as perdas de receita daí decorrentes;
- c) As autoridades reafirmam sua intenção de introduzir, durante o período do programa, um sistema de comércio capaz de prover proteção às atividades domésticas através de tarifas, de preferência a restrições quantitativas. O trabalho técnico para a implementação de tal política foi confiado a um grupo de trabalho composto de representantes de alto nível dos diferentes setores governamentais. As autoridades pretendem submeter ao Congresso, em meados de 1984, a legislação pertinente. Os progressos na área de liberalização das importações serão avaliados na revisão de agosto.

A previsão de certa recuperação na economia mundial, combinada com os resultados esperados das reformas empreendidas no contexto do "acordo ampliado" com o Fundo, justificam uma avaliação positiva das perspectivas do balanço de pagamentos do Brasil no médio prazo. A

continuação da recuperação nas principais economias deverá trazer uma ampliação das oportunidades de exportações. Nossas reformas internas, que fortaleceram o papel os preços relativos e reduziram a importância dos controles administrativos, deverão colocar os produtos brasileiros em melhor posição para tirar vantagem daquelas oportunidades, à medida em que elas forem surgindo. Esperamos que as condições dos mercados internacionais de capital se normalizarão, produzindo taxas de juros mais baixas e conseqüentemente reduzindo o serviço da dívida brasileira. Nossas políticas já conseguiram reduzir substancialmente o déficit em conta corrente do País, conseqüentemente diminuindo a dependência do Brasil de novos empréstimos externos e criando-nos a oportunidade de recompor, em níveis desejáveis, nossa posição de reserva internacional.

À vista dos resultados mais favoráveis alcançados no balanço de pagamentos em conta corrente e das melhores perspectivas nessa área, podemos esperar que prevaleçam circunstâncias mais normais com respeito às finanças externas do Brasil. Isso nos permitirá dar formulação apropriada ao nosso objetivo de reduzir a dependência de poupanças externas em nossa estratégia de crescimento no longo prazo. Conseqüentemente, pretendemos limitar qualquer novo endividamento externo líquido, tanto de curto como de longo prazo, a montantes que guardem coerência com as metas da conta corrente e do balanço de pagamentos como um todo.

As autoridades brasileiras crêem que as políticas e as medidas descritas nesta carta são adequadas à realização dos objetivos do programa, mas tomarão medidas adicionais que venham a revelar-se apropriadas àquele fim. Durante o período restante do "acordo", o Brasil e o Fundo consultar-se-ão periodicamente, em consonância com as diretrizes aplicáveis a tais consultas, para examinar o progresso alcançado na implementação do programa e na realização de seus objetivos. Em particular, as autoridades brasileiras consultarão o Fundo antes de 31 de agosto de 1984 sobre o progresso feito na implementação do programa econômico aqui escrito.

MEMORANDO TÉCNICO DE ENTENDIMENTOS

Este memorando define os conceitos utilizados para quantificar determinadas variáveis do programa econômico, descrito na carta datada de 15 de março de 1984, e estabelece modelos para os relatórios periódicos.

A meta para o balanço de pagamentos no ano de 1984, mencionada no parágrafo 19 daquela carta, é de um superavit de US\$ 4,3 bilhões. As metas trimestrais são de superavit de US\$ 1,7 bilhão ao final do primeiro trimestre; de US\$ 2,65 bilhões ao final do primeiro semestre; e de superavit de US\$ 3,65 bilhões ao final do período janeiro—setembro. PWA os fins de verificação dessas metas, o desempenho do balanço de pagamentos será medido pelas variações na posição das reservas internacionais líquidas das Autoridades Monetárias (o Banco Central e o Banco

do Brasil S.A.), conforme Quadro 1 (anexo). No entanto, com o propósito de medir o desempenho do balanço de pagamentos, a variação na posição das reservas internacionais líquidas não incluirá a monetização líquida do ouro. Por outro lado, o ouro, os DES, e os ativos e as obrigações não expressos em dólar terão seu valor calculado com base nos preços e nas taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 1983.

A necessidade de financiamento do setor público não-financeiro, a que se refere o parágrafo 17 da carta, será definida como a soma dos acréscimos líquidos, ocorridos nos itens descritos no Quadro 2 anexo, em relação aos respectivos saldos em 31 de dezembro de 1983. Essas necessidades financeiras acumuladas não excederão Cr\$ 11.750 bilhões durante o período de três meses que termina em 31 de março de 1984; Cr\$ 23.750 bilhões durante o período de seis meses que termina em 30 de junho de 1984; e Cr\$ 35.500 bilhões no período de nove meses que termina em 30 de setembro de 1984.

O desempenho operacional do setor público mencionado no parágrafo 17 da carta será definido como a necessidade de financiamento do setor público não-financeiro conforme estabelecido no parágrafo 2 acima e no Quadro 2, menos a soma das correções monetária e cambial implícitas no saldo do déficit público interno daquela necessidade de financiamento. O cálculo da correção monetária e cambial foi combinado mutuamente. O desempenho operacional definido dessa forma será um déficit que não excederá Cr\$ 1.300 bilhões em 31 de março de 1984; um déficit que não excederá Cr\$ 300 bilhões em 30 de junho de 1984; e um déficit que não excederá Cr\$ 600 bilhões em 30 de setembro de 1984,

As metas mensais para as necessidades de financiamento do Governo Central, empresas estatais e governos estaduais e municipais, mencionadas no parágrafo 12 da carta, aparecem no Quadro 3. Os resultados mensais serão comunicados ao Fundo com uma defasagem de 4 semanas e os desvios das metas serão motivo de consulta ao "staff" do Fundo.

As metas da política monetária para 1984, mencionadas no parágrafo 18 da carta, expressam o propósito do programa em estabelecer limites para o crédito interno líquido das autoridades monetárias; esses créditos são definidos como

a diferença entre as obrigações com o setor privado e as reservas internacionais líquidas das autoridades monetárias conforme aparece no Quadro 4, em anexo. Essas reservas internacionais líquidas serão expressas em cruzeiros utilizando-se taxas de câmbio mutuamente combinadas. O crédito interno líquido assim definido não excederá Cr\$ 5.350 bilhões em 31 de março de 1984; Cr\$ 4.550 bilhões em 30 de junho de 1984; e Cr\$ 2.800 bilhões em 30 de setembro de 1984.

As metas mensais para a oferta monetária e a base monetária até setembro de 1984 (inclusive), mencionadas no parágrafo 18 da carta, aparecem no Quadro 5, anexo, os desvios serão objeto de consulta ao "staff" do Fundo.

Os limites do novo endividamento externo líquido mencionados no parágrafo 22 da carta serão definidos como a diferença entre o desembolso e a amortização da dívida externa a médio e longo prazos, tanto do setor público como do privado', mais a variação na posição líquida de certos tipos de dívida de curto prazo como descrito no Quadro 6 anexo. A nova dívida externa assim definida não excederá US\$ 3,9 bilhões durante o primeiro trimestre; US\$6,8 bilhões no primeiro semestre; e US\$9,1 bilhões no período de nove meses terminado em 30 de setembro de 1984.

Levando em conta a defasagem que ocorre na publicação dos principais, índices de preços, a política cambial descrita no parágrafo 20 da carta será implementada de maneira que a variação percentual no valor em cruzeiros do dólar americano em 15 de abril de 1984, em relação ao seu valor em 31 de dezembro de 1983, não será menor que a variação percentual acumulada no índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI) no trimestre que termina em 31 de março de 1984; a variação percentual no valor em cruzeiro do dólar americano em 15 de julho de 1984, em relação ao seu valor em 31 de dezembro de 1983, não será menor do que a variação percentual acumulada do IGP-DI durante os seis meses que terminam em 30 de junho de 1984; a variação percentual no valor em cruzeiros do dólar americano em 15 de outubro de 1984, em relação ao seu valor em 31 de dezembro de 1983, não será menor do que a variação percentual acumulada no IGP-DI durante o período de nove meses terminado em 30 de setembro de 1984.

ANEXOS: 6 quadros

Quadro 1

Reservas Internacionais Líquidas das Autoridades Monetárias¹

US\$ milhões	
Itens	31 de dezembro 1983
1. Ativos	3.757,0
A. Haveres Prontos	458,0
6. Haveres a Curto Prazo	3.021,9
C. Haveres a Médio e a Longo Prazos	277,1
2. Passivos	7.052,9
A. Obrigações Prontas	—
B. Obrigações a Curto Prazo	4.408,4
C. Obrigações a Médio Prazo (FMI) ²	2.644,5
3. Reservas Internacionais Líquidas (1-2)	-3.295,9
4. Ajustamentos (acumulados)	579,1
A. Monetização de OUro	556,7
B. Ganhos e Perdas de Valorização	22,4
5. Reservas Internacionais Líquidas Ajustadas (3-4)	-3.875,0

Fonte: Banco Central do Brasil, DIBAP.

1. Banco Central do Brasil e Banco do Brasil.

2. Inclui todas as obrigações de recompra decorrentes do uso de recursos da primeira "tranche" de crédito do Fundo, sob o "esquema ampliado", as facilidades de financiamentos compensatórios e as facilidades dos financiamentos de estoques reguladores.

Quadro 2

Necessidades de Financiamento do Setor Público

Cr\$ bilhões	
Itens	Dezembro/83 ¹
1. Crédito Líquido do Sistema Bancário	18.634
Autoridades Monetárias	4.716
Bancos Comerciais	7.206
Restante do Sistema Bancário	6.712
2. Títulos da Dívida Pública em Poder do Setor Privado	2.774
3. Títulos da Dívida Municipal e Estadual em Poder do Estado	1.525
4. Dívida Flutuante das Empresas Estatais ²	406
5. Financiamento Interno Total (1+2+3+4)	23.339
6. Financiamento Externo	265
7. Financiamento Total do Setor Público (5+6)	23.604

1. Variação de estoques entre dezembro de 1982 e dezembro de 1983.

2. Junto a empreiteiras e fornecedores.

"Jg3

Quadro 3
Metas Mensais para as Necessidades de
Financiamento do Setor Público
(Fluxos acumulados para final de período)

Cr\$ bilhões

Período	Governo Central	Governos Estaduais e Municipais	Empresas Estatais	Financiamento Externo
1984				
Janeiro	985	1.775	1.695	220
Fevereiro	2.120	2.560	2.920	460
Março	3.245	3.240	4.105	715
Abril	2.605	5.690	6.245	1.250
Maio	3.595	6.225	7.935	1.550
Junho	4.805	6.865	10.720	1.600
Julho	5.815	9.115	12.810	1.800
Agosto	6.620	9.735	14.435	2.000
Setembro	7.620	10.335	15.930	2.200

1. Financiamento externo para governos estaduais e municipais e para empresas estatais.

Quadro 4
Crédito Interno Líquido das Autoridades Monetárias
em 31.12.1983

	Saldos em Cr\$ bilhões
A. Obrigações Junto ao Setor Privado	3.419,5
1. Passivos Monetários	2.670,8
Papel-moeda em Poder do Público	1.841,9
Papel-moeda Emitido	2.047,3
Caixa das Autoridades Monetárias	-26,0
Caixa dos Bancos Comerciais	-179,4
Depósitos à Vista do Setor Privado no Banco do Brasil ¹	-828,9
2. Depósitos a Prazo no Banco do Brasil	506,8
3. Outras Obrigações	241,9
Depósitos sobre Importações	
Outros Depósitos do Setor Privado ²	237,5
Outros Depósitos Restituíveis sobre Viagens ao Exterior (Resolução nº380)	0,2
B. Reservas Internacionais Líquidas (Quadro 1. linha 3)	-3.226,7
C. Crédito Interno Líquido (A - B)	6.646,2

1. Conta 60.25.10 do balancete consolidado sintético das Autoridades Monetárias.
2. Contas 70.10.10.50 a 70.10.10.75 do balancete consolidado sintético das Autoridades Monetárias.

Quadro 5

Metas para a Base Monetária e Meios de Pagamento

Saldos em Final de Período (Cr\$ bilhões)

Final de Período	Base Monetária	Meios de Pagamento
1983		
Dezembro ¹	4.197	7.783
1984²		
Janeiro ¹	4.408	7.433
Fevereiro	4.373	7.390
Março	4.281	7.320
Abril	4.409	7.880
Maio	4.502	8.250
Junho	4.763	8.710
Julho	4.925	8.880
Agosto	4.900	9.220
Setembro	5.219	9.490

1. Dados preliminares

2. Metas

despedida de embaixador estrangeiro

O Embaixador de **Trinidad e Tobago**, Harrison Elbert Major, deixou suas funções em Brasília e foi homenageado pelo Chanceler Saraiva Guerreiro com um almoço no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 31 de janeiro de 1984. Durante a solenidade, o Chanceler Saraiva Guerreiro entregou ao Embaixador daquele País a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

visitas ao brasil

JANEIRO

- Ministro do Comércio do **Iraque**, Hassan Ali, dias 18 e 19;
- Subsecretário para Assuntos Económicos da **Argen-**

tina, Jorge Romero, dia 26;

- Ministro das Relações Exteriores do **Paraguai**, Carlos Augusto Saldívar, dias 26 e 27.

FEVEREIRO

- Secretário de Estado dos **Estados Unidos da América**, George Shultz, de 3 a 7;
- Ministro dos Negócios Estrangeiros do **Senegal**, Moustapha Niasse, de 13 a 18;
- Missão económica da **Nicarágua**, chefiada pelo Ministro-Diretor do Fundo Internacional de Reconstrução daquele País, Edmundo Jarquim, de 18 a 25; Presidente do **Uruguai**, Gregório C. Álvarez, de 27 a 29.

MARÇO

- Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da **Noruega**, Eivinn Berg, dias 01 e 02; Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da **Tailândia**, Prapas Limpabandhu, de 16 a 20; Presidente do **México**, Miguel de la Madrid Hurtado, de 28 a 31.

Quadro 6

Desembolsos Líquidos da Dívida Externa

Fluxo em US\$ milhões	
Itens	Jan-Dez./1983
1. Desembolsos (médio e longo prazos)	12.184
A. Empréstimos e Financiamentos Externos ao Brasil	12.177
1. Organismos Internacionais e Agências Governamentais	2.504
2. Linhas de Crédito de Exportação e Importação de Médio e Longo Prazos (até 24 meses)	—247
3. Contratos de Risco (petróleo)	25
4. Créditos de Compradores e Fornecedores (Suppliers'and Buyers') ¹	991
5. Lei nº4.131 e Resolução nº963 ²	1.802
6. Bônus	—
7. Projeto I (líquido)	4.195
Projeto I (desembolso)	4.195
Amortização de Empréstimos-ponte	—2.339
8. Projeto II	4.532
9. Clube de Paris	714
B. Financiamento a Residentes para Exportação (receita)	7
2. Amortizações (médio e longo prazos)	8.011
A. Empréstimos e Financiamentos Externos ao Brasil	8.010
1. Organismos Internacionais e Agências Governamentais	900
2. De Governamentais	252
3. Créditos de Compradores e Forencedores ³ (Suppliers'and Buyers')	1.114
4. Lei nº4.131 e Resolução nº63 ³	4.610
5. Compensatórios	20
6. Conversão em Investimentos	419
7. DCvida Pública Externa Consolidada	1
8. Bônus	275
9. Clube de Paris ⁴	419
B. Financiamento a Residentes para Exportação (despesa)	1
3. Capitais de Curto Prazo (bancos comerciais)	—684
4. Desembolsos Líquidos da Dívida Externa (1-2+3)	3.489
5. Teto	9.000
6. Margem sob o Teto (5-4)	5.511

Fonte: Banco Central do Brasil - DIBAP

1. Exclui refinanciamentos, os quais estão incluídos no Projeto 11.
2. Inclui adiantamento por conta do Projeto I e novos empréstimos relacionados à Resolução nº767, Committed/82 e Intercompanhias.
3. Inclui refinanciamento sob Projeto II.
4. Refere-se apenas ao principal.

ÍNDICE

presidente joão figueiredo visita a bolívia

discurso do presidente joão figueiredo, em santa cruz de la sierra, por ocasião de sua chegada à boi Ma e ao ser recebido como hóspede de honra da municipalidade

3

presidente figueiredo recebe o grande colar do condor dos andes

discurso do presidente joSo figueiredo, em santa cruz de la sierra, por ocasião de banquete que lhe foi oferecido pelo presidente da bolívia, hernán siles suazo, durante o qual o presidente brasileiro recebeu do presidente boliviano o grande colar do condor dos andes

4

presidente siles zuazo recebe de figueiredo a ordem do rio-branco

discurso do presidente joão figueiredo, em santa cruz de la sierra, por ocasião de jantar oferecido ao presidente da bolívia, hernán siles suazo, durante o qual o presidente brasileiro entregou ao presidente boliviano as insígnias da ordem do rio-branco

5

a assinatura de atos entre o brasil e a bolívia

discurso do presidente joão figueiredo, em santa cruz de la sierra, por ocasião da assinatura de atos entre o brasil e a bolívia

8

ao deixar santa cruz de la sierra, presidente figueiredo saúda a imprensa boliviana

saudação do presidente joão figueiredo à imprensa boliviana, por ocasião do encerramento de sua visita oficial à bolívia

9

declaração conjunta brasil-bolívia

declaração conjunta brasil—bolívia, divulgada em santa cruz de la sierra, ao final da visita do presidente joão figueiredo àquele país

9

em Brasília, o presidente do uruguai gregório álvarez

discursos dos presidentes do brasil, joão figueiredo, e do uruguai, gregório c. álvarez, no palácio do itamaraty, em Brasília, por ocasião de banquete oferecido pelo presidente brasileiro ao presidente uruaio

21

presidente figueiredo: brasil e uruguai mantêm relacionamento intenso e fraterno

discurso do presidente joão figueiredo, no clube naval de Brasília, por ocasião de jantar que lhe foi oferecido pelo presidente do uruguai, gregório c álvarez

27

declaração conjunta brasil—uruguai

declaração conjunta brasil—uruguai, feita em Brasília, ao final da visita do presidente do uruguai, gregório c álvarez

28

a presença do presidente do México, miguel de la madrid, no brasil

discursos dos presidentes do Brasil, joão figueiredo, e do México, miguel de la madrid, no palácio do itamaraty, em Brasília, por ocasião de jantar oferecido pelo presidente brasileiro ao presidente mexicano

35

presidente mexicano visita o supremo tribunal federal

discurso do presidente do México, miguel de la madrid hurtado (tradução não-oficial), em Brasília, por ocasião de sua visita ao supremo tribunal federal

42

167

presidente figueiredo destaca a constante aproximação entre o brasil e o méxico

discursos dos presidentes do méxico, migueli de la madrid hurtado (tradução não oficial), e do brasil, joão figueiredo, no clube naval de brasília, por ocasião de jantar oferecido pelo presidente mexicano ao presidente brasileiro

43

na declaração conjunta, os entendimentos do presidente mexicano em brasília

declaração conjunta brasil—méxico, assinada, no palácio do planalto, em brasília, pelos presidentes joão figueiredo e migueli de la madrid hurtado

44

saraiva guerreiro representa o brasil na conferência económica latino-americana

discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em quito, por ocasião da abertura da conferência económica latino-americana

53

chanceler saraiva guerreiro abre a quarta reunião da comissão mista brasil—iraque

discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião da abertura da quarta reunião da comissão mista brasil—iraque, que contou com a presença do ministro iraquiano do comércio, hassan ali

61

ministro do comércio do iraque recebe a grã-cruz da ordem do rio-branco

discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião da solenidade de entrega das insígnias da grã-cruz da ordem do rio-branco ao ministro do comércio do iraque, hassan, ali

62

a visita do secretário de estado norte-americano, george shultz

discursos do chanceler saraiva guerreiro e do secretário de estado norte-americano, george shultz (tradução não-oficial), no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião de almoço oferecido ao representante do governo dos estados unidos da américa

65

os cinco grupos de trabalho brasil—eua encerram suas tarefas

discursos do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, e do secretário de estado norte-americano, george shultz (tradução não-oficial), no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião da cerimónia de encerramento das tarefas dos cinco grupos de trabalho formados pelos dois países para estudo dos assuntos económicos, da cooperação nuclear, da cooperação espacial, da cooperação industrial-militar e da cooperação científica e tecnológica

7

0

itamaraty relata os resultados dos cinco grupos de trabalho brasil—estados unidos da américa

nota do itamaraty à imprensa, divulgada em brasília, a propósito do encerramento das tarefas dos cinco grupos de trabalho brasil—estados unidos da américa

74

no brasil, o ministro dos negócios estrangeiros do senegal, moustapha niasse

discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião de almoço oferecido ao ministro dos negócios estrangeiros do senegal, moustapha niasse

77

a quarta reunião da comissão mista brasil—senegal

discurso do chanceler saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião da instalação da quarta reunião da comissão mista brasil—senegal, que contou com a participação do ministro dos negócios estrangeiros daquele país, moustapha niasse

79

a visita ao brasil do vice-ministro dos negócios estrangeiros da noruega

discurso do ministro de estado, interino, das relações exteriores, joão clemente baena soares, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião de almoço oferecido ao vice-ministro dos negócios estrangeiros do reino da noruega, eivinn berg

81
&

chanceler em islamabad: potencial de cooperação brasil—paquistão é promissor

discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em islamabad, por ocasião de jantar que lhe foi oferecido pelo ministro das relações exteriores do paquistão, sahabzada yaqub-khan	83
a conferência do chanceler saraiva guerreiro no instituto de estudos estratégicos do paquistão	
conferência do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no instituto de estudos estratégicos do paquistão, em islamabad	85
comunicado de imprensa brasil—paquistão	
comunicado de imprensa brasil—paquistão, divulgado em islamabad, ao final da visita do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro	90
impulso renovado nas relações brasil—índia, diz saraiva guerreiro, em nova déli	
discurso do chanceler saraiva guerreiro, em nova déli, por ocasião de jantar que lhe foi oferecido pelo ministro dos negócios estrangeiros da índia, shri p.v.narashimha rao	93
saraiva guerreiro fala sobre aspectos da política externa brasileira, no centro internacional indiano	
conferência do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, sobre o tema "aspectos da política externa brasileira", pronunciada no centro internacional indiano, em nfcva delhi	97
comunicado conjunto brasil—índia	
comunicado conjunto brasil—índia, divulgado à imprensa, em nova delhi, ao final da visita do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro	103

relações diplomáticas

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros	107
---	-----

tratados, acordos, convênios

república da coreia formaliza doação de propriedades rurais ao incra	109
brasil e república federal da alemanha assinam três ajustes ao acordo básico de cooperação técnica	110
ajuste complementar brasil—canada para treinamento de engenheiros e técnicos em telecomunicações por satélite	114
brasil e estados unidos da américa colocam em vigor o memorando de entendimento para cooperação militar-industrial	116
os relatórios finais dos cinco grupos de trabalho brasil—estados unidos da américa	119
os acordos entre o brasil e a bolívia, assinados durante a visita do presidente figueiredo a santa cruz de la sierra	135
o programa de intercâmbio cultural entre brasil e senegal para o biénio de 1984/85	142

brasil e peru criam grupo de trabalho para elaboração de projeto de acordo técnico de navegação	143
os acordos entre o brasil e o méxico, assinados durante a visita do presidente miguel de la madrid	144
acordos bilaterais do brasil com outros países, promulgados no primeiro trimestre de 1984	148
acordos bilaterais do brasil com outros países, assinados no primeiro trimestre de 1984, e que ainda não estão em vigor	149
registro de assentamentos de atos multilaterais, dos quais o brasil é parte, ocorridos no primeiro trimestre de 1984	149
registro de assentamentos de atos multilaterais, dos quais o brasil é parte, ocorridos no ano de 1983	150

comunicados e notas

itamaraty anuncia visita do presidente figueiredo à espanha e ao marrocos	153
a opinião do chanceler saraiva guerreiro sobre o acordo entre moçambique e áfricadosul	153
presidente figueiredo visitará o Japão e a china	153

mensagens

a independência do estado de brunei darussalam	155
inaugurada a estação brasileira de pesquisa e investigação científica da antártida	155
ao deixar o espaço aéreo boliviano, presidente figueiredo envia mensagem ao presidente hernán siles suazo	155
o falecimento de yuri andropov	156
o falecimento do presidente da guiné-conacri, sekou touré	156

notícias

a quarta reunião da comissão mista brasil—iraque	157
170	

saraiva guerreiro inaugura exposição sobre "dez anos de livros brasileiros no exterior"	157
o II encontro dos ministros do trabalho dos países lusófonos	157
chanceler saraiva guerreiro visita caraças	157
a quinta carta de intenções ao fundo monetário internacional	157
despedida de embaixador estrangeiro	165
visitasao brasil	

